DESAFIANDO O RIO-MAR

Descendo o Branco III

HIRAM REIS E SILVA

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 19 de março, de manter a demarcação da reserva Raposa e Serra do Sol, em Roraima, fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela, tem apenas um triste e melancólico significado – colocar a soberania brasileira em cheque.

O território pertence agora a uma "*nação indígena*" e nela não poderão viver ou sequer transitar os chamados "*não índios*", porque os facínoras do Conselho Indigenista de Roraima (CIR) não os reconhecem como irmãos brasileiros.

A equivocada decisão de nossos "*doutos*" magistrados foi amparada em leis e portarias, mas não na Constituição Brasileira.

(Hiram Reis e Silva)

Sumário

Índice de Imagens

Índice de Poesias e Pensamentos

Imagem 01 – Pintura de Edward Moran

Mar Português
(Fernando Pessoa)

X – Mar Português

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

XI – A ÚLTIMA NAU

Levando a bordo El-Rei D. Sebastião,
E erguendo, como um nome, alto o pendão
Do Império,
Foi-se a última nau, ao Sol aziago
Erma, e entre choros de ânsia e de pressago
Mistério. [...]

Resgates Históricos? Por quê?

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 14.04.1998, homologou cinco terras indígenas em São Gabriel da Cachoeira, região conhecida como Cabeça do Cachorro, formando um polígono contínuo de 10,6 milhões de hectares.

Grandes Vazios Demográficos

As águas negras do Rio Negro serpenteiam de Cucuí até Santa Isabel do Rio Negro, dentro de uma grande, descomunal mesmo, reserva indígena. Em nome de um resgate histórico, totalmente inexplicável e infundado, a FUNAI vem, ao longo das últimas décadas, demarcando reservas sem qualquer critério antropológico, histórico ou científico.

Nossa descida, de caiaque, de São Gabriel da Cachoeira até Santa Isabel, permitiu-nos identificar o enorme vazio demográfico, nas margens do Rio, justamente onde a própria FUNAI afirma existir a "*maior concentração de Comunidades indígenas*" de toda a região da Cabeça do Cachorro.

As pequenas Comunidades gravitam em extensões extremamente limitadas, não se atrevendo a enfrentar os pequenos afluentes da Bacia do Negro onde se encontram seus recursos pesqueiros mais importantes.

Ao invés disso, cobram taxas de não índios que queiram pescar ou desfrutar dos recursos naturais de "*suas terras*". Os valorosos guerreiros do passado dependem hoje, totalmente, dos "*arrendamentos ilegais*" e das "*bolsas-famílias*". Esta dependência dos "*civilizados*" tornou-os verdadeiros espectros humanos, decadentes física, cultural e moralmente.

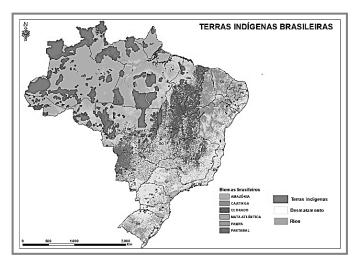



Imagem 02 – Terras Indígenas

Meu sangue Charrua ferveu-me nas veias e fez-me voltar os olhos, novamente, para meus irmãos do Alto Solimões, os altivos Ticuna e os Pareci do Mato Grosso que mesmo diante de todos os problemas que encaram frente à modernidade, suas sadias lideranças estão se adaptando, lutando e procurando novas alternativas de vida para suas Comunidades. O contraste das belas paisagens do Negro com o desânimo dos nativos cravou suas garras na minha alma e até agora sinto uma nostalgia e um desencanto que jamais sentira antes.

Ao demarcar reservas em grandes áreas contínuas, a FUNAI afirma saldar uma dívida histórica. A visão falaciosa e romanesca da FUNAI vem protagonizando uma política totalmente contrária aos interesses nacionais e ao da própria população indígena a longo prazo. Os nativos do Alto Rio Negro são uma mostra dessa política totalmente equivocada. Os declínios populacionais verificados nas Comunidades ribeirinhas, ao longo dos tempos, provocado pela intensa migração em busca do conforto e assistencialismo das cidades de São Gabriel e Santa Isabel confirmam essa assertiva.

Dívida Histórica?

O Brasil resgatará uma Dívida Histórica com os povos indígenas quando consolidar o processo de demarcação de suas terras. Tenho a convicção de que esse processo estará concluído até 2006. (Mércio Pereira Gomes – Ex-presidente da FUNAI)

A história não ampara esta necessidade de se pagar qualquer dívida histórica. Pena que não tenham sobrevivido nenhum dos Sambaquieiros, Marajoaras e tantas outras etnias assassinadas e devoradas pelas hordas migratórias que dominaram vastos territórios, desde a Bacia do Orenoco até a Bacia do Prata, extinguindo "*nações*" inteiras. Estariam, hoje, solicitando, estes sim, merecidamente, um resgate dos ameríndios atuais que os exterminaram.

Jornalista Leandro Narloch

O Jornalista Leandro Narloch, no seu livro "*Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*", depois de consultar inúmeros documentos históricos, coloca por terra a visão do indianismo romântico do século XIX. Os historiadores da época retratavam os nativos como bons selvagens, donos de uma moral e costumes modelares e culpavam os cruéis conquistadores europeus pela destruição de sua cultura. Discurso que ainda hoje prevalece nas instituições de ensino e organizações que tratam das questões indígenas alimentadas ou adubadas por visões meramente ideológicas e nada científicas.

Estas visões, carregadas mais pela emoção do que pela razão, afirmam que os índios viviam em harmonia entre si e com a natureza, são totalmente equivocadas. Na verdade, os indígenas travavam guerras permanentes entre eles, destruíam as florestas, exterminavam animais, pessoas e culturas.

Narloch afirma, ainda, que os índios não eram as vítimas indefesas que se procura apresentar aos incautos, mas que, por diversas vezes, optaram por viver ao lado dos "*civilizados*" e outras tantas combateram com os brancos ombro a ombro e, mais ainda, miscigenaram-se produzindo este formidável amálgama que é a raça brasileira. Eles queriam, na verdade, misturar-se e desfrutar das novidades trazidas pelos portugueses.

Extermínio?

> O massacre começou muito antes de os portugueses chegarem. As hipóteses arqueológicas mais consolidadas sugerem que os índios da família linguística tupi-guarani, originários da Amazônia, se expandiram lentamente pelo Brasil.
>
> Depois de um crescimento populacional na floresta Amazônica, teriam enfrentado alguma adversidade ambiental [...] que os empurrou para o Sul. À medida que se expandiram, afugentaram tribos então donas da casa.
>
> Por volta do primeiro milênio, enquanto as legiões romanas avançavam pelas planícies da Gália, os tupis-guaranis conquistavam territórios ao Sul da Amazônia, exterminando ou expulsando inimigos. [...]
>
> Com a vinda dos europeus, que também gostavam de uma guerra, esse potencial bélico se multiplicou.
>
> Os índios travaram entre si guerras duríssimas na disputa pela aliança com os recém-chegados. Passaram a capturar muito mais inimigos para trocar por mercadorias. [...]
>
> Por todo o século XVI, quando uma caravela se aproximava da costa, índios de todas as partes vinham correndo com prisioneiros – alguns até do interior, a dezenas de quilômetros. (NARLOCH)

Nos idos de 1605-1607, o Padre Jesuíta português Jerônimo Rodrigues, Cronista da Missão Jesuítica, relata que os indígenas eram capazes de trocar seus próprios parentes por mercadorias.

> E para isso trazem a mais desobrigada gente que podem, "*scilicet*" ([1]), moços, e moças órfãs, algumas sobrinhas e parentes, que não querem estar com eles ou que não os querem servir, não tendo essa obrigação; a outros trazem enganados, dizendo que lhe farão e acontecerão e que levarão muitas coisas [...].
>
> Outro moço vindo aqui onde estávamos, vestido em uma camiseta, perguntando-lhe quem lha dera, respondeu que vindo pelo navio dera por ela e algumas ferramentas um seu irmão; outros venderam as próprias madrastas, que os criaram, e mais estando os pais vivos. (LEITE)

Integração e Não extinção

> Durante os três primeiros séculos da conquista portuguesa, nenhuma família teve mais poder na Vila que deu origem a Niterói, no Rio de Janeiro, quanto os Souza. [...]
>
> O interessante é que esses nobres senhores não eram descendentes de nenhum poderoso fidalgo português.
>
> O homem que criou a dinastia dos Souza de Niterói chamava-se Arariboia, Cacique dos índios Temiminós, que ajudaram os portugueses a expulsar os franceses e Tupinambás do Rio de Janeiro. [...]
>
> Menos de cem anos depois, seus descendentes já não se viam como índios: eram os Souza e faziam parte da sociedade brasileira. (NARLOCH)

---

[1] Scilicet: antiga contração que significa: "*vale dizer*" ou "*por exemplo*".

Entrevista / **Sérgio Danilo Pena**

Minas é a síntese genética do Brasil

Em entrevista ao BOLETIM, o professor e geneticista Sérgio Pena, do ICB, fala sobre o seu mais recente estudo, *Retrato molecular do Brasil*, que tra- ta, em nível genético, da formação do povo brasileiro, e analisa o atual estágio da ciência no país.

BOLETIM Por que seu mais recente estudo recebeu o nome de Retrato Molecular do Brasil? [...]

B No estudo, o senhor e sua equipe concluíram que a maior parte da linhagem paterna do brasileiro é européia. Já a linhagem materna é proveniente de negras e índias, com predominância das últimas...

SP Isso depende da região geográfica. Nós trabalhamos com quatro regiões: Norte (Amazonas, Pará, Rondônia e Acre), Nordeste (Pernambuco), Sudeste (Minas Gerais) e Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). O que observamos no Sul é que 60% das linhagens maternas são européias; no Norte, mais de 50% são ameríndias (índias brasileiras); no Nordeste, a predominância, como já esperávamos, é de negras; em Minas, que representa o Sudeste, observamos um resultado bem próximo da média nacional.

Imagem 03 – Sérgio Pena, Boletim n°1.272, 12.04.2000, UFMG

Enfatizamos um aspecto específico de nossa investigação: a presença inegável dos índios nos sertões e nas Vilas durante todo o Período Colonial, demonstrando, portanto, que eles jamais foram extintos como afirmou a historiografia tradicional. (Maria de Resende e Hal Langfur)

Em 2000, um estudo do Laboratório Gene, da Universidade Federal de Minas Gerais, causou espanto ao mostrar que 33% dos brasileiros que se consideravam brancos têm DNA mitocondrial vindo de mães índias. "*Em outras palavras, embora desde 1500 o número de nativos no Brasil tenha se reduzido a 10% do original [cerca de 3,5 milhões para 325 mil], o número de pessoas com DNA mitocondrial ameríndio aumentou mais de dez vezes*", escreveu o geneticista Danilo Pena no "*retrato molecular do Brasil*". Esses números sugerem que muitos índios largaram as aldeias e passaram a se considerar brasileiros. (NARLOCH)

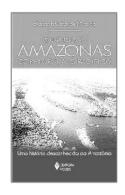
O Fascínio Pela Nova Cultura (Europeia)

Antropólogos e cientistas sociais não cansam de repetir que é preciso valorizar a cultura indígena. Os índios que encontraram os portugueses no século XVI não estavam nem aí para isso. Não sabiam nada de antropologia e migração humana, mas logo perceberam quanto aquele encontro era sensacional. Fizeram de tudo para conquistar a amizade dos novos amigos. Antes que os brancos desembarcassem, subiram nos navios para conhecê-los. Na praia, deram presentes, estoques de mandioca e mulheres se ofereceram generosas. Devem ter achado urgente misturar-se com aquela cultura e se apoderar dos objetos diferentes que aqueles homens traziam. [...]

Assim como a banana, os índios conheceram pelos portugueses frutas e plantas que hoje são símbolos nacionais e que não faltam em muitas tribos, como a jaca, a manga, a laranja, o limão, a carambola, a graviola, o inhame, a maçã, o abacate, o café, a tangerina, o arroz, a uva e até mesmo o coco [isso mesmo, até o descobrimento não havia cocos no Brasil]. [...] Galinhas, porcos, bois, cavalos, cães foram novidades revolucionárias que os índios não demoraram a adotar. (NARLOCH)

Professor Evaristo Eduardo de Miranda

Reproduzirei alguns trechos do livro "*Quando o Amazonas Corria para o Pacifico*" do Professor Evaristo Eduardo de Miranda que corroboram o pensamento de Narloch:

[...] Se existe um aspecto comum e marcante na história das populações indígenas, antes da chegada dos europeus, são as migrações, os grandes deslocamentos espaciais e os conflitos e guerras entre diferentes grupos, caracterizadas por expansões e contrações geográficas, crescimentos e declínios

demográficos e até extinções. Os diversos grupos Tupis [...] penetraram territórios alheios e, de forma pacífica ou belicosa, conquistaram novas terras, submeteram outros povos, roubaram suas mulheres, devoraram seus guerreiros, incorporaram elementos de sua cultura e impuseram sua língua, especialmente nas áreas florestais. (MIRANDA)

Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1785, na sua Viagem Filosófica ao Rio Negro fala da ferocidade e a filosofia expansionista dos "*guerreiros*" do Rio Negro:

> Que foram poderosos e valentes, ainda que antropófagos no estado da sua infelicidade, assim como ainda hoje o são os Uerequenas, e em outro tempo o foram quase todos, excetuados tão-somente os Uaupés. [...]
>
> Que invadiam as aldeias dos outros gentios, situados nas margens do Rio-Negro e capitaneados pelo facinoroso principal Ajuricaba, subiam pelo Rio Branco a vender os índios que cativavam aos holandeses de Suriname, com os quais se comunicavam, vencendo com jornada de meio dia o espaço de terra, que há entre o Tacutu e a parte superior do Rupununi, que deságua no Essequibo, e este no Mar do Norte. [...]
>
> Quanto aos motivos, é certo que um deles costuma ser o da usurpação dos frutos, das caças e dos pescados dos Rios e das terras do território alheio. Cada Aldeia se julga independente da outra que confina com ela e, sobretudo, quanto há no território imediato ao da sua situação, se atribui um direito inteiro e exclusivo, que a autoriza, pelo título de possuidora, a repelir com a força a usurpação que se lhe faz. Porém também é certo, que a ideia de propriedade não é o mais frequente, nem ainda mesmo o mais forte de todos os motivos para as suas contínuas hostilidades.

Imagem 04 – Canibalismo – Hans Staden, 1557

O espírito de vingança é o maior de todos, ou seja, que eles se arroguem com preferência aos outros uma indisputável elevação, que atiça a inveja e a emulação dos vizinhos, ou que tenham recebido alguma injúria e lesão, a diuturnidade ([2]) do tempo que lhes não risca a lembrança dela. Ainda que a injúria não tenha sido feita a todos, basta que um só a receba para que o ódio e o ressentimento de todos seja tão implacável como o indivíduo ofendido.

---

2 Diuturnidade: largo período.

O desejo de se vingarem é tão cego e abrutado como o das feras; mordem as pedras que se lhes atiram e as devolvem contra os mesmos que as atiraram; arrancam de seus corpos as flechas que os atravessam e com elas fazem tiro ao inimigo, cortam as cabeças dos mortos e fazem outras barbaridades, donde se pode inferir a ferocidade das suas guerras.

Eles não as fazem para conquistar, mas sim para destruir; matar, queimar tudo é a sua maior glória militar.

Consultados os Pajés e os velhos, o Principal da nação dirige em Chefe de exército, isto é, quanto ao fim de pelejar; porque quanto aos meios e à disciplina, cada soldado é senhor de si e das suas ações.

Porém, como eles têm de encontrar durante a sua marcha inumeráveis obstáculos que vencer, tendo de atravessar grandes Rios e Lagos, de penetrar matas horríveis, de lhes faltarem os víveres para municiar de boca a um grande exército; o espírito de providência os conduz a marchar para a guerra em pequenos corpos ligeiros e desembaraçados dos empecilhos das bagagens; e cada soldado não leva mais que as suas armas e um pequeno saco ou de farinha de mandioca, ou de beiju, ou de milho; porque de caminho vai caçando ou pescando, até se aproximar às fronteiras do inimigo; surpreendê-lo e destruí-lo é todo o seu ponto; e como as caçadas que fazem na paz são os exercícios para a guerra, do mesmo modo que eles rastejam a caça, assim entram a rastejar uns aos outros.

Para melhor se disfarçarem no mato e se equivocarem com as folhas e com os troncos das árvores, pintam-se e vestem-se diferentemente; não deixando precaução ([3]) por aplicar em ordem a não serem pressentidos.

---

[3] Não deixando precaução: tomando o cuidado.

Imagem 05 – Canibalismo – Hans Staden, 1557

No caso de terem essa felicidade, estão conseguidos os seus fins; porque no silêncio da noite investem de tropel a Aldeia do inimigo, queimam-lhe as suas palhoças e, conforme a ferocidade e o costume dos vencedores, assim matam tudo ou reservam alguns prisioneiros. O Mura, enquanto se não domesticou, só a algum rapaz dava Quartel e geralmente às mulheres. O Uerequena a todos reserva para se cevar ([4]) nas suas carnes.

---

[4] Cevar: saciar.

Os que os reservam para serem escravos são os mais humanos de todos eles. Miseráveis porém daqueles que ficam reservados para beberem a morte pelo mais amargoso cálice, que lhes prepara uma implacável vingança.

Ela excogita e faz dar a seus corpos ambas as espécies de tortura ordinária e extraordinária, uns os espetam com paus, com ossos e com pedras pontiagudas e em brasa; outros lhes cortam e dilaceram as carnes. Alguns lhe descarnam os ossos; e no meio de todo este terrível espetáculo, duas coisas excitam o pasmo de quem as ouve ou as vê:

1ª outro nenhum temor limita a cólera do vencedor, senão o de abreviar a duração da sua vingança, se ele der a morte ao vencido, mais breve do que ela pede;

2ª que quanto mais atormentado é o vencido, tanto mais digno se julga ele da alta dignidade do ser do homem; antes o abreviar ele mesmo a sua vida, para encurtar os seus tormentos, seria uma nota de infâmia com que deixaria manchada a sua família. (FERREIRA)

Os "*Injustiçados*" Antropófagos

Nada perdem, em suma, e têm o cuidado de virar constantemente os pedaços para bem assá-los; e aproveitam até a gordura que escorre pelas varas e lambem a que se coagula nas forquilhas. (Claude d'Abbeville)

O consumo da carne humana, com o objetivo nutricional, era fundamental para a sobrevivência daqueles grupos, principalmente os nômades, muito carentes de proteína e gordura de origem animal. Os nativos lhe atribuíam virtudes mágicas e terapêuticas.

Os prisioneiros de guerra feridos e velhos eram sumariamente mortos e devorados, enquanto os demais

eram engordados para um futuro festim onde eram despedaçados, defumados, moqueados, cozidos ou assados sem piedade.

Voltando da guerra, trouxeram prisioneiros. Levaram-nos para sua cabana: mas a muitos feridos desembarcaram e os mataram logo, cortaram-nos em pedaços e assaram a carne [...]. (STADEN)

O prisioneiro não era tratado como escravo, mas integrado à Aldeia onde passava por um período de engorda. Podia até mesmo constituir família. O prisioneiro trabalhava voluntariamente, mas não era mantido sob vigilância. Acreditavam que um guerreiro devia morrer honradamente, no combate ou devorado, de maneira que sua alma continuasse viva naqueles que o comeriam.

E não pensem que o prisioneiro se abale por causa dessas notícias, tem-se a opinião de que sua morte é honrosa, e que lhe vale muito melhor morrer assim, do que em sua casa por causa de uma morte contagiosa qualquer: porque, dizem eles, não se pode vingar a morte, que ofende e mata os homens, mas se pode muito bem vingar aquele que foi morto e massacrado em proeza de guerra. (THEVET)

Os portugueses ficaram perplexos ao visitar as aldeias tupinambás e se depararem com a preparação da carne humana nos fumeiros, pedaços de cadáveres nas ocas, e a existência de cativos vivos, que serviriam de repasto em futuros banquetes.

Os homens coziam as entranhas, devorando-as; as mulheres lambiam o caldo. Língua, miolo e certas partes do corpo estavam reservados aos jovens; para os adultos ficava a pele do crânio e para as mulheres os órgãos sexuais. Porções havia consideradas nobres: eram dadas aos hóspedes de honra. (Alfred Metraux)

Os Índios e o Meio Ambiente

Os índios sempre souberam como lidar com a terra. São eles que nos ajudam a manter vivas nossas matas e contribuem para a preservação de nossos mananciais.
(Mércio Pereira Gomes)

Mais uma vez, o Ex-presidente Mércio P. Gomes, da famigerada FUNAI, atrelado a convicções ideológicas sem nenhuma fundamentação científica, mostra desconhecer a cultura que tanto defende e as leis que regem a sobrevivência dos povos nativos. O Professor Evaristo Eduardo de Miranda afirma que o processo de savanização da floresta não só teve origem com os povos primitivos, mas como continua até os dias de hoje.

Um grupo caingangue residente no Paraná, que havia recebido ferramentas de aço apenas no século XX, lembrava-se de que não mais tinha de escalar árvores, outrora uma atividade muito frequente, para apanhar larvas e mel. Muitos dos que caíam das árvores morriam – agora eles simplesmente derrubavam as árvores. (Warren Dean)

> O uso sistemático do fogo pelos humanos, principalmente como técnica de caça, favoreceu a extensão ou a manutenção de ecossistemas abertos como as savanas ou cerrados, em detrimento das áreas florestais, mesmo em condições climáticas desfavoráveis. [...]
>
> Condicionamentos locais de clima e solo podem acelerar ou limitar esse processo, mas o caráter nômade de vários grupos de caçadores-coletores espalhou esse fenômeno em diversos locais da região amazônica. Esse processo de savanização, de ampliação de áreas de cerrados em detrimento das florestas, segue seu curso nos dias de hoje, em vários locais da Amazônia, promovido por culturas ameríndias bem posteriores aos primeiros caçadores-coletores. [...]

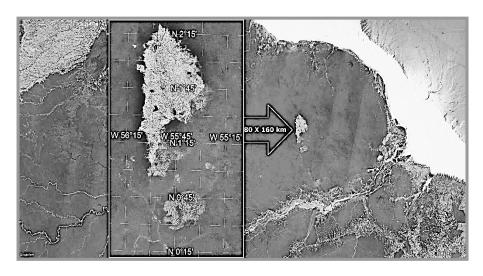



Imagem 06 – Savanização Milenar – Tiriós

> A regressão das florestas e a ampliação dos cerrados devido ao uso do fogo podem ser observadas nitidamente em sequências de imagens de satélite, de vários anos, tiradas de áreas indígenas no Norte do Pará, na região dos Tiriós, próxima da fronteira com o Suriname.
>
> Ali, os indígenas promoveram um crescimento anual da área dos cerrados em detrimento da floresta, pelo uso generalizado do fogo em grande escala. Eles alteram a dinâmica vegetal com a promoção de gigantescos incêndios anuais, <u>os maiores de todo o Brasil</u>.
>
> Eles propagam-se ao sabor dos ventos alísios do Hemisfério Norte, na direção Nordeste-Sudoeste. (MIRANDA)

Para verificar a destruição promovida pelos Tiriós basta se observar no "*Google Earth*" uma região totalmente desmatada de 80 por 160 quilômetros aproximadamente na fronteira do Suriname com o Brasil (Norte do Pará). As observações de Miranda são reforçadas pelo relato de Oscar Canstatt, em 1871.

> Seu modo de caçar os animais em fuga é bárbaro e só possível onde não há nenhuma lei protetora das florestas. No tempo seco, sobretudo, quando o Sol tropical torra com seus raios abrasadores os campos e o mato baixo, ateiam-lhe fogo, e emboscam a caça em lugar onde o elemento destruidor não os pode atingir. Aí é fácil abater a caça que, em desabalada fuga, corre para a única vereda salvadora. (CANSTATT)

Narloch apresenta, igualmente, uma série de evidências que desfaz a imagem preservacionista do indígena brasileiro e mostra a preocupação dos colonizadores com a manutenção e a exploração sustentável das florestas.

> O mito do índio como homem puro e em harmonia com a natureza já caiu há muito tempo, mas é incrível como ele sempre volta. [...]
>
> As tribos que habitavam a região da mata atlântica botavam o mato abaixo com facilidade, usando uma ferramenta muito eficaz, o fogo. [...] Os portugueses criaram leis ambientais para o território brasileiro já no século XVI. [...]
>
> No Brasil, essa lei protegeu centenas de espécies nativas. Em 1605, o regimento do Pau-Brasil estabeleceu punições para os madeireiros que derrubassem mais árvores do que o previsto na licença. [...]
>
> "*Essa legislação garantiu a manutenção e a exploração sustentável das florestas de Pau-Brasil até 1875, quando entrou no mercado a anilina*", escreveu o biólogo Evaristo Eduardo de Miranda. "*Ao contrário do que muitos pensam e propagam, a exploração racional do Pau-Brasil manteve boa parte da mata atlântica até o final do século XIX e não foi a causa do seu desmatamento, fato bem posterior*". (NARLOCH)

Escravidão e os "*Paradisíacos*" Quilombos

Já que estamos falando de minorias, vamos estender nossa preleção tratando de outra minoria racial que vem pleiteando e conseguindo benesses especiais baseadas neste mesmo "*Resgate Histórico*": os negros.

A origem da escravidão deve igualmente ser revista para que o pretenso resgate proposto, sistemas de cotas, Comunidades Quilombolas, não acabe fomentando, no país, um "*Apharteid Étnico*" idêntico ao que se vê hoje implantado pelos indígenas da Raposa e Serra do Sol, em relação aos não índios.

O costume de vender os prisioneiros de guerra era bastante comum entre as diversas etnias africanas; a escravidão foi durante muito tempo uma prática corriqueira em todas as civilizações, *independentemente da cor da pele*.

Se algum escravo fugia dos Palmares, eram enviados negros no seu encalço e, se capturado, era executado pela "severa justiça" do Quilombo. (CARNEIRO)

Os negros africanos foram, de longe, os maiores traficantes de escravos negros. A tradição estava tão arraigada que um escravo liberto, imediatamente, buscava adquirir um escravo para si mesmo numa demonstração inequívoca de "*status*".

O "*herói*" Zumbi dos Palmares, personagem que virou símbolo da luta contra o racismo no país, tinha seus próprios escravos. Os escravos que se negavam a fugir das fazendas e ir para os Quilombos eram capturados e transformados em cativos dos quilombolas. *Palmares lutava contra a escravidão própria, mas não pela escravidão alheia*.

Para reforçar a ideia de que os escravos brasileiros, talvez, tenham sobrevivido somente porque vieram para o Brasil, vamos lembrar que os países da "*Mãe África*" foram os últimos a abolir a escravidão e que os genocídios étnicos, na região, continuam acontecendo nos dias de hoje. Certamente, os grupos capturados, na época, caso não fossem vendidos, teriam sido sumariamente exterminados lá mesmo.

Jornalista Leandro Narloch

> [...] Ao longo dos séculos, Zumbi se tornou uma figura mítica, festejado como o herói da luta contra a escravidão. O que realmente se sabe dele, como personagem histórico, é muito pouco. [...] Como ocorre com Tiradentes e outros heróis históricos que servem à celebração de uma causa, a figura de Zumbi que passou à posteridade é idealizada.
>
> Ao longo do século XX, principalmente nos anos 60 e 70, sob influência do pensamento marxista, Palmares foi retratada por muitos historiadores como uma sociedade igualitária, com uso livre da terra e poder de decisão compartilhado entre os habitantes dos povoados. Uma série de pesquisas elaboradas nos últimos anos mostra que a história de Zumbi e do Quilombo dos Palmares ensinada nos livros didáticos tem muitas distorções.
>
> Muito do que se conta sobre sua atuação à frente do Quilombo é incompatível com as circunstâncias históricas da época. O objetivo desses estudos não é colocar em xeque a figura simbólica de Zumbi, mas traçar um quadro realista, documentado, do homem e de seu tempo. Os novos estudos sobre Palmares concluem que o Quilombo, situado onde hoje é o estado de Alagoas, não era um Paraíso de Liberdade, não lutava contra o sistema de escravidão nem era tão isolado da sociedade colonial quanto se pensava.

História

O ENIGMA DE ZUMBI

Estudos recentes sobre o herói da luta contra a escravidão mostram que ele próprio pode ter sido dono de escravos no quilombo dos Palmares

LEANDRO NARLOCH

Na próxima quinta-feira, 262 cidades brasileiras comemoram o Dia da Consciência Negra, data que evoca a morte de Zumbi dos Palmares. Último líder do maior dos quilombos, os povoados formados por negros fugidos do cativeiro no Brasil colonial, Zumbi foi morto em 20 de novembro de 1695, quase dois anos depois de as tropas do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho praticamente destruírem Palmares. Ao longo dos séculos, Zumbi se tornou uma figura mítica, festejado como o herói da luta contra a escravidão. O que realmente se sabe dele, como personagem histórico, é muito pouco. Seu nome aparece apenas em oito documentos da época, incluindo uma carta do governador de Pernambuco anunciando sua morte. Como ocorre com Tiradentes e outros heróis históricos que servem à celebração de uma causa, a figura de Zumbi que passou à posteridade é idealizada. Ao longo do século XX, principalmente nos anos 60 e 70, sob influência do pensamento marxista, Palmares foi retratada por muitos historiadores como uma sociedade igualitária, com uso livre da terra e poder de decisão compartilhado entre os habitantes dos povoados. Uma série de pesquisas elaboradas nos últimos anos mostra que a história de Zumbi e do quilombo dos Palmares ensinada nos livros didáticos tem muitas distorções. Muito do que se conta sobre sua atuação à frente do quilombo é incompatível com as circunstâncias históricas da época. O objetivo desses estudos não é colocar em xeque

BIBLIOTECA NACIONAL

IDÉIA EXÓTICA *Negro retratado no Brasil do século XVII pelo pintor holandês Albert Eckhout: na época, o conceito de igualdade entre os homens não existia na África*

Imagem 07 – Revista Veja, 19.11.2008, Edição 2.087

A CAÇA E O CAÇADOR
Zumbi (abaixo) *e o bandeirante Domingos Jorge Velho, que destruiu Palmares: a escassez de documentos favoreceu versões romantizadas de como era a vida no quilombo*

a figura simbólica de Zumbi, mas traçar um quadro realista, documentado, do homem e de seu tempo.

Os novos estudos sobre Palmares concluem que o quilombo, situado onde hoje é o estado de Alagoas, não era um paraíso de liberdade, não lutava contra o sistema de escravidão nem era tão isolado da sociedade colonial quanto se pensava. O retrato que emerge de Zumbi é o de um rei guerreiro que, como muitos líderes africanos do século XVII, tinha um séquito de escravos para uso próprio. "É uma mistificação dizer que havia igualdade em Palmares", afirma o historiador Ronaldo Vainfas, professor da Universidade Federal Fluminense e autor do *Dicionário do Brasil Colonial*. "Zumbi e os grandes generais do quilombo lutavam contra a escravidão de si próprios, mas também possuíam escravos", ele completa. Não faz muito sentido falar em igualdade e liberdade numa sociedade do século XVII porque, nessa época, esses conceitos não estavam consolidados entre os europeus. Nas culturas africanas, eram impensáveis. Desde a Antiguidade e principalmente depois da conquista árabe no norte da África, a partir do século VII, os africanos vendiam escravos em grandes caravanas que cruzavam o Deserto do Saara. Na época de Zumbi, a região do Congo e de Angola, de onde veio a maioria dos escravos de Palmares, tinha reis venerados como se fossem divinos. Muitos desses monarcas se aliavam aos portugueses e enriqueciam com a venda de súditos destinados à escravidão.

"Não se sabe a proporção de escravos que serviam os quilombolas, mas é muito natural que eles tenham existido, já que a escravidão era um costume fortíssimo na cultura da África", diz o historiador carioca Manolo Florentino, autor do livro *Em Costas Negras*, uma das primeiras obras a analisar a história do Brasil com base nos costumes africanos. Zumbi, segundo os novos estudos sobre Palmares, seria descendente de uma classe de guerreiros africanos que ora ajudava os portugueses na captura de escravos, ora os combatia. Quando enviados ao Brasil como escravos, os nobres africanos freqüentemente formavam sociedades próprias — uma delas pode ter sido Palmares. Para chegar a esse novo retrato de Zumbi e do quilombo, os historiadores analisaram as revoltas escravas partindo de modelos parecidos que ocorreram em outros lugares da América e da África. Também voltaram às cartas, relatos e documentos da época, mostrando como cada historiografia montou o quilombo que queria.

O principal historiador a reinterpretar o que ocorreu nos quilombos é o carioca Flávio dos Santos Gomes. Ele escreve no livro *Histórias de Quilombolas*: "Ao contrário de muitos estudos dos anos 1960 e 1970, as investigações mais recentes procuraram se aproximar do diálogo com a literatura internacional sobre o tema, ressaltando reflexões sobre cultura, família e protesto escravo no Caribe e no sul dos Estados Unidos". Atendo-se às fontes primárias e ao modo de pensar da época, os historiadores agora podem garimpar os mitos de Palmares que foram construídos no século XX. ■

O NOVO QUILOMBO DOS PALMARES

Estudos recentes mudam a visão que predominou no século XX sobre os povoados

O que se pensava

- O quilombo era uma sociedade igualitária, com uso livre da terra e poder de decisão compartilhado
- Zumbi lutava contra a escravidão
- Zumbi foi criado por um padre, recebeu o nome de Francisco e aprendeu latim
- Ganga-Zumba, líder que antecedeu Zumbi, traiu o quilombo ao fechar acordo com os portugueses

O que se pensa hoje

- Havia em Palmares uma hierarquia, com servos e reis tão poderosos quanto os da África
- Zumbi e outros chefes tinham seus próprios escravos
- As cartas em que um padre daria detalhes da infância de Zumbi provavelmente foram forjadas
- Ao romper o acordo com Portugal, Zumbi pode ter precipitado a destruição do quilombo

Imagem 08 – Revista Veja, 19.11.2008, Edição 2.087

O retrato que emerge de Zumbi é o de um Rei guerreiro que, como muitos líderes africanos do século XVII, tinha um séquito de escravos para uso próprio.

"*É uma mistificação dizer que havia igualdade em Palmares*", afirma o historiador Ronaldo Vainfas, Professor da Universidade Federal Fluminense e autor do Dicionário do Brasil Colonial. "*Zumbi e os grandes Generais do quilombo lutavam contra a escravidão de si próprios, mas também possuíam escravos*", ele completa. Não faz muito sentido falar em igualdade e liberdade numa sociedade do século XVII porque, nessa época, esses conceitos não estavam consolidados entre os europeus. Nas culturas africanas, eram impensáveis. Desde a Antiguidade e principalmente depois da conquista árabe no Norte da África, a partir do século VII, os africanos vendiam escravos em grandes caravanas que cruzavam o Deserto do Saara.

Na época de Zumbi, a região do Congo e de Angola, de onde veio a maioria dos escravos de Palmares, tinha Reis venerados como se fossem divinos. Muitos desses monarcas se aliavam aos portugueses e enriqueciam com a venda de súditos destinados à escravidão. "*Não se sabe a proporção de escravos que serviam os Quilombolas, mas é muito natural que eles tenham existido, já que a escravidão era um costume fortíssimo na cultura da África*", diz o historiador carioca Manolo Florentino autor do livro "*Em Costas Negras*", uma das primeiras obras a analisar a história do Brasil com base nos costumes africanos.

Zumbi, segundo os novos estudos sobre Palmares, seria descendente de uma classe de guerreiros africanos que ora ajudava os portugueses na captura de escravos, ora os combatia.

Quando enviados ao Brasil como escravos, os nobres africanos frequentemente formavam sociedades próprias – uma delas pode ter sido Palmares.

Para chegar a esse novo retrato de Zumbi e do Quilombo, os historiadores analisaram as revoltas escravas partindo de modelos parecidos que ocorreram em outros lugares da América e da África.

Também voltaram às cartas, relatos e documentos da época, mostrando como cada historiografia montou o quilombo que queria. O principal historiador a reinterpretar o que ocorreu nos quilombos é o carioca Flávio dos Santos Gomes. Ele escreve no livro Histórias de Quilombolas:

> Ao contrário de muitos estudos dos anos 1960 e 1970, as investigações mais recentes procuraram se aproximar do diálogo com a literatura internacional sobre o tema, ressaltando reflexões sobre cultura, família e protesto escravo no Caribe e no Sul dos Estados Unidos.

Atendo-se às fontes primárias e ao modo de pensar da época, os historiadores agora podem garimpar os mitos de Palmares que foram construídos no século XX. Narloch mostra no seu livro como o viés ideológico pode tentar, de qualquer maneira, ferindo todos os princípios éticos, se sobrepor à pesquisa documental dos fatos.

A imaginação sobre Zumbi foi mais criativa na obra do jornalista gaúcho Décio Freitas, amigo de Leonel Brizola e do ex-Presidente João Goulart.

No livro "*Palmares: A Guerra dos Escravos*", Décio afirma ter encontrado cartas mostrando que o "*herói*" cresceu num Convento de Alagoas, onde recebeu o nome de Francisco e aprendeu a falar latim e português.

Aos 15 anos, atendendo ao chamado do seu povo, teria partido para o Quilombo. As cartas sobre a infância de Zumbi teriam sido enviadas pelo Padre Antônio Melo, da Vila alagoana de Porto Calvo, para um Padre de Portugal, onde Décio as teria encontrado.

Ele nunca mostrou as mensagens para os historiadores que insistiram em ver o material. A mesma suspeita recai sobre outro livro "*O Maior Crime da Terra*".

O historiador Cláudio Pereira Elmir procurou por cinco anos algum vestígio dos registros policiais que Décio cita. Não encontrou nenhum. "*Tenho razões para acreditar que ele inventou as fontes e que pode ter feito o mesmo em outras obras*", disse-me Cláudio no fim de 2008.

O nome de Francisco, pura cascata de Décio Freitas, consta até hoje no Livro dos Heróis da Pátria da Presidência da República. (NARLOCH)

O Novo Quilombo dos Palmares

O Que se Pensava:

- ✧ *O Quilombo era uma sociedade igualitária, com uso livre da terra e poder de decisão compartilhado;*
- ✧ *Zumbi lutava contra a escravidão;*
- ✧ *Zumbi foi criado por um Padre, recebeu o nome de Francisco e aprendeu Latim;*
- ✧ *Ganga-Zumba, líder que antecedeu Zumbi, traiu o Quilombo ao fechar acordo com os portugueses.*

O Que se Pensa Hoje:

- ☠ *Havia em Palmares uma hierarquia, com servos e reis tão poderosos quanto os da África;*
- ☠ *Zumbi e outros chefes tinham seus próprios escravos;*
- ☠ *As cartas em que um Padre daria detalhes da infância de Zumbi foram forjadas;*

☠ *Ao romper o acordo com Portugal, Zumbi precipitou a destruição do Quilombo.*

Preconceito de Raça ou de Cor
(Por Higino Veiga Macedo)

Tem-se ouvido cada vez mais e tem-se visto cada vez mais reações de que há preconceito de raça no Brasil. Querem dizer que há preconceito de cor particularmente contra os negros. O político radical de esquerda tenta buscar eleitores no que eles classificam de "*Oprimidos pelo Sistema Capitalista*".

Os demais políticos buscam os votos se enrolando nas bandeiras do "*socialmente justo*" não diferente dos radicais, mas pecam pela omissão de informar que os radicais são apenas demagogos. Os chamados conservadores também se acovardam para não se incomodarem. Alegam ser aqui mais cruel do que foi na África do Sul e do que nos EUA, por ser velada, sub-reptícia, dissimulada. Para os baianos, ser chamados de "*preto*" é ofensa porque preto é cor. Ser chamados de "*negro*" é aceitável porque negro é raça.

E assim as mentiras vão se tornando verdades. O preconceito está na cabeça daquele que se diz discriminado. Mesmo não havendo a discriminação, ele acha que há porque é ele o preconceituoso. Julga todas as pessoas que o cercam, pelo que ele é capaz de fazer ou capaz de ser.

Os defensores dos negros os incluem entre as minorias. Basta verificar os índices do IBGE e verifica-se que são maiorias.

Alegam que os pobres, os presos e os analfabetos são pretos. Bom, isso é verdade, mas não falam do enorme salto qualitativo que a cada geração os negros estão tendo. Ao invés de olhar o meio copo vazio, deveriam ver o meio copo cheio.

Quantos negros bem sucedidos tem? Isso ninguém conta. Há cem anos eram escravos e, portanto, sem direito nenhum. Ficaram como escravos por mais de trezentos anos. Vamos analisar o meio copo cheio.

Quem os escravizou e por quê? Quem os escravizou foram os próprios negros. Eram tribais, bárbaros, antropófagos alguns e que, por guerra entre tribos, os vencedores vendiam os vencidos como escravos.

"*Ai dos vencidos*" disse Breno, General Gaulês, muito antes do descobrimento da América. Só os portugueses compravam escravos? Não. Quem começou o comércio de escravos com as Américas Colônias [do Norte, do Sul e Central] foram os ingleses.

Mas, se formos à história antiga, veremos que, no Império egípcio, nas repúblicas gregas, nas cidades fenícias, havia escravos negros da Núbia.

Então a coisa já havia antes de os portugueses chegarem ao Brasil.

E no Brasil, mesmo sendo por trezentos anos escravos e mais cem anos evoluindo, foram bem sucedidos. Imaginem os que ficaram em Angola, Moçambique, e em outras regiões da África que forneceram escravos e eram da mesma família dos que para cá vieram!

Isto é, eram da mesma carga genética. Pois bem, quais os descendentes têm melhor qualidade de vida depois de quatrocentos anos? Os daqui ou os que ficaram lá? Ah! Mas foram escravos.

Sim. Foram como muitos povos foram. Vejam os judeus. Mais de século só no Egito. Mesmo depois de conduzidos por Moisés, quantas diásporas sofreram?

E o que falar dos índios Guanás, escravizados pelos Guaicurus sabe-se lá quantos séculos também. Os Guanás foram escravos até a guerra com o Paraguai.

Pois bem, mesmo sendo escravos, os que tiveram a fortuna de vir para o Brasil têm seus descendentes em melhores situações dos que ficaram na África. Precisam melhorar, mais, suas condições de vida?

Claro que precisam. Mas para isso têm de buscar seu espaço sem privilégio. Merecem oportunidades iguais com os brancos, amarelos ou italianos, judeus, alemães, bolivianos, paraguaios.

Por que cotas em universidade só para negros? E os Guaicurus, que defenderam o Oeste do Brasil, não merecem? Se negros podem frequentar universidade sem capacitação intelectual, então por que não fazer o mesmo com os índios? Nivela-se então mais por baixo ainda: basta saber apenas ler em português para entender os Professores.

E, daí, teremos médicos índios, advogados índios e engenheiros índios. Quem os contratará é que será o problema. Se a escravidão imposta por portugueses foi perversa com a vida dos negros, o que falar da vida dos Guaranis, dos Tupis, dos Payaguás, dos Aimorés...

Era bom, também, que usassem os critérios de cotas para as equipes olímpicas de 4x100, 4x400 e outras modalidades de atletismo para beneficiar os brancos.

Por que o "*desprivilégio*", a discriminação contra os brancos? Ah, mas aí é por desempenho atlético. Se assim for, que o "*desempenho*", atlético ou intelectual, seja o poder discriminante para todas as atividades.

Não se pode alimentar a luta de raça como se alimentou a luta de classe. A luta de classe até hoje não libertou os trabalhadores de serem trabalhadores. Os que evoluíram como trabalhadores o fizeram por oportunidades de preparo intelectual sejam pretos, brancos ou amarelos.

Não se pode alimentar culto separatista como o culto à Mamãe África, pois todos são brasileiros. Se a África é tão boa, voltem para lá como fizeram os liberianos. Voltaram e são mais miseráveis que os que ficaram na América do Norte.

Blocos de Olodum com proibição de brancos, sob alegação de ser religião, é uma afronta tanto quanto era no Sul a proibição de negros nas calçadas de brancos.

É de se supor que os baianos se comportem como os judeus que, por sua religião, lutariam nos exércitos israelenses numa guerra de Israel contra o Brasil embora nascidos em terras de pindoramas.

O Brasil, os brasileiros, os índios e todos que aqui moram não têm nenhuma dívida com a África ou com africanos. Um foi vencido em sua terra; o outro foi escravizado a partir de sua terra e o outro mais foi degredado para esta terra.

Ninguém deve nada a ninguém. Somos uma nova raça no planeta. Assim, já temos no mundo: branco, negro, amarelo e brasileiro. (MACEDO)

Antes da Funesta Política da FUNAI

A salutar integração e amizade que irmanava índios e não-índios, em passado recente, foi sendo minado paulatinamente pela desastrosa política da FUNAI e de alienados antropólogos atrelados à sua cartilha e ao "*vil metal*".

Vou reproduzir, sucintamente, dois relatos de como as coisas aconteciam naquela época, uma de meu amigo Petrônio Naia Vieira do Nascimento e Sá e minha própria experiência com os Uaimiri-Atroari.

Relatos Pretéritos

O meu amigo e colaborador Petrônio inicia seu relato fazendo menção a um artigo homônimo do capítulo atual que tinha sido publicado, recentemente, em diversos sites da mídia nacional.

Petrônio Naia Vieira do Nascimento e Sá

Prezado Coronel Hiram

Beneficiário de suas produções, companheiro de viagem mental pelo Solimões e Negro, venho agradecer a presente e erudita Mensagem que, em meu modesto entender – a par de outras já produzidas – poderiam se constituir em ponto de partida para um real "*Movimento Cívico Democrático*" de Defesa da Nacionalidade, via Congresso Nacional [se for possível nas atuais condições] ou por forma julgada mais adequada, destinado ao saneamento da Legislação Indígena, Quilombola e de outras em formação, por forma a resguardar o Estado Nacional de ações já cometidas ou em curso, tipo farsas São Gabriel da Cachoeira [Uaupés – Cabeça do Cachorro], Ianomâmi e Raposa – Serra do Sol..., atualizando a Política Indígena, ao nível de Rondon.

Essas ponderações se fundamentam em minha vivência e experiência amazônica. Para ilustrar, fui possuidor de um lote de terras, denominado "*Retiro da Ema*", de 500 hectares, situado no Igarapé da Cachoeira Grande do Tarumã, afluente do Rio Negro, no Município de Manaus/AM, distante 08 km do atual Aeroporto de Manaus [desapropriado pela Prefeitura de Manaus para construção do Parque Florestal do Tarumã, Escritura pública de 1979]. Enquanto era dono, conheci de perto o modo de vida do grupo familiar, do zelador de minha propriedade – Valério: índio, aculturado pelas Missões Salesianas do Rio

Negro, filho de casal de índios, autênticos da região do Cucuí, que andavam de tanga e vinham de lá, de canoa, vez por outra, visitar os filhos e descendentes, no Tarumã. Valério era educado, formado em Contabilidade e tinha Escritório em Manaus.

Sua irmã, civilizada, era casada com um mateiro colombiano, Cecílio Alaré, que tomava conta, realmente, do "*Retiro da Ema*", em nome do cunhado. Valério era da minha idade e costumávamos, quando eu estava ou ia a Manaus, nadarmos juntos no Igarapé, porfiando. Aos Domingos, ele como líder do clã, reunia a indiada parente, mais de dezenas deles, para comermos um Tambaqui moqueado, que eu oferecia.

Esse é um perfil verdadeiro da aculturação dos índios, na política de Rondon, levada a efeito pelos Padres Salesianos e cuja região, você acaba de percorrer. Era a política do antigo Serviço de Proteção aos índios [SPI], cuja sede até a década de 30, ocupava um palacete vizinho à casa de meus Pais, à Av. Joaquim Nabuco, 592, em Manaus... Dou-lhe esse testemunho, como estímulo à continuação do muito que vem fazendo em defesa da Amazônia e, se possível [...].

Atenciosamente, Saudações Petrônio.

Hiram Reis e Silva

Os Uaimiri-Atroari (WA) são um grupo indígena da tronco linguístico Caribe. A "*Terra Indígena Waimiri-Atroari (TIWA)*", localizada entre o Norte do Amazonas e o Sul de Roraima, abrangendo uma área de 2.595.911 ha, foi demarcada em 1987 e homologada em 1989. Os 1.330 WA (censo de 2009) habitam a região situada à margem esquerda do Baixo Rio Negro, nas Bacias dos Rios Jauaperi e Camanaú e seus afluentes os Rios Alalau, Curiau, Pardo e Igarapé Santo Antônio do Abonarí.

Construção da BR-174

O 6° Batalhão de Engenharia de Construção (6° BEC), sediado em Boa Vista, RR, concluiu a construção do trecho Boa Vista/Manaus da BR-174 em 06.04.1977, numa extensão de 971 km. Os radicais esquerdistas fabricaram uma ridícula história de que as Forças Armadas teriam promovido o genocídio dos WA afirmando que a Força Aérea Brasileira teria usado bombas bacteriológicas para dizimá-los tendo em vista de que eles não estariam satisfeitos com a abertura da estrada que atravessava suas terras. O que houve na verdade foi a criação, por parte da FUNAI, das chamadas Frentes de Atração para apressar o contato com os WA e impedir que os mesmos atacassem os funcionários que trabalhavam na estrada. A ordem que foi dada, na época da construção, pelo General Gentil, era de que, em caso de ataque ou perigo iminente à vida aos trabalhadores, se usassem fogos de artifício e, em último caso, se atirasse para cima com intuito de atemorizar e dispersar grupos que apresentassem intenções belicosas o que, na verdade, nunca precisou ser feito.

Frente de Atração Waimiri Atroari (FAWA)

Em 1983, o Coordenador da FAWA era o ex-Padre Giuseppe Cravero. Através dele, conheci as lideranças WA que eram representadas pelos guerreiros Mário, "*Elsa*", e Viana, filhos do Tuxaua Comprido, morto pelos queixadas (porcos do mato) durante uma caçada, conforme relataram seus próprios filhos. Na época, a liderança estava nas mãos do Viana, o mais jovem, articulado e inteligente dos três irmãos. Os nativos afirmavam peremptoriamente que o ex-Padre e ex-funcionário da FUNAI Giuseppe Cravero havia deixado diversos descendentes "*Ítalo-WA*" na área.

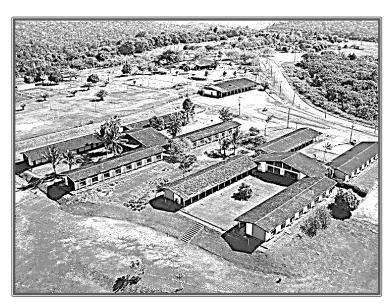



Imagem 09 – Vila de Pitinga, Presidente Figueiredo, AM

Aculturação

O processo de aculturação foi acelerado, fruto de três grandes empreendimentos levados a efeito na área. O primeiro, como já disse, foi a rodovia BR-174. O segundo foi a instalação do Projeto Pitinga, a Sudeste da TIWA, de extração de cassiterita que gerou a necessidade da abertura de uma estrada de acesso, na margem meridional do Rio Alalau, à área da mineração vizinha à Terra Indígena, para o escoamento do minério extraído. Muito amigo do Dr. Zan (coordenador do projeto Pitinga) acompanhei, de perto, as negociações realizadas com o grupo minerador (Paranapanema), FUNAI e lideranças WA que resultaram num acordo pelo qual a mineradora pagaria, anualmente, "*royalties*", a título de pedágio, aos WA. A Paranapanema, por diversas vezes, me auxiliou na conserva e manutenção da estrada e das pontes de madeira do trecho que ia de Manaus até o Rio Alalau. Por último, aconteceu a construção da Hidrelétrica de Balbina (concluída em 1987).

Imagem 10 – Visita à Aldeia WA da Terraplenagem

Imagem 11 – Visita aos WA

Tive oportunidade de acompanhar, em 1983, a construção da hidrelétrica, manter um contato extremamente amistoso com os engenheiros da ELETRONORTE e contar com seu apoio na conserva do trecho da BR-174 que ia de Manaus até Presidente Figueiredo.

Em decorrência da inundação de 30 mil hectares da Terra Indígena WA, a ELETRONORTE assumiu o compromisso de procurar minimizar os impactos Socioambientais que poderiam afetar a Comunidade WA através do Programa Waimiri-Atroari.

Programa Waimiri-Atroari (PWA)

Em 1988, teve início o PWA que desenvolveu uma ação indigenista junto à Comunidade. O Programa resultou em uma produção agrícola, animal (peixes e gado), proporcionando uma total independência alimentar. Antropólogos conseguiram resgatar suas práticas culturais e, na área da educação, foram construídas 19 escolas com 55 Professores indígenas. Na área da saúde, conseguiram atingir a vacinação de 100 % dos nativos WA. A população apresenta, hoje, um crescimento anual de 5,88 % tendo atingido, em julho de 2009, o número 1.330 de indivíduos.

Minha Experiência Com os WA

Nos idos de 1983, como Capitão de Engenharia, fui designado Comandante da 1ª Companhia de Engenharia de Construção do 6° BECnst sediado em Boa Vista, Roraima. A missão da Companhia era a manutenção da BR-174, no trecho que ia do quilômetro 0 (zero), Manaus, até o Rio Jauaperi (Km 89 – BR-210) em Roraima. A sede da Companhia ficava ao Sul da reserva WA, no quilômetro 202 da BR-174, cuja estrada cortava a reserva ao meio.

Na época, o líder dos WA era o Tuxaua Viana, inteligente, empreendedor e muito amigo dos militares a quem entreguei, por diversas vezes, livros didáticos. O Viana era um aficionado pela Matemática e resolvíamos, juntos, alguns exercícios atendendo às suas solicitações. Nas minhas inspeções ao trecho, eu visitava cada uma das aldeias localizadas ao longo das estradas e fazia um salutar comércio com as lideranças. Trocava a farinha que eles produziam por gêneros diversos e pequenos animais (porcos e galinhas) que criávamos na Companhia, ensinando-lhes os procedimentos corretos que deveriam adotar para mantê-los.

Servia comigo o Doutor Leônidas Sales Sampaio, valoroso e extremamente dedicado oficial médico R/2 que aceitou de bom grado a incumbência de vacinar todos os WA da reserva, cuja área é um quarto do estado de Santa Catarina. Muitas vezes o Sampaio tinha que arrastar ou carregar nas costas a canoa, que o apoiava, através das pedras do Rio Alalau e seus afluentes para chegar às aldeias mais distantes. Era um trabalho voluntário e ele não tinha nenhuma obrigação de fazê-lo. A vacinação intensiva dos WA iniciou-se com o Dr. Sampaio e não com o "*Programa WA*".

Recebíamos atenciosamente, por diversas vezes, na sede da Companhia, os nativos para atendimento médico. O relacionamento era extremamente amigável e éramos muito bem recebidos nas Aldeias, frequentemente acompanhado de minha esposa e filhas de um e três anos nas visitas. Consegui, em agosto de 2010, graças ao amigo Paulino (ex-funcionário da FUNAI), restabelecer contato com o Dr. Sampaio e sua esposa Drª Zeina Michiles Sampaio. Solicitei a ele um pequeno relato de sua passagem pelo Abonarí, que reproduzo a seguir:

O Dr. Sampaio é, atualmente, médico Infectologista e Gerente de Vigilância de Doenças Transmissíveis no Amazonas:

Abonarí – Amazonas – Berço do Princípio de Saúde Coletiva de um Médico Aspirante a Oficial

Ao ser responsável médico pelos recursos humanos militares e civis contratados atuantes na manutenção da BR-174, estudei muito na enfermaria para elucidar o diagnóstico de diversas doenças que incidiam na Comunidade.

A malária incidia na Comunidade branca e indígena da área.

Entrei no exército como amigo e tive que me tornar um militar de verdade, para acompanhar satisfatoriamente a rotina, com seu estatuto perfeito e na dependência de ser operado por seres humanos justos e honestos, como em qualquer organização social.

Com poucos pacientes a serem atendidos na enfermaria, comecei a achar que poderia levar saúde à população às margem da BR-174 e visitar regularmente os pelotões sediados na Estrada, além de atuar nas Comunidades indígenas "*Waimiri-Atroari*" na reserva indígena sob a proteção da União.

Após minha primeira visita foi constatada a indignação do funcionário da FUNAI Sr. Paulino, que consistia na ausência de atenção médica aos indígenas por mais de seis meses, que concorreram para a continuidade do acompanhamento médico aos indígenas, por todo o ano que passei no exército, que apesar do médico da FUNAI ser chamado por várias vezes para discutirmos saúde indígena, nunca compareceu nas Aldeias.

> Isso motivou uma atenção médica e odontológica por parte do exército sediado no Abonarí, até mesmo às localidades distantes e de difícil acesso.
>
> No Plano de Atenção Médica às Comunidades da Estrada apresentado ao então Capitão Hiram Reis e Silva, a saúde indígena tomou vulto regular de atuação, com programa de vacinação estimulado, controle de endemias como a malária e doenças diarreicas operado nas Comunidades indígenas, além de tratamento radical de processos infecciosos e contagiosos e patologias diversas de incidência na área indígena, levando a contrapeso a atenção odontológica preventiva e curativa.
>
> Toda essa atuação, de certeza ajudou a inverter os índices negativos de crescimento populacional do povo "*Waimiri-Atroari*" e melhorar a saúde da população indígena e ao longo dessa rodovia federal. A atenção médica aos militares e civis da região não foi interrompida, haja vista, a operação de ações na área indígena ser levada a termo nas sextas e sábados.
>
> Não havia feriado e domingos no acampamento militar do Abonarí, apenas "*arejamento*" mensal. (Leônidas Sales Sampaio)

Qual não foi minha surpresa quando tive, por mais de uma vez, negado meu acesso à reserva nas minhas últimas idas à região! O indigenista José Porfírio Fontenele Carvalho, contratado pelo "*Programa Waimiri-Atroari*" da Eletronorte, não vê com bons olhos a aproximação dos nativos com elementos do Exército. Esquece Porfírio que, se a população dos WA cresceu desde a década de 80, foi graças ao trabalho de heróis anônimos como o Dr. Sampaio, Dr. Alexandre e tantos outros militares que emprestaram sua total solidariedade à causa dos WA.

<u>*Stephen Grant Baines*</u>

Os antropólogos de hoje fundamentam suas "*teses*" e "*laudos antropológicos*" em posicionamentos ideológicos carregados de posturas pré-concebidas e não em fatos e comprovações científicas.

O Dr. Stephen Grant Baines é apenas um exemplo destes famigerados antropólogos estrangeiros que são acolhidos pelas hostes entreguistas que vicejam neste país a soldo de interesses estrangeiros. Vejamos um exemplo de como eles "*constroem*" suas teses e as mesmas são acolhidas pelas Comunidades científicas nacionais.

Na sua "*tese*", se é que assim pode ser chamada, "*O Território dos Waimiri-Atroari e o Indigenismo Empresarial*" o pseudo-antropólogo Dr. Baines, hoje Professor da Universidade de Brasília – UNB, que conheci, nos idos de 1983, afirma, forjando fatos a seu bel-prazer.

> Um militar, Capitão do 6° BEC, que acompanhava o General Euclydes de Oliveira Figueiredo e <u>representantes da Paranapanema</u> em suas visitas a esta área indígena, <u>organizou reuniões em Manaus</u> em 1983, <u>apoiando a proposta da Paranapanema</u> de financiar a implantação de fazendas-modelo em troca de autorização para realizar pesquisa e lavra de mineração dentro da área indígena através de acordos diretos entre a empresa e os capitães "*Waimiri-Atroari*" com o pagamento de royalties.
>
> Argumentava que tal proposta "*comprovaria*" que "*pode haver uma convivência harmônica entre empresas mineradoras de lavra mecanizada e índios*". Propôs, também, uma Portaria para permitir a pesquisa e lavra por empresas mineradoras privadas em áreas indígenas. (BAINES)

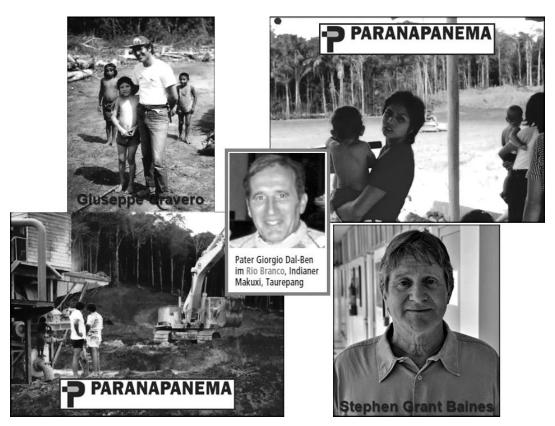



Imagem 12 – Minas do Pitinga, Craveiro, Giorgio e Baines

A inspeção, em julho de 1983, do Gen Euclydes de Oliveira Figueiredo, Comandante do Comando Militar da Amazônia (CMA), foi uma inspeção de rotina a uma Unidade Militar sob seu comando e *só faziam parte da comitiva militares do comando do CMA, 2*° *Grupamento de Engenharia de Construção e do 6*° *BEC*. Na oportunidade, a construção de uma escolinha foi solicitada pelo líder WA, o Tuxaua Viana, ao General Figueiredo, que determinou que eu providenciasse para que isso fosse concretizado. No dia seguinte, procurei o Dr. Zan (coordenador do Projeto Pitinga) que imediatamente assumiu a construção da escolinha, atendendo à orientação do Viana em relação à localização, dimensões, características, etc. A escola e as instalações para o docente, concluída em tempo recorde, foi inaugurada no início de 1984, mas levou dois anos para que a FUNAI designasse um Professor para a mesma.

O antropólogo não estava presente na ocasião e não tem noção nenhuma da hierarquia militar, afirmando que o Capitão do 6° BECnst "*organizou reuniões em Manaus*" como se eu pudesse ter autoridade para isso. *A visita de inspeção e as reuniões nada têm em comum,* foram fatos totalmente isolados, mas o tal "*Doutor*" não parece se preocupar em apurar a veracidade dos fatos na sua falaciosa "*tese*". A verdade é que o *Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários General Danilo Venturini*, em agosto de 1983, determinou ao Comandante do 6° BEC, Coronel de Engenharia Ornélio da Costa Machado, que *realizasse estudos junto às Comunidades nativas para verificar da possibilidade de exploração de minérios em terras indígenas por empresas privadas*. Depois de *ouvir primeiramente as lideranças WA, suas reivindicações e aspirações* (elas é que solicitaram a criação de 100 cabeças de gado em pequenas fazendas-modelo), iniciei, junto com meu

convidado o pseudo-antropólogo Baines, uma série de reuniões, com a FUNAI e representantes da Paranapanema. Ao final, apresentei um relatório em que mostrava as pretensões das lideranças caso sua terra fosse objeto de exploração mineral, as colocações da FUNAI, do Baines e do Grupo Minerador Paranapanema. Minha conclusão era de que a exploração era viável desde que respeitadas e ouvidas as Comunidades envolvidas, a FUNAI e que os nativos tivessem uma contrapartida da extração.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 88.985, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1983

O resultado de meu Relatório foi concretizado poucos meses depois através do Decreto n° 88.985, de 10.11.1983 que, no seu Artigo 4, especifica que:

> **Art. 4°** As autorizações de pesquisa e de concessões de lavra em terras indígenas, ou presumivelmente habitadas por silvícolas, serão outorgadas a empresas estatais integrantes da administração federal e somente serão concedidas quando se tratar de minerais estratégicos necessários à segurança e ao desenvolvimento nacional.
>
> **§ 1°** Em casos excepcionais, considerado cada caso, pela Fundação Nacional do índio e pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, poderão ser concedidas autorizações de pesquisa e concessões de lavra a empresas privadas nacionais, habilitadas a funcionar como empresas de mineração. (DECRETO N° 88.985)

A Constituição de 1988 respaldou meu Relatório e o Decreto 88.985 reafirmando que:

Art. 49 É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XVI autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

Art.176 As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

§ 1° A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o caput deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou Terras Indígenas.

Você é Branco? Cuide-se!

(Dr. Ives Gandra da Silva Martins)

Hoje, tenho eu a impressão de que o "*cidadão comum e branco*" é agressivamente discriminado pelas autoridades e pela legislação infraconstitucional, a favor de outros cidadãos, desde que sejam índios, afrodescendentes, homossexuais ou se autodeclarem pertencentes a minorias submetidas a possíveis preconceitos. Assim é que, se um branco, um índio e um afrodescendente tiverem a mesma nota em um vestibular, pouco acima da linha de corte para

ingresso nas Universidades e as vagas forem limitadas, o branco será excluído, de imediato, a favor de um deles! Em igualdade de condições, o branco é um cidadão inferior e deve ser discriminado, apesar da Lei Maior.

Os índios, que, pela Constituição [Art. 231], só deveriam ter direito às terras que ocupassem em 05.10.1988, por lei infraconstitucional passaram a ter direito a terras que ocuparam no passado.

Menos de meio milhão de índios brasileiros – não contando os argentinos, bolivianos, paraguaios, uruguaios que pretendem ser beneficiados também – passaram a ser donos de 15% do território nacional, enquanto os outros 185 milhões de habitantes dispõem apenas de 85% dele. Nessa exegese equivocada da Lei Suprema, todos os brasileiros não-índios foram discriminados.

Aos "*quilombolas*", que deveriam ser apenas os descendentes dos participantes de quilombos, e não os afrodescendentes, em geral, que vivem em torno daquelas antigas Comunidades, tem sido destinada, também, parcela de território consideravelmente maior do que a Constituição permite [Art. 68 ADCT], em clara discriminação ao cidadão que não se enquadra nesse conceito.

Os homossexuais obtiveram, do Presidente Lula e da Ministra Dilma Roussef, o direito de ter um Congresso financiado por dinheiro público, para realçar as suas tendências, algo que um cidadão comum jamais conseguiria.

Os invasores de terras, que violentam, diariamente, a Constituição, vão passar a ter aposentadoria, num reconhecimento explícito de que o governo considera, mais que legítima, meritória a conduta consistente em agredir o direito.

Imagem 13 – Terra Indígena Raposa e Serra do Sol

Trata-se de clara discriminação em relação ao cidadão comum, desempregado, que não tem este "*privilégio*", porque cumpre a lei. Desertores e assassinos, que, no passado, participaram da guerrilha, garantem a seus descendentes polpudas indenizações, pagas pelos contribuintes brasileiros. Está, hoje, em torno de 4 bilhões de reais o que é retirado dos pagadores de tributos para "*ressarcir*" àqueles que resolveram pegar em armas contra o governo militar ou se disseram perseguidos. E são tantas as discriminações, que é de se perguntar:

– De que vale o Inciso IV do Art. 3° da Lei Suprema?

Como modesto advogado, cidadão comum e branco, sinto-me discriminado e cada vez com menos espaço, nesta terra de castas e privilégios. (MARTINS)

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Art. 3° Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Caboclo I
(Thales Bastos Chaves)

Ao saudoso bardo Juvenal Galeno

Caboclo da serra
Ligeiro e valente
Que vive contente
Na paz e na guerra;

Caboclo meu irmão
Que diz no repente
As mágoas que sente
No seu coração;

No verso que chora
Da triste cantiga
Fugindo à fadiga
Que a dor lhe devora;

Esperto mulato
Pacato e teimoso
Alegre e saudoso
Caboclo do mato;

Audaz seresteiro
Das notas doridas
Curando as feridas,
Do peito fagueiro;

Que canta na rua
Na noite estrelada
Traz coisas do nada
Se inspira na Lua;

Se agarra no pinho
Feliz solitário
Subindo o calvário
Do tredo ([5]) caminho; [...]

---

[5] Tredo: traiçoeiro.

Stavenhagen e a TIRSS

Os índios, que são todos aculturados, já se julgam independentes e querem fazer denúncias diretamente à Organização dos Estados Americanos, como se fossem estados-membros da OEA. Na verdade, eles nem obedecem mais às leis brasileiras.
(Celso Serra)

Rodolfo Stavenhagen

O mexicano Rodolfo Stavenhagen, professor do Centro de Estudos Sociológicos do Colégio do México e, durante sete anos, relator da ONU, em palestra sobre o tema "*Os Povos Indígenas, novos Cidadãos Mundiais*", na Faculdade de Educação do Campus da Universidade de Brasília (UnB) se disse preocupado com a possibilidade da demarcação da Raposa Serra do Sol ser revista.

Stavenhagen comparou a crise em Roraima, na TIRSS, ao impasse criado com a Comunidade indígena Mayagna Awas Tingni, na Nicarágua. "*Foi um divisor de águas na jurisprudência internacional, foi a primeira vez que a corte interamericana assumiu a defesa aberta dos direitos dos povos indígenas*", afirmou Stavenhagen, e concluindo, "*essa sentença é válida para o Brasil*".

Histórico do Caso "*Mayagna Awas Tingni*"

O governo da Nicarágua deu permissão à empresa coreana SOLCARSA (Sol Del Caribe S.A.) para que essa construísse estradas e explorasse a madeira nas terras dos Mayagna Awas Tingni. A concessão foi feita sem consulta prévia às autoridades mayagnas ou ao Conselho Indígena da Região Autônoma do Atlântico Norte, onde vive a Comunidade Mayagna.

A Comunidade, representada por Jaime Castillo Felipe, apelou para que o governo determinasse que a companhia SOLCARSA saísse de seu território. Foram feitas diversas denúncias junto ao Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais, órgão que outorgara a concessão para a exploração de madeira em terras ocupadas tradicionalmente pela Comunidade, e como nenhuma medida fosse tomada, recorreram à Suprema Corte de Justiça da Nicarágua. A Corte entendeu que a concessão violava a lei nicaraguense tendo em vista que os povos indígenas não haviam dado permissão. Apesar da decisão da Suprema Corte ser favorável à Comunidade Indígena, a empresa coreana, com aval do governo, continuou explorando a madeira e destruindo as florestas das terras Mayagna que resolveram apresentar uma denúncia perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

A Corte estabeleceu que, apesar das leis nicaraguenses reconhecerem e protegerem as propriedades comunais indígenas, não estabelecem medidas legais adequadas que assegurem o exercício desse direito mediante a definição, demarcação e titulação de terras. A Corte salientou os estreitos vínculos dos indígenas com a terra, que serve de base fundamental para sua cultura e seu sustento moral e físico.

Em agosto de 2001, a Corte julgou que o governo nicaraguense não havia tomado:

> medidas efetivas que assegurassem os direitos de propriedade da Comunidade às suas terras ancestrais e recursos naturais, assim como ter outorgado uma concessão nas terras da Comunidade sem seu prévio consentimento e, ainda, não haver se empenhado efetivamente em responder às queixas da Comunidade sobre seus direitos de propriedade.

Segundo a decisão da Corte, o governo nicaraguense, cometeu as seguintes violações da Convenção Americana:

- O artigo 01 - direitos humanos;
- O artigo 21 - direito à propriedade privada;
- O artigo 25 - direito à proteção judicial.

Contrariou, também, os preceitos da Constituição da Nicarágua que estabelece que os povos indígenas devem aprovar as permissões e concessões federais relativas à exploração dos recursos naturais de suas terras. A Corte decidiu que o Estado nicaraguense deve tomar as seguintes medidas para respeitar os direitos ancestrais sobre seus territórios:

- Delimitar, demarcar e titular as terras;
- Não comprometer mais seus territórios;
- Pagar uma indenização, à Comunidade, por danos materiais de 50 mil dólares;
- Pagar à Comunidade 30 mil dólares por gastos advocatícios.

Os comentários de Rodolfo Stavenhagen, comparando dois casos tão distintos como o dos Mayagna e a TIRSS, deixam-nos entrever a visão da ONU, a serviço dos países do 1° mundo e seu apoio incondicional à ação das ONGs, cujo objetivo final é conseguir transformar as terras indígenas em países autônomos.

Esta autonomia é preconizada pela "*Convenção Relativa aos Povos Indígenas*" de que foram signatários nossos alienados políticos, em 2004, e ratificada nos termos da "*Declaração Universal dos Direitos dos Indígenas*", reconhecida pelo Itamaraty, em 2007.

Prepotência, e Separatismo dos Jagunços do CIR

O Cacique Edson Alves Macuxí, do CIR, em entrevista a vários jornais afirmou: "*Se o Supremo decidir contra os índios, vamos reunir 5.000 guerreiros e fazer a desocupação de nossa terra na marra*".

"A agricultora indígena, Cacilda Brasil, vive um dilema jamais imaginado ao longo de seus 76 anos de idade. Após ser retirada da propriedade onde morou por mais 50 anos, sob a alegação de que não tinha origem indígena, ela está liberada para voltar para a reserva Raposa/Serra do Sol, desde que não leve os filhos, pelo fato de os mesmos serem filhos de brancos".
(Tiana Brazão – Secom/ALE-RR – 16.04.2008)

O CIR encaminha carta ao STF defendendo a demarcação contínua e ainda sugere modificações no Estatuto dos Índios:

> Queremos que seja aprovado um Estatuto Indígena que regulamenta a exploração das riquezas minerais, dos nossos recursos hídricos e que contempla outras áreas como educação e saúde. Não queremos ganhar migalhas de royalties, queremos vender o nosso produto ao Brasil. Também não queremos ganhar migalhas de royalties com a construção da hidrelétrica de Cotingo. Temos condição de construí-la e de vender energia ao Estado.

A Visão de Indígenas Patriotas e Esclarecidos

O Macuxí Sílvio da Silva, Presidente da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (SODIURR), diz que o CIR está a serviço dos estrangeiros. A Sociedade é composta por três entidades que reúnem mais de 13 mil membros. Sílvio é a favor dos arrozeiros. "*São eles que garantem a produção e o desenvolvimento na região*".

Lauro Barbosa, da SODIURR afirmou que o "*CIR é papagaio dos estrangeiros*", e que:

> O CIR não sabe o que diz. Eles são como papagaios, ensinados pelo padre Giorgio. Tudo o que o padre os manda falar, o CIR fala. Sempre falam a mesma coisa, porque é o que o padre lhes manda falar. [...] Roraima vai acabar se retirarem os rizicultores, que estão trabalhando em Raposa.

Relatou Jonas Marcolino, da SODIURR:

> Muitas pessoas que lá estão nós sabemos que elas têm o direito de permanecer, pois nasceram e foram criadas na Raposa. É uma questão imprevisível, não poderia ser de outra forma, mas é uma decisão do Estado nacional soberano e é impossível que a gente reverta de maneira reivindicatória, pois é uma decisão político-administrativa que está sobrepujando a questão judiciária.

Valdísia da Silva, indígena da Comunidade Prakuár, critica os parentes que defendem a expulsão dos arrozeiros da área disse:

> Se ficar essa área liberada, ninguém faz nada. Nossos irmãos do CIR só dão dor de cabeça para nós, empatam a pescaria, não querem trabalhar, só querem ficar dormindo e comendo sem fazer nada. Nós não somos mais índios, nós somos aculturados, somos brancos já. A maioria é casada com branco, tem filho branco, marido preto e não sou contra isso. Os arrozeiros ajudam as comunidades da área.

Associação dos Excluídos da TIRSS

Manifesto da Associação (composta por mais de 400 famílias expulsas), assinado pelo seu Vice-Presidente, Eloi Lucena Coelho Júnior, diz:

Considerando que a discussão judicial envolvendo a desocupação da área Raposa/Serra do Sol ainda não foi definida pelo Supremo Tribunal Federal, não sendo determinada a justa indenização pelas benfeitorias de centenas de famílias que, durante mais de um século, desenvolveram econômica e socialmente a região; considerando que algumas comunidades indígenas, comandadas pelo CIR têm criado um ambiente de terror, ameaçando e humilhando nossos associados, buscando intimidá-los e expulsá-los de suas casas, mesmo antes da justa indenização que lhes cabe; considerando, ainda, que no dia de ontem se iniciou a denominada Operação Upatakon III, que visa a expulsar todos os moradores não-índios da área TIRSS, já existindo, inclusive, vítimas da arbitrariedade da PF; considerando, por fim, as 468 famílias de não-índios que vivem na região da TIRSS, que estão em situação de risco de morte. Vem a público repudiar os atos do Governo Federal contra o Estado de Roraima, atacando cidadãos humildes e suas famílias, que não possuem condições financeiras de arcar com os custos de mudança de seus pertences, de seus animais e de seus filhos, não tendo sequer local para colocar esses objetos e pessoas.

Mídia Nacional

O conflito instalado em Roraima não é apenas entre arrozeiros e índios, como deixa transparecer a mídia, mas também, e, principalmente, entre os próprios índios. Há uma nítida cisão entre aqueles que são capitaneados e manipulados pelo CIR, fiéis a sua cartilha separatista, e os demais que convivem pacificamente com os brancos e estão totalmente integrados ao Estado brasileiro. A mídia falaciosamente deturpa a verdade, referindo-se ao número de arrozeiros a serem retirados da região: são 468 proprietários e não seis ou sete, como afirmam insistentemente.

“*Apartheid*” em Bagé e na TIRSS

Brasil um País de Todos!
Não!
Brasil um País de Tolos!

Apartheid

A mestiçagem unifica os homens separados pelos mitos raciais. A mestiçagem reúne sociedades divididas pelas místicas raciais e grupos inimigos.
(Gilberto de Mello Freyre)

Trabalhava em um dos capítulos anteriores, “*Resgates Históricos? Por quê?*”, quando minha parceira Rosângela Schardosim, de Bagé, me informou que estavam querendo “*plantar*” um Quilombo em Bagé. Em nome de um pretenso “*Resgate Histórico*”, mais uma vez o Governo Federal estava permitindo a implantação do “*apartheid”*, desta vez entre negros e brancos e entre os próprios negros. Ao invés de unir as pessoas, o Governo Federal, através do INCRA, consegue promover a cisão até mesmo dentro da própria Comunidade Negra. Um governo, realmente democrático, não deveria, jamais, promover a separação de cidadãos brasileiros em castas raciais ou de qualquer espécie. Desta vez, ONGs a soldo do desgoverno ***P****e****T****ralha* querem expulsar cidadãos ordeiros do Distrito de Palmas, Município de Bagé, usando pretensas e fraudulentas justificativas históricas.

Terra Indígena Raposa e Serra do Sol (TIRSS)

Vamos fazer uma breve digressão histórica, antes de apresentarmos o caso do suposto Quilombo de Bagé, para mostrar como costumam agir democraticamente as Instituições Públicas nestes casos.

No caso da Raposa e Serra do Sol, o Ministro da ***In****Justiça* – Tarso Genro, deu uma clara demonstração da “*isenção*” que as autoridades da República devem ter na resolução de conflitos deste gênero. Tarso, na época em que ainda não se tinha definido o tipo de demarcação, foi a Roraima para ouvir, apenas, as lideranças indígenas ligadas à ONG denominada Conselho Indígena de Roraima (CIR), que defendiam a demarcação contínua.

A Força Nacional e a Polícia Federal agiram como MEGANHAS, jagunços mesmo, de republiqueta de 5ª categoria seguindo à risca as ordens de Tarso. O jornalista Reinaldo Azevedo publicou, na época, um artigo mostrando a ação altamente condenável dos “*Homens de Preto*” – a regiamente paga “*Gestapo de Tarso Genro*”. A ação truculenta da Polícia Federal (PF) é um exemplo legítimo dos procedimentos altamente “*democráticos*” que a camarilha petista instalada no Ministério da ***In****Justiça* tanto defende.

> Tarso, fica claro a cada dia, é um perigo para a democracia. Está evidente que ele se aproveita das licenças concedidas pelo estado de direito para transgredi-lo e para turvar a democracia.
>
> Não conhecíamos, até agora, detalhes da ação da PF em Raposa Serra do Sol.
>
> Vimos apenas o que publicou uma imprensa notavelmente bem comportada [com o governo], que já tinha elegido [é o certo no caso, não “*eleito*”] os seus bandidos e os seus mocinhos. Como é usual no Brasil, quem produz um alfinete que seja corre o risco de ir parar atrás das grades. Pois bem, para ver o vídeo, acesse o link:

www.youtube.com/watch?v=XpYsvQnfAFY

Vale a pena ver o vídeo todo para ressaltar o ridículo de Tarso Genro e de seus Homens de Preto. Mas uma passagem, em especial, merece ser apreciada: a invasão da Fazenda Canadá, a partir de 06 min e 31 s. Os agentes chegam e se trava, então, o seguinte diálogo:

– Proprietário – Tem mandado judicial?

– Policial – Negativo.

– Proprietário – Não tem mandado judicial?

– Policial – Não temos mandado judicial.

– Proprietário – Então eu não vou permitir vocês entrarem sem mandado judicial.

– Policial – <u>Então nós vamos entrar à força</u>.

– Proprietário – Perfeitamente.

– Policial – Como está sendo feito em outras propriedades também.

– Segundo Policial – O Senhor pode esclarecer como o Senhor vai resistir a isso?

– Proprietário – Posso, posso, eu vou resistir...

– Segundo Policial – Como?

– Proprietário – <u>Eu vou resistir dentro da legalidade</u>, <u>na Justiça</u>.

– Segundo Policial – O Senhor vai resistir de alguma outra forma?

– Proprietário – <u>Eu vou resistir dentro da legalidade</u>, <u>na Justiça</u>.

– Segundo Policial – Ok. Tudo bem.

E os meganhas cortam o cadeado e invadem a fazenda. Sem mandado judicial. O diálogo acima é por demais eloquente.

Dispensa grandes considerações Observem, se vocês quiserem um motivo adicional para indignação que, mesmo depois de o proprietário ter deixado claro que vai resistir na Justiça, há uma espécie de provocação, tentando induzi-lo a dizer algo que caracterize resistência ativa à ação policial – o que, certamente, levaria a PF a fazer o que fez com outro fazendeiro: meter-lhe algemas nos braços.

Este é o Estado Policial de Tarso Genro, o TROTSKISTA SURTADO. Como vocês bem sabem, a questão tramitava e tramita na Justiça, e os agentes federais jamais poderiam ter invadido uma propriedade sem mandado judicial. Como? "*Não é propriedade?*" "*É tudo dos índios?*" A questão, reitero, está "*sub judice*".

É mais um abuso de autoridade patrocinado pelo Ministro da "*Justiça*". (AZEVEDO, 2004)

Demarcações Ideológicas

O resultado final desse imbróglio todos nós sabemos: a demarcação foi feita a ferro e fogo. A imprensa comprometida ideologicamente não mostra o quadro atual que talvez sirva de reflexão para o caso de "*Palmas*". Os índios estão migrando para a capital de Roraima, Boa Vista, em busca de emprego e melhores condições de vida. Muitos deles gravitavam em torno das plantações de arroz e das pequenas propriedades rurais

de “*não índios*”, trabalhando como operadores de máquinas, peões, etc.Outros, atacados pelos facínoras do CIR procuram buscar segurança na capital do Estado. Não seria surpresa que, num futuro próximo, os Quilombolas venham a procurar apoio junto aos mesmos ruralistas, que sempre os apoiaram, e de quem hoje tentam surrupiar as terras.

Produtores Rurais e o Famigerado INCRA

Em abril de 2010, os produtores rurais estavam reunidos na Coxilha das Flores tratando da atitude a ser tomada para se defenderem do “*Projeto dos Horrores*” elaborado sorrateiramente pelo INCRA, onde, ignorando o direito à propriedade, sob um “*suspeitíssimo*” estudo antropológico, decidiram desapropriar pequenos produtores rurais para ampliar as áreas que os afrodescendentes já possuem, quando começou a correria.Três funcionários do INCRA, pilotando uma Picape cabine dupla do Governo Federal, passaram pela barreira de produtores com o intuito de dar início aos trabalhos. Os proprietários rurais se organizaram e impediram a vistoria por parte dos “*Militantes Petralhas*”, travestidos de funcionários do INCRA, que pretendiam iniciar o levantamento fundiário, do *forjado território da Comunidade Quilombola de Palmas*. O assessor jurídico da Federação de Agricultura no Rio Grande do Sul [Farsul] Nestor Hein conversou com os funcionários que se retiraram.

Nota do INCRA (Militância Petralha)

A Superintendência Regional do INCRA/RS, condenou a situação de conflito criada em Bagé pelos proprietários rurais, se esquecendo que eles mesmos é que fomentaram a confusão.

Resgate Histórico?

A demarcação de áreas em nome de um “*Resgate Histórico”* é um tremendo engodo, conversa para boi dormir.

A “*fabricação*” de Comunidades Quilombolas está fomentando, no país, mais um “*Apharteid Étnico*” idêntico ao que se vê hoje implantado pelos indígenas da Raposa e Serra do Sol, em relação aos não índios.

Viúvas do Muro de Berlim

São as viúvas do muro de Berlim,
que ainda tentam ressurgir na América Latina.
(Gedeão Silveira Pereira)

O Vice-Presidente da Farsul, Gedeão Silveira Pereira, recriminou a ação dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Cultura asseverando, categoricamente, que esses órgãos promovem a insegurança jurídica nas propriedades rurais e afirmando que:

– Tentam aniquilar Bagé em termos de reforma agrária.

Testemunhos

O casal José Bayard Rodrigues, 72 anos, e Sônia Maria de Paula Rodrigues, 60 anos, contaram para a reportagem do Jornal Minuano que são descendentes de Quilombolas. Eles marcaram presença na reunião.

“*Isso que estão fazendo é uma ignorância, nos damos com todo mundo e moramos no que é*

> > *nosso*", disse José Rodrigues. A esposa acrescenta que a situação só vai criar inimizades entre brancos e negros [...].
>
> O ex-Vereador Antenor Teixeira, que é de Palmas, foi contundente durante pronunciamento. "*Querem ver fora daqui brancos e negros*", bradou. Ele lembrou a trajetória de amizade na região entre famílias das duas raças. Um produtor rural *pediu* a união dos moradores e falou que já passou por situação parecida com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST]. "*Não tenho vergonha de dizer que fui corrido da minha terra*", desabafou. Alguns produtores que foram notificados não quiseram revelar nomes para a reportagem.
>
> O argumento deles é de que, com isso, poderiam ferir amizades com algumas famílias negras que residem na região. Os que se manifestaram afirmaram que não existiram Quilombos em Palmas. <u>O que aconteceu foi que estancieiros tinham o costume de doar pequenos lotes para capatazes e outros empregados</u>. A informação é de que muitas dessas terras que foram doadas sequer foram escrituradas até hoje. (SOUSA)

Os Heróis da Amazônia e de Bagé

Não apenas os ruralistas, mas todos bajeenses deveriam se mobilizar contra os desmandos de um governo inepto e inconsequente, como fizeram, no passado, Plácido de Castro e Joaquim Caetano na longínqua Amazônia. Nos dois históricos episódios em que tivemos de recorrer às armas para defender nossas fronteiras, na Amazônia tivemos êxito graças à ação invulgar desses dois gaúchos. No Acre, José Plácido de Castro, gaúcho de São Gabriel, liderou a "*Epopeia Acreana*" derrotando o exército boliviano apesar da falta de apoio do governo brasileiro.

A Questão do Contestado Franco-Brasileiro, no Amapá, foi favorável ao Brasil graças aos argumentos insofismáveis de Joaquim Caetano da Silva, gaúcho de Cerrito (Jaguarão). Perdemos o Pirara para os ingleses, porque as forças militares foram retiradas da região permitindo que os ingleses agissem aliciando indígenas com uma participação importante da Igreja luterana.

"Os Cães Ladram e a Caravana Passa"

Em resposta a meus artigos, os membros de ONGs, que faturam alto com a "*fabricação*" de Quilombos, publicaram a "*ameaçadora*" (estou "*preocupadíssimo*" com as tais ameaças) nota carregada das mesmas conotações racistas que tanto repudiam.

> Nós, Quilombolas da Rede Quilombos do Sul, na Região da Campanha, representados pela FACQRS – Federação de Comunidades Quilombolas do Estado do RS e nacionalmente pela Coordenação Nacional de Comunidades Rurais Quilombolas [CONAQ] reafirmamos a luta histórica e de resistência secular das Comunidades Quilombolas no Brasil [...]
>
> Os mesmos que organizam um documento chamado o "*Apartheid de Bagé*", que condena o segmento ruralista da primeira à última linha, acusando o laudo antropológico da Comunidade de Palmas realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul de falso, manifestando por escrito suas opiniões fascistas e criminosas, daqueles que não querem perder seus privilégios mantidos ao longo da história deste país, às custas da exploração dos negros e negras no campo e na cidade. [...]
>
> Desta forma, esperamos que a hóstia seja proibida para os 50 fazendeiros, e todos os seus apoiadores como o Sr. Hiram com toda sua IRA [...] que a Polícia

> Federal exerça seu poder de Polícia sobre quem descumprir a Lei [Leve um Fazendeiro ao Menos para o Xilindró] no exercício pleno de Proteção as Comunidades Quilombolas [...]
>
> ... e sobretudo o ataque fascista e racista como é o documento intitulado o "*Palmas, o Apartheid de Bagé*" – de autoria do Sr. Hiram Reis e Silva, Coronel Engenheiro, Professor do CMPA [Colégio Militar de Porto Alegre] contra o qual também tomaremos providências.

As Minorias Radicais

Basta que não se concorde com o posicionamento das "*ditas minorias*" para ser taxado de "*fascista e racista*". Digo "*ditas minorias*" porque, estatisticamente na verdade, compõem a maior parte da população brasileira. Serão eles os únicos donos da verdade? Nas mais de trezentas palestras que fiz nos últimos dez anos, faço uma preleção do saudável caldeamento racial que gera, na nossa terra, os mais belos matizes de todos os continentes.

Flui nas minhas veias o sangue valoroso dos Charruas, que nunca se dobraram a interesses vis e mercantilistas. Estes movimentos segregacionistas que apartam irmãos pela cor da pele não têm autoridade moral para acusar quem quer que seja de racista, pois eles é que estão fomentando este tipo de reação tão indesejada na sociedade moderna. O documento não menciona, intencionalmente, a reação dos negros, de Palmas, cujas glebas viriam a fazer parte do tal "*Quilombo*". Estes pequenos produtores negros são contra a criação do "*Quilombo*" pois têm certeza de que, no final de tudo, o fruto de seu suado trabalho irá parar no bolso dos fabricantes de "*Quilombos*".

Demarcações Altamente Rentáveis

A excelente reportagem produzida pela Revista Veja mostra, claramente, como a política desencadeada pelo governo Lu**ll**a provoca a divisão dos brasileiros em raças e provoca a instabilidade e o terror. Os mestiços que moram nas proximidades de Quilombos declaram-se negros para não perderem o direito à terra e tornarem-se objeto de "*desintrusões*". Comunidades de caboclos, na região amazônica, assumem ares indígenas para pleitear demarcações antes que outras Comunidades vizinhas o façam e provoquem sua expulsão da área que habitam.

É o caos instalado em uma nação que permite que ONGs, muitas vezes estrangeiras, faturem alto produzindo laudos criminosos sem qualquer critério científico. <u>É o Império dos critérios ideológicos e mercantilistas sobrepujando os científicos</u>.

A Farra da Antropologia Oportunista
(Por Coutinho & Paulin & Medeiros)

> As dimensões continentais do Brasil costumam ser apontadas como um dos alicerces da prosperidade presente e futura do país. [...] as próximas gerações terão de se contentar em ocupar uma porção do tamanho de São Paulo e Minas Gerais. E esse naco poderá ficar ainda menor.
>
> O governo pretende criar outras 1.514 reservas e destinar mais 50.000 lotes para a reforma agrária. Juntos, eles consumirão uma área equivalente à de Pernambuco. A maior parte será entregue a índios e Comunidades de remanescentes de Quilombos. Com a intenção de proteger e preservar a cultura de povos nativos e expiar os pecados da escravatura, a legislação brasileira instaurou um rito sumário no processo de delimitação dessas áreas.

Os motivos, pretensamente nobres, abriram espaço para que surgisse uma verdadeira indústria de demarcação. Pelas leis atuais, uma Comunidade depende apenas de duas coisas para ser considerada indígena ou quilombola: uma declaração de seus integrantes e um laudo antropológico.

A maioria desses laudos é elaborada sem nenhum rigor científico e com claro teor ideológico de uma esquerda que ainda insiste em extinguir o capitalismo, imobilizando terras para a produção.

Alguns relatórios ressuscitaram povos extintos há mais de 300 anos.

Outros encontraram etnias em estados da Federação nos quais não há registro histórico de que elas tenham vivido lá. Ou acharam quilombos em regiões que só vieram a abrigar negros depois que a escravatura havia sido abolida.

Nesta reportagem, VEJA apresenta casos nos quais antropólogos, ativistas políticos e religiosos se associaram a agentes públicos para montar processos e criar reservas. Parte delas destrói perspectivas econômicas de toda uma região, como ocorreu em Peruíbe, no Litoral Sul de São Paulo. [...]

Os laudos antropológicos são encomendados e pagos pela Fundação Nacional do índio [FUNAI]. Mas, muitos dos antropólogos que os elaboram são arregimentados em organizações não governamentais [ONGs] que sobrevivem do sucesso nas demarcações.

A quantidade de dinheiro que elas recebem está diretamente relacionada ao número de índios ou quilombolas que alegam defender. Para várias dessas entidades, portanto, criar uma reserva indígena ou um quilombo é uma forma de angariar recursos de outras organizações estrangeiras e mesmo do governo brasileiro.

Especial

A FARRA DA ANTROPOLOGIA OPORTUNISTA

Critérios frouxos para a delimitação de reservas indígenas e quilombos ajudam a engordar as contas de organizações não governamentais e diminuem ainda mais o território destinado aos brasileiros que querem produzir

LEONARDO COUTINHO, IGOR PAULIN E JÚLIA DE MEDEIROS

As dimensões continentais do Brasil costumam ser apontadas como um dos alicerces da prosperidade presente e futura do país. As vastidões férteis e inexploradas garantiriam a ampliação do agronegócio e do peso da nação no comércio mundial. Mas essas avaliações nunca levam em conta a parcela do território que não é nem será explorada, porque já foi demarcada para proteção ambiental ou de grupos específicos da população. Áreas de preservação ecológica, reservas indígenas e supostos antigos quilombos abarcam, hoje, 77,6% da extensão do Brasil. Se a conta incluir também os assentamentos de reforma agrária, as cidades, os portos, as estradas e outras obras de infraestrutura, o total alcança 90,6% do território nacional. Ou seja, as próximas gerações terão de se contentar em ocupar uma porção do tamanho de São Paulo e Minas Gerais. E esse naco poderá ficar ainda menor. O governo pretende criar outras 1 514 reservas e destinar mais 50 000 lotes para a reforma agrária. Juntos, eles consumirão uma área equivalente à de Pernambuco. A maior parte será entregue a índios e comunidades de remanescentes de quilombos. Com a intenção de proteger e preservar a cultura de povos nativos e expiar os pecados da escravatura, a legislação brasileira instaurou um rito sumário no processo de delimitação dessas áreas.

Os motivos, pretensamente nobres, abriram espaço para que surgisse uma verdadeira indústria de demarcação. Pelas leis atuais, uma comunidade depende de apenas de duas coisas para ser considerada indígena ou quilombola: uma declaração de seus integrantes e um laudo antropológico. A maioria desses laudos é elaborada sem nenhum rigor científico e com claro teor ideológico de uma esquerda que ainda insiste em extinguir o capitalismo, imobilizando terras para a produção. Alguns relatórios ressuscitaram povos extintos há mais de 300 anos. Outros encontraram etnias em estados da federação nos quais não há registro histórico de que elas tenham vivido lá. Ou acharam quilombos em regiões que só vieram a abrigar negros depois que a escravatura havia sido abolida. Nesta reportagem, VEJA apresenta casos nos quais antropólogos, ativistas políticos e religiosos se associaram a agentes públicos para montar processos e criar reservas. Parte delas destrói perspectivas econômicas de toda uma região.

Os novos canibais

A foto acima parece estranha — e é. O baiano José Ailson da Silva é negro e professa o candomblé. Seu cocar é de penas de galinha, como os que se usam no Carnaval. Silva se declarou pataxó, mas os pataxós disseram que era mentira. Reapareceu tupinambá, povo antropófago extinto no século XVII. Ele é irmão do também autodeclarado cacique Babau, que vive em uma área que nunca foi habitada pelos tupinambás. Sua "tribo" é composta de uma maioria de negros e mulatos, mas também tem brancos de cabelos louros. Há seis anos, o grupo invade e saqueia fazendas do sul da Bahia, crimes que levaram Babau à prisão. Seu irmão motorista também esteve na cadeia, por jogar o ônibus sobre agricultores. As contradições e os delitos não impediram a Funai de reconhecê-los como índios legítimos e de oferecer-lhes uma reserva gigantesca, que englobaria até a histórica Olivença, um das primeiras vilas do país.

154 | 5 DE MAIO, 2010 | veja

veja | 5 DE MAIO, 2010 | 155

Imagem 14 – Revista Veja, 05.05.2010, Edição 2.163

Especial

LEI DA SELVA *Lula na comemoração da demarcação da Raposa Serra do Sol, que feriu o estado de Roraima*

como ocorreu em Peruíbe, no Litoral Sul de São Paulo. Outras levam as tintas do teatro do absurdo. Exemplo disso é o Parque Nacional do Jaú, no Amazonas, que englobou uma vila criada em 1907 e pôs seus moradores em situação de despejo. A solução para mantê-los lá foi declarar a área um quilombo do qual não há registro histórico. Certas iniciativas são motivadas pela ideia maluca de que o território brasileiro deveria pertencer apenas aos índios, tese refutada pelo Supremo Tribunal Federal. Há, ainda, os que advogam a criação de reservas indígenas como meio de preservar o ambiente. E há também — ou principalmente — aqueles que, a pretexto de proteger este ou aquele aspecto, querem tão somente faturar. "Diante desse quadro, é preciso dar um basta imediato nos processos de demarcação", como já advertiu há quatro anos o antropólogo Mércio Pereira Gomes, ex-presidente da Funai e professor da Universidade Federal Fluminense.

Os laudos antropológicos são encomendados e pagos pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Mas muitos dos antropólogos que os elaboram são arregimentados em organizações não governamentais (ONGs) que sobrevivem do sucesso nas demarcações. A quantidade de dinheiro que elas recebem está diretamente relacionada ao número de índios ou quilombolas que alegam defender. Para várias dessas entidades, portanto, criar uma reserva indígena ou um quilombo é uma forma de angariar recursos de outras organizações estrangeiras e mesmo do governo brasileiro. Não é por outro motivo que apenas a causa indígena já tenha arregimentado 242 ONGs. Em dez anos, a União repassou para essas entidades 700 milhões de reais. A terceira maior beneficiária foi o Conselho Indígena de Roraima (CIR). A instituição foi criada por padres católicos de Roraima com o objetivo de promover a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, um escândalo de proporções literalmente amazônicas. Instituída em 2005, ela abrange 7,5% do território do estado e significou a destruição de cidades, de lavouras e um ponto final no desenvolvimento do norte de Roraima — que, no total, passou a ter 46% de sua área constituída por reservas indígenas. Em dez anos, o CIR recebeu nada menos que 88 milhões de reais da União, mais do que a quantia repassada à delegacia da Funai de Roraima no mesmo período. Não é preciso dizer que a organização nem sequer prestou contas de como gastou esse dinheiro.

A ganância e a falta de controle propiciaram o surgimento de uma aberração científica. Antropólogos e indigenistas brasileiros inventaram o conceito de "índios ressurgidos". Eles seriam herdeiros de tribos extintas há 200 ou 300 anos. Os laudos que atestam sua legitimidade não se preocupam em certificar se esses grupos mantêm vínculos históricos ou culturais com suas preten-

UM PAÍS LOTEADO

A parcela do Brasil destinada à preservação do ambiente, comunidades indígenas, quilombolas e reforma agrária já beira 90% do território. Nos próximos anos, esse número deve subir ainda mais, porque o governo pretende demarcar mais 334 reservas ambientais, 232 indígenas, 948 quilombos e fornecer 50 000 lotes para a reforma agrária. A agricultura e as demais atividades econômicas terão apenas 8% da área para se desenvolver

EXTENSÃO JÁ DEMARCADA

Reservas e demais áreas de preservação ambiental:
5 500 000 quilômetros quadrados, 64,5% do território ou
O EQUIVALENTE A ACRE, AMAZONAS, RONDÔNIA, RORAIMA, AMAPÁ, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, TOCANTINS, PARÁ E MARANHÃO

Cidades e infraestrutura:
255 000 quilômetros quadrados, 3% do território ou
O EQUIVALENTE A CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PARAÍBA

Reservas indígenas e quilombos:
1 110 000 quilômetros quadrados, 13,1% do território ou
O EQUIVALENTE A GOIÁS, SERGIPE, DISTRITO FEDERAL, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO E RIO DE JANEIRO

Assentamentos de reforma agrária:
850 000 quilômetros quadrados, 10% do território ou
O EQUIVALENTE A SÃO PAULO, PARANÁ, SANTA CATARINA, RIO GRANDE DO SUL E ALAGOAS

EXTENSÃO QUE PODE VIR A SER DEMARCADA

Reservas indígenas e quilombos	72 600 quilômetros quadrados	1% do território
Assentamentos de reforma agrária	15 000 quilômetros quadrados	0,2% do território
Reservas e demais áreas de preservação ambiental	15 000 quilômetros quadrados	0,2% do território

equivalente a Pernambuco →

Quanto sobraria de território para produção e desenvolvimento: 700 000 quilômetros quadrados, 8% DO TERRITÓRIO OU O EQUIVALENTE A BAHIA E PIAUÍ

156 | 5 DE MAIO, 2010 | veja

veja | 5 DE MAIO, 2010 | 157

Imagem 15 – Revista Veja, 05.05.2010, Edição 2.163

Especial

Teatrinho na praia

Os boraris vivem em Alter do Chão, a praia mais badalada do Pará. Com pouco mais 200 pessoas, a etnia assimilou a cultura dos brancos de tal forma que desapareceu no século XVIII. Em 2005, Florencio Vaz, frade fundador do Grupo Consciência Indígena, persuadiu 47 famílias caboclas a proclamar sua ascendência borari. Frei Florêncio ensinou-lhes costumes e coreografias indígenas. O "cacique" Odair José, de 28 anos, reclamou do fato de VEJA tê-lo visitado sem anúncio prévio. "A gente se prepara para receber a imprensa", disse. Seu vizinho Graciano Souza Filho afirma que "ele se pinta e se fantasia de índio para enganar os visitantes". Basílio dos Santos, tio do "cacique", corrobora essa versão: "Não tem índio aqui. Os bisavós do Odair nasceram em Belém".

SANTARÉM (PA)
Área requerida: **800 quilômetros quadrados**
Beneficiados: 47 famílias declaradas boraris
Impacto: expulsa da área 250 famílias que não se declaram indígenas e empresas que absorvem 800 pessoas

Macumbeiros de cocar

Os cearenses de São Gonçalo do Amarante vivem um tormento. Sede do Porto de Pecém, o município espera abrigar uma refinaria, uma siderúrgica e um complexo industrial. Um padre, no entanto, convenceu seus fiéis de que esses investimentos os expulsarão do local. Sua única saída para ficar lá seria declararem-se indígenas. "Querem nos tirar terras que nossos pais e avós compraram com muito suor", reverbera o agente de saúde Francisco Moraes. Eles, então, compraram cocares, maracas e passaram a se pintar. "A gente sempre foi índio, só não sabia", diz Moraes, que agora se apresenta como "Cacique Júnior" e cultiva supostos hábitos dos índios anacés, extintos há 200 anos. "Faço macumba e a dança de São Gonçalo." A questão é que a origem da macumba é africana e a da dança, portuguesa.

SÃO GONÇALO DO AMARANTE (CE)
Área requerida: **330 quilômetros quadrados**
Beneficiados: 50 famílias declaradas anacés
Impacto: aborta investimentos de 20 bilhões de reais no Porto de Pecém

Made in Paraguai

Há dezoito anos, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) importou índios paraguaios e argentinos para o Morro dos Cavalos, em Santa Catarina. Hoje, vivem lá dezessete famílias. A maioria dos imigrantes só se expressa em espanhol, mas todos foram orientados a se declarar brasileiros. "A Funai e o Cimi falam para a gente dizer que é carijó", diz o guarani Milton Moreira, de 49 anos. Paraguaio, ele chegou a Santa Catarina quando tinha 6 anos, mas foi sua presença no local que embasou o pedido de criação da reserva. Curiosamente, Moreira se opõe à demarcação. "Cresci aqui porque meu pai não tinha mais onde me criar. Se esses antropólogos querem botar índio em qualquer lugar, por que não põem a gente para morar no apartamento deles?", pergunta Moreira.

PALHOÇA (SC)
Área requerida: **20 quilômetros quadrados**
Beneficiados: 17 famílias declaradas carijós
Impacto: atrasa a duplicação da BR-101 e eleva seus custos em 80 milhões de reais

sas raízes. Apresentam somente reivindicações de seus integrantes e argumentos estapafúrdios para justificá-las. A leniência com que a Funai analisa tais processos permitiu que comunidades espalhadas pelo país passassem a se apresentar como tribos desaparecidas. As regiões Nordeste e Norte lideram os pedidos de reconhecimento apresentados à Funai. Em dez anos, a população que se declara indígena triplicou. Em 2000, o Ceará contava com seis povos indígenas. Hoje, tem doze. Na Bahia, catorze populações reivindicam reservas. Na Amazônia, quarenta grupos de ribeirinhos de repente se descobriram índios. Em vários desses grupos, ninguém é capaz de apontar um ancestral indígena nem de citar costumes tribais. VEJA deparou com comunidades usando cocares comprados em lojas de artesanato. Em uma delas, há pessoas que aderiram à macumba, um culto africano, pensando que se tratasse da religião do extinto povo anacé. No Pará, um padre ensina aos ribeirinhos católicos como dançar em honra aos deuses daqueles que seriam seus antepassados.

Casos assim escandalizam até estudiosos benevolentes, que aceitam a tese dos "índios ressurgidos". "Não basta dizer que é índio para se transformar em um deles. Só é índio quem nasce, cresce e vive num ambiente de cultura indígena original", diz o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Declarar-se índio, no entanto, além de fácil, é uma farra. No governo do PT, basta ser reconhecido como índio para ganhar Bolsa Família e cesta básica. O governo gasta 250% mais com a saúde de um índio — verdadeiro ou das Organizações Tabajara — do que com a de um cidadão que (ainda) não decidiu virar índio. O paradoxo é que, em certas regiões, é preciso ser visto como índio para ter acesso a benesses da civilização. As "tribos" têm direito a escolas próprias, o que pode ser considerado um luxo no interior do Norte e do Nordeste, onde milhões de crianças têm de andar quilô-

158 | 5 DE MAIO, 2010 | veja

veja | 5 DE MAIO, 2010 | 159

Imagem 16 – Revista Veja, 05.05.2010, Edição 2.163

Especial

Índio bom é índio pobre

Em 2000, cinquenta famílias de guaranis se mudaram para uma praia em Peruíbe, no Litoral Sul de São Paulo. A terra que eles ocuparam é infértil, mas ainda assim poderiam ter feito um ótimo negócio. O empresário Eike Batista queria construir um porto no local e ofereceu aos índios uma fazenda produtiva, com infraestrutura, dois rios, um pesque-pague e até caça. Mais: daria 1 milhão de reais a cada família. A tribo tirou a sorte grande — ou quase. A Funai barrou o acordo em 2007. Alegou que os sete anos de ocupação irregular da área converteram os índios em moradores tradicionais do local. A chefe Lilian Gomes *(em pé, ao fundo)* lamentou. Moradora da região desde 2002, ela é casada com um caminhoneiro (branco), tem carro, TV, computador, faz compras no supermercado e não conseguiu impedir a Funai de enterrar a melhor oportunidade de ascensão social que seus liderados tiveram.

PERUÍBE (SP)
Área requerida: **25 quilômetros quadrados**
"Beneficiados": 50 famílias declaradas guaranis
Impacto: impediu a construção de um porto estimado em 6 bilhões de reais

Problema dos brancos

Trezentos pequenos agricultores das gaúchas Erechim, Erebango e Getúlio Vargas estão prestes a perder suas terras. Em 2006, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) transferiu para a região um grupo de 63 guaranis de outros locais do Rio Grande do Sul. Os índios ergueram uma favela em volta de fazendas constituídas por italianos, alemães e poloneses há mais de 150 anos. Estão vivendo em condições subumanas. "A gente veio para cá porque o Cimi prometeu mais terras, mas estamos na miséria", diz um dos líderes guarani Severino Moreira (o primeiro à esquerda). Seu sofrimento é passageiro. A Funai declarou que a terra é uma área tradicional dos índios, sugeriu a criação de uma reserva no local e a expulsão dos colonos. São esses últimos, agora, que terão problemas.

GETÚLIO VARGAS (RS)
Área requerida: **43 quilômetros quadrados**
Beneficiados: 9 famílias declaradas guaranis
Impacto: reduzirá em até 15% o PIB do município

metros até a sala de aula mais próxima. "Aqui, só tinha escola até a 8ª série e a duas horas de distância. Depois que a gente se tornou índio, tudo ficou diferente, mais perto", diz Magnólia da Silva, neotupinambá baiana. Isso para não falar da segurança fornecida pela Polícia Federal, que protege as terras de invasões e conflitos agrários. "Essas vantagens fizeram as pessoas assumir artificialmente uma condição étnica, a fim de obter serviços que deveriam ser universais", constata o sociólogo Demétrio Magnoli.

A indústria da demarcação enxergou nas pequenas comunidades negras mais uma maneira de sair do vermelho e ficar no azul. Para se ter uma ideia, em 1995, na localidade de Oriximiná, no Pará, o governo federal reconheceu oficialmente a existência de uma comunidade remanescente de um quilombo — e, assim, concedeu um pedaço de terra aos supostos herdeiros dos supostos escravos que supostamente viviam ali. Desde então, foram instituídas outras 171 áreas semelhantes em diversas regiões. Em boa parte delas, os critérios usados foram tão arbitrários quanto os que permitiram a explosão de reservas indígenas. Também no caso dos remanescentes de quilombolas, a principal prova exigida para a demarcação é a autodeclaração. Como era de esperar, passou a ser mais negócio se dizer negro do que mulato. "Desde que o governo começou a financiar esse tipo de segregação racial, os mestiços que moram perto de quilombos passaram a se declarar negros para não perder dinheiro", diz a presidente do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro, Helderli Alves. Índio que não é índio, negro que não é negro, reservas que abrangem quase 80% do território nacional e podem alcançar uma área ainda maior: o Brasil é mesmo um país único. Para espertinhos e espertalhões. ■

Os "carambolas"

Nunca se soube da existência de quilombos no Amazonas. Mas há quatro anos apareceu um em Novo Airão, a noroeste de Manaus. Lá, 22 famílias se declararam herdeiras de escravos fugidos. Até então, elas contavam outra história: descendiam de sergipanos que, há 100 anos, teriam imigrado para trabalhar na coleta do látex. Em 1980, a comunidade entrou em um limbo jurídico. Naquele ano, o governo incluiu sua vila no Parque Nacional do Jaú. As famílias passaram a viver ilegalmente na área. O Ministério do Desenvolvimento Agrário resolveu o problema convertendo-os em quilombolas — ou "carambolas", como eles se autodenominam. "A gente virou 'carambola' para não perder a terra", diz Edneu Mendes.

NOVO AIRÃO (AM)
Área requerida: **7 200 quilômetros quadrados**
Beneficiados: 22 famílias quilombolas
Impacto: reduz o Parque do Jaú, a quarta maior reserva florestal do país, em 33%

Não basta ser negro

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) dividiu uma comunidade negra que vive na região central do Rio Grande do Sul desde o início do século XIX. O Incra demarcou na área um quilombo chamado São Miguel. Parte dos negros se opôs ao processo. José Adriano Carvalho explica por quê: "O Incra veio com papo de regularizar minhas terras, mas, quando mostrei que a documentação estava em ordem, eles disseram que a intenção era tirar os brancos daqui", afirma. Carvalho se recusou a declarar que era descendente de quilombolas e, por isso, pode ser expulso da terra onde nasceu, há 68 anos.

RESTINGA SECA (RS)
Área requerida: **1,3 quilômetro quadrado**
Beneficiados: 153 famílias quilombolas
Impacto: desapropria oito fazendas e uma olaria, causando um prejuízo de 2,5 milhões de reais a microempresários

160 | 5 DE MAIO, 2010 | veja

veja | 5 DE MAIO, 2010 | 161

Imagem 17 – Revista Veja, 05.05.2010, Edição 2.163

Não é por outro motivo que apenas a causa indígena já tenha arregimentado 242 ONGs. Em dez anos, a União repassou para essas entidades 700 milhões de reais.

A terceira maior beneficiária foi o Conselho Indígena de Roraima [CIR]. A instituição foi criada por Padres católicos de Roraima com o objetivo de promover a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, um escândalo de proporções literalmente amazônicas.

Instituída em 2005, ela abrange 7,5% do território do estado e significou a destruição de cidades, de lavouras e um ponto final no desenvolvimento do Norte de Roraima – que, no total, passou a ter 46% de sua área constituída por reservas indígenas.

Em dez anos, o CIR recebeu nada menos que 88 milhões de reais da União, mais do que a quantia repassada à delegacia da FUNAI de Roraima no mesmo período. Não é preciso dizer que a organização nem sequer prestou contas de como gastou esse dinheiro.

A ganância e a falta de controle propiciaram o surgimento de uma aberração científica. Antropólogos e indigenistas brasileiros inventaram o conceito de "*índios ressurgidos*". Eles seriam herdeiros de tribos extintas há 200 ou 300 anos. Os laudos que atestam sua legitimidade não se preocupam em certificar se esses grupos mantêm vínculos históricos ou culturais com suas pretensas raízes. Apresentam somente reivindicações de seus integrantes e argumentos estapafúrdios para justificá-las. [...]

Em dez anos, a população que se declara indígena triplicou. [...] Na Amazônia, quarenta grupos de ribeirinhos de repente se descobriram índios. Em vários desses grupos, ninguém é capaz de apontar um

> ancestral indígena nem de citar costumes tribais. VEJA deparou com Comunidades usando cocares comprados em lojas de artesanato.
>
> Em uma delas, há pessoas que aderiram à macumba, um culto africano, pensando que se tratasse da religião do extinto povo Anacé. No Pará, um Padre ensina aos ribeirinhos católicos como dançar em honra aos deuses daqueles que seriam seus antepassados. (*COUTINHO & PAULIN & MEDEIROS*)

Entrevista com o Conselheiro da Associação Quilombola

Em setembro de 2008, escrevi um artigo denunciando que o Mato Grosso do Sul estava em polvorosa com a pretensa criação de uma área para a "*Nação Guarani*", na área mais produtiva do estado. Os guaranis da Argentina e Paraguai se entusiasmaram e já pretendiam invadir a região de mala e cuia.

Como os grãos brasileiros não têm concorrentes no mercado internacional, as grandes empresas estrangeiras financiaram, novamente, laudos e perícias fajutos em mais essa tentativa de desnacionalização da "*Terra Brasilis*".

Os proprietários agiram impedindo a entrada de antropólogos nas suas terras, a sociedade mato-grossense e seus políticos se mobilizaram e a situação foi revertida, pelo menos temporariamente, até que novamente os rapinantes da FUNAI voltem a atacar. Os tentáculos da desnacionalização continuaram se estendendo a outras regiões em nome de pretensos "*Resgates Históricos*" e os Quilombolas não ficaram atrás. Quando surgiu a pretensa demarcação de um Quilombo em Bagé, meu sangue Farroupilha ferveu.

Escrevi dois artigos sobre a questão e fui chamado de "*fascista e racista*" pelos "*Fabricantes de Quilombos*" de todo o país. A situação teve, de repente, um desenrolar bastante interessante e que não teve maior repercussão na mídia impressa. Infelizmente, a imprensa brasileira está por demais comprometida politicamente e só divulga aquilo que é de interesse dos ***P**e**T**ralhas*.

Se os "*Fabricantes de Quilombos*" me taxaram de "*fascista e racista*", eu gostaria de saber quais seriam os qualificativos que os "*Fantoches de Fidel Castro*" ou as "*Viúvas do Muro de Berlim*" empregariam ao Sr. Daniel Ribeiro Franco depois de sua esclarecedora e corajosa entrevista à Rádio Difusora de Bagé. Qual será a decisão final da justiça? Serão atendidas as pretensões da grande maioria dos membros da Associação ou a de uma minoria atuante e mais comprometida com ideologias alienígenas do que com o trabalho digno?

A Rádio Difusora de Bagé, entrevistou, no dia 01.05.2010, o Senhor Daniel, Conselheiro Fiscal da Associação Quilombola de Palmas, morador da localidade das Pedreiras, em Palmas, Distrito de Bagé, que lhe apresentou um abaixo-assinado, reconhecido em cartório, com 58 assinaturas de pessoas, inclusive dele próprio, um afrodescendente, que são contrários à demarcação de área Quilombola em Palmas.

O cabeçalho do documento é o seguinte:

> Os membros da Comunidade Quilombola Rural de Palmas e demais moradores afrodescendentes nas áreas abrangidas pela respectiva Associação, abaixo assinados e qualificados, declaram a quem de interesse for e para os devidos fins que discordam do reconhecimento, delimitação ou demarcação de áreas,

possivelmente, remanescentes de Quilombos no Distrito de Palmas, Município de Bagé.

Desta forma, os signatários dessa declaração manifestam sua discordância com a coletivização de suas terras, bem como informam a quem de interesse for que desde o primeiro momento suas intenções se relacionavam a simples regularização fundiária individualizada das terras por eles hoje ocupadas.

Daniel: Até alguns dias antes da notificação dos proprietários, não era do conhecimento da maioria dos sócios da própria Associação e nem do conhecimento da Comunidade, a abrangência desse processo.

O que estava claro, para todos nós, era que estávamos reivindicando a regularização das terras por nós ocupadas.

O que foi passado muitas vezes pela líder comunitária Eliége e também pelo Presidente da Associação, o Leomar.

É de nosso conhecimento e de conhecimento da Comunidade de Palmas que existem muitas terras lá habitadas pelos afrodescendentes, terras essas que não dispõem de documentos, então nós nos reunimos com o objetivo de que esses residentes, digamos, legalmente herdeiros dessas terras, pudessem ter essas terras no seu nome.

Situação essa que não era surpresa para nenhum de nós, mas quando tomou proporções fora do nosso conhecimento e o nome de toda a Comunidade Afrodescendente foi usado, como sabedor disso e que era de nosso prévio e total conhecimento, não posso me calar diante dessa situação.

Como residente em Palmas, na chácara onde moro há 7 anos, me causa constrangimento e até certa revolta.

Até mesmo, por declarações que foram feitas por membros da nossa Associação ou por representantes dela, dizendo que nós, negros ou afrodescendentes, somos pisoteados pelos brancos. Isso é uma declaração que não corresponde com a realidade que nós vivemos lá.

Eu vim da Pedra Grande, que é uma região do Distrito de Palmas, faz onze anos, trabalhei 7 anos com um residente dali; trabalho esse que me deu condições de comprar a minha chácara.

Eu vim da Pedra Grande com uma bicicleta, uma mochila nas costas, muita vontade de trabalhar e o coração cheio de sonhos e planos; sonhos e planos esses que, graças às bênçãos de Deus e ao trabalho e reconhecimento por parte de pessoas de qualquer cor, de negros e brancos de Palmas, esses sonhos estão sendo realizados.

Então, o que nós entendemos é que o caminho para que o negro seja reconhecido é nós termos dignidade, e dignidade não é querer pegar o campo do vizinho, dignidade não é aceitar todas as coisas que vêm como direito, digamos assim, mas é termos caráter e filtrarmos as coisas.

Foi isso que me motivou, e não somente a minha vontade e o meu descontentamento, mas também com o fato de que essas terras não irão ficar no nome dos proprietários dali.

Existem residentes ali, há 40 ou 50 anos que perderão o direito de suas terras, as quais foram adquiridas com suor, perderão o direito de ter o título da sua terra, de fazerem dela o que bem quiserem.

Então, com base no meu descontentamento e no descontentamento de mais 58 pessoas, eu estou aqui.

Há pessoas que assinaram algumas atas lá, pessoas essas que demonstraram seu total descontentamento com o que está acontecendo, são pessoas que assinaram uma vez, estiveram em uma ou duas reuniões e foi passado para essas pessoas que o objetivo da Associação era regularizar as terras dos afrodescendentes, residentes ali, que não tinham documentos das terras.

Então, essas pessoas sentiram sua confiança traída, a sua dignidade diante da sociedade, como alguns disseram: a minha dignidade foi roubada, a minha palavra foi roubada porque está sendo colocada para um fim que eu não coloquei.

Então elas manifestaram através dessa declaração que eu tenho aqui a sua inconformidade com o que está acontecendo em Palmas, até mesmo porque é do conhecimento de todos os que querem usar de boa-fé, que em Palmas brancos e negros convivem em perfeita harmonia, negros trabalham com brancos, tem parcerias com algumas pessoas, eu mesmo que sou um pequeno criador de abelhas, um pequeno apicultor, tem dois apicultores de grande porte lá que me ajudam com as minhas abelhas, nós trocamos serviço, eles me ajudam, eu não tenho carro, eles vão lá com o seu veículo, com as suas camionetes, melam as minhas abelhas junto comigo, arrumamos o mel, eu vou lá ajudo eles sem nenhum preconceito, sem nenhum problema.

Então agora, aparecer em nota que existe em Palmas uma guerra entre negros e brancos não condiz com a realidade de Palmas. Além dessas assinaturas que temos aqui, existem muitas outras pessoas que não assinaram porque não estavam lá, tem pessoas que me procuraram hoje pela manhã, ligaram e me procuraram pessoalmente e me falaram:

– Daniel eu quero assinar, onde está essa lista?

Eu quero assinar, eu não concordo. Tem afro-descendentes assim como eu que estão revoltados com a situação constrangedora que foram colocados, não por ruralistas de Palmas, mas pelos próprios representantes da dita Comunidade.

Eu creio que uma Comunidade ou uma Associação deva apresentar os anseios da Comunidade que ela representa, o que na verdade não está acontecendo em Palmas.

Ontem, alguém brincou comigo dizendo que coloquei uma faca no pescoço dessas pessoas para assinarem, mas não, eu única e exclusivamente falei a verdade para essas pessoas.

Toda a verdade que nos foi apresentada pelo INCRA no dia 22 de abril na reunião que teve na casa do Presidente da Associação, o Leomar Alves.

Foi com base no que nós ouvimos nessa reunião, com base nas declarações feitas pela representante da Comunidade [Eliége] que me motivou a fazer esse trabalho, a me manifestar dessa forma, a procurar as pessoas para conversar.

E elas me diziam: pelo amor de Deus, eu não concordo com isso, eu quero uma forma de me manifestar publicamente ou alguém que nos represente provando e mostrando que nós não concordamos com isso que está acontecendo e o que nós queremos em Palmas é a plena harmonia entre negros e brancos.

Agora imagine: eu trabalhei cinco anos para comprar 18 hectares de terra, terra essa que eu disponho do título em minhas mãos, que pago imposto por ela, agora ela vai ficar a título de coletividade, eu vou perder o direito de vender para quem eu quiser, de arrendar essa terra, de no futuro, de repente o meu filho querer ir estudar fora e em minha falta ele não vai poder vender a terra.

A revolta dos produtores dali, dos residentes é com essa questão, além de nós não estarmos reivindicando terras do nosso vizinho, nós queremos manter o título da nossa terra, nós consideramos um retrocesso na nossa civilização perdermos o título da nossa terra e ficar em nome de uma Associação, embora essa Associação seja Associação Quilombola de Palmas, mas nós queremos ter o pleno direito de fazer de nossas terras o que quisermos, queremos ter a autonomia sobre essa terra.

Chegarmos até aqui, vermos a tristeza no rosto de pessoas que dizem que tiveram sua boa-fé roubada quando assinaram atas, ou quando aparece no processo que a maioria dos afrodescendentes de Palmas, a maioria dos membros da Associação da Comunidade Quilombola de Palmas concorda com o que está acontecendo.

Isso nós consideramos uma vergonha para os afrodescendentes, principalmente para aqueles que nós consideramos ter caráter; é baseado nisso que nós não vamos guardar essa declaração numa gaveta.

Ontem eu entreguei em mãos ao Presidente da Associação, o Leomar. Mesmo discordando eu continuo fazendo parte da Associação, eu sou Conselheiro Fiscal da Associação, temos aqui nessa lista a assinatura do Vice-Presidente da Associação, temos a assinatura de outros Conselheiros também.

Isso não é faca no pescoço de ninguém, alguém estava dizendo que isso era uma coação, que nós como negros estamos com medo dos brancos ou dos proprietários de Palmas. Eu, afrodescendente, residente em Palmas não vim aqui na rádio por medo de ninguém, não estou me manifestando por ter medo de represálias ou que algum branco ou que algum ruralista de Palmas me coloque uma arma na cabeça; eu estou me manifestando porque nós queremos honrar

os nossos ancestrais, nós temos certeza de que a maioria dos residentes, que nós moramos no lugar deles hoje ou daqueles que estão recebendo suas terras por herança, que os nossos antepassados teriam vergonha do que está acontecendo.

Nas reuniões, o que era nos falado era das vantagens de se ter uma Comunidade organizada, isso é uma verdade, uma Comunidade que se organiza, que trabalham unida com os mesmos propósitos, as coisas funcionam.

Mas, na primeira reunião onde foi apresentada essa questão da coletividade, a discordância foi grande, inclusive eu fui um dos primeiros a discordar porque ali tem muitas pessoas que levam o trabalho a sério ao passo que tem muitas que riem da cara de quem trabalha.

Chamam de "*puxa-saco*" dos brancos, de bobo porque trabalham, riem da cara de quem passa correndo para o dia a dia de trabalho, dizem: é, tem que trabalhar, tem que ter alguém que trabalhe para os vagabundos poderem cruzar os braços – há quem diga isso, pra mim já foi dito isso.

Alguns domingos, eu trabalhando na chácara, amontoando pedras para melhorar um pouquinho a situação da minha chácara, que tem muitas pedras, e aí dizem assim: e aí, vamos lá, vamos lá, trabalha, trabalha porque eu não posso trabalhar, essa coisa de trabalhar me faz mal!

Daí fica muito bom para essas pessoas quererem direitos iguais, reivindicarem terras da mesma forma, título coletivo, que fique com perpetuidade na família que, em falta dele, fique para seu filho.

Tenho plena certeza que a maior herança que nós podemos deixar para nossos filhos, a primeira é:

respeito pelo que é seu e pelo o que é dos outros, respeito próprio acima de tudo, e a segunda é vontade de trabalhar, disposição de correr atrás de seus sonhos e, principalmente, o direito de ir e vir, seja em Palmas, seja no lugar que for.

Porque se nós concordarmos com o que está acontecendo em Palmas, nós estaremos condenando os nossos filhos a ficar em Palmas ou perder a sua herança. É o que está acontecendo, é o que vai acontecer com os afrodescendentes.

Eu tenho orgulho de ser afrodescendente, eu tenho orgulho de ser negro, e esse orgulho de ser negro me leva a poder gritar em voz alta: quero continuar livre, quero ter o direito de assim como eu suei para conquistar a minha chácara, a vender a minha chácara para quem bem entender e poder mudar de lugar se assim entender necessário.

Um fato que me chamou a atenção foi o quanto nas festas populares ali, a forma, a harmonia em que negros e brancos conviviam.

Tenho certeza de que, se não houver um esclarecimento da situação que está ocorrendo lá, essa harmonia vai se perder, não porque os ruralistas ou porque os brancos queiram, mas podemos dizer que aí nós próprios estamos cavando nossa sepultura.

E outro fato que também foi colocado na imprensa é a de que nossos filhos, que pessoas afrodescendentes estavam correndo risco, que estavam sendo ameaçadas, isso não condiz com a realidade dali.

Na barreira, como a maioria das pessoas chamavam, a reivindicação ou o protesto que os ruralistas estavam fazendo ali, eu considero um direito deles, eles estavam simplesmente querendo uma explicação clara do que estava acontecendo.

Ninguém foi agredido ou xingado, ninguém foi humilhado. Passei várias vezes ali, para ir para o meu trabalho, eu passava ali, conversava com alguns e às vezes me perguntavam: e aí, Daniel, o que está acontecendo?

E eu dizia – nem eu sei, mas vamos procurar a verdade e vamos trazer a verdade à tona.

Quando foi do nosso conhecimento que estavam dizendo que toda a Comunidade ou a maioria da Comunidade Afrodescendente concordava com isso aí, não dá para ficar quieto porque isso não condiz com a realidade. O que nós queremos através dessa declaração é que o direito da Comunidade afrodescendente seja respeitada, mas direito esse de escolher o que se quer e o que não se quer.

Se o governo nos dá esse direito, é um direito que o governo pode nos apresentar, mas nós podemos aceitar ou não esse direito, nós podemos zelar pelo direito de ter nosso título de terra, de defender o que é nosso e também de defender o direito do meu vizinho do lado, seja ela negro ou branco.

Muito obrigado!

(Jean Théodore Descourtilz, 1854)

Terras Indígenas

A política indigenista do atual governo é caótica, incoerente e irresponsável. A soberania está ameaçada quando se tem centenas de ONGs estrangeiras que deixam as fronteiras vulneráveis. (José de Anchieta Junior – Gov. de Roraima)

João Américo Peret – Indigenista "*BRASILEIRO*"

João Américo Peret, um dos mais renomados indigenistas do país, é também arqueólogo, escritor, jornalista, acadêmico, roteirista cinematográfico e fotógrafo. Como indigenista trabalhou no Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no período de 1950 a 1970 tendo convivido, nesta época, com o Marechal Rondon e sertanistas conhecidos como os irmãos Villas Boas, Francisco Meirelles e Gilberto Pinto. Participou da criação do Museu do Índio e da criação da "*Comissão Pró-Índio*", no Rio de Janeiro; atualmente participa do "*Movimento em Defesa da Economia Nacional*" e do "*Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos*", organização voltada às questões indígenas e problemas de fronteiras.

> Foi confirmado o conhecimento de que a questão indígena atinge uma gravidade capaz de pôr em risco a segurança nacional. Considerando a atual reivindicação de autonomia e a possibilidade de futura reivindicação de independência de nações indígenas, o quadro geral está cada vez mais preocupante, especialmente na fronteira Norte. As organizações não governamentais [ONGs], algumas controladas por governos estrangeiros, adquiriram enorme influência, na maioria das vezes usada em benefício da política

> de suas nações de origem, em detrimento do Estado brasileiro. Na prática, substituem, nas áreas indígenas, o governo nacional. (Grupo de Trabalho da Amazônia)

Peret critica a FUNAI que, segundo ele, vem sendo omissa e conivente com a proliferação de ONGs nas áreas indígenas. "*Hoje é comum se encontrar uma jovem graduada em antropologia, amasiada com líderes indígenas e administrando ONGs em causa própria*". Em relação à reserva Raposa e Serra do Sol disse que os índios do CIR são "*marionetes*" com operadores, inclusive, internacionais. Em relação à desintrusão dos não índios, Peret relata que a maioria deles tem relação de parentesco ou amizade com os índios:

> Como vão aceitar que lhe retirem o avô? O pai? O tio? O primo? O compadre? O índio é muito ligado aos parentes. Também, não existe unanimidade das lideranças indígenas quanto à demarcação contínua ou em ilhas da região Raposa e Serra do Sol.

Responsabilidade pela demarcação

A decisão memorável da demarcação da Raposa e Serra do Sol repousa nas mãos dos ministros do STF e nos remete a um problema que se arrasta há décadas que é permitir que a demarcação das terras ocupadas pelos índios seja atribuição exclusiva do executivo.

Estudos realizados por diversas Comissões Legislativas já indicaram quais as medidas adequadas para que isso fosse feito. Infelizmente, estas ainda se arrastam nos intermináveis corredores da burocracia política. Quem sabe os últimos eventos em Roraima tenham sacudido a letargia de nossas lideranças do legislativo e os Projetos que existem venham a ser avaliados e aprovados.

Comissão Externa Reserva Indígena Raposa Serra do Sol (31.03.2004)

A Comissão Externa destinada a avaliar, in loco, a situação da demarcação em área contínua da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima lembra que:

> é certo que o interesse de proteção das comunidades indígenas há de ser respeitado, nos moldes do art. 231 da Constituição Federal.
>
> Cumpre, entretanto, lembrar que a Constituição é patrimônio de todos os brasileiros.
>
> A proteção que ela oferece vai muito além do citado artigo, e suas disposições alcançam cada grupo, cada etnia e cada cidadão, para que, na proteção de cada um de nós, o bem coletivo se realize.
>
> Sendo a Carta Magna uma unidade normativa, cabe interpretar a proteção ao interesse das comunidades indígenas de forma a não prejudicar - como no caso, gravemente – interesses legítimos e igualmente tutelados pelo texto constitucional. [...]

O relator sugere ainda que:

> ante todo o exposto, entendemos absolutamente necessária "*nova identificação*" das terras destinadas à reserva indígena Raposa Serra do Sol, dela retirando as áreas cujo aproveitamento é fundamental para a economia do Estado, bem como uma faixa de 15 km ao longo da fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela, aí incluído o Município de Uiramutã.
>
> Isto se fará com vistas à preservação da paz social e à garantia da segurança nacional e da ordem constitucional no Estado de Roraima.

Conclusão

As proposições a seguir não visam a, tão-somente, sugerir alterações para as futuras demarcações, mas reavaliar e alterar os limites de reservas já demarcadas.

Demarcação: é necessário e urgente regulamentar o artigo 231 da Constituição para que não tenhamos de enfrentar, no futuro, problemas similares aos que estão ocorrendo em Roraima e que colocam vidas humanas e a soberania nacional em risco;

Fronteiras: acreditamos que é uma necessidade alterar os limites das TIs nas regiões de fronteiras com outros países retirando delas uma faixa de 15 a 20 km ao longo de toda fronteira;

Áreas estratégicas e habitadas: deve-se deixar de fora dos limites propostos, povoados e áreas cujo aproveitamento seja importante para a segurança, economia e desenvolvimento dos estados como o aproveitamento do potencial hidrelétrico, exploração mineral, pesquisa biogenética dentre outros;

Presença do Estado: é preciso aumentar a presença do Estado nestes rincões, principalmente com a presença ostensiva das Forças Armadas ocupando, estrategicamente, o espaço Amazônico;

ONGS: há que se ter uma postura mais vigilante em relação às ONGs que atuam na área, sobretudo em relação àquelas que se identificam como religiosas, mas que, na verdade, são 'lobos em pele de cordeiro' acobertados sob o manto da fé e da evangelização;

Recursos: os recursos encaminhados para as entidades não-governamentais devem ser destinados às Forças Armadas que terão, então, condições de proporcionar assistências educacionais, médicas e

sanitárias aos povos da floresta, sem sectarismos nocivos, evitando, ainda, o desvio de recursos que ora vêm ocorrendo.

Miscigenação: impedindo a demarcação contínua de grandes reservas estaremos evitando o isolamento dos povos indígenas permitindo sua integração com a sociedade e combatendo o racismo e a segregação que tão veementemente refutamos e, em consequência, promovendo esse intercâmbio racial que nos identifica como povo. Como diria Darcy Ribeiro:

> Nós, brasileiros, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos viveu por séculos sem consciência de si. Assim foi até se definir como uma nova **identidade étnico-nacional, a de brasileiros.**

(Jean Théodore Descourtilz, 1854)

Caboclo II
(Thales Bastos Chaves)

Ao saudoso bardo Juvenal Galeno

[...] Que o canto desata
Sutil pesaroso
Sensato e dengoso
Que alegre maltrata;

A noite lhe abriga
O céu é seu teto
A lua com afeto
Lhe dá luz amiga;

A brisa fagueira
Lhe tece ao ouvido
Um puro gemido
Passando ligeira;

Nas notas sombrias
Que matam seu sono
Não sente abandono
Com tais companhias;

E sai percorrendo
A esmo sem norte
Em busca da sorte
Ganhando e perdendo;

E faz serenata
Afina a viola
E canta frajola
Na noite de prata;

Vagueia sonhando
Com as musas cantora,
Sutis sedutoras
De amores falando; [...]

Celerados Aterrorizam Cidadãos!

Em entrevista, no dia 10.05.2008, à rádio CBN, no programa "*Fato em Foco*", debati a "*A questão indígena no Brasil*" com Joênia Batista de Carvalho, assessora jurídica do CIR, na oportunidade, afirmei que o indígena integrado precisava ser de fato, reconhecido como cidadão brasileiro. Joênia foi totalmente contrária à minha afirmativa, apelando para a preservação da cultura e outros tantos chavões, criados pelas ONGs indígenas. Joênia e o CIR consideram que a cidadania é um óbice às suas pretensões dando claras demonstrações que do "*Brasil*" o CIR só se interessa pelo suado dinheiro do cidadão brasileiro, as terras e seus direitos mas, em contrapartida, não assumem nenhuma obrigação ou dever para com o Estado. Os membros do CIR, definitivamente, não se consideram brasileiros.

As ações terroristas do CIR, conforme relatos que constam dos autos, apresentados mais adiante, continuam contando o total apoio de membros da Igreja Católica e funcionários da FUNAI. O caos instalado exige que sejam tomadas medidas coercitivas que preservem a segurança e a integridade física dos membros da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (SODIURR) que, ao contrário dos facínoras do CIR, se consideram cidadãos brasileiros.

CIR, Diocese e FUNAI – Cel Denuncia Instituições

Do extremo Meridional *("Apartheid" em Bagé e na TIRSS*), vamos passar para o extremo Setentrional. A repercussão dos meus últimos artigos parece demonstrar que grande parte da sociedade roraimense desconhece a gravidade dos fatos que estão ocorrendo na "*Terra Indígena Raposa e Serra do Sol*" (TIRSS).

O CIR que, anteriormente, direcionava sua ira contra centenas de fazendeiros que ocupavam legitimamente aquelas terras, depois da demarcação transferiu sua campanha de terror contra os membros da SODIURR. Reproduzo, abaixo, trecho de um artigo da jornalista Kátia Bezerra, publicado pelo jornal "*Roraima Hoje*", referindo-se à minha denúncia.

> Uma grave denúncia envolvendo o Conselho Indígena de Roraima [CIR], a Fundação Nacional do índio [FUNAI] e a Igreja Católica está provocando indignação em parte dos povos indígenas da Raposa Serra do Sol. O Jornal Roraima Hoje recebeu a informação de que os componentes do CIR "*fazem valer a sua vontade pela força e pela coação*" em detrimento de outras Comunidades indígenas da região. As acusações foram feitas pelo Coronel de Engenharia do Exército Brasileiro, Hiram Reis e Silva.
>
> Segundo ele, os líderes do CIR "*declararam guerra aos membros da Sociedade dos Índios Unidos do Norte de Roraima [SODIURR]*".
>
> A denúncia vai além. Silva classifica de "*facinorosas*" as ações do CIR e afirma que os índios da entidade agem com truculência e têm o apoio veemente da Igreja Católica e da FUNAI. Para dar mais embasamento em sua denúncia, Silva divulga na íntegra três Termos de Declarações, documento emitido pela Corregedoria da Secretaria de Segurança Pública de Roraima, preservando o nome do declarante, o que, segundo o Coronel, evitaria retaliação por parte do CIR. No documento, o declarante afirma que uma irmã de caridade e "*um Padre bem moreno*" estariam apoiando as Comunidades do Conselho Indígena em ações ilícitas e incitando ameaças contra os índios da SODIURR. A equipe do Roraima Hoje procurou o representante da Diocese de Roraima, Padre Wantuir Neto para comentar a denúncia.

Muito irritado com a pergunta, o Padre afirma que desconhece tal fato e que defende as causas indígenas, porém, "*a Igreja não tem nenhuma relação com o CIR*". O CIR informou por meio de sua assessoria de imprensa que não vai se posicionar sobre "*denúncias infundadas*". "*Este tipo de denúncia vem se repetindo com frequência na mídia*", diz a assessoria. Segundo a assessoria, não existe nenhum tipo de atrito com as Comunidades da SODIURR.

Índios do CIR Estupram Jovem para Submeter Comunidade

Eu sou anti ONG picareta como o CIR. Isto eu não tenho dúvida de dizer, pois o CIR comprovadamente é uma entidade, uma instituição desonesta, comprovado pela Controladoria Geral da União.
(Senador Mozarildo Cavalcanti)

"Recebi a denúncia de uma pessoa fidedigna e nunca tive dúvida de que o CIR ia mudar este esquema de domínio. Apenas lamento que o procurador da FUNAI, ao invés de procurar averiguar a denúncia, ele vem com a história de me interpelar. O procurador não tem autoridade para me interpelar", afirmou o Senador Mozarildo Cavalcanti, referindo-se a qualquer ação que venha a ser protocolada pelo Procurador da FUNAI, Wilson Précoma, sobre a denúncia que o Senador fez de estupro de uma indígena na Maloca do Contão por índios do CIR. O Senador afirmou:

> [...] a ninguém é permitido cometer delitos porque está numa reserva indígena, se baseando ou se escudando na questão de usos e costumes. Na realidade, o que aconteceu lá no Contão foi um estupro contra uma jovem índia, contra uma pessoa humana com a finalidade de amedrontar uma Comunidade, para se submeter ao comando do CIR.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

Termo de Declaração I

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e dez, na Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Roraima, na presença da Delegada de Polícia Civil Eliane de Lima, comparece o nacional JOÃO VIANA DE ALMEIDA, brasileiro, Indígena da Comunidade Reforma – SODIURR, casado, portador do RG 68.612 SSP/RR, CPF 201.134.202-34, filho de Bernardo de Almeida e Colombina Viana de Almeida, nascido aos 10.09.1966, sabendo ler e escrever, declarou QUE:

Nasceu na Comunidade acima citada, é casado e pai de 4 [quatro] filhos, todos menores de idade; Que a Igreja Católica, por meio da IRMÃ AUGUSTA e um PADRE BEM MORENO, tem apoiado as Comunidades do CIR, incentivando-os a ficarem com as fazendas melhores, a praticarem delitos como furtos e ameaças contra os indígenas da SODIURR; que isso acontece porque o CIR apoiou a Igreja Católica na luta pela Homologação das Terras Indígenas; que o CIR diz que foram eles quem mais brigaram pela Homologação das Terras, então eles que têm o direito de ficar com o melhor.

Que foi feito um acordo entre todos os indígenas do Estado de Roraima, que os religiosos que não são indígenas, não poderiam residir nas Comunidades, mas a IRMÃ AUGUSTA, não está respeitando o acordo e afronta os demais indígenas, e reside próximo ao Lago Caracaranã; que depois da homologação das terras Indígenas RAPOSA SERRA DO SOL, o problema entre os indígenas aumentou.

Que o CIR e a SODIURR começaram a se desentender devido à repartição das terras; que o CIR quer ficar com todas as fazendas, inclusive aquela que ficou para a SODIURR, a Fazenda Mangabrava; que, atualmente, há duas famílias da SODIURR residindo na Fazenda Mangabrava; que o Declarante é o TUXAUA da Comunidade que está residindo na Fazenda Mangabrava; que os pais de família que moram na Mangabrava são EDSON ESBEL e KENIS; que são aproximadamente 16 [dezesseis] indígenas que compõem a família que está morando na Mangabrava; que a Avó de EDSON, a Indígena ERNESTINA, a qual reside próxima a Mangabrava, possui 26 [vinte e seis] cabeças de gado; que os Indígenas que pertencem ao CIR estão furtando o gado de ERNESTINA, tendo ele registrado o Boletim de Ocorrência n° 191/2009, em 10.09.2009; que o Declarante é o Tuxaua que representa a Comunidade onde reside ERNESTINA.

Que o Declarante também foi vítima de furto de gado, crime este praticado pelos indígenas do CIR, tendo registrado o BO n° 031/2010, em 24.02.2010; que foram furtados 03 [três] cavalos e 01 [uma] vaca; que no dia que sumiu a primeira vaca, outra vaca voltou para casa com uma flecha no pescoço; que os indígenas do CIR é que estão utilizando tais flechas.

Que vários outros animais voltaram pra sede à noite com flechas; que os integrantes do CIR já furtaram do Declarante 14 [quatorze] cabras, 06 [seis] porcos, 03

[três] cavalos e 01 [uma] vaca; que isso está prejudicando na manutenção e alimentação da Comunidade, pois esses animais são criados para manterem a alimentação dos integrantes da Comunidade; que apresentou as flechas ao Secretário de Segurança Pública Eliéser Girão Monteiro, o qual determinou que o Delegado Douglas Gabriel as apreendesse e tomasse as providências cabíveis a fim de esclarecer os fatos.

Que a Comunidade da Reforma retirou madeira para construir casa na Comunidade; que JACY BARNABÉ DE ALMEIDA FILHO, integrante da Comunidade do Lamero, e integrante do CIR, ameaçou JOSÉ VIANA DE ALMEIDA, dizendo que "*SE TE PEGO NO RIO, TRANSPORTANDO MADEIRA, VOU AFUNDAR O BARCO E QUEM TIVER NELE*"; que JOSÉ VIANA, é irmão do Declarante e mora na Comunidade em que o Declarante é Tuxaua.

Que já tentaram conversar com os representantes da Comunidade do Lamero para tentar negociar e resolver o problema dos furtos de animais e da ameaça, mas não tiveram entendimento porque o ex-Tuxaua do Lamero, JACY BARNABÉ, disse que com ele não tinha acordo e as coisas lá seriam do jeito que ele queria.

Que desde então não se falaram mais; que o CIR destruiu 02 [duas] casas na Comunidade da Reforma, pertencente à SODIURR; que o CIR quer retirar a força os indígenas de lá, destruindo suas casas e matando seus animais.

Que os integrantes do CIR que destruíram as casas são TUXAUA DELÉSIA, DIEIMIS, LEONARDO, AFONSO, JACY, BARNABÉ, RAIMUNDO, CAUBÍ e MADRE TEREZA; que RAIMUNDO é Professor da Comunidade do CIR e tem sido um "*dos cabeças*" do movimento contrário a SODIURR.

Que chegaram, por volta das 16h00, do dia 03.03.2010, derrubaram as duas casas; que a TUXAUA DELÉSIA disse que aquela área pertence ao CIR, o Declarante não tem Declaração de Tuxaua, não mandava nada lá e quem mandava era ela; que DELÉSIA é Tuxaua da Comunidade LAMERO.

Que o Declarante já solicitou da FUNAI por várias vezes a Declaração de Tuxaua, mas a FUNAI está fazendo discriminação e não está dando a Declaração aos TUXAUAS que pertencem à SODIURR.

Que já foram com GONÇALO várias vezes, mas ele não dá as declarações e não toma providências.

Que o Presidente da SODIURR, SILVIO DA SILVA, tem acompanhado os problemas de perto e vai junto com os indígenas na FUNAI e nos postos, mas nem assim estão sendo atendidos.

Que este problema é enfrentado somente pelos integrantes da SODIURR, pois os integrante do CIR estão recebendo a Declaração na hora, que isso tem causado revolta nos indígenas que já não suportam mais tanta humilhação.

Que a FUNAI e o CIR tem recebido dinheiro FEDERAL para suprir as necessidades das Comunidades Indígenas, mas não estão repassando remédios, alimentação, transporte, escola etc., não dão nada e não assistem as Comunidades que pertencem à SODIURR.

Que muitas crianças estão sem alimentação, desnutridas; que os indígenas da SODIURR estão tão revoltados que já falam em confronto se não resolverem o problema, não vão mais correr ou se calar, agora vão lutar.

E nada mais disse nem lhe foi perguntado.

Termo de Declaração II

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e dez, na Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Roraima, na presença da Ouvidora da SESP/RR e Delegada de Polícia Civil Eliane de Lima, comparece o Indígena MARIO FRANCISCO SIMIÃO ONÓRIO, brasileiro, casado, portador do RG 92.395, e CPF 447.067.902-04, filho de João Pedro Onório e Dorinha Simião, nascido aos 09.03.1966 em Bonfim/RR, sabendo ler e escrever declarou que:

É indígena da Comunidade Reforma e integrante do SODIURR; Que é membro da Comunidade onde tem como Tuxaua o Indígena JOÃO VIANA DE ALMEIDA; Que é pai de 04 [quatro] filhos, sendo destes 03 [três] menores.

Que já residiu na Comunidade PATATIVA; Que é o proprietário de uma das casas que os membros do CIR destruíram, no dia 03.03.2010; Que a casa foi derrubada pois o CIR quer retirar a Comunidade Reforma de lá, expulsá-los pra ficar com as terras; Que a casa foi destruída por TUXAUA DELÉSIA e O ESPOSO DELA DIEIMIS, Professor RAIMUNDO, ALENCAR, LEONARDO, AFONSO, JACY, BARNABÉ, CAUBÍ; Que a MADRE AUGUSTA foi uma das cabeças e quem mandou destruir as casas.

Que o CIR levou várias crianças e adolescentes junto, os quais assistiram a tudo, ficaram olhando enquanto a casa era destruída; Que RAIMUNDO esteve no local, determinou aos demais que colocassem a casa no chão e saiu.

Que os integrantes da Comunidade não reagiram por medo, pois eles estavam muito valentes; Que JACY ameaçou o Declarante dizendo "*SE VOCÊ CONSTRUIR*

DE NOVO CASA AQUI, VOU TE AMARRAR NA ESTACA E TE DAR UMA SURRA"; Que falou isso na presença de todos; Que o Declarante sentiu-se humilhado na frente de seus familiares e preocupado com sua vida.

Que depois de destruir as casas, foram até a sede da Comunidade Reforma e falaram para a indígena e ERNESTINA a qual tá morando na sede da fazenda, que ela não tem direito a nada de lá, nem nas frutas que tão dando, pois quem manda lá é o CIR e não o SODIURR.

Que a Comunidade Reforma tem uns dezoito indígenas morando; Que a Igreja Católica tá incentivando esses movimentos há muito tempo; Que o CIR apoiou a Igreja Católica nos movimentos pela homologação das terras indígenas, agora que aconteceu querem ficar com tudo, expulsando o SODIURR, não estão deixando os Indígenas que pertencem à SODIURR trabalhar, plantar, construir.

Que foi feito um acordo que nenhum religioso residiria nas terras indígenas, foram todos retirados, mas a MADRE AUGUSTA não está respeitando o acordo e reside na FAZENDA ARATANÃ, próximo ao Lago Caracanã.

Que MADRE AUGUSTA, é um problema para os indígenas que não pertencem ao CIR, pois ela incita as desavenças e a desunião; Que tem um PADRE que anda pelas terras indígenas, inclusive à noite; Que não sabe informar o nome desse Padre, pois ele vive entre os indígenas do CIR.

Que ERNESTINA e o TUXAUA JOÃO tiveram animais furtados e flechados pelos indígenas integrantes do CIR; Que a FUNAI está negando a Expedição de documentos aos indígenas que são da SODIURR, e também a Declaração de Tuxauas para as Comunidades da SODIURR.

Que já requereu há mais de um ano, mas até agora não deram o documento ao Declarante e seus familiares; Que isso tá revoltando os indígenas, pois essa discriminação é com todos os integrantes do SODIURR; Pros integrantes do CIR expedem os documentos na hora.

Que estão sem atendimento de saúde, educação, transporte, etc., porém o CIR recebe todo esse tratamento; Que a área onde o Declarante reside pertence à Raposa Serra do Sol, é tudo dos índios, mas não sabem por que o CIR quer expulsá-los; Que não suportam mais tanta discriminação e os índios estão prestes a se enfrentarem. E nada mais disse nem lhe foi perguntado.

Termo de Declaração III

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e dez, na Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Roraima, na presença da Ouvidora da SESP/RR e Delegada de Polícia Civil Eliane de Lima, comparece o Indígena e Presidente da SODIURR, SILVIO DA SILVA, brasileiro, casado, portador do RG n° 170.773 SSP/RR e CPF 661.099.812-49, filho de Dionides da Silva e Terezinha da Silva, nascido aos 08.05.1970 em Normandia/RR, residente na Rua Princesa Isabel, n° 953, Caimbé, Boa Vista/RR, sabendo ler e escrever, respondeu que:

É o Presidente do SODIURR, desde o ano de 2007; Que tem atuado em defesa dos direitos dos indígenas em Roraima; Que os indígenas que fazem parte do SODIURR estão sendo discriminados há muito tempo pelos Indígenas que fazem parte do CIR.

Que após a demarcação das Terras Indígenas em Roraima, não tiveram qualquer benefício, pelo contrário estão com muitos problemas e estes estão

aumentando; Que estão tentando evitar um confronto armado. Que o CIR está ameaçando, dizendo que a próxima vez que o Declarante for até as Comunidades da região de Normandia vão amarrá-lo.

Que o desentendimento do CIR e o SODIURR está acontecendo, pois o CIR diz que a SODIURR nunca brigou por terras, não derramou sangue e quem tem que comandar é o CIR e ficar com as melhores fazendas e determinar como as coisas vão ser feitas e distribuídas; Que a maioria dos Indígenas da SODIURR residem nas terras indígenas da Raposa Serra do Sol; Que a Igreja Católica, por meio das MADRES e PADRES, está incentivando a divisão, a luta, as brigas e os furtos do gado e animais na região.

Que a MADRE AUGUSTA e um PADRE de que não sabe informar o nome estão aconselhando os indígenas do CIR a praticarem os crimes; Que foi feito um acordo que religiosos que não são indígenas não podem residir nas Comunidades indígenas, mas a MADRE AUGUSTA está morando nas Terras, próximo ao Lago Caracaranã; Que a MADRE AUGUSTA sempre troca de carro.

Que querem que a Igreja Católica respeite os indígenas e parem de usá-los para provocar brigas e desentendimentos; Que estão sem paz nas Comunidades e muito revoltados.

Que a FUNAI, por meio do GONÇALO TEIXEIRA e a antiga Presidenta da Federação PIERLANGE e atual Presidente IDAEL, até o momento nada foi feito para evitar a continuidade dos problemas.

Que o dinheiro Federal que vem para a FUNAI não está sendo investido nas Comunidades da SODIURR, a qual está com falta atendimento na saúde, educação, transporte, recursos mínimos.

Que quatro TUXAUAS já requereram por várias vezes da FUNAI, a declaração de TUXAUA, mas a FUNAI não dá a autorização, assim não tem dado o documento de indígena para os integrantes da SODIURR; Que quando o indígena que pertence ao CIR requer, é atendido na hora.

Que muitos indígenas estão passando fome e desnutridos; Que não estão tendo de desenvolver a terra; Que, ao invés de se unirem, os índios do CIR estão sendo incentivados a furtarem os gados, animais, flecharem, queimando madeira, derribando casas e madeiras.

Que a Comunidade Reforma é perseguida pelo CIR, tendo sido duas casa derrubadas; Que a Tuxaua do LAMERO e o povo dela destruíram as casas da Comunidade Reforma; Que o Professor RAIMUNDO o qual é indígena, leva os alunos menores de idade junto pra assistir, enquanto os crimes acontecem.

Que isso está atrasando a Comunidade, não vão mais aguentar; Que as Comunidades estão prestes a se enfrentarem em luta armada.

Que o Declarante já não está mais conseguindo acalmá-los, e vê que, caso não for feito algo logo, vão acabar em guerra.

Que por esse fato que a SODIURR não queria a demarcação em área contínua e o problema está aí hoje, com um tantão de terras sem poder desenvolver nada, uma demarcação errada, porque os indígenas dentro da Raposa Serra do Sol não podem plantar pra comercialização, só pro consumo e nem isso tá sendo feito, os arrozeiros e pecuaristas de lá saíram e tá tudo deserto, sem nada.

Quando os pecuaristas, as Comunidades trabalhavam, tinham o dinheiro, emprego, transporte, agora

acabou-se tudo; viviam bem e em harmonia, agora tão passando falta de tudo; Que os coordenadores do CIR, o DIONITO, o sobrinho dele JÚLIO MACUXI, o JACY antigo Coordenador Geral, foram quem criaram os problemas para os Indígenas e estes que estão por trás e incentivando essa discriminação e desunião entre os índios, apoiados pela Igreja Católica.

Que o PADRE JORGE fez uma reunião na Comunidade Canavial e falou para todos os índios que "MATEM O GADO DO BRANCO, FILHOS, PRA VOCÊS COMEREM E QUANDO ELES VIREM RECLAMAR VÃO FICAR BRABO E VÃO EMBORA DAQUI"; Que percebe que os índios estão sendo manipulados não tem visão da realidade que está acontecendo; Que pede providências por parte das autoridades responsáveis.

(Jean Théodore Descourtilz, 1854)

Martín Fierro I

(José Hernández)

I

Aquí me pongo a cantar
Al compás de la vihuela,
Que el hombre que lo desvela
Una pena extraordinaria,
Como el ave solitaria
Con el cantar se consuela.

Pido a los santos del cielo
Que ayuden mi pensamiento:
Les pido en este momento
Que voy a cantar mi historia
Me refresquen la memoria
Y aclaren mi entendimiento.

Vengan santos milagrosos,
Vengan todos en mi ayuda,
Que la lengua se me anuda
Y se me turba la vista;
Pido a mi Dios que me asista
En una ocasión tan ruda.

Yo he visto muchos cantores,
Con famas bien obtenidas,
Y que después de adquiridas
No las quieren sustentar:
Parece que sin largar
Se cansaron en partidas ([6]).

Mas ande otro criollo pasa
Martín Fierro ha de pasar;
Nada lo hace recular,
Ni las fantasmas lo espantan,
Y desde que todos cantan
Yo también quiero cantar. […]

---

[6] Partidas: carreras.

Desintrusão Apátrida e a Resistência

"O Estado Nacional deve fenecer e suas funções serão assumidas por instituições de governança local e global."
(Jason Clay - ONG Cultural Survival Inc.)

"Não, devemos esperar por uma invasão de outrem, para nos prevenirmos." (Olavo Bilac)

ONGS

A CPI destinada a apurar a atuação irregular de ONGS, em 2002, sugeriu procedimentos a serem adotados para evitar a atuação de pessoas jurídicas brasileiras controladas por estrangeiros que utilizam de forma abusiva o poder econômico para lograr proveito ilícito ou contrário ao interesse nacional.

A comissão apurou não existir qualquer controle sobre os capitais estrangeiros ou nacionais destinados a essas entidades, sendo necessário ampliar urgentemente o debate sobre o grau de intromissão dessas nas questões políticas nacionais. O Poder Público não pode se omitir de sua responsabilidade e precisa monitorar, permanentemente, as ações que são desenvolvidas por convênios. Daí a importância de se fortalecerem as instituições públicas para que estas não se transformem em meras espectadoras do nosso desenvolvimento.

Raposa Serra do Sol

A Comissão Externa destinada a avaliar, in loco, a situação da demarcação em área contínua da "*Reserva Indígena Raposa Serra do Sol*", no Estado de Roraima, em 2004, concluiu, após ouvir todos os elementos envolvidos, que seria absolutamente necessária nova identificação das terras destinadas à reserva, dela

retirando as áreas cujo aproveitamento é capital para a economia do Estado, bem como uma faixa de 15 km ao longo da fronteira do Brasil com a Guiana e Venezuela, aí incluído o Município de Uiramutã. Estas sensatas medidas tinham em vista, segundo a comissão, preservar a paz social e à garantia da segurança nacional e da ordem no Estado de Roraima.

Portaria

Numa demonstração de que nossos supremos mandatários continuam dando sobejas manifestações de que estão alheios aos interesses da soberania nacional e submissos às pressões de organismos internacionais, Lu**ll**a assinou a Portaria n° 534, de 13.04.2005, homologando de forma contínua a TIRSS e de posse permanente dos grupos indígenas Ingarikó, Macuxí, Taurepang e Wapixana. Lu**ll**a contrariou frontalmente todos estudos e relatórios promovidos pelo Congresso Nacional e, em especial, o da Comissão Externa cujo parecer foi extremamente coerente e objetivo nas conclusões que apresentou.

A Malfadada Força de Ocupação

Os agentes estão transitando em Roraima com viaturas sem placas e esta semana crianças que iam para as escolas, ficaram temerosas ao cruzar com os federais que portavam armas a mostra, quando eles deixavam um restaurante no Centro da Capital. (Márcio Junqueira)

O Deputado Federal Márcio Junqueira condenou veementemente a forma desrespeitosa e absurda como os policiais vêm agindo:

> Nada justifica esse exacerbo, essa ofensa a Roraima. Estes policiais se acham os salvadores, ou o Exército de Libertação. Na realidade, eles estão afrontando a sociedade roraimense.

Márcio Junqueira pretende repudiar de forma veemente nas ruas, na Tribuna da Câmara dos Deputados, e nos veículos de comunicação a conduta marginal da Polícia Federal. A Polícia Federal foi surpreendida com a reação dos arrozeiros, que estão empregando táticas de guerrilha, e decidiu recuar suspendendo suas ações, temporariamente, na reserva.

A PF recuou amedrontada e aguarda a chegada de reforços de mais 350 policiais e, quem sabe, a mobilização, inconstitucional, da Força de Segurança Nacional.

O Líder da Resistência

Paulo César Quartiero, gaúcho de 52 anos, líder da resistência dos arrozeiros de Roraima e Prefeito de Pacaraima, foi preso pela Polícia Federal no dia 31 de março, quando liderava um grupo de aproximadamente 100 pessoas que interditou a ponte sobre o Rio Cauamé. Houve confronto com os Policiais Federais e, na explosão de uma bomba, Renato Quartieiro, filho do arrozeiro, ficou ferido. Quartiero expressa, com veemência, a revolta dos produtores que estão sendo tratados como bandidos pela PF:

> Estão fabricando incidentes e desastres ecológicos na região para que, os arrozeiros sejam responsabilizados pelo crime, e colocando os mesmos na mídia de forma a os execrar. E com isso, conseguir o que eles querem que é lacrar nossas máquinas e, consequentemente, paralisar nosso plantio e nossa produção.

> Está se montando um teatro, para nos colocar como agressores do meio ambiente, e conseguir o que até hoje não conseguiram, que é paralisar a produção agrícola do Estado de Roraima. A Polícia Federal é desqualificada para agir porque recebe ordens de setores que podem ser influenciados pelo CIR como o Ministério Público Federal ou a Advocacia-Geral da União. Aí fica a sensação de que a polícia atua em defesa dos interesses do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Aniversário

A expectativa, no estado, é de que se resolva o impasse antes da data do terceiro aniversário da assinatura do decreto de homologação da reserva. Os índios ameaçaram fazer a desintrusão dos brancos, eles próprios, caso isso não ocorra. "*Cansamos de esperar, e se o governo não agir agora nós vamos lutar. Sabemos morrer, mas também sabemos matar*", disse Dionito José de Souza, coordenador do CIR.

Guerra Anunciada – Cartilha do Separatismo

A soberania é una e indivisível, não se delega a soberania, a soberania é irrevogável, a soberania é perpétua, a soberania é um poder supremo.
(Paulo Bonavides)

Era uma guerra anunciada. O Estado Brasileiro permitiu que cada fase da "*Cartilha do Separatismo*" fosse ardilosamente concretizada. Permitiu que a demarcação física das terras fosse feita através da ação de ONGs com o apoio financeiro de organismos internacionais que as <u>ampliaram ao máximo graças a laudos falaciosos</u>.

Foi signatário de leis internacionais que procuram neutralizar ou eliminar a presença do estado nas áreas demarcadas. E por fim, permite, sem qualquer controle, que organizações estrangeiras fomentem conflitos de interesses entre os indígenas e a população das áreas demarcadas.

Cartilha do Separatismo

Poderíamos listar, didaticamente, três etapas ou diretrizes gerais para estabelecer as bases da criação de um novo estado:

– **1**. Provocar a demarcação física das terras através da ação de ONGs com o apoio financeiro de organismos internacionais, ampliando-as ao máximo;

– **2**. Estabelecer leis internacionais que procurem neutralizar ou eliminar a presença do estado nas áreas demarcadas e também permitir que sejam evocadas, oportunamente, para reconhecimento de sua autonomia;

– **3**. Fomentar conflitos de interesses entre os indígenas e a população das áreas demarcadas.

Demarcação

Se acompanharmos os laudos que ampararam a criação das reservas, nos últimos anos, veremos maquinações de toda espécie envolvendo corrupção e laudos forjados, inclusive, por antropólogos estrangeiros.

Foi o caso da criação Terra Indígena (TI) Ianomâmi com 9,4 milhões de hectares, que teve seus limites expandidos sempre que se tinha conhecimento de novas áreas de jazidas minerais importantes.

Caso semelhante ocorreu com a criação da reserva da região da TI Cabeça do Cachorro, um polígono contínuo de 10,6 milhões de hectares. E, por último, da TI Raposa e Serra do Sol, uma área de 1,7 milhões de hectares, fazendo com que toda fronteira norte do Brasil, do Noroeste do Amazonas até o Nordeste de Roraima seja ocupada por Terras Indígenas, Parques Nacionais e Reservas Florestais tornando a região extremamente vulnerável. Esta vulnerabilidade se torna maior ainda se considerarmos que algumas destas TI se estendem para além de nossas fronteiras e, no caso da Colômbia, a poucos quilômetros de áreas controladas pelas FARC.

Leis Internacionais

Legislações de âmbito internacional vêm ampliando, progressivamente, os direitos indígenas. Vamos nos ater apenas a duas delas, mais atuais, e, que merecem maiores considerações tendo em vista o seu teor.

1. A "*Convenção n° 169 da OIT, Sobre Povos Indígenas e Tribais*" produziu um texto controvertido que compromete a soberania nacional, pois submete o Governo Brasileiro às instituições representativas dos povos indígenas. Além disso, permite a esses povos solicitar proteção internacional para garantir sua soberania e transfere-lhes a propriedade das terras que ocupam, <u>das quais tem apenas usufruto conforme prevê o Artigo 231 da Constituição Federal</u>;

2. A Declaração Universal dos Direitos dos Indígenas, por sua vez, aprovada na Assembleia Geral da ONU, reconhece a necessidade da desmilitarização dos territórios indígenas, reconhece o direito à autodeterminação e lhes permite vetar "*as atividades militares*" em suas terras.

Conflitos de Interesses

As ONGs estrangeiras bancaram financeiramente o trabalho de demarcação de áreas indígenas em território brasileiro e, juntamente com a FUNAI, contribuem para um indesejável conflito na Amazônia. Citando, para ser sucinto, apenas o exemplo do Estado de Roraima, podemos afirmar que a eclosão de um grave conflito entre brancos e índios é iminente. Os padres da ONG Consolata estimulam a segregação e a desavença oferecendo dinheiro aos índios da TI Raposa e Serra do Sol (TIRSS) que não se relacionam com brancos. As constantes invasões das fazendas dos rizicultores e sequestros patrocinadas pelo Conselho Indígena de Roraima – CIR, com apoio, explícito, da Igreja Católica contaminada pelos famigerados marxistas adeptos da Teologia da Libertação, em particular a Diocese de Roraima, têm como objetivo pressionar as autoridades de maneira a acelerar a retirada dos não-índios da TIRSS, aumentando o clima de violência na região e a insatisfação popular diante da omissão do Estado face às ações arbitrárias e impunes promovidas pelos índios integrantes daquela ONG Indígena.

(Jean Théodore Descourtilz, 1854)

Martín Fierro II
(José Hernández)

II

Ninguno me hable de penas,
Porque yo penando vivo,
Y nadies se muestre altivo
Aunque en el estribo esté,
Que suele quedarse a pie
El gaucho más alvertido.

Junta esperencia en la vida
Hasta pa dar y prestar,
Quien la tiene que pasar
Entre sufrimiento y llanto;
Porque nada enseña tanto
Como el sufrir y el llorar.

Viene el hombre ciego al mundo
Cuartiándolo la esperanza
Y a poco andar ya lo alcanzan
Las desgracias a empujones;
¡La pucha que trae liciones
El tiempo con sus mudanzas!

Yo he conocido esta tierra
En que el paisano vivía
Y su ranchito tenía
Y sus hijos y mujer...
Era una delicia el ver
Cómo pasaba sus días.

Entonces... cuando el lucero
Brillaba en el cielo santo,
Y los gallos con su canto
Nos decían que el día llegaba,
A la cocina rumbiaba
El gaucho... que era un encanto. […]

As Mentiras da SI e do CIR na Europa

É algo que infelizmente acontece no mundo todo. O direito dos índios brasileiros existe e está assegurado na Constituição de 1988. Esses índios estão em suas terras, as quais habitam há muito tempo, e já tiveram seu direito reconhecido.
(Danielle Mitterrand)

Omissão da Verdade

No auditório da fundação Danielle Mitterrand, o índio Macuxí Jacir José de Souza, fundador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), e a índia Wapixana Pierlangela Cunha, coordenadora da Organização dos Professores Indígenas de Roraima, relataram suas facciosas versões da disputa com produtores rurais em Roraima. Intencionalmente, eles omitiram que a maior parte dos indígenas da Terra Indígena Raposa e Serra do Sol é favorável à demarcação não contínua da Reserva. Infelizmente, a SODIURR, nem seus aliados da ARIKON e ALIDCIRR estavam presentes para rebater as afirmativas, já que estas entidades não contam com patrocinadores tão "*interessados*" como os do CIR.

Mentiras

Antes da explanação, foi projetado um vídeo idealizado pela Survival-International (SI), sob o título "*Dramatic video shows attack on Indian village*", em português, vídeo dramático mostra ataque a uma aldeia indígena, que chocou os presentes.

O mentiroso líder Macuxí afirmou diante da plateia estarrecida, que:

> Jagunços contratados, armados e bombas caseiras nos ameaçam o tempo todo. Já somos 21 os líderes assassinados à bala. Atos de violência acontecem há mais de 35 anos, mas essa é só a primeira vez que filmamos.

Na realidade, o vídeo de um ataque, orquestrado e muito bem planejado pelo próprio CIR, com o aval da SI, que já contava com apoio de ambulâncias e elementos encarregados de registrar a ação, no dia 05 de maio, quando mais de cem indígenas do Conselho invadiram a Fazenda de Paulo César Quartiero. Os funcionários da fazenda ordenaram a saída dos índios que se negaram a fazê-lo dando origem ao conflito.

Os dois "*Silvérios do Reis*" não fizeram, lógico, referência às ações guerrilheiras que eles próprios vem desenvolvendo na área desde a década de 70, cortando cercas, matando o gado, ameaçando aqueles que não são ligados ao CIR, índios ou não-índios.

Não contaram que desde o dia 05 de fevereiro de 2007, indígenas do CIR circulam na carroceria de camionetes, com a inscrição "*Vigilância*", do Programa de Proteção das Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), portando cassetetes e intimidando a população local.

Não fizeram menção a um documento elaborado pela maioria indígena, ligados à SODIURR, ARIKON e ALIDCIRR afirmando sua intenção de participar do desenvolvimento da região, <u>pagando seus impostos como cidadãos brasileiros</u>.

Nem qualquer alusão foi feita ao fato de indígenas da Guiana e Venezuela estarem se filiando ao CIR com o objetivo de permanecer na região.

Joaquim Corrêa um Brasileiro Esquecido

Eu sou nativo, nasci e me criei aqui. Me sinto vítima de uma injustiça – reclama o homem viúvo, com sete filhos, 17 netos, bisnetos e até um tataraneto, que frequentam a propriedade.

Com 85 anos de idade, o fazendeiro Joaquim Corrêa vive há 81 anos em uma propriedade de 2 mil hectares às margens do Lago Caracaranã. Exibindo o título de posse da área datado de 1886, que herdou dos antepassados, se diz "*contrariado*" com a possibilidade de ter de deixar a terra que após a demarcação contínua ficou dentro da Terra Indígena.

Me decepcionei. Não vou dizer que ele, Presidente da República, fez um mau governo em nível nacional, mas para Roraima foi um desastre.

O Lago de Caracaranã era um dos locais mais visitados de Roraima. Na propriedade de Côrrea, havia uma infraestrutura turística considerável, mas o movimento caiu muito depois que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) colocou uma placa informando que só com a autorização dela se poderia entrar na área. Côrrea confia em duas "*justiças*" para que se chegue a uma solução justa para o impasse:

> A primeira esperança é justiça Divina e a última justiça dos homens. Acredito que são pessoas [Ministros do STF] que tenham caráter e amor à pátria.

Barandiarán – "*Atentado de Lesa Pátria*"

> Aceptar hoy día en nuestros países las reservas indígenas tal como erguimos las otras reservas ecológicas naturales [parques, reservas forestales, reservas hídricas, monumentos naturales, etc.] como

paréntesis territorio sociales, por la presión de algunos profesionales extranjeros o nacionales, es un atentado de lesa patria, por la sencilla razón de que anulan y destruyen nuestra igualdad republicana orgánica. Hoy, en nombre de un indigenismo exacerbado y de una ecología a ultranza, si pretende mermar la propia organicidad del estado, haciendo que inmensos espacios nacionales vuelvan a caer en monopolios indigenistas o ecologistas, en acción directa contra el corpo mismo orgánico de la nación: como una dicotomía del alma de nuestros pueblos.

Demarcações Feitas por BRASILEIROS nos "*Tempos de Outrora*" onde Imperavam a Honra e o Patriotismo

1917 – Lei estadual n° 941, de 16.10.17, define a Área Indígena, destinada aos Macuxis e Jaricunas, a região compreendida entre os Rios Surumu e Cotingo, e as serras Mairary e Canapiáepim, no Município de Boa Vista do Rio Branco.

1922 – Lei estadual alterando a Lei n° 941, excluindo as terras que já tenham sido concedidas pelo Estado, e as que já estiverem ocupadas e cultivadas por qualquer pessoa, com residência habitual e cultura efetiva.

1925 – O Interventor Federal no Estado do Amazonas usando das atribuições legais que lhe são conferidas e tendo em vista o artigo 1° da lei n° 941, de 16.10.1917, e para inteira execução do ato de 11 de fevereiro do corrente ano, que considerou válido o processo de medição e demarcação do lote de terras compreendido entre os Rios Surumu e Cotingo e as serras de Imairary-ipim e Conopiá-ipim, no Município de Boa Vista do Rio Branco, para

> localização, domicílio e aproveitamento dos índios Macuxís e Jaricunas, na forma dos artigos 1° e 5° da Lei 941, de 16.10.1917, resolve declarar que fica reservado para localização, domicílio e aproveitamento dos índios Macuxís e Jaricunas o aludido lote de terras, compreendido entre os Rios Surumu e Cotingo e as serras de Imairary-ipim e Conopiá-ipim, no Município de Boa Vista do Rio Branco, deste Estado.

Conclusão

O governo, seus "*diplomatas*" do Itamaraty e a "*esquerda escocesa*" instalada no planalto, deitados "*em berço esplendido*", a tudo assistem, totalmente alienados e omissos, sonhando com uma cadeira de membro "*temporário*" no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Condenam, hoje, os antepassados e descendentes daqueles que, atendendo heroicamente a um chamado de governos realmente preocupados com nossa soberania, se deslocaram para a região, com muito sacrifício e bravura há mais de cem anos.

Deixam de reconhecer os títulos de posse centenários emitidos pelo estado de direito e as demarcações e suas alterações realizadas em 1917 e 1922.

Na época, a reserva havia sido demarcada como a região compreendida entre os Rios Surumu e Cotingo e, demonstrando uma preocupação diferente dos entreguistas de hoje, excluindo as terras que já haviam sido concedidas pelo Estado, e as que já estiverem ocupadas e cultivadas por qualquer pessoa, com residência habitual e cultura efetiva.

Saudades do Ceará
(*Thales Bastos Chaves*)

À minha querida mãe e
à memória do meu saudoso pai

Tenho saudades dos campos
Da minha terra natal,
Dos mimosos pirilampos,
Do cheiro do bamburral.

Saudade do rouxinol
Que canta tanto por lá;
Lusco-fusco do arrebol
Aos cantos do sabiá.

Saudades daquelas rosas
Tão pequeninas, mimosas,
Florescidas nos jardins;
Do farfalhar das florestas,
Das aves regendo orquestras,
No pipilar de mil festas,
Que se vão pelos confins...

Saudade, tarde morena,
Espinho que fere tanto!
Sombra pungente, terrena,
Que a gente transforma em pranto.

Saudade, quantas vezes a chorar me viste,
Indefinidas vezes no minuto triste?!
Tu chegaste silente...
Na minh'alma quieta entraste sorrateira,
Até rolar de mim a lágrima primeira,
Sombria e de repente.

Saudade, força extrema que a pungir devora,
Arrebatando o peito humilde, quando chora
A terrível tristeza.
Não posso maldizer os prantos que me deste,
Nem perjuro o teu nome, assim, porque vieste,
Do amor na correnteza. [...]

Imagem 18 – Lago de Caracaranã (Jessé Souza)

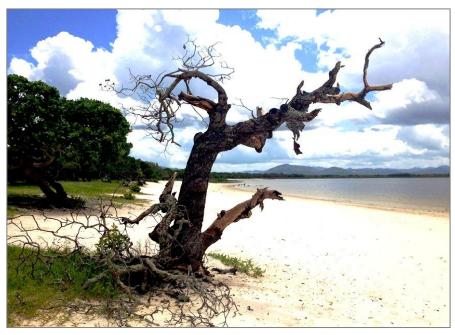



Imagem 19 – Lago de Caracaranã (Jessé Souza)

Imagem 20 – Lago de Caracaranã (M. Camacho)

Imagem 21 – Lago de Caracaranã (Emily Costa)

Campo de Concentração Brasileiro

Um grandioso acontecimento se está preparando no céu para fazer pasmar as gentes. Far-se-á uma grande reforma entre todas as nações, e o mundo irá misturar-se como um oceano. (São João Bosco)

A preservação de grupos étnicos em redomas que os mantenham distantes de contatos humanos não passa de uma tentativa de fazer parar o tempo, como se isso fosse possível, em zonas cujas dimensões e natureza tornam impossível um policiamento protetor. O artificialismo condena esse equívoco, e o resultado final ameaça ser a contaminação dos grupos primitivos pela ação clandestina do que há de pior na sociedade moderna, enquanto o que há de melhor é mantido à distância pelo respeito à lei. (Editorial "A Redoma Fatal" publicado no jornal "O Globo")

Repercussão Internacional e a Cegueira Nacional

Em 19.01.2004, a revista inglesa "*The Economist*" publicou um artigo com o título "*Um novo Israel*" que retrata o clima de segregação entre índios e não-índios em Roraima. Segundo a revista, a Reserva dividiu o estado. Essa divisão levou o autor do artigo a traçar um paralelo com a antiga Iugoslávia: "*Boa Vista tem um clima etnicamente carregado, mais característico dos Bálcãs do que do Brasil*". A Revista antevia conflitos indígenas, falava em "*Balkanização*" o que a imprensa nacional, sectária e comprometida, evitava publicar, preferindo utilizar termos mais sutis.

Perseguição Racial

Os últimos governos foram responsáveis e a história os julgará por incentivar a segregação e o racismo criando imensas reservas, privilegiando minorias indígenas e estimulando contravenções e cisões.

Movimentos Raciais

Nós, brasileiros, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros. (Darcy Ribeiro)

Diversos movimentos, de todos os matizes, continuam tomando corpo, buscando privilégios especiais, esquecendo que a grande maioria do povo brasileiro é mestiça. As identidades étnicas tendem a desaparecer no processo histórico e todas tentativas históricas de "*congelá-las*" fracassaram.

O brasileiro é por definição um ser mestiço e que abrange as diversas manifestações de um mesmo processo. A identidade mestiça brasileira é dinâmica e tem como origem o amálgama de diversos povos que se encontraram no espaço e tempo da nação brasileira.

Perseguição Religiosa

"A FUNAI acionou até o Supremo Tribunal Federal (STF) para retirar os missionários brasileiros da denominada Assembleia de Deus, argumentando que os evangélicos devem sair por não serem índios. Mas os padres que vivem nessa área são estrangeiros e estão incentivando os índios a lutar contra os evangélicos que não concordam com o monopólio do catolicismo na área".
(Deputado Márcio Junqueira – RR – 28/02/2008)

A Fundação Nacional de Assistência ao Índio (Funai), proíbe a presença de missionários evangélicos nas tribos indígenas de Pacaraima-RR, mas não toma a mesma atitude em relação aos padres e freiras estrangeiros enviados pela Igreja Católica.

'The Economist' compara Roraima à Iugoslávia

A revista britânica *The Economist* desta semana traz uma reportagem sobre a polêmica decisão do governo brasileiro de criar uma reserva indígena em Roraima, na fronteira com a Guiana e a Venezuela.

A reportagem diz que a reserva dividiu "completamente" o Estado, uma situação que lembra muito mais a antiga Iugoslávia do que o Brasil, segundo a revista.

"Boa Vista tem um clima etnicamente carregado, mais característico dos Bálcãs do que do Brasil", afirma a reportagem, cujo título é "As guerras indígenas da Amazônia".

Imagem 22 – BBC Brasil – The Economist, 19.01.2004

The Economist – Jan 15th 2004

Índios do Brasil: as Guerras Indígenas da Amazônia (Tradução Livre de Hiram Reis e Silva)

O Estado de Roraima exala um ar de conflito civil iminente. No início deste mês, elementos contrários à demarcação contínua da reserva indígena bloquearam as estradas de acesso à Boa Vista, capital do Estado, e ocuparam os escritórios das agências de reforma agrária federal e assuntos indígenas. A disputa não acirrou os ânimos apenas em Roraima, mas chamou a atenção, também, sobre os conflitos radicais entre os ambientalistas e defensores da cultura tradicional, de um lado, e aqueles que defendem o progresso e o crescimento econômico, de outro.

O Brasil está salpicado de reservas indígenas. Geralmente, são vastas áreas contendo poucos indivíduos, mas com recursos abundantes, da madeira ao ouro e à água. A terra e o subsolo pertencem ao Governo Federal, mas os índios controlam o acesso e a atividade econômica. A maioria dos estrangeiros, que se preocupam com isso, consideram isso correto. Essas gigantescas reservas parecem ser baluartes contra as forças que podem colocar em risco tanto a Amazônia, quanto os direitos de uma minoria nativa indefesa. Esta visão tem adeptos influentes, como ONGs internacionais e a Igreja Católica do Brasil.

Mas para os fazendeiros, mineiros e madeireiros, isso tem cara de conspiração para impedir o progresso. Paulo Cesar Quartiero, arrozeiro, afirma que a polêmica reserva em Roraima é um ato de "*extermínio*", faltando apenas os crematórios. Embora discussões sobre os recursos naturais muitas vezes possam ser sangrentas [acredita-se que vários líderes indígenas tenham sido mortos no ano passado por causa dessas riquezas], elas geralmente são setorizadas, mas essa disputa, no entanto, está chamando a atenção de todo o Estado.

O gatilho é a iminente declaração do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, de uma nova Terra Indígena que cobre 8% de Roraima, a Raposa/Serra do Sol, com mais de 1,7 milhões de hectares de extensão. A "*Desintrusão*" deve vir logo a seguir. Isso significa remover a população não índia de várias aldeias e de uma pequena cidade – o número de pessoas é controverso – além de diversas plantações de arroz, entre as quais a de Quartiero. Para seus defensores, Raposa/Serra do Sol é uma restauração e não expropriação. Por décadas, os 15.000 indígenas da área tentam recuperar suas terras de mineradores e agricultores, que trouxeram consigo a bebida, a sujeira e prostituição.

Manuel Tavares, da FUNAI, a agência federal dos índios, mostra pacotes de veneno agrícola que, segundo ele, foram encontrados em uma das fazendas de arroz. A limpeza final ocorrerá quando a reserva for aprovada.

Essa perspectiva não invoca nenhuma simpatia em Boa Vista, residência de mais da metade da população do estado. Um magnífico monumento na Praça Principal não personaliza o indígena brasileiro, mas seu arqui-inimigo, o garimpeiro, que poluiu e extraiu das terras indígenas o ouro e diamantes nas décadas de 1930 a 1980, e agora resiste apenas como um monumento dourado em Boa Vista. O governador, Flamarion Portela, reclama de administrar um "*estado virtual*", onde metade da terra é indígena e a maioria do restante é controlada por agências federais. Isso frustra os sonhos de participar do boom da soja no Brasil e de explorar as conexões rodoviárias à Venezuela, Guiana e além.

Boa Vista tem uma atmosfera etnicamente carregada, mais característica dos Bálcãs do que do Brasil. "*As pessoas ou gostam dos índios ou os odeiam*", diz Ana Paula Souto Maior, advogada pró-indígena. "*Não existe opção intermediária*". A ideia de colocar áreas do estado fora dos limites para os não-índios parece não-brasileira para muitos. No entanto, alguns indígenas estão entre os críticos mais radicais da demarcação da reserva em área contínua. Os apoiadores dessa forma de demarcação afirmam que os adversários são pagos pelos plantadores de arroz, mas esses, por sua vez, acusam a igreja e as ONGs de lhes impor um tipo de vida e isolamento que eles não desejam mais.

Em vez disso, eles querem "*TVs, carros, tudo*", diz Gilberto Macuxi, presidente da Arikom, um grupo indígena. Se Raposa for demarcada como planejado, ele acrescenta: "*haverá uma guerra entre nós*".

Os problemas mais graves do estado são auto-infligidos. Sua população passou de 41.000, em 1970, para 360.000 hoje. As riquezas minerais atraíram alguns mineradores, mas a maioria da população atual veio atrás de empregos e subsídios do governo. Metade da força de trabalho está na folha de pagamento do governo e muitos "*funcionários fantasmas*" foram "*demitidos*" ([7]). A economia do Estado depende de sua lavoura de arroz, uma indústria responsável por 10% da renda do estado.

Os fazendeiros e seus aliados indígenas querem excluir os arrozais, estradas e assentamentos da área demarcada para a reserva. Portela espera que o Governo Federal entregue terras federais não indígenas ao Estado. Mas isso não salvaria a lavoura de Quartiero. Os apoiadores da demarcação contínua da Raposa esperam que a luta termine assim que a reserva for declarada. Seus oponentes dizem que é quando ela realmente começará. (O ECONOMISTA)

(Jean Théodore Descourtilz, 1854)

[7] Escândalo dos gafanhotos: o salário de servidores fantasmas era desviado para políticos locais.

TIRSS na Mídia Nacional

São conhecidas as aspirações da nossa estimável irmã da América do Norte, a respeito da borracha; é notório seu apreço pelo torrão maravilhoso possuído pelo Brasil nas margens amazônicas; são bem conhecidas as transações ultimamente efetuadas no estrangeiro a respeito de grandes trechos daqueles vastos e ferocíssimos territórios; e, mais cedo ou mais tarde, dentro de pouco tempo, talvez fiquemos privados daquelas zonas, as vejamos em mão estrangeiras ([8]).

Meu "*interesse*" pela Amazônia foi despertado nos idos de 1978/79 quando participei, como Tenente Chefe da Equipe de Terraplenagem do 9° Batalhão de Engenharia de Construção (9° BEC), sediado em Cuiabá, MT, da construção da BR-364 e BR-070. Digo construção porque a antiga estrada, implantada pelos nossos destemidos pioneiros, servia agora apenas de caminho de serviço.

Trabalhava satisfeito de segunda a domingo, das 05h30 à 22h00, cumpria dois plantões por semana com rondas às 24h00, 02h00 e 04h00, mais de 120 horas semanais, durante 8 meses por ano, em prol da integração da nossa Amazônia.

Esse "*interesse*" pela Amazônia transformou-se em "*amor*" quando comandei como Capitão de Engenharia, e Comandante da 1ª Companhia de Engenharia de Construção, instalada no Norte de Amazonas, limite Sul da Reserva Uaimiri-Atroari (WA), subordinada ao 6° BEC (sediado em Boa Vista, RR), nos idos de 1982/83, tendo como principal missão a manutenção da BR-174.

---

[8] BARBOSA, RUI. Discursos Parlamentares – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Ministério da Educação – OCRB – Volume XXVII, Tomo III, 1900.

A falta de recursos, a distância da sede do Batalhão, pontes de madeira desabando, bueiros ruindo, formação de atoleiros imensos no "*inverno amazônico*", atendimento aos familiares, instalados precariamente na sede da Companhia, e à população indígena – na época muito amiga e totalmente dependente de nossa Seção de Saúde, ter de conviver com um ex-Padre, pedófilo, na época chefe do Posto de Atração da FUNAI, com um arredio antropólogo inglês à soldo de interesses inconfessos que esboçou um arremedo de falaciosa e inútil tese sobre os WA e, além de tudo isso, acompanhar de perto a instalação das minas do Pitinga e construção da hidrelétrica de Balbina e suas consequências para a BR-174.

Em 1999, já como Coronel antigo, conclui o Curso de Guerra da Selva, um sonho acalentado desde que era aluno do Curso Científico do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), incentivado pelo Capitão Cav Francisco de Paula Barcellos da Silva, chefe da seção de Educação Física e instrutor do Curso de Infantaria do CMPA. Nos exercícios de campo, eu e os demais alunos, ouvíamos atentos seus relatos sobre o Curso e planejávamos um dia, quem sabe, ostentarmos o "*Brevê da Onça*".

No curso tomei conhecimento de outras questões ligadas à segurança e soberania nacionais e foi então que meu amor pela Amazônia transformou-se em "*paixão*". Por ocasião da brevetação, o General Luiz Gonzaga Schroeder LESSA, meu ex–Diretor de Informática e então Comandante Militar da Amazônia (CMA), insistiu para que eu assumisse o compromisso de trazer ao povo do Rio Grande do Sul uma visão mais realista das questões que afligem a Região Amazônica. Desde o ano de 2000 que viemos cumprindo este acordo computando até o dia de hoje mais de 700 palestras realizadas.

Vamos repercutir, a seguir, uma série de notícias sobre a famigerada demarcação contínua da Terra Indígena Raposa "*E*" Serra do Sol (TIRSS). Lembro que ao pesquisar sobre o tema no ano de 2000, colhendo material para minhas palestras, o número de notícias nacionais relacionadas à questão representavam menos de 5% do total de links apresentados pelo Google, uma demonstração inequívoca da criminosa orquestração internacional para colocar em cheque nossa soberania. Infelizmente nossos últimos políticos, procurando mais reconhecimento de nações estrangeiras do que atender aos interesses nacionais homologaram a demarcação de áreas maiores que muitos países da Europa sem levar em conta para qualquer embasamento científico, técnico ou estratégico.

Collor Entreguista

Nenhum dos grandes cientistas e exploradores anônimos que cruzaram os vales do Urariquera e Orenoco, avistaram quaisquer índios com nome "*Ianomâmi*". Em seu estudo "*Índios do Brasil*", edição do Ministério da Agricultura, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, publicação n° 98, volume II, edição 1958, o maior e mais respeitado indigenista brasileiro – Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, não faz qualquer alusão aos "*Ianomâmi*" dentre as tribos levantadas na região. A reserva "*Ianomâmi*", projetada inicialmente com uma área aproximada de 2,4 milhões de hectares, foi ampliada para 5 milhões de hectares tão logo foram conhecidos os primeiros resultados do levantamento dos recursos minerais da Amazônia executados pelo Projeto Radam-Brasil, em 1975. Na data de sua criação, a Portaria 580, de 15 de novembro de 1991, assinado pelo então Presidente Fernando Collor, passou para 9,4 milhões de hectares.

"*Curiosamente*" esta ampliação permitiu que as grandes reservas de minerais nobres (ouro, estanho, minerais radioativos e o nióbio da região dos seis lagos), detectados pelo Radam-Brasil, ficassem dentro da reserva. A Survival-International foi fundada em 1969, com a finalidade precípua de inventar os *"Ianomâmis"* e criar a reserva. Robin Hanbury-Tenison, presidente da SI, em 1971, fez diversos reconhecimentos na região, realizou estudos geopolíticos e levantou possíveis eixos de integração Sul-americana. No seu livro "*Worlds Apart*", ele reporta que esses roteiros foram indicados pessoalmente pelo príncipe Philip. A criação da reserva representaria um bloqueio físico a qualquer integração que permitisse o desenvolvimento da região.

Fernando Henrique mais um Traidor

Fernando Henrique Cardoso, em 14.04.1998, homologou cinco terras indígenas em São Gabriel da Cachoeira, região conhecida como Cabeça do Cachorro, num total de 10,6 milhões de hectares.

TIRSS

São cinco etnias e pouco mais de 15.000 indivíduos, para as quais foi demarcada aleatoriamente uma área contínua de 1.747.000 hectares, prejudicando definitivamente a economia do estado de Roraima, dificultando a construção de hidrelétricas, segurança das linhas de transmissão e atividades das mais diversas instituições federais.

Modelo Tikuna

O grupo Tikuna, a mais numerosa etnia da Amazônia Brasileira (54.000), está distribuída em 24 Terras Indígenas demarcadas descontinuamente.

Terras Ticunas no Brasil (hectares)		
1. Barreira da Missão	1.772,42	Tefé, AM
2. Betânia	122.799,03	Santo Antônio do Içá, AM
3. Bom Intento	1.613,04	Benjamin Constant, AM
4. Estrela da Paz	12.876,49	Jutaí, AM
5. Évare I	548.177,60	São Paulo de Olivença, Tabatinga, AM
6. Évare II	176.205,72	São Paulo de Olivença, AM
7. Feijoal	40.948,00	Benjamin Constant, AM
8. Ilha do Camaleão	236,78	Anamã, AM
9. Lago do Beruri	4.080,37	Beruri, AM
10. Lauro Sodré	9.600,00	Benjamin Constant, AM
11. Macarrão	44.267,91	Jutaí, AM
12. Maraitá	53.310,00	Amaturá
13. Matintin	22,89	Santo Antônio do Içá e Tonantins, AM
14. N. Esperança do Rio Jandiatuba	18.377,00	São Paulo de Olivença, AM
15. Porto Espiritual	2.839,35	Benjamin Constant, AM
16. Porto Praia	22.000,00	Uarini, AM
17. Riozinho	362.495,00	Jutaí, AM
18. Santo Antônio	1.065,27	Benjamin Constant, AM
19. S. Francisco do Canamar	3.145,00	São Paulo de Olivença, AM
20. São Leopoldo	69.270,54	Benjamin Constant, AM
21. Tupã-Supé	5.059,00	Alvarães, AM
22. Uati-Paraná	127.199,06	Fonte Boa, Tonantins, Alvarães, AM
23. Umariaçu	4.900,00	Tabatinga, AM
24. Vui-Uata-In (Nova Itália)	121.198,60	Amaturá, AM
Total	**1.753.459,07**	

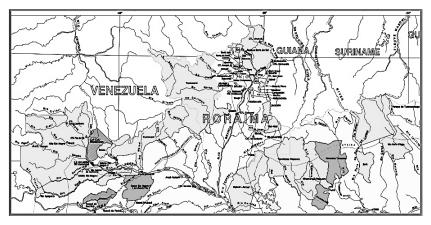



Imagem 23 – Terras Indígenas, NO do Brasil

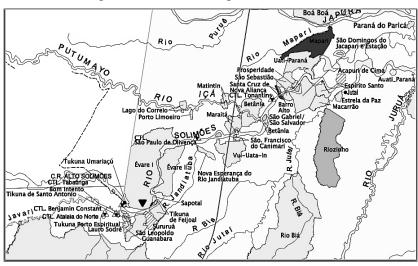



Imagem 24 – Terras Indígenas – Ticunas

O Tuxaua Ticuna João Farias Filho, da Comunidade de Feijoal me perguntou, quando lá estive de 01 a 03.12.2008, porque as ONGs não apareciam nas TI dos Ticunas e respondi-lhe que: na calha do Rio Amazonas a ocorrência de minerais nobres é bastante reduzida e, por isso, esses "*altruístas benfeitores*" focavam sua atenção principal no Escudo das Guianas. Caso as TI Ticuna fossem demarcadas de forma contínua de Tabatinga à Tefé, metade da Bacia do Solimões seria reserva Ticuna.

Atentados à Soberania

Jornal do Commércio, n° 38.294
Manaus, AM – Quinta-feira, 22.03.2001

Território de Roraima
Quintão Defende Revisão de Reserva
[Tânia Monteiro]

Boa Vista [AE] – O Ministro da Defesa, Geraldo Quintão, chamou de "*um erro*" a demarcação dos 8 milhões de hectares da reserva indígena Ianomâmi, em Roraima, e sugeriu que esta decisão do ex-presidente Fernando Collor poderia ser revista. "*É uma questão muito delicada, aqui e no exterior, mas que precisa ser discutida pela sociedade*", argumentou. Quintão não vê, no entanto, possibilidade de o erro ser reparado de imediato.

"*Pode ser que amanhã algum Presidente da República queira consertar isso mas, por enquanto, é muito cedo*". Quintão admitiu já ter discutido o assunto com o presidente Fernando Henrique mas não quis revelar a posição dele sobre o "*polêmico tema*".

As afirmações do Ministro foram feitas em Uiramutã [RR], onde o Exército tenta construir um quartel ([9]), embargado por causa de uma liminar na Justiça obtida pelo Conselho Indígena de Roraima [CIR].

---

[9] A presença de um pelotão na região da Serra do Sol foi planejada no fim década de 1990, no bojo da concepção estratégica do Programa Calha Norte. No entanto, a demarcação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, no início dos anos 2000, acelerou a sua implantação. Em 26.04.2002, militares do C Fon RR/7° BIS ocuparam as atuais instalações do 6° PEF na cidade de Uiramutã. (www.7bis.eb.mil.br)

Quintão defendeu a instalação do Pelotão de Fronteira e disse que o principal objetivo daquela organização ([10]) é formar uma área contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol para ser classificado no futuro como um território internacional.

Polêmica – Uma das alegações do Conselho Indigenista para evitar a construção do quartel de Uiramutã, a 300 km de Boa Vista, é que soldados estavam assediando índias. Quintão e todas as autoridades militares da região negam as acusações alegando que a foto publicada em uma revista ligada à ONG, onde índias tomam banho em uma cachoeira ao lado de supostos militares é de 1990.

Além disso, segundo eles, nada comprova que são mulheres Ianomâmi e soldados. "*Exército e índios convivem muito bem. Mas tudo está sendo apurado*", assegurou o Ministro. No mês que vem a Justiça Federal de Brasília vai decidir se o quartel poderá ou não ser construído em Uiramutã.

Disse Quintão:

> Vamos acatar a decisão da Justiça, mas não vemos razão para que o Pelotão mude de local já que a sua posição foi escolhida com base em um estudo da inteligência do Exército, pela importância estratégica, Não se pode permitir, em hipótese alguma, que se queira chamar uma tribo indígena de nação indígena.

É uma violência contra a integridade de nosso território, que não podemos aceitar", disse Quintão, condenando a demarcação de reservas contínuas. "*As terras continuam pertencendo à União, que tem o total domínio sobre elas*", acrescentou o Ministro, criticando a área Ianomâmi, demarcada de forma contínua: "*Um péssimo exemplo*".

---

[10] Conselho Indígena de Roraima [CIR].

Na opinião do Ministro, a decisão do ex-presidente Fernando Collor de Mello de criar uma extensa reserva indígena em Roraima, que ocupa hoje 43% do Estado, foi adotada "*por incompetência ou por necessidade de um Presidente da República de aparecer bem lá fora porque estava caindo aqui dentro*". (JDC, N° 38.294)

Correio Braziliense – n° 14.844
Brasília, DF – Sexta-feira, 09.01.2004

Conflito Agrário

Morte em Roraima
[Renata Giraldi e Ana Paula Macedo da equipe do Correio]

Começa a faltar combustível em Boa Vista por causa do bloqueio das pistas.

Uma pessoa morreu ao passar mal em uma barreira montada na BR-174 por índios e fazendeiros contrários a demarcação de reserva indígena.

O Governador de Roraima, Flamarion Portela [sem partido], pedirá hoje ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que revogue a homologação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol.

Em meio aos protestos, que já duram três dias, uma pessoa morreu ontem devido aos bloqueios nas estradas no Estado. José Alberto Teixeira, de 41 anos, ia de táxi do Amazonas para Roraima quando foi parado em uma das barreiras da BR-174. Depois de passar mal, ele foi posto numa ambulância, mas morreu antes de ser atendido pelo médico.

No encontro com Lula, às 16h, Flamarion alegará que o Estado perderá a maior parte dos R$ 70 milhões proporcionados anualmente pela produção de arroz na região e que há duas comunidades com 20 mil habitantes na área, que ficarão sem renda nem moradia se a reserva for homologada da forma que o Governo Federal planeja.

Mas esses argumentos dificilmente serão aceitos pelo Palácio do Planalto. Principal negociador, o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, também se reunirá hoje com o Governador, os oito Deputados Federais e três Senadores do Estado. No encontro, ele dirá que a decisão de homologar a área indígena é definitiva.

Devido aos protestos em Roraima – que unem, de forma inusitada, índios e fazendeiros contrários à homologação da reserva Raposa Serra do Sol, é cada vez maior o risco de desabastecimento na região. Por causa de bloqueios feitos nas principais rodovias, o Estado ficou praticamente ilhado. E provocou uma corrida de motoristas aos postos de combustíveis. Em alguns estabelecimentos, os tanques já estão vazios.

No meio da confusão, a única boa notícia foi a libertação dos padres Ronaldo Pinto França e César Avallaneda e do missionário espanhol Carlos Martinez.

Os religiosos que eram mantidos reféns por índios e produtores rurais havia dois dias. Além do Governador, o protesto conta com apoio de Policiais Militares, empresários e uma pequena parcela de índios.

Para pressionar ainda mais o Governo Federal, os manifestantes ameaçavam ontem à tarde fechar até mesmo o aeroporto de Boa Vista – o maior do estado. A Polícia Rodoviária Federal informa não ter meios para retirar centenas de tratores e carretas carregadas de óleo diesel e madeiras que impedem o trânsito nas rodovias.

COMPENSAÇÃO

A disposição de Lula é homologar a demarcação da área e ao mesmo tempo adotar medidas compensatórias aos produtores das regiões demarcadas e os municípios de Pacaraima e Uiramutã.

Estão sendo estudadas no Ministério da Justiça propostas como o pagamento de indenizações em dinheiro e doação de terras, apesar das manifestações contrárias.

Ainda não estão definidos os termos dessas compensações. Por isso, o governo por enquanto não faz uma previsão de quando será efetivada a homologação da área.

Uma das alternativas em estudo é a cessão por parte de órgãos federais de terras para serem doadas aos produtores que, em muitos casos, estão há mais de duas décadas na região. Pelo menos inicialmente, a proposta não agrada ao Governador de Roraima.

Flamarion a considera inviável porque, na opinião dele. seria impossível avaliar os investimentos feitos pelos fazendeiros na região. Tampouco existiriam outras áreas de mesma qualidade agrícola no estado.

Mal-estar

"*A decisão anterior era de excluir esses limites, algo em torno de 150 quilômetros quadrados, num total de 1,7 milhão de hectares reivindicado. Esse seria o caminho ideal*", avalia o Deputado Luciano Castro, coordenador da bancada parlamentar que discutirá o assunto hoje com o Ministro da Justiça.

"*Se for mantida dessa forma contínua, a homologação em nada resolverá a questão. E os protestos e o clima de tensão continuarão sem prazo para acabar*", afirma.

FOLHA 20 ANOS

FOLHA DE BOA VISTA

Rádio FOLHA

UM JORNAL NECESSÁRIO

PRAGA DO EGITO

PF prende ex-governador e outros 41 acusados no esquema gafanhoto

Flamarion demite servidores

PÁG. 03A

PÁG. 03A

Mas as negociações ocorrem em um momento de fragilidade política do Governador de Roraima diante do Governo Federal. Flamarion volta a conversar com Lula um mês depois de terem estourado as denúncias de que estaria envolvido no "*escândalo dos gafanhotos*", esquema em que servidores fantasmas eram cadastrados na folha salarial do Estado, e o dinheiro desviado para políticos locais.

As acusações obrigaram o Governador a pedir afastamento do PT, partido ao qual havia se filiado recentemente, e agora é alvo de investigações internas. Apesar do mal-estar, o Governador avisou, por meio de assessores, que busca uma solução negociada. Se não houver acordo, Flamarion poderá recorrer à Justiça: com a nova homologação, 46% do Estado será de reservas indígenas. "*O restante é controlado pelo IBAMA ou e pelo INCRA. Sou Governador de um estado virtual*".

Entenda o Caso
Área Aguarda Homologação

- ✧ A reserva indígena Raposa Serra do Sol foi identificada como área indígena pela FUNAI em 1993, com uma extensão de aproximadamente 1,75 milhão de hectares;

- ✧ Na época, já havia cidades construídas no local;

- ✧ Em 1998, a área foi demarcada pelo governo como única e contínua. Isso significa que a reserva inclui as cidades que surgiram dentro de seus limites;

- ✧ A homologação da terra indígena ainda precisa ser assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva;

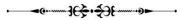
- ✧ Se a terra for homologada como contínua, como quer a FUNAI, os fazendeiros instalados dentro da área terão de sair. A maior parte são plantadores de arroz.

Sob Pressão

- ✧ Desde a madrugada da terça-feira manifestantes interromperam o trânsito de veículos nas rodovias BR-401, BR-174, e BR-432, que ligam a cidade de Boa Vista às fronteiras com Guiana e Venezuela e à cidade de Manaus;

- ✧ No mesmo dia, um grupo de 200 índios invadiu o prédio da FUNAI em Boa Vista. Na invasão, vidros das janelas e das portas foram quebrados. Em ação simultânea, produtores de arroz invadiram a sede do INCRA em Boa Vista. (CBRAZ, N° 14.844)

Jornal do Brasil - n° 306
Rio de Janeiro, RJ – Domingo, 08.02.2004

Exército não Admite Sair de Roraima

Governo Federal Promete que Homologação da Reserva Raposa-Serra do Sol em Área Contínua não vai Retirar Militares da Região

[Daniela Dariano]

Um Plano de Defesa Nacional [PDN] desenvolvido na Escola Superior de Guerra propõe a presença de órgãos federais no interior das reservas indígenas e a busca de apoio político para remanejar as aldeias que sejam contíguas a outros países.

Em Roraima existem hoje oito pelotões do Exército para preservar a fronteira do Brasil.

Imagem 25 – Jornal do Brasil, n° 295, 28.01.2006

Entre os cerca de 15 mil índios – segundo a Fundação Nacional do Índio [FUNAI] – da reserva Raposa-Serra do Sol, há, no entanto, uma corrente que reivindica o distanciamento das Forças Armadas das aldeias.

O tema é polêmico, mas o Ministério da Justiça, por intermédio da assessoria de comunicação, garante: não tem volta a decisão de homologar, nas próximas semanas, a Raposa Serra do Sol em área contínua – sem a presença de não indígenas e com a extinção do Município de Uiramutã, encravado na reserva.

A medida, no entanto, terá de obedecer a uma condição imposta pelo Ministério da Defesa: não comprometer a presença do Exército na área, como prevê a Constituição. Os conflitos em torno da homologação da reserva mobilizam diversas categorias. Habitantes de Uiramutã – indígenas ou não – que terão de ser remanejados se colocam ao

lado de agricultores locais e contra ONGs nacionais e internacionais, além de grupos ligados à igreja, que alegam proteger os índios.

Esperava-se um posicionamento das Forças Armadas contrário à decisão do Ministério da Justiça, mas o Ministro da Defesa, José Viegas Filho, surpreende ao se dizer favorável à medida. A posição do Ministério da Defesa é a mesma do Governo Brasileiro e não poderia deixar de ser assim. Os defensores da reserva indígena não se pronunciam contra a presença das Forças Armadas na área. Essa presença é absolutamente indiscutível – ressalta.

Representantes de uma corrente dentro das Forças Armadas, que não se identificam por medo de represália, tem opinião mais radical. O grupo, que discute o assunto internamente, assegura que a homologação da reserva contínua seria um risco à soberania nacional, já que o país perderia ingerência sobre a área. A Raposa-Serra do Sol, afirmam esses militares, é apenas parte de um problema que se estende pela fronteira do Brasil, cujo território rico em biodiversidade, recursos hídricos e minerais, como ouro e diamante estaria despertando a cobiça internacional.

Deixar vastas áreas nas mãos de ONGs internacionais e da igreja seria, acreditam, um risco à segurança nacional. Um integrante do grupo do Grupo dentro do Exército contrário à medida preocupa-se com o exercício de diversas ONGs que estariam "*atuando como entidades soberanas e superpondo-se ao Estado Brasileiro*" em regiões de fronteira.

No caso da Raposa-Serra do Sol, seriam 1.751.330 ha para 14.719 índios, num Estado que já tem 77% de suas terras ocupadas por 32 reservas. Segundo o governo estadual, Roraima tem 22 milhões de hectares, dos quais só 7 milhões são de terras livres.

A possibilidade de exclusão de núcleos urbanos, áreas produtivas e dos Pelotões do Exército faz com que a demarcação da Raposa Serra do Sol em área única não seja consenso nem entre os índios. O líder Gilberto Macuxi chegou a afirmar que os indígenas de Uiramutã não aceitam mais serem conduzidos pelas ONGs e pela Igreja. A FUNAI alega, por sua vez, que os críticos à reserva contínua são manipulados pelos rizicultores da região.

O aquecimento do debate veio a calhar para alguns militares, que veem a reserva de Roraima como um gancho para uma discussão maior, que se estende pelos 15.719 km da fronteira terrestre brasileira, principalmente os 7.413 km ao Norte do Rio Amazonas.

A fase estratégica do PDN sugerido em estudo de 2002, na Escola Superior de Guerra, por exemplo, incluía reaquecer o Programa Calha Norte, que prevê a presença do Exército em 15 municípios de Roraima, 16 do Amapá, 10 do Pará e 33 do Amazonas.

Em outra monografia apresentada na Escola Superior de Guerra, em 2002, sobre o projeto Calha Norte, são citadas diversas frases atribuídas a líderes de países e instituições internacionais. Em 1999, por exemplo, a ex-secretária do Departamento de Estado dos EUA teria dito que:

> quando o meio ambiente está em perigo, não existem fronteiras.

O ministro da Defesa do Brasil garante não se preocupar:

> Não há nenhum temor com relação ao abandono militar da área. A presença das Forças Armadas na faixa de fronteira é indiscutível, tampouco temos qualquer temor quanto à perda da soberania brasileira. (JDB, N° 306)

Jornal do Commércio, n° 160
Rio de Janeiro, RJ – Sábado, 16.04.2005

Governador quer Recorrer ao STF Contra a Homologação

O Governador de Roraima, Ottomar Pinto [PTB], disse em Boa Vista que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal [STF] da decisão do Governo Federal de homologar a terra indígena Raposa Serra do Sol como área contínua. A declaração foi feita depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinar, em Brasília, o decreto de homologação da reserva, que ocupa uma área de 1,7 milhão de hectares no Nordeste do Estado.

Ottomar Pinto disse que, na segunda, estará em Brasília, onde vai procurar um especialista para defender o Estado na questão. Segundo ele, se necessário, "*recorrerá até a ONU*".

"*O Governo [estadual] não vai promover a desobediência civil, mas não será complacente com a intervenção federal branca em Roraima, que inviabilizará a atividade produtiva do Estado*". Pela decisão do Governo Federal, arrozeiros e fazendeiros que tenham propriedades dentro da terra indígena terão de ser realocados e serão indenizados.

O Governo de Roraima é favorável à permanência na área. Dados da Fundação Nacional do Índio [FUNAI) apontam que existem cerca de 40 fazendas dentro da terra indígena.

[...] Os arrozeiros prometem um protesto hoje na capital do Estado contra o Governo Federal.

Para o Presidente da Cooperativa Grão-Norte, José Dirceu Vinhal, mantendo a retirada dos arrozeiros da terra indígena, o Governo Federal "*mais uma vez mostrou seu desrespeito com a população de Roraima*". Vinhal disse que os arrozeiros resistirão a deixar a área. A homologação anunciada ontem foi motivo de festa na sede do Conselho Indígena de Roraima [CIR]. No início da noite, cerca de cem pessoas estavam no local para celebrar a homologação. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, contou que o presidente Lula estava muito alegre ao assinar o decreto de homologação. Segundo o ministro, Lula fazia questão de tomar a medida antes da comemoração do Dia do Índio, na próxima terça-feira. Afirmou Thomaz Bastos:

> Esse é um momento fundamental na história das causas indígenas, por isso o presidente fez questão de assinar essa homologação hoje [ontem], para marcar sua determinação e sua vontade, expressa no seu programa de governo, de resgatar essa dívida com os povos indígenas. (JDC, N° 160)

Jornal do Commércio, n° 162
Rio de Janeiro, RJ – Terça-feira, 19.04.2005

Roraima – Governador Decreta Luto de Sete dias no Estado

Ottomar Recorre à Justiça Contra Área Indígena

O Governador de Roraima, Ottomar Pinto [PTB], protocolou ontem uma ação na Justiça Federal contra a homologação da TIRSS, anunciada na sexta-feira passada pelo Governo Federal.

O Governador também decretou luto oficial de sete dias no Estado em razão da decisão da União. A ação, com pedido de liminar, pede que sejam suspensos os efeitos do Decreto Presidencial que homologou a reserva – uma área de 1,7 milhão de hectares no Nordeste do Estado.

Ottomar Pinto deu entrada na ação, na 1ª Vara da Justiça Federal de Boa Vista, em seu próprio nome, e não como chefe do Executivo do Estado. "*Como cidadão que vive em Roraima, sinto-me no direito de recorrer à Justiça em meu nome e em nome daqueles que dependem de mim e que estão tendo seus interesses contrariados*", declarou.

Ontem, foi publicado o decreto 6.289, no qual o Governador determina luto oficial de sete dias no Estado. No documento, Ottomar Pinto considera que a portaria do Governo Federal "*agride o sentimento nativista dos brasileiros de Roraima, projetando mágoas e ressentimentos na população*".

Governo é Acusado de Intervenção Branca

O governo é contrário à retirada de fazendeiros, arrozeiros e outros integrantes da população não-índia de dentro da reserva. No dia em que Lula homologou a área, Ottomar Pinto afirmou que "*não será complacente com a intervenção branca em Roraima*". Na Câmara dos Deputados, em Brasília, o Deputado Pastor Frankembergen [PTB-RR] cobriu-se com uma bandeira de Roraima e subiu à tribuna para protestar contra a homologação da reserva. "*Até quando nós, os roraimenses, teremos que suportar essa insana política da FUNAI, voltada exclusivamente para a demarcação de áreas e mais áreas de terra sem critérios justificáveis e em total desrespeito aos cidadão, sejam índios ou não índios?*", criticou o Deputado.

Para que sejam efetivadas as determinações do Decreto Presidencial, 60 homens da Polícia Federal e 40 da Polícia Rodoviária Federal chegaram a Boa Vista no final de semana. A operação que pretende garantir a implantação das resoluções federais no Estado foi denominada Upatakon, que, na língua Macuxi, significa "*nossa terra*". No sábado, houve protesto de arrozeiros e índios que são contra a homologação contínua, em frente à sede do Governo. Não houve conflito. Ontem não foram registradas manifestações na capital do Estado, segundo a polícia.

Lula diz que Dívida vai Além de Demarcação

Depois de efetivar a homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, na última sexta-feira, o desafio do Governo Federal é oferecer benefícios que garantam sustentabilidade aos índios que vivem na região. Na avaliação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o resgate da dívida com os indígenas vai muito além da homologação definitiva das terras.

"*Não basta demarcar a área, não basta homologar. Uma vez homologada, uma vez demarcada, é preciso que a gente dê acesso a benefícios que todo ser humano tem que ter, acesso ao trabalho, ao conhecimento, à saúde, à alimentação, à educação. São coisas que nós temos que fazer*", afirmou Lula, ontem, durante o programa de rádio "*Café com o Presidente*".

Lula também afirmou que o Governo Federal vem conseguindo garantir esses benefícios à população brasileira, mas admitiu que o ritmo de implementação das medidas às vezes é mais lento do que a sua própria vontade.

"*Estamos fazendo, possivelmente, não no ritmo que nós mesmos desejamos fazer, mas no ritmo em que a gente pode fazer*", disse.

Promessa de Continuar Processo em Outras Terras

Segundo o presidente, o Brasil tem dívidas "*seculares*" com os pobres, índios, nordestinos e sem-terra. E por serem dívidas históricas, ele afirmou que não é possível pagá-las de uma única vez. O presidente afirmou ainda que o Governo vai continuar com o processo de demarcação de outras terras indígenas no país.

"*Vamos continuar demarcando outras terras, porque temos que pagar a dívida que temos com os índios. Afinal de contas, temos que reconhecer que eles tem direito, mais do que alguns pensam que eles tem*". O presidente Lula ressaltou também em seu programa a importância da recente viagem que fez a cinco países africanos [...].

Lula acredita que, depois de ter dedicado os dois primeiros anos de seu mandato ao fortalecimento das relações com países da América do Sul, chegou a hora de o Brasil resgatar a dívida histórica que tem com os africanos.

"*O papel do Brasil é ser solidário, porque eu acho que é uma dívida que nós temos, histórica, com a África. O Brasil pode ajudá-los porque nós temos história junto com eles. Porque nós temos mais tecnologia, somos mais ricos, temos mais indústria, mais conhecimento científico. Portanto, a gente pode ajudar muito mais esses países*". (JDC, N° 162)

Jornal do Commércio, n° 163
Rio de Janeiro, RJ – Quarta-feira, 20.04.2005

Lula Demarca mais Cinco Áreas Indígenas

O presidente Lula assinou ontem, durante solenidade em homenagem ao Dia do Índio, a homologação de 5 reservas indígenas na Amazônia, com um total de 599 mil hectares. As terras são ocupadas pelos índios Wapixanas e Macuxis [Roraima], Kaixanas e Kokamas [Amazonas], Karajás, Avá-canoeiros e Javaés [Pará e Tocantins].

"*Temos que cuidar, de forma carinhosa, para não permitir que, depois de demarcada uma terra, os índios sejam afrontados por fazendeiros que poluem rios e derrubam matas*", disse o presidente. A Casa Civil informou que uma sexta área, a Terra Indígena Inãwébohona, deve ser homologada nos próximos dias.

Em relação às ameaças de produtores de arroz contrários à demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, o presidente Lula assegurou a 27 lideranças indígenas que não vai permitir a violência por parte de fazendeiros. Lula também prometeu energia elétrica e direitos básicos, como saúde, educação e alimentação, nas aldeias.

Lula, no entanto, pediu paciência para implantar as medidas. "*Essas coisas não acontecem do dia para a noite e com a rapidez que o próprio governo espera. Vai levar muitos anos para que a gente consiga devolver aquilo que um dia foi tirado de vocês*", disse aos índios.

Em nome do Governo, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pediu perdão pelas mortes de índios ao longo da história.

"*Estamos também pedindo perdão às <u>nações</u>* (**?**) *indígenas pela situação de violência, de esmagamento e força bruta que se levantou contra elas*", afirmou. No discurso, o Ministro rebateu críticas de setores do agronegócio, de que os índios têm muita terra.

O ministro observou, levando em conta estudos antropológicos, que a relação do índio com a terra envolve questões míticas e culturais. "*A importância da terra para o índio não pode ser medida de acordo com o direito romano e o direito de posse e propriedade, é algo mais amplo e mítico*", disse.

A homologação da demarcação da reserva em Roraima, na semana passada, foi o único fato comemorado no Dia do índio pelos caciques.

Entidades que atuam na área lembraram a morte de 15 crianças guaranis por desnutrição nas aldeias de Dourados, Mato Grosso do Sul, em janeiro e fevereiro.

O índice de crianças mortas no ano passado na região foi de 64 por mil nascidas. A média nacional é de 25 mortes por mil. As entidades também recordaram 19 assassinatos de índios ocorridos no Estado.

O presidente comentou o preconceito contra os índios. "*Durante muitos anos, na escola brasileira, se falou que o índio era preguiçoso, por isso o Brasil tinha de importar, trazer escravos da África. Na verdade, vocês querem, como qualquer cidadão digno, a oportunidade de provar que são capazes de viver por conta própria e às custas do próprio trabalho*".

Caciques dão Presentes e Fazem Pedidos ao Presidente

O cacique Jacir Manai, um dos que lutaram pela demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, disse que não lembraria os sofrimentos dos povos indígenas da área, que perderam parentes, mortos nas disputas com brancos. Ele deu a Lula uma peça de cerâmica e um boné de fibra de buriti. O líder Macuxi convidou o presidente para uma festa, em setembro, para comemorar a demarcação.

O cacique Raoni, da etnia Caiapó, presenteou o presidente com uma borduna e pediu que a saúde e a educação dos índios voltem a ser responsabilidade da Fundação Nacional do Índio [FUNAI]. Há dez anos, a saúde e a educação dos povos indígenas estão a cargo da Fundação Nacional da Saúde [FUNASA].

A solenidade no Planalto mostrou divergências entre as etnias. Ao ganhar uma bandeira do Brasil do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, uma líder da tribo Pankararu, do Nordeste, reclamou que os índios de grandes centros podem parecer com os brancos, mas são índios, numa crítica aos caciques da Amazônia que não veem semelhanças entre eles. "*A gente pode até ser igual a branco, mas sabe dançar toré muito bem*", disse a índia.

A reação mais radical à homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, vem sendo articulada por um grupo de plantadores de arroz liderado pelo Prefeito de Pacaraima, Paulo César Justo Quartiero [PDT].

O prefeito defende abertamente uma resistência armada ao processo de retirada da população não-índia. Desde que o Governo anunciou o decreto que homologou a demarcação de 1.7 milhão de hectares, englobando na reserva os cerca de 100 mil hectares usados pelos arrozeiros,

Quartieiro vem estimulando a desobediência à decisão e o enfrentamento às Forças Federais.

A mais recente articulação de Quartieiro tem pretensão de estender o movimento à Venezuela. "*A nós, brasileiros de Pacaraima, restam duas opções: reagir ou aceitar o aniquilamento. Optamos pela reação*". diz um dos trechos da carta que ele enviou ao prefeito de S. Elena, na Venezuela, Manuel de Jesus Vallez.

Na carta, Quartieiro reclama que Pacaraima está sitiada por Forças Federais e afirma que a decisão do Governo brasileiro acaba com o sonho da integração e do mercado comum entre Brasil e Venezuela.

Pacaraima fica na fronteira e desenvolve um comércio praticamente livre com a Venezuela. O Prefeito pediu ajuda de Vallez para marcar uma audiência com autoridades da chancelaria venezuelana em busca do apoio do presidente Hugo Chaves para a questão. O argumento usado pelo Prefeito é de que toda a faixa de fronteira está virando território de organizações não-governamentais americanas com a finalidade de minar a influência de Chaves no continente sul-americano por sua política anti-Estados Unidos.

Em reunião dos produtores com o Governador Ottomar Pinto [PTB], um dia depois de anunciado o Decreto, o Prefeito defendeu abertamente a resistência armada, afirmando que a homologação na prática representa uma Intervenção Federal e a transformação de Roraima em um Estado virtual, uma vez que perde metade de seu território e sua capacidade econômica. Ele falou em separatismo e pediu que o Governador comandasse a resistência. (JDC, N° 163)

Jornal do Brasil, n° 14
Rio de Janeiro, RJ – Sexta-feira, 22.04.2005

Índios Macuxis Criticam Homologação de Reserva

Representantes de Comunidades Indígenas de Roraima Temem Ficar Isolados

BOA VISTA – O prefeito de Normandia [RR], Orlando Justino [PSB], teme que a homologação contínua das terras indígenas Raposa Serra do Sol possa isolar comunidades indígenas. A preocupação é compartilhada pelos índios tuxauas Macuxi Gabriel Silveira e Anastácio da Silva, das comunidades Raposa e Patativa, respectivamente – ambas localizadas no município. Disse o Prefeito, que se autodenomina Macuxi:

– Nós já temos 200 anos de contato com os não-índios, nossa situação é muito diferente daquela vivida pelos Ianomâmi. Hoje, a comida consumida na área indígena vem da cidade. Se o Lula não se reeleger e o próximo Presidente não apoiar os indígenas, quem vai garantir nossa sobrevivência?

Gabriel informou que os 800 Macuxi que vivem na comunidade plantam seu próprio alimento, como no caso do milho e da mandioca. Mas confirmou que a dependência em relação ao Estado é grande:

– Há hoje 23 professores Macuxi, funcionários públicos estaduais, na Raposa. Eles temem perder o emprego contou.

O Governador de Roraima, Ottomar Pinto [PTB], já afirmou que vai tirar da terra indígena todos os serviços prestados pelo estado. Para o Prefeito de Normandia, o outro lado negativo da homologação contínua da reserva é o fato de expulsar os 15 produtores de arroz que lá trabalham. Os arrozeiros, porém, não pagam impostos à prefeitura. Argumentou Orlando:

– A gente está elaborando o Código Tributário Municipal e a saída dos arrozeiros de Normandia frustrou nossa expectativa de aumento de receita.

Segundo ele, a atual verba da Prefeitura, de cerca de R$ 45 mil mensais, vem de repasse federal, do Fundo de Participação dos Municípios [FPM].

Ainda, segundo o Prefeito, Normandia tem quase sete mil habitantes, dos quais quatro mil vivem na sede do Município.

– Não sei exatamente os marcos da reserva indígena, mas creio que 80% de Normandia ficaram dentro da Raposa Serra do Sol.

Ontem foi o quarto dos sete dias de luto oficial decretado pelo Governador de Roraima em função da homologação da terra indígena. Para a antropóloga Mônica de Freitas, da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social, a população está sendo vítima do terrorismo ideológico.

– As pessoas são contra a Raposa Serra do Sol sem nunca terem ido lá. Elas não sabem que no fundo defendem apenas meia dúzia (**?**) de arrozeiros.

O vereador de Normandia. Eduardo Oliveira [PDT] resumiu o clima de hoje na capitai de Roraima.

– Aparentemente, é mais um feriado tranquilo. Mas há muita tensão e incerteza no ar.

Rádio Faz Campanha Contra Lula

Uma das principais rádios de Roraima, a Equatorial FM, iniciou uma campanha para incitar a população do Estado a reagir contra a homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, na fronteira com a Venezuela e a Guiana. A Equatorial FM chegou a transmitir ao vivo os discursos feitos nos trios elétricos por lideranças de produtores de arroz e por políticos contrários à demarcação da reserva indígena. Desde o último dia 15, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto de homologação, aconteceram três protestos na Praça Central de Boa Vista.

– Somos totalmente contra. O presidente Lula e o ministro Márcio Thomaz Bastos estão entregando o país – afirmou o diretor e comentarista da rádio, Márcio Junqueira.

Junqueira administra a Sociedade Rádio Equatorial Ltda. ao lado do empresário José Renato Haddad.

Representantes dos índios favoráveis à demarcação da reserva vem afirmando que o intuito do radialista, ligado ao PDT, é usar a situação como palanque visando uma cadeira de Deputado Estadual nas próximas eleições.

Questão é Controversa

[Luís Orlando Carneiro]

BRASÍLIA – A homologação da demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, determinada pela Portaria 534 do Ministério da Justiça, no dia 15 – sem a exclusão de núcleos urbanos instalados na região há mais de 100 anos e de extensas plantações de arroz está longe de uma solução jurídica definitiva.

O Supremo Tribunal Federal já foi provocado por uma ação cautelar do Senador Mozarildo Cavalcanti [PTB-RR] e o Governador Ottomar Pinto entrou com uma ação popular na Justiça Federal de Roraima, depois de ter decretado sete dias de luto no Estado, em sinal de protesto contra a portaria.

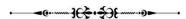
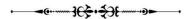
O Presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, em Roraima, Antônio Oneildo Ferreira, afirmou ontem que a Portaria preservou – na imensa região de quase 800 mil hectares – as áreas fronteiriças, um quartel do Exército, o Núcleo Urbano do Município de Uiramutã e as estradas federais e estaduais, mas vai "*transformar milhares de pessoas não-índias, que lá vivem há décadas, em verdadeiros palestinos*".

– <u>É preciso respeitar os direitos das minorias indígenas, fazer a demarcação da área de forma a acomodá-los, mas sem sobrepor os direitos dos índios aos não-índios</u> – acrescentou o Presidente da seccional da OAB. Todos vivem lá de forma harmoniosa. A demarcação deveria ter excluído núcleos urbanos instalados na região desde 1908, como a Vila de Socó, colonizada por um não-índio, Severino Mineiro, que ajudou a empurrar a fronteira do país para mais longe.

No dia 14, o STF extinguiu todas as ações que questionavam a demarcação da reserva indígena, porque a maioria dos ministros considerou prejudicadas todas as ações que estavam em curso sobre a questão, por "*perda de objeto*". Ou seja, a nova portaria do Ministério da Justiça alterou "*de forma substancial*" a portaria de 1998, que era objeto de diversas ações.

O relator da reclamação do MPF foi o ministro Ayres Britto. No dia seguinte, o Senador Mozarildo Cavalcanti ingressou no Supremo com ação cautelar para suspender os efeitos da nova Portaria 534, argumentando, inclusive, que Ayres Britto levou o assunto ao plenário antes mesmo de a portaria ter sido publicada.

A liminar pede que sejam agora suspensos os efeitos não só da Portaria 534, como "*de toda e qualquer portaria que obstrua o andamento judicial das ações que venham a discutir o processo administrativo da demarcação da reserva*". (JDB, N° 14)

Jornal do Commércio, n° 165
Rio de Janeiro, RJ – Quarta-feira, 23.04.2005

Índios Fazem 4 Policiais Reféns em Área Isolada

Um grupo de índios da etnia Macuxi fez 4 agentes da Polícia Rodoviária Federal reféns, ontem, na região conhecida como Maloca do Flechal, em Roraima, na fronteira com a Guiana. Segundo o Governador Ottomar Pinto [PTB], a prisão dos 4 policiais foi uma retaliação de índios contrários à homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, no Norte do Estado.

O decreto de homologação foi assinado pelo presidente Lula no último dia 15, depois de mais de 20 anos de impasse jurídico. [...] A área demarcada terá cerca de 1,75 milhão de hectares e será a segunda maior reserva do País. A reserva abrigará aproximadamente 15 mil índios dos povos Ingaricó, Macuxi, Taurepangue, Patamona e Uapixana.

A prisão dos policiais também foi confirmada pelo Deputado Federal Rodolfo Pereira [PDT-RR], que se encontra em Boa Vista para mediar os conflitos. Ele não soube informar, no entanto, quantos índios formavam o grupo que prendeu os policiais.

A única forma de contato com a área de Maloca do Flechal, onde vivem os Macuxis, é por meio de rádio amador com um posto da Fundação Nacional do Índio [FUNAI] – processo conhecido como fonia. O sistema, entretanto, só funciona até as 17h de Boa Vista [18h de Brasília].

Polícia Federal não Consegue Fazer Contato

Até o início da noite, a Superintendência da Polícia Federal não confirmava a informação, por não ter conseguido contato com o posto. A superintendência informou que não existem postos de fiscalização naquela região e que os agentes, se confirmada a prisão, fariam parte do efetivo deslocado de outros Estados para patrulhar a área.

JORNAL DO BRASIL

DOMINGO

Desde 1891
www.jb.com.br

CADERNO ESPECIAL

Amazônia em perigo

A ocupação silenciosa

Imagem 26 – A Ocupação Silenciosa, JDB n° 294, 28.01.2007

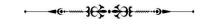
De acordo com o Deputado Rodolfo Pereira, que afirmou ter feito contato por fonia com o líder indígena Lauro Barbosa, os índios se revoltaram quando os policiais montaram uma barreira de fiscalização na entrada da aldeia. Os policiais, ainda segundo o Deputado Federal, teriam impedido a passagem de carros com excesso de passageiros, temendo a organização de manifestação no Município de Uiramutã, vizinho à Maloca do Flechal.

O Deputado Federal disse ainda que, para libertar os agentes, os Macuxis exigiram a presença da imprensa para que pudessem se manifestar contra a homologação da reserva. Os Macuxis formam a maior etnia do Estado, com cerca de 16,5 mil índios. Na região do Flechal, são produtores de feijão.

Os agentes reféns seriam integrantes da força-tarefa formada por 40 homens da Polícia Rodoviária Federal e 60 da Polícia Federal, procedentes de outros Estados, deslocados para Roraima no último domingo para assegurar o cumprimento da demarcação da terra indígena.

A operação foi batizada de Upatakon, que significa "*nossa terra*" no dialeto dos Macuxis. O deslocamento dos policiais para a região da Raposa Serra do Sol também é feito por meio de helicópteros do Exército.

O efetivo é formado por homens enviados de cinco Estados: Ceará, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Maranhão e Bahia. (JDC, N° 165)

Jornal do Brasil, n° 294
Rio de Janeiro, RJ – Domingo, 28.01.2007

Americanos Lideram Invasão Estrangeira

[Augusto Nunes] Os índios do litoral aprenderam há cinco séculos que qualquer vastidão insuficientemente povoada e protegida desperta a cobiça dos forasteiros.

Os portugueses das caravelas nem sabiam em que lugar haviam desembarcado quando transformaram em escritura a Carta de Pero Vaz de Caminha e, sem pedir licença aos donos, transferiram para um reino europeu a posse daquele paraíso feito de águas azuis ou verdes, areias brancas, frutas silvestres em penca e animais exóticos de sobra.

Os índios do Brasil profundo aprenderam há pelo menos quase 400 anos que a cobiça é perigosamente aguçada quando abundam, na superfície e no subsolo da imensidão semideserta, riquezas naturais de dimensões espantosas. Os homens que, a partir do século XVII, resolveram enfurnar-se por lonjuras intocadas buscavam mais que terra e prazeres. Buscavam terra e fortuna. A tribo dos brasileiros não aprendeu com os antepassados.

Se não desdenhassem das lições dos velhos caraíbas, a Amazônia teria sido efetivamente ocupada há muito tempo, com racionalidade, imaginação e eficácia.

Faltam atenções dos governos. Falta vigilância nas fronteiras. Falta gente. A Amazônia continua tão vulnerável a invasores, oportunistas e aventureiros como no dia em que o primeiro homem branco penetrou na selva.

Numerosos países, dezenas de entidades internacionais e organizações não-governamentais contemplam com crescente cupidez a imensa usina de superlativos. A Amazônia brasileira é uma demasia de jazidas minerais, pedras preciosas, madeira de lei, plantas medicinais raríssimas. Ali está a maior floresta tropical do mundo. Os rios do lugar compõem a maior das bacias fluviais, que concentra 20% da água doce disponível num planeta cada vez mais sedento.

Pois o Brasil segue encarando com desdém a hipótese de perder o controle sobre a região que soma mais da metade do território nacional. Só recentemente o ex-ministro Delfim Netto apresentou a certeza de que um Brasil sem a Amazônia é tão improvável quanto o Rio sem Carnaval. – Sempre achei que era coisa de paranoico – conta Delfim. – Já não penso assim. Se não ocuparmos a Amazônia, os estrangeiros farão isso.

“*A Amazônia não é dos Brasileiros. É de todos nós*” [Al Gore]

Avisos nunca faltaram. Em 1981, o Conselho Mundial das Igrejas declarou a Amazônia “*um patrimônio da Humanidade, cuja posse por países é meramente circunstancial*”. Em 1983, Margareth Thatcher, a primeira-ministra inglesa sugeriu às nações carentes que vendessem “*fábricas e territórios*”. Em 1984, o vice-presidente Al Gore optou pelo recado sem rodeios: “*A Amazônia não é dos brasileiros. É de todos nós*”

Os governantes da nação agredida pelas sucessivas ameaças reagiram com a placidez de quem acredita mesmo que Deus é brasileiro – e jamais faltará aos conterrâneos na hora difícil. E as provocações prosseguiram. "*O Brasil deve aceitar a soberania relativa sobre a Amazônia*" – informou, em 1985, o francês François Mitterrand.

Estimulado pela adesão de Mikhail Gorbachev, líder da falecida União Soviética, o primeiro-ministro inglês John Major admitiu a execução de operações diretas no Norte do Brasil. E o General americano Patrick Hughes rascunhou a declaração de guerra: "*Caso os brasileiros façam da Amazônia uma ameaça ao meio ambiente nos EUA, estaremos prontos para agir".*

Até a ABIN Denuncia a Omissão: "*o Governo Brasileiro não está Presente na Amazônia*"

Liderados pelos Estados Unidos, países estrangeiros passaram há muitos anos da palavra à ação, vêm reiterando relatórios confidenciais produzidos anualmente pelo Grupo de Trabalho da Amazônia [GTAM]. Coordenado pela Agência Brasileira de Inteligência [ABIN], o GTAM reúne especialistas em assuntos amazônicos ligados aos serviços de inteligência das Forças Armadas e da Polícia Federal. O relatório de 2005 é inquietante. O de 2006, ainda mais perturbador.

Obtido com exclusividade pelo Jornal do Brasil, o mais recente estudo do GTAM concentra-se em nove questões que os especialistas consideram especialmente relevantes. Condena a demarcação contínua da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, radiografa a questão ambiental, denuncia a ação do crime organizado e trata dos conflitos fundiários. O tom, sempre incisivo, torna-se áspero no capítulo dedicado à ação do governo. Ou omissão: "*a máquina do Estado ainda não chegou lá*".

Nenhuma novidade: o último presidente a incursionar demoradamente pela Amazônia foi o americano Theodore Roosevelt, em 1914.

Os parágrafos sobre a ausência do governo são tão impressionantes quanto os que comprovam a presença estrangeira. E os trechos que examinam a multiplicação de zonas conflagradas nas fronteiras reduzidas a terras sem lei poderiam ser transplantados, com ligeiros retoques na forma, para o mais delirante livro de ficção.

"*A parte setentrional e a fronteira oeste permanecem como território virtual para o Brasil do futuro*", afirma o relatório.

"*As organizações não-governamentais, algumas controladas por governos estrangeiros, adquiriram tal influência nas áreas indígenas que hoje substituem, na prática, o Estado brasileiro*", garante o GTAM. São zonas de exclusão, tão distantes dos controles federais quanto os morros do Rio de Janeiro expropriados por narcotraficantes.

As complicações se agravam nas reservas que roçam a linha de fronteira. É o caso do Parque Ianomâmi, encostado na Venezuela. Comenta o Coronel Gélio Fregapani, redator do relatório de 2005:

– A nação ianomâmi só existe na cabeça de brasileiros desinformados e estrangeiros espertos. São quatro grupos distintos, linguisticamente, etnicamente e, por vezes, hostis entre si. Segundo a Fundação Nacional do Índio [FUNAI], pelo menos 10 mil ianomâmis ocupam o colosso que ganharam de presente. Tem o tamanho de Portugal. É muita terra para pouca gente.

– É muito minério para uma tribo só.

Lembra, e oferece uma explicação para o absurdo aparente.

– Como existem ianomâmis no lado venezuelano, está tudo pronto para a criação de uma nação autônoma, com o apoio de missionários americanos e do governo dos EUA. A passagem pela ONU do cacique Davi Ianomâmi, que defendeu a independência da nação a que pertence, tornou a teoria menos fantasiosa.

"*A Amazônia será ocupada de algum modo, por nós ou por outros*" – prevê um Deputado Federal do PT com livre acesso ao presidente Lula. O parlamentar transmitiu ao chefe de governo a essência do relatório do GTAM. Se tiver ouvidos de estadista, o presidente tratará de agir sem demora.

Por enquanto, a ocupação é conduzida por forasteiros que agem com discrição de monge, travam sem armas a guerra silenciosa e promovem com agilidade e eficiência alianças improváveis.

"*É crescente a presença de norte-americanos, europeus, bolivianos, colombianos e peruanos*", constata o documento. Nos hotéis da selva agem holandeses disfarçados de empresários da área de turismo.

Os Chefões da Biopiratária Remuneram Pesquisadores Estrangeiros

Médicos peruanos, contratados por prefeituras brasileiras, servem aos interesses de laboratórios farmacêuticos internacionais.

No Acre, americanos compram terras e recorrem ao casamento com brasileiras para driblar complicações burocráticas.

Latifúndios acreanos foram vendidos a italianos. No sul do Estado, pesquisadores canadenses são remunerados por chefões da biopiratária. Essa babel de sotaques emite um recado claro: <u>a Amazônia está em perigo</u>.

Cobiça Internacional Histórica

Europeus cobiçam a Amazônia desde o século 16. O primeiro a enfurnar-se na região foi Walter Raleigh, aventureiro inglês supostamente em busca de um Eldorado na selva. Em 1745, a França produziu um mapa que lhe transferia o controle de extensa fatia da Amazônia Brasileira. Em 1845, o método de vulcanização da borracha foi patenteado por Charles Goodyear.

Nessa época, os EUA pleitearam o livre comércio na região, estimulando uma campanha pela abertura a navegantes forasteiros do Amazonas, a estrada fluvial que conduziria "*ao paraíso das matérias-primas*".

Mais de 100 anos depois, Henry Kissinger, então secretário de Estado americano, propôs a criação de um Banco Mundial de Matérias-Primas, sob controle global. Os EUA, por sinal, foram sempre os mais insistentes. Retomaram a pressão ostensiva em 1989: uma Comissão de parlamentares americanos desembarcou no Brasil para sugerir o perdão de parte da dívida externa em troca do aval para a execução de projetos ecológicos monitorados por ONGs americanas e europeias. A cobiça ainda não provocou a amputação do mapa do Brasil. Ainda.

Dendê Como Alternativa

O dendê, abundante na Amazônia, pode tornar-se uma rendosa alternativa para o petróleo. Estudos mostram que o plantio de dendê em 7 milhões de hectares – faixa menor do que a área Ianomâmi – permitiria extrair 8 milhões de barris de biodiesel por dia, além de gerar 6 milhões de empregos.

A quantidade de combustível corresponde à produção de petróleo da Arábia Saudita. A redução das reservas mundiais de petróleo recomenda a imediata pavimentação desse caminho alternativo.

Mata Delimita a Fronteira Agrícola

O Coronel do Exército Gélio Fregapani, um dos mais respeitados especialistas em questões amazônicas, acha que tanto a agricultura quanto a pecuária jamais conseguirão espaço na mata densa. Não pela resistência dos ambientalistas, mas por recusa da própria floresta.

Na floresta úmida, explica, as árvores crescem em ritmo rápido demais. A umbaúba é a primeira a aparecer. À sua sombra a mata floresce. Em dois anos, as imbaúbas já superam os 40 metros de altura, conta o autor de "*Amazônia – A Grande Cobiça Internacional*" [Thesaurus Editora, 2000].

Fundador do Centro de Instrução de Guerra na Selva, Fregapani sustenta que a gritaria dos ambientalistas vocaliza interesses americanos. Ele discorre com igual ousadia os possíveis efeitos do desmatamento.

"*Os madeireiros não causam à selva o mal que os ambientalistas vivem maldizendo*" – garante. "*Pegam espécies selecionadas, que interessam ao mercado. Isso não resulta em qualquer dano à floresta, porque há milhões de pequenas árvores, filhotes, que esperam a chance de chegar ao Sol para crescer*". Como a devastação avança, tomara que tenha razão.

Mitos: Efeito Estufa e Pulmão do Mundo

As queimadas na Amazônia não estão entre os campeões de emissão de gases que contribuem para o efeito estufa. O fogo na região joga na atmosfera entre 0,24 e 0,42 milhões de toneladas de gases ao ano.

No planeta, a atividade corresponde a 2 milhões de toneladas. O Brasil, portanto, seria responsável por até um quinto dessas emissões.

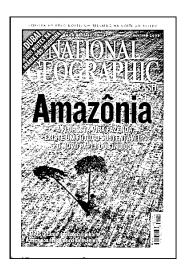



Imagem 28 – National Geographic n° 82, 06.01.2007

O que contribui com 75% para os gases estufa é a queima de derivados do petróleo. O Brasil responde por apenas 3% dessa atividade em relação a outros países do globo. Ao se somar as queimadas de árvores e de combustíveis fósseis, como os derivados do petróleo, o Brasil é responsável por apenas 6% dos gases que produzem o efeito estufa. O apelido de "*pulmão do mundo*" dado à Amazônia, pela suposta produção de oxigênio, também é injusto. Pesquisas mostram que as árvores da região retêm apenas pequeno percentual de CO_2 na atmosfera. A floresta consome todo o oxigênio que produz. Caso contrário, avaliam especialistas, o nível desse gás na atmosfera estaria em crescimento, o que não ocorre.

Um Quinto da Água Doce do Mundo

A Amazônia concentra, sozinha, 20% da disponibilidade de água doce não congelada do mundo, e 80% do líquido se encontra em terras brasileiras. A região corresponde ainda a 34% de todas as reservas florestais, sem falar na enorme quantidade de minérios presente na mata. O Amazonas é o Rio mais extenso do mundo, com 6.671 quilômetros.

A bacia hidrográfica tem 1.100 Rios. Diariamente, o Rio Amazonas joga 15,5% de toda a água doce que deságua nos oceanos além de grande quantidade de resíduos, que traz desde a cordilheira dos Andes.

Sivam: Projeto Polêmico e Inoperante

O Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia foi concebido no fim da década de 1980, mas só começou a sem implantado em 1994, financiado pelo Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos. Inaugurado em 25.07.2002 como um grande empreendimento, com satélites, radares, aviões, estações de recepção de imagens e mais de 200 plataformas de coletas de dados para a proteção da Amazônia Legal, custou US$ 1,4 bilhão.

Desde o início, empresas estrangeiras não poderiam participar da implantação do sistema, mas a americana Raytheon venceu a francesa Thompson e ficou responsável pelo SIVAM. A licitação chegou a ser considerada fraudulenta, por suposto favorecimento da empresa americana. A suspeita recaía sobre possível vazamento de informações para os Estados Unidos.

Houve ainda denúncias de que os equipamentos instalados já eram obsoletos. A vigilância aérea, por exemplo, só detecta o invasor quando já se encontrava sobre o território nacional, quando a partir dos anos 80 todos os países conseguiam captar objetos voadores a três ou quatro mil quilômetros da fronteira.

PAC Promete Obras Polêmicas

O Programa de Aceleração do Crescimento [PAC], anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prevê a construção de 3 grandes e polêmicas obras na Floresta Amazônica.

As usinas hidrelétricas de Belo Monte, no Pará, Santo Antônio e Jirau em Rondônia, ainda não tiveram aprovados os relatórios de impacto ambiental e foram alvo de ações do Ministério Público. No caso de Belo Monte, uma liminar da Justiça embargou as audiências e parou o projeto.

A Amazônia na "*National Geographic*"

A revista National Geographic, n° 82, publicou 31 páginas sobre Amazônia, que chegou às bancas no primeiro dia do ano. O texto, considerado alarmista por autoridades brasileiras. Diz que no tempo que o leitor demorar para ler a reportagem, uma área equivalente a 150 campos de futebol terá desaparecido da floresta. Fala da globalização que estaria invadindo a Amazônia e acelerado a destruição.

"*No Brasil, as consequências da exploração da madeira quase sempre são mais danosas que a própria extração. Uma vez que as árvores são derrubadas e os madeireiros seguem adiante, as estradas proporcionam acesso a uma explosiva mistura de posseiros, especuladores, fazendeiros, lavradores e, invariavelmente, pistoleiros*", diz a reportagem.

O repórter Scott Wallace prossegue: "*A apropriação ilegal de terras – possibilitada por corrupção, táticas violentas e escrituras forjadas – é uma prática tão comum que tem um nome especifico: grilagem*". A revista entrevista o Governador Blairo Maggi, a quem chama de "*rei da soja*" e até "*motosserra de ouro*", em alusão ao título concedido pelo Greenpeace.

Índios Ganharam 65 Novas Terras

No primeiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva homologou 65 reservas indígenas – média de 16,2 terras anualmente. A área corresponde a 106 milhões de hectares.

A média de demarcações foi inferior à atingida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, 18,1 terras por ano.

A maior reserva que deverá ser homologada por Lula será Trombeta Mapuera, entre Amazonas, Pará e Roraima. Tem quatro milhões de hectares e aproximadamente 500 índios de pelo menos duas tribos.

Desmatamento Menor em MT

O Sistema de Alerta de Desmatamento [SAD] revelou que o desmatamento no Mato Grosso caiu 59% em outubro do ano passado. São 460 quilômetros quadrados contra 1.120 quilômetros do mês anterior.

A maior parte desse desmatamento, que corresponde a 75%, ocorreu em propriedades rurais. Já nas áreas destinadas à reforma agrária, o desmatamento avançou – 24% do total desmatado em outubro do ano passado. De todo o desflorestamento, apenas 8% foi feito de acordo com a lei, respeitando as áreas da reserva.

Eles já Estão Entre nós
[Mariana Carneiro]

BOA VISTA – Os estrangeiros já chegaram e estão entre nós. Fundações, organizações não-governamentais e pesquisadores de outros países formam uma comunidade tão densa quanto a própria Amazônia em solo brasileiro. E, acredite, grande parte deles circula no país com pouco ou quase nenhum controle das autoridades nacionais. O superintendente da Polícia Federal em Roraima admite que são reduzidas as informações sobre a atividades desses grupos na sua área de fiscalização. "*A gente sabe que tem muitas ONGs estrangeiras por aqui, inclusive nas comunidades indígenas, mas não sei o nome*" afirma Cláudio Lima.

"*Os estrangeiros não passam pela Federal daqui, vêm direto de Brasília*". No Ministério Público Estadual de Roraima, a vigilância tampouco é praticada. "*Monitoramos as fundações, mas grande parte dos grupos, inclusive de estrangeiros, forma associações, que são entes privados e sem qualquer gerência do governo*" – enfatiza o procurador Geral do Estado, Edson Damas.

"*Não há legislação que trate do controle das atividades dessas ONGs*". A presença de estrangeiros na região é quase tão antiga quanto as primeiras missões católicas que chegaram ao Brasil com o objetivo de catequizar indígenas no Grão-Pará.

Mas merece especial atenção nos dias de hoje, quando o conhecimento técnico e científico ganha cada vez mais valor. Haja visto o enorme número de patentes de espécies e produtos brasileiros nas mãos de japoneses, americanos e alemães, como a copaíba, o camu-camu e o açaí.

A reportagem do Jornal do Brasil encontrou, dentro de uma comunidade indígena, uma placa em inglês, na qual se identificava um investimento feito por um laboratório internacional.

Trata-se do International Centre for Scientific Culture [ISFC], que se autodenomina uma ONG e que um dos objetivos – descritos no site do grupo – é promover "*a livre circulação de informação científica e de pesquisadores, em particular via agremiações e programas de visitação*". No Surumu, distrito da cidade de Pacaraima, dentro da reserva indígena Raposa Serra do Sol, onde foi vista a placa, ninguém soube precisar qual seria o fim da ajuda estrangeira. A informação apurada pela Polícia Federal é de que o laboratório instalaria no local um ambulatório de remédios fitoterápicos. "*Ensinar os índios a usarem fitoterápicos é, no mínimo, curioso*" – ironiza uma fonte na PF.

Relatório da Agência Brasileira de Inteligência [ABIN], feito em 2005, mostra que há mais de uma centena de ONGs estrangeiras na região Amazônica. A situação mais grave, segundo a agência, é no Estado de Roraima, em função das extensas terras indígenas.

A maior parte da região de fronteira, com a Venezuela e Guiana Inglesa, está dentro de áreas demarcadas, distantes da influência do Exército e da Polícia Federal.

A ABIN apurou que integrantes de instituições europeias visitam com frequência as terras indígenas, sem qualquer controle dos órgãos oficiais. "*Há líderes que dizem que não precisam do governo, pois há muitos dólares à disposição*" – narra Jonas Marcolino, um dos líderes da comunidade do Contão, na Raposa Serra do Sol.

A Polícia Federal de Roraima já enviou ao IBAMA um pedido para que sejam identificadas as instituições que tem autorização para atuar na coleta de animais e plantas na região. O objetivo é centrar fogo contra grupos que travestem investigações científicas de ajuda social ou preservação do meio ambiente.

"*Quem estiver fora da área permitida coletando informações será preso*" – avisa o delegado de Meio Ambiente da PF de Roraima, Ivan Gonçalves.

ONG é Suspeita de Grilagem de Terras

A região do Baixo Rio Branco, no sul de Roraima, é o novo foco das investigações sobre a ação de estrangeiros no Estado. Em 1999, a Assembleia Legislativa de Roraima abriu uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a suspeita de grilagem de terras pela ONG Associação Amazônia.

O grupo registrou em um cartório em Manaus a compra de 172 mil hectares na Amazônia.

Mas, segundo apurou a CPI, a compra nunca existiu, pois a titularidade das terras sequer era da população local.

No relatório, entregue ao Ministério Público e à Polícia Federal, o argentino Héctor Daniel Garibotti seria o dono da ONG, financiada por entidades como a "*New Found Land*" e a "*Fundação Kleinworth*". Um técnico da Embrapa chegou a ser sondado para trabalhar em associação com o "*Instituto Ítalo-latino Americano*", com pesquisadores da Universidade de Salermo.

"*Na época, um representante do governo do Canadá me ligou pedindo que intercedesse pela ONG*" – acusa o presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, Messias de Jesus. Um inquérito foi aberto no MP estadual, mas ninguém foi responsabilizado criminalmente.

Alemanha Vigia as Reservas

Associar-se a estrangeiros na ocupação de terras na Amazônia não é coisa de índio. O principal programa de vigilância das comunidades indígenas no Brasil é financiado, quase integralmente, pelo governo alemão. O Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal [PPTAL] começa a instalar as primeiras unidades na Raposa Serra do Sol. O projeto foi instalado no Brasil no início dos anos 90, sob pressão do G7, grupo dos sete países mais ricos do mundo.

Entregues à Própria Sorte

[Mariana Carneiro]

BOA VISTA – Se é verdade que os estrangeiros aumentam, a cada dia, sua influência na Região Amazônica, é também fato que a ocupação ocorre, em grande medida, justamente nas áreas em que o Estado brasileiro se mostra mais ausente.

Para o Procurador-geral do Ministério Público Estadual de Roraima, Edson Damas, a influência externa ganha fôlego mata adentro graças à falta de políticas públicas para a ocupação da região.

"*Existe um vácuo deixado pelo Estado e, assim, outras forças acabam suprindo essa deficiência*" – avalia. "*Vem as ONGs e oferecem o que o governo não dá, os benefícios a que nunca tiveram acesso*".

Através do CIMI, a Igreja Católica Exerce Forte Influência Sobre 117 Malocas Indígenas

Segundo o vice coordenador da comunidade de Maturucá, na Raposa Serra do Sol, Martinho Macuxi Souza, o Governo Federal não fez nada além de assinar a homologação da reserva. De amparo mesmo, só houve um trator obtido, com muito esforço, junto ao Governo do Estado.

Na comunidade, estão reunidos mais de 300 índios e o apoio é feito pelo Conselho Indigenista de Roraima, entidade ligada à igreja católica e um dos braços do Conselho Indigenista Missionário [CIMI] e que está presente em 117 malocas em Roraima. "*Se houvesse algo que o Estado ajudou a fazer, mostraria*" – desabafa ele.

A comunidade tem um centro de costura e artesanato para as índias, além de uma oficina de solda e marcenaria. Tudo foi feito com o apoio dos missionários italianos, assim como a instalação de pontos de coleta de energia solar e um posto de saúde – mais bem equipado do que o de muitas capitais do país.

"*Precisamos de máquinas para produzir. Bolsa-família não serve para a gente. Isso é bom para quem não quer trabalhar. De que adianta R$ 60, R$ 90? Precisamos de tratores, caminhões*" – enumera Martinho.

Mas se acerta na melhoria de vida dos indígenas, a autogestão coloca em xeque a unidade nacional. "*Terra, Identidade e Autonomia*" são os princípios inscritos nas paredes das escolas indígenas de Roraima.

No Surumu, na reserva Raposa Serra do Sol, a formação dos jovens índios mistura história dos povos da América e conhecimentos básicos de química e agricultura. Além da língua materna, os índios têm na grade curricular o português e o espanhol.

O objetivo é formar futuras lideranças, capazes de dar fôlego ao movimento de afirmação de sua cultura e de seu território.

E as comunidades indígenas são tratadas como nações.

O resultado mais visível dessa ação é observado por meio de uma palavra estranha aos brasileiros, mas já conhecida do vocabulário de índios, brancos e mestiços de Roraima: a desintrusão.

Com a homologação de terras indígenas, os não índios devem sair dessas áreas, desapropriadas pela União. Na Raposa Serra do Sol, a comunidade cabocla já está instalada por quatro gerações e, aos poucos, é retirada da região. Quando o JB esteve na comunidade de Maturucá, os homens da tribo estavam na cidade de Socó "*forçando os brancos que receberam a indenização por suas terras saírem*".

Segregação de Brancos e Índios Deixa a Região mais Vulnerável aos Estrangeiros

"*Os filhos de índios ou casados com índios que quiserem ficar poderão, desde que não recebam a indenização. E quem ficar, deverá integrar a nossa causa*" – explica Martinho.

Para Jonas Marcolino, líder da comunidade do Contão, uma dissidência na Raposa, à segregação entre brancos e índios deixa a região ainda mais vulnerável à ação de estrangeiros. "*Retirar os brancos significa que eles estavam habitando outro país. Isso não tem cabimento*" – afirma. "*Há lideranças que acreditam que está sendo construída uma nação indígena. Se não for subjugada pela nação brasileira, será por outra nação*".

Índio quer Energia Elétrica

Um dos mais indeléveis sinais da presença branca em áreas indígenas, em Roraima, é visto desde a estrada que liga o Brasil à Venezuela. Torres de transmissão da Eletronorte dividem a paisagem com malocas na paisagem de cerrado. O Estado tem algumas características que o distanciam do resto da Região Norte.

Parte do território tem uma vegetação parecida com a observada no Centro-Oeste e a energia elétrica consumida vem toda da usina hidrelétrica de Guri, na Venezuela. Para chegar à Boa Vista, a energia passa por torres de transmissão que cruzam a área indígena de São Marcos. Embaixo, as comunidades indígenas sobrevivem com a energia gerada com a queima de óleo diesel e lenha. Vivem às escuras, mesmo após o pagamento de cerca de R$ 7 milhões pelo aluguel do terreno.

Venezuela Garante a sua Soberania

O reduzido número de funcionários públicos na região de fronteira, como em Roraima, é apontado como mais um ponto frágil da soberania do país. A FUNAI no Estado tem apenas 86 servidores para dar conta de uma população indígena de 30.715 pessoas. Na sede, em Boa Vista, são feitos cerca de 50 atendimentos por dia. Na última semana, o maior problema era a falta de veículos.

“*Precisaria, no mínimo, dobrar o número de funcionários*” – diz o subcoordenador da FUNAI no Estado, José Raimundo Batista da Silva. Na fronteira com a Venezuela, o caso é mais grave. “*Para chegar à Santa Elena, primeira cidade da Venezuela, é necessário passar por três postos de fiscalização.*

A fronteira é um colosso. No Brasil, é essa bagunça” – atesta o empresário João Rosas, que tem uma loja em Pacaraúna, logo na fronteira.

Para o Coronel Fregapani, o atual superintendente da ABIN em Roraima, o Estado convive com o risco de perder território.

– O estabelecimento e a manutenção de fronteiras tem a ver com a ocupação da área. Nenhuma fronteira é sagrada. Nem a de Tordesilhas, que foi assinada pelo Papa.

Uma Perda amazônica

[Mariana Carneiro]

O cupuaçu japonês ou o açaí europeu. São inúmeros os casos de marcas ou substâncias obtidas de plantas e animais da região que são transferidas para laboratórios dos países desenvolvidos. A biopirataria, embora não reconhecida pela legislação brasileira, é muito pouco punida por essas terras, gerando prejuízos ao Brasil e deixará o país ainda mais distante das nações mais ricas do mundo.

Segundo o chefe de Meio Ambiente da Polícia Federal de Roraima, Ivan Gonçalves, o tipo mais comum de biopirataria tem aparência de legalidade. “*Não é clandestino, nem feito no meio do mato*” – explica.

“*Normalmente é feito por estudiosos que tem autorização para vir ao Brasil e, muitas vezes, tem parceria com universidades brasileiras ou organizações não-governamentais [ONGs]*”.

A acadêmica Gina Cynthia Carneiro do Vale, da Faculdade do Tapajós, denuncia que existe um tratamento diferenciado para os pesquisadores estrangeiros, mais favorável do que o prestado aos brasileiros.

"*Uma licença para a coleta de animal, por exemplo, leva em média 20 dias para ser liberada para nós. Para estrangeiros, sai em 72 horas*" – atesta Gina.

Segundo diz, as exigências para transporte de material de pesquisa é também mais difícil para os cientistas brasileiros.

Além disso, o conhecimento é levado junto com a comitiva que aportou no Estado.

– Há uma desigualdade aqui. Por que não fazem parceria com os pesquisadores da região?

  Nossa sensação é que poderíamos ganhar experiência e produzir mais conhecimento para o Brasil.

Segundo cálculos feitos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis [IBAMA], em 2003, o Brasil registrava prejuízo de US$ 16 milhões por dia devido à biopiratataria.

Segundo o Policial Federal de Roraima e biólogo Bruno Altoé Duar, o Brasil está perdendo muito, sem nem mesmo conhecer. "*Se isso é um problema na Amazônia, é ainda pior na parte Norte da região*" – avalia. Roraima é um Estado que está no foco da biopirataria, justamente pelo encontro do cerrado ao Norte com a Floresta Amazônica. "*Os pesquisadores brasileiros ainda não chegaram, mas os estrangeiros, sim. E há algum tempo*" – atesta Duar.

Substâncias Naturais Usadas Pelos Índios Foram Patenteadas por Laboratórios Internacionais

Segundo o especialista, um simples sapo pode ser preciosa fonte de informação para os biopiratas. Ou mesmo o seu material genético. No ano passado, começaram a ser devolvidas à comunidade Ianomâmi o sangue coletado ainda nos anos 90 por pesquisadores da Universidade do Pará, em associação com a Universidade de Michigan, nos Estados Unidos.

O Ministério Público Federal de Roraima pediu a devolução do material, uma vez que teria sido coletado ilegalmente no país. O sangue pertence a 86 índios da reserva Ianomâmi e só retornou a Roraima a parte do material que tinha ficado no Pará. Mas não fica por aí.

Ganhou notoriedade há poucos anos a descoberta de que o laboratório Glaxo Wellcome usa o veneno da jararaca na elaboração de um medicamento. Em 98, a Abott registrou a criação de um antibiótico feito a partir de uma toxina encontrada em um sapo da região. A alemã Merk tem em seu portfólio um medicamento que usa a policarpina, extraída das folhas do jaborandi.

Isso sem contar as substâncias conhecidas das comunidades indígenas brasileiras cuja patente já foi registrada no exterior. Dos Uapixana, que vivem em Roraima, sabe-se que o anticoncepcional natural extraído das sementes do bibiru e o estimulante cunaniol, extraído das folhas do canani, já tem donos lá fora.

Segundo o professor da FGV Direito Rio, Pedro Paranaguá, depois de patenteado no exterior, é mais difícil o Brasil recuperar o direito de usar a substância. "*Pode-se argumentar que a substância já era tradicionalmente usada por comunidades indígenas.*

Mas, atualmente, a legislação de vários países já avalia que o melhoramento de substâncias da natureza pode, sim, ser patenteado" – explica o especialista. O governo brasileiro atua hoje na costura de um acordo internacional que iniba a biopiratária. A ideia é repassar aos países de origem das plantas e animais que serviram de base para a criação do produto parte da receita obtida com a sua venda. A discussão começou ao fim da ECO 92 – realizada no Brasil no início dos anos 90 – e ganhou fôlego recentemente com o apoio da Índia ao projeto, que está em análise na Organização das Nações Unidas [ONU].

"*A discussão ganhou intensidade no ano passado, mas a resistência de países como Estados Unidos, Japão e alguns da Europa, onde estão sediados os grandes laboratórios, fazem grande resistência" – diz Paranaguá, que acompanha* as negociações com o Itamaraty.

Enquanto isso, o Brasil não pode patentear essas substâncias ou usá-las em produtos que vão para os países onde já existe a patente. O caso que ganhou mais destaque sobre os prejuízos causados ao Brasil, no entanto, é o cupuaçu no Japão e Estados Unidos, onde produtos brasileiros que usam o vegetal foram proibidos por usar o que seria uma marca registrada naqueles países. O Brasil conseguiu reverter a decisão alegando que as então consideradas marcas são, na verdade, nome de vegetais.

Polícia Federal está de olho nos Hotéis de Selva, Onde se Escondem os Biopiratas

A Polícia Federal de Roraima começou, na última semana, a fazer uma operação de patrulha no aeroporto de Boa Vista. O objetivo é vasculhar, uma vez por semana, a bagagem de quem deixa a capital. Logo no primeiro dia, foram recolhidas sementes de castanheira, uma orquídea e cascas de moluscos.

Abin indentificou em áreas indígenas maior influência de instituições estrangeiras, sem o controle de órgãos oficiais

Imagem 29 – JDB n° 294, 28.01.2007

Os hotéis de selva, no Sul do Estado, também estão no alvo da PF, que investiga a ação de um casal que recolheu folhas que são alimento de um tipo de macaco da região. "*O mais complicado é que o Brasil não criminaliza esse tipo de ação. Para levar um biopirata para a cadeia é necessário enquadrá-lo em casos como maus tratos de animais ou coleta de animais silvestres sem autorização*" – pondera o delegado Gonçalves. Ambos os crimes não dão mais de um ano de detenção aos criminosos. (JDB. N° 294)

Dezembro de 2007, eu já havia escrito diversos artigos para diversos jornais brasileiros à respeito da TIRSS, desde 2000, comparando-a com a "*Questão do Pirara*", mostrando a incompetência do Executivo e do STF, apresentando a posição irretocável de Rui Barbosa que considerava que decisões que afetassem nossa soberania devessem passar pelo Legislativo... Foi então que um envelope pardo foi deixado à porta de minha casa, cujo teor replico a seguir:

9ª Viagem de Estudos – Amazônia Oriental – Grupo de Trabalho da Amazônia – Viagem do GTAM – 15 a 21.05.2005

[...] **B. O GTAM**

O GTAM é constituído por representantes de órgãos que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência [SISBIN], sendo que, eventualmente, se convida pessoas com conhecimentos específicos para participar de suas atividades.

Vem atuando desde 1996 e tendo como objetivo a manutenção e o reforço dos vínculos de trabalho entre os órgãos de Inteligência além de ampliar, atualizar e nivelar os conhecimentos sobre a Amazônia, mediante contato direto com outros órgãos governamentais, com as sociedades locais e com especialistas nos diversos campos do poder, principalmente com os responsáveis pela Segurança e Defesa do Estado e da Nação.

O GTAM se compõe de representantes dos seguintes órgãos:

✧ ABIN, que os coordena;

✧ Ministério da Defesa;

✧ Estado Maior da Armada;

✧ CIM/Comando da Marinha;

✧ CIE/Comando do Exército;

✧ CIAer/Comando da Aeronáutica;

✧ DIP/Departamento de Policia Federal; e

✧ Programa Calha Norte/MD. [...]

2 - Principais Dados Obtidos [...]

B. A Problemática das Minorias Étnicas

A questão indígena na Amazônia é muito complexa e engloba os seguintes problemas:

✧ Integração ou segregação do índio;

✧ Grande extensão das Terras Indígenas [TI]; e

✧ Exploração das riquezas vegetais e minerais dessas TI.

Preocupam os interesses estrangeiros sob essas questões e a atuação de órgãos governamentais que, aparentemente, não levam em consideração os interesses nacionais. Nos contatos realizados não se pode constatar que a questão indígena seja um problema de dimensões similares às da Amazônia Ocidental.

Entretanto, ficou evidente a impressão geral de que funcionários da FUNAI possam ter influência nos ilícitos, intermediando a "*corrupção*" dos indígenas com madeireiros e garimpeiros.

Outros aspectos observado foram a política de segregação do índio, sob orientação de servidores da FUNAI, e a livre atuação de ONGs em TI, podendo propiciar a criação de nações indígenas soberanas, quando localizadas nas proximidades de fronteiras.

Tais situações contam com o apoio de organizações internacionais e nações desenvolvidas, interessadas na obtenção das matérias primas das ricas reservas da região.

As TI do Estado do Pará são bem aquinhoadas em madeira nobre e ouro, e suas lideranças indígenas ostentam grande riqueza. Essas lideranças dispõem de boas residências nas cidades, aviões, veículos "*off road*" de último tipo, quase sempre com motoristas "*não índios*".

Trajam-se de índios em festas, para fugir da justiça e efetuar reivindicações.

Em virtude de depoimentos de políticos e militares da região, ficou constatada a ingerência de entidades estrangeiras na política indigenista brasileira, como as efetuadas pelas ONG WWF e "*Amigos da Terra*" que financiam as atividades de outras ONG menores. [...]

H. Biodiesel – Fator Portador do Futuro

A ameaça de esgotamento das jazidas de petróleo tem provocado a busca por alternativas viáveis e o melhor sucedâneo, provavelmente, seja o combustível oriundo da biomassa, como do álcool e o biodiesel. [...]

O cultivo do dendê, a planta que mais produz óleo vegetal por área plantada, na Amazônia Oriental já ultrapassa os 50.000 ha, e está em expansão; uma refinaria de biodiesel já produz combustíveis.

Os benefícios do cultivo do dendê na Amazônia ultrapassam as vantagens econômicas por ser capaz de empregar tanta mão de obra quanto houver disponível, possibilitando a realização do ideal do pleno emprego, o sonho de todo governante. [...]

10ª Viagem de Estudos – Amazônia Setentrional – Grupo de Trabalho da Amazônia – Viagem do GTAM – 11 a 18.09.2005

[...] 2 – Observações Localizadas

B – Roraima

[...] O principal problema no momento se relaciona com a concretização das medidas previstas na portaria de homologação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol.

Esta homologação tem criado conflitos que estão longe da solução e não foi assimilada pela população não índia nem pela maioria dos índios, que lá são bastante aculturados e desejam usufruir das benesses da civilização, recusando-se a retornar ao estado primitivo.

Das cinco associações indígenas existentes só o Conselho Indígena de Roraima [CIR] ([11]) defende a homologação da reserva em área contínua. As demais falam em resistir. Os fazendeiros, terão que abandonar as terras e a atividade agrária até abril de 2006; vários Alguns agricultores cogitam de emigrar, e dizem que lhes foram oferecidas terras na Guiana e na Venezuela.

[11] O CIR tem o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que é ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Pastoral da Terra, da Diocese de Boa Vista e de personalidades atuantes na estrutura governamental. Recentemente, foi organizada uma festa na área da TIRSS quando, apesar da restrição, estrangeiros hospedaram-se em malocas da reserva sem aguardar a devida autorização, tanto da FUNAI quanto do DPF. Entre os estrangeiros, provenientes de Roma/ Itália, foram convidados a Senadora Italiana Emanuella Grossi, Silvano Sabatine, da "*Pró-índio de Roraima*", Marcelo Pêra, também do Senado da Itália, Bispo D. Aldo Mongiano, missionário da Consolata, e, provenientes de Portugal, o jornalista Joaquim Jorge Pimpão Franco, do canal de TV/SIC, e o padre Elísio Ferreira Assunção. Constavam da lista de convidados representantes das entidades Greenpeace, The Nature Conservation, OPAN, Rainforest, Instituto Missões Consolata, CIMI, Pastoral Indigenista, Caritas, Embaixada da Noruega, Centro Holandês de Povos Indígenas, Fundação Ford, Studienforderung Campo Limpo (Alemanha) e outros.

Esta última hipótese, se concretizada, trará significativos prejuízos ao Brasil e desenvolvimento aos países lindeiros, pois os agricultores são o único fator de progresso na região.

A população e a classe política do Estado se mostram indignadas com a unilateralidade das representações federais da FUNAI e do IBAMA, que não levam em conta nem os interesses deles nem o que consideram interesse nacional, com pouca esperança e mesmo descrédito na lisura das soluções jurídicas federais ([12]) o que aumenta as possibilidades de futuros conflitos armados.

Na população local foi evidenciado haver decisão de resistir. Baseadas na convicção de que a homologação contínua contraria o interesse nacional e na comprovação da existência de ingerência estrangeira na questão indígena, as forças reativas contam com a simpatia da maioria dos elementos das Forças Armadas e da população de Roraima. Enquanto este relatório estava sendo elaborado chegaram notícias de início de conflitos.

Na reserva Waimiri Atroari continua ocorrendo o fechamento da BR-174 [Manaus-Boa Vista] com anuência do MPF. <u>Esses índios se consideram independentes do restante do Brasil</u>. Provavelmente recebem orientação e apoio de diversas ONGs estrangeiras. [...]

---

[12] Durante o processo de demarcação foram cometidas irregularidades, falsificação de assinaturas e falsidade ideológica, parcialidade (todos os dez índios do grupo de trabalho interinstitucional foram indicados pelo CIR) acatadas pela FUNAI e ratificadas pela 6ª Câmara do Ministério Público Federal e Ministério da Justiça, tendo provavelmente induzido o Governo Federal a erro. Vide anexo "*Pontos Levantados Pela Comissão de Peritos da Justiça Federal*" e Processo n° 1999.42.00.00001-7, distribuído à 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Roraima, em 18/01/1999.

GTAM – 2006 [...]

C. Caracterização da Área em Estudo [...]

No imaginário nacional a Amazônia é um local de águas plácidas que refletem a orla de uma floresta impenetrável.

Além dessa imagem quase paradisíaca se estende um inferno verde, infestado de insetos e répteis peçonhentos, onde o incauto viajante, sem o auxílio de um nativo, certamente se confundiria e terminaria perdido para ser devorado pelas feras. Nos grandes rios existe uma "*civilização potâmica*".

Os rios têm mão e contramão; têm bares, armazéns, postos de combustíveis, casas flutuantes, ribeirinhos e os mascates chamados "*regatões*" levando o comércio, além de intensa navegação.

Esta imagem é parcialmente verdadeira, mas não é a única existente Além dos rios existem as terras não inundáveis, na maior parte cobertas pela floresta densa e quase intocada; existem campos extensos quer em Roraima como no Amazonas e no Pará; existem serras altas e escarpadas na fronteira norte,

com as maiores elevações do País e uma larga faixa de transição entre a floresta e o cerrado ao sul, onde se concentra a atividade humana fora das grandes cidades [...].

Embora a partir da fundação de Brasília e nas últimas décadas, o Brasil esteja avançando na ocupação da Amazônia Meridional, a parte Setentrional permanece como um território virtual para o Brasil do futuro.

Na quase desabitada Fronteira Oeste, a conturbada situação dos países lindeiros e o narcotráfico causam a maior preocupação, mas a verdadeira ameaça reside nas extensas terras indígenas [TI] nas fronteiras.

Da pressão internacional sobre a região, basta lembrar que em 1989 o presidente Mitterrand afirmou que o Brasil precisaria aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia. Isto nos remete a questão dos povos indígenas, que pode trazer preocupações para a integridade nacional, não consideradas até agora, exatamente no setentrião da Amazônia.

Algumas das TI tendem a se transformar em "*bantustans*" ([13]). Outras em "*curdistões*" ([14]) quando contíguas à áreas com a mesma etnia no outro lado da fronteira. Se não conseguirmos integrar as populações aborígines, estaremos ameaçados de desmembramento do território nacional.

Nossas credenciais sobre a posse são antigas e incontestáveis, mas não nos fornecem garantias perpétuas no caminho que estamos seguindo.

A contestação ao domínio brasileiro já começou, e não é desprezível.

---

[13] Os bantustões foram territórios reservados à população bosquímanos na África do Sul e na Namíbia.

[14] Curdistão: região do Médio Oriente majoritariamente habitada pelos curdos e que compreende territórios da Turquia, Irã, Síria e Iraque.

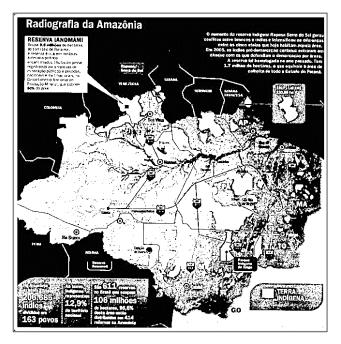



Imagem 30 – JDB n° 294, 28.01.2007

D. Principais Observações

D.1- A Questão Indígena, Particularmente a Situação da TI Raposa-Serra do Sol.

A questão indígena na Amazônia é muito complexa e engloba os seguintes problemas:

- ✧ *Integração ou segregação do índio;*
- ✧ *Grande extensão das Terras Indígenas [TI]);*
- ✧ *Exploração das riquezas vegetais e minerais dessas TIs; e*
- ✧ *Conflitos em função da homologação contínua da TI Raposa-Serra do Sol*.

Foi confirmado o conhecimento de que a questão indígena atinge uma gravidade capaz de pôr em risco a segurança nacional. Considerando a atual reivindicação de autonomia e a possibilidade de futura reivindicação de independência de nações indígenas, o

quadro geral está cada vez mais preocupante especialmente na fronteira norte. As organizações não governamentais [ONGs], algumas controladas por governos estrangeiros, adquiriram enorme influência, na maioria das vezes usadas em benefício da política de suas nações de origem, em detrimento do Estado Brasileiro.

Na prática, substituem, nas áreas indígenas, o governo nacional. São evidentes os interesses estrangeiros sobre essas questões e a atuação de órgãos governamentais, aparentemente, não levam em consideração os interesses nacionais.

A maioria das TI, como a ianomâmi, são bem aquinhoadas em jazidas minerais, o que atrai garimpeiros, geralmente bem aceitos pelos índios. A FUNAI procura retirá-los, e tem solicitando o auxílio da Polícia Federal e do Exército. Ficou evidenciada, a repulsa que os militares têm para com essas tarefas, as quais, segundo eles, contrariam o interesse nacional de firmar a presença brasileira na fronteira.

O principal problema no momento se relaciona com a concretização das medidas previstas na portaria de homologação da TI Raposa-Serra do Sol. Continuou evidente de que funcionários da FUNAI agiram com má fé ao insistir na homologação contínua, contra o desejo dos próprios índios, subordinando-se às teses das ONGs nacionais e estrangeiras.

Foi constatada na área a existência de diversas pequenas malocas, compostas por três casinhas ou um pouco mais, na maioria aparentemente despovoadas, de recente construção.

Isto confirmou o conhecimento anterior de que as malocas antes existentes se subdividiram em mais de uma centena para simular que toda a área estaria ocupada.

Foram deslocados índios das fronteiras com a Guiana para essas áreas, com a oferta de receberem cabeças de gado para que ficassem naquelas regiões durante o período de "*homologação*".

Por exemplo, entre essas malocas recentemente construídas na margem da rodovia e despovoadas [tidas por índios que não estão ligados ao CIR como "*invasões*"], uma é chamada de "*maloca da homologação*". As demarcações foram feitas em bases falsas e desprezando antigos e registrados títulos de propriedade que remontam a 1937 ou antes.

Assinaturas do laudo antropológico no qual se baseou a demarcação contínua foram comprovadamente falsificadas, fatos estes constantes de processo judicial federal ([15]), que, por encaminhamentos, processos e decisões não tradicionais, foram desprezados. As ações populares relativas a este assunto têm sido anuladas.

Esta homologação não foi assimilada pela maioria dos índios da região, bastante aculturados e que desejam continuar produzindo e estar inseridos no estado brasileiro; que se recusam a retornar ao estado primitivo e de miséria que anteveem para o futuro, caso seja mantida essa demarcação.

Os conflitos certamente serão inevitáveis. É evidente a ingerência de entidades na política indigenista brasileira ([16]) que muitas vezes financiam as atividades de outras menores.

---

[15] Processo n° 1999.42.00.00001-.7, distribuído à 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Roraima, em 18/01/1999. (ABIN)

[16] Há um trabalho de endoutrinamento de índios da região, bem como de além fronteiras, que prega "*uma nação indígena livre e soberana*" para as áreas de reserva contíguas a similares na Venezuela e na Guiana. Isto é um trabalho iniciado há mais de 10 anos, com, inclusive, o estímulo a ações de sabotagem. (ABIN)

É de convicção geral que essas organizações têm recebido muitos recursos do exterior e do próprio Governo Nacional ([17]) e que os têm usado sempre contra o desenvolvimento geral, do Estado e da sociedade. As antigas propostas de demarcação da TI Raposa-Serra do Sol contemplavam áreas bem menores que as atuais.

O constante aumento da área a ser demarcada e a homologação da TI Raposa-Serra do Sol gerou conflitos que estão longe de uma solução. Somado a outros impedimentos impostos por órgãos federais no que tange à utilização racional de terras para a produção agrícola, estes problemas estão levando o Estado de Roraima a uma falência econômica, mesmo estando entre as regiões mais mineralizadas do Planeta e possuindo naturais recursos para ser um celeiro do norte do País.

Na população de Roraima ficou evidenciado haver pouca esperança em soluções jurídicas e a firme decisão de resistir a esse "*status*". Baseadas na convicção de que a homologação contínua contraria o interesse nacional, as forças reativas contam com a simpatia das Forças Armadas e da população de Roraima.

As últimas notícias dão conta do início de conflitos na região.

---

[17] Conforme a Folha de Boa Vista de 15.09.05, a FUNASA destinou para Roraima R$185.163,13 para os municípios de Iracema e de Boa Vista, e R$1.887.010,26 para 3 ONG's que prestam atendimento à saúde indígena e que utilizarão o recurso, inclusive, em pagamento de deslocamentos para consultas médicas e alimentação enquanto estiverem fora da aldeia; entretanto, municípios como Pacaraima [que tem sido pressionado e impedido de expandir sua sede e cuja população reage à demarcação contínua] que provê às suas custas o apoio médico à população e atende os índios da TIRRS, não têm recebido apoio da FUNASA. As ONGs usam os índios para pressionar a Funasa a repassar verbas e as usam "*politicamente*" sem controle, com indícios de corrupção e quase sempre segundo interesses estrangeiros. (ABIN)

A demarcação contínua das reservas indígenas Raposa-Serra do Sol, São Marcos e Ianomâmi, praticamente isola o extremo norte do País do restante do Brasil, exceto, até o momento, por um pequeno corredor. Somando-se a essa região a área chamada de "*cabeça do cachorro*" tem-se um território com quatro fronteiras – Guiana, Venezuela, Colômbia e Brasil – e com uma das maiores riquezas minerais e biológicas do mundo, mas com acesso praticamente impedido aos brasileiros.

Ambas as TI têm extensões no outro lado da fronteira – embriões de novas nações formadas à custa de territórios nossos e dos vizinhos, e representam uma vulnerabilidade que, pelo rumo que os acontecimentos estão tomando, pode ocasionar o desmembramento do território nacional.

Na reserva Waimiri Atroari continua ocorrendo o fechamento da BR-174 [Manaus-Boa Vista] com anuência do MPF.

Esses índios se consideram independentes do restante do Brasil. Provavelmente recebem orientação e apoio de diversas ONGs estrangeiras. [...]

D.3 - A Presença e Atuação de Estrangeiros.

Evidencia-se a presença norte-americana em todos os países que cercam a Amazônia brasileira.

A deficiência no controle de entrada de estrangeiros estaria contribuindo para o ingresso sistemático de estrangeiros, particularmente por intermédio das ONGs que financiam projetos de pesquisas em diversas áreas científicas.

Nota-se um crescente aumento da presença de norte-americanos, europeus e sul-americanos, muitos desses trabalhando para ONGs.

Estima-se que mais de uma centena de ONGs atuem na Amazônia nas áreas indígena e ambiental. Os holandeses predominam nos hotéis de selva, aparentemente como empresários de turismo; na área médica, predominam os peruanos, como médicos contratados nos municípios; e, através da ONG Médicos Sem Fronteiras, se assinalam muitos estadunidenses, holandeses e italianos.

Embora seja difícil fazer uma separação nítida, foram ouvidas opiniões abalizadas de que as ONGs de origem britânica e norte-americana tendem a procurar criar condições de futura independência das "*nações*" indígenas, enquanto outras ONGs, inclusive apoiadas pela Alemanha e as de orientação religiosa tendem a procurar uma autonomia diferenciada, no estilo da região de "*Chiapas*", do sul do México.

Em ambos os aspectos se pode vislumbrar riscos para a unidade nacional e para a paz social.

Muitas ONG estão sendo, de fato, as responsáveis pelas áreas protegidas no Brasil. Há uma perigosa dependência do Ministério do Meio-ambiente à organizações internacionais sabidamente conhecidas pela independência de sua atuação em território nacional, bem como pela ideologia que professam radicalmente contra o desenvolvimento do País, contra a presença de nacionais e contra a atuação governamental nessas áreas.

As maiores ONG nacionais agindo na Amazônia são compostas por membros e associados com ligação ou comprometimento com organizações e até governos estrangeiros. Muitas dessas ONG nacionais, como também muitos brasileiros que nelas trabalham têm dependência financeira de organizações estrangeiras.

É em Roraima onde o problema se afigura mais grave, em função da extensão das Terras Indígenas.

[...] A FUNAI é responsável pelo controle dos indígenas e pela emissão de registros de nascimento na área indígena, mas, mesmo que quisesse fazer o controle, não teria condições com os meios de que dispõe.

Membros de organizações europeias visitam frequentemente as TI, sem que haja qualquer impedimento ou controle pelos órgãos oficiais; quem dá os esclarecimentos, quando exigido, são as organizações que estão, de fato, coordenando a área e utilizando agentes da FUNAI como prepostos.

A presidência da FUNAI solicitou ao G8, [...], ajuda financeira emergencial para os índios. Com essas atitudes, torna-se difícil exigir que os estrangeiros parem de interferir em assuntos internos nacionais.

Há crença generalizada de interferência estrangeira praticada pelas ONGs, principalmente na região sul do Estado do Pará. A atuação de Dorothy Stang foi um indício da existência dessas influências. As motivações das interferências seriam:

- As rivalidades comerciais no mercado da soja;
- A concorrência pela comercialização de madeira;
- A possível queda do preço do ouro no mercado internacional, em função do aumento de oferta pelo Brasil;
- Disputas pela propriedade das jazidas minerais e
- As implicações de uma futura produção de biocombustíveis. [...]

As diversas declarações de chefes de governo estrangeiros e de outras autoridades sobre "*soberania compartilhada*" e "*responsabilidade internacional*" sobre a Amazônia, indicam a necessidade de um estudo mais profundo sobre este assunto. [...]

Conclusões

– Quanto a Questão Indígena, Particularmente a Situação da TI Raposa-Serra do Sol:

O principal problema no momento se relaciona com a concretização das medidas previstas na portaria de homologação da TIRSS.

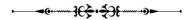
Esta homologação tem criado conflitos que estão longe da solução e não foi assimilada pela população não índia nem pela maioria dos índios, que lá são bastante aculturados e desejam as benesses da civilização, recusando-se a retornar ao estado primitivo.

A população e a classe política do Estado se mostram indignadas com a unilateralidade das representações federais da FUNAI e do IBAMA, que não levam em conta nem os interesses deles nem o que consideram interesse nacional, com pouca esperança e mesmo descrédito na lisura das soluções jurídicas federais ([18]), o que aumenta as possibilidades de futuros conflitos armados. [...]

– Quanto a Atuação de Estrangeiros:

Embora seja difícil fazer uma separação nítida, foram ouvidas opiniões abalizadas de que as ONGs de origem britânica e norte-americana tendem a procurar criar condições de futura independência das "*nações*" indígenas, enquanto outras ONGs, inclusive apoiadas pela Alemanha e as de orientação religiosa tendem a procurar uma autonomia diferenciada, no estilo da região de "*Chiapas*", do sul do México. [...]

[18] Durante o processo de demarcação foram cometidas irregularidades, falsificação de assinaturas e falsidade ideológica, parcialidade [todos os dez índios do grupo de trabalho interinstitucional foram indicados pelo CIR] acatadas pela FUNAI e ratificadas pela 6ª Câmara do Ministério Público Federal e Ministério da Justiça, tendo provavelmente induzido o Governo Federal a erro. (ABIN)

Jornal do Brasil, n° 323
Rio de Janeiro, RJ – Domingo, 25.02.2007

Uma Holanda para 500 Índios
[Renan Antunes de Oliveira – Especial para o JB]

BOA VISTA, RORAIMA – O governo vai entregar mais um pedaço do Brasil para tribos indígenas: pouco antes do carnaval e sem publicidade, o Ministério da Justiça iniciou a demarcação de 4 milhões de hectares de terra para criar a reserva Trombeta Mapuera, na divisa dos Estados de Roraima, Pará e Amazonas.

Ela será quase do tamanho da Holanda, país com 16 milhões de habitantes apinhados em 4 milhões e 152 mil hectares.

Eleva para 52% a área de Roraima agora sob controle indígena. A reserva vai abrigar as tribos Wai-wai, que já vive no pedaço, e karafawyana, ainda isolada na selva amazônica – indigenistas estimam que esta tenha apenas 500 indivíduos.

A colocação de marcos na reserva está sendo feita por uma empresa contratada pela FUNAI. O trabalho ficará pronto no fim de março. O presidente Lula deverá anunciar a criação da reserva no Dia do índio, em abril. A atuação discreta do Ministério da Justiça se explica: o governo quer evitar controvérsias.

É o jeito para impedir reações e fugir das críticas crescentes de vários setores da sociedade que acham que o país dá muita terra para pouco índio: eles seriam apenas 300 mil para ocupar reservas em 13% do Brasil.

Imagem 31 – JDB n° 294, 28.01.2007

A criação da reserva Trombeta Mapuera é obra da Congregação da Consolata, uma missão católica italiana que se estabeleceu no Brasil depois da Segunda Guerra. Seus padres seguiam a Teologia da Libertação – a Igreja já mudou para uma rota light, mas o trabalho deles nos grotões ainda está vivo. A Consolata conseguiu grande penetração entre as tribos do Norte nos anos 70.

Como os padres enfrentaram a ditadura ombro a ombro com sindicalistas do PT, forjaram alianças políticas que beneficiaram a congregação quando a democracia foi restaurada – hoje eles tem tratamento vip em Brasília. Os missionários da Consolata aproveitaram a pouca presença governamental na região – tema da Igreja para a Campanha da Fraternidade deste ano – para apoiar e influenciar Ianomâmis, Macuxis e Waiwais.

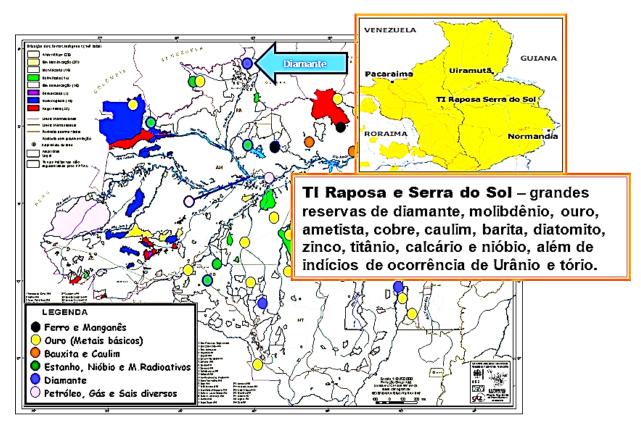



Imagem 32 – Minerais Nobresna TIRSS

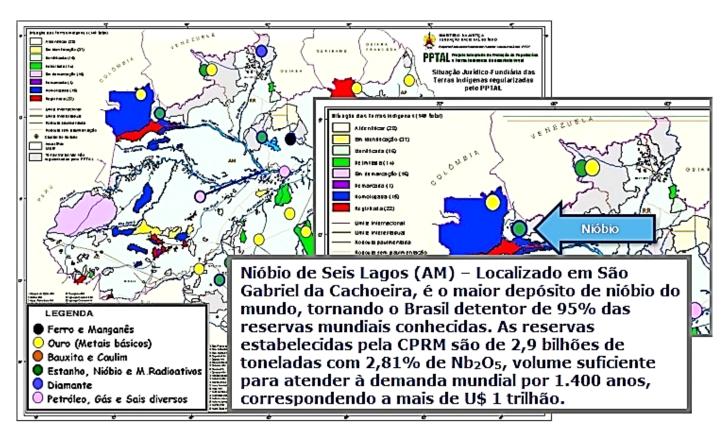



Imagem 33 – Nióbio na TI Ianomâmi

Agora, uma curiosa reviravolta está em curso: a presença física dos padres está diminuindo. E sob pressão dos próprios índios que, já de posse da terra, estão se afastando dos religiosos que tanto os ajudaram. Em Roraima, na reserva Raposa Serra do Sol, a Consolata se viu obrigada a doar suas missões às tribos que tinha catequizado.

O Governo Alemão Paga o Policiamento da Região, com uma Frota de Carros Cedidos aos Índios

Mas o apoio estrangeiro continua forte: o governo alemão é quem paga pelo policiamento da área. Uma frota de carros fora-de-estrada, com logotipo do BNDES da Alemanha mas pilotada por índios, patrulha a reserva. Os Wai-wais já pediram um financiamento idêntico para proteger Trombeta.

Por que este pequeno Brasil dentro do Brasil cresceu fora do radar da oposição unida de alguns antropólogos e indigenistas, políticos de várias correntes, fazendeiros, madeireiros, garimpeiros e burocratas dos Estados atingidos pela reserva? Porque a área escolhida é de mata virgem, entre os rios que lhe dão nome, o Trombeta e o Mapuera. [...]

Da Missão Italiana, só Ficou uma Freira

[Renan Antunes de Oliveira]

A missão do Surumu, na TIRSS, era para ser o paraíso nos cafundós da Amazônia – um conjunto de casinhas onde bons selvagens vivem em paz, educados por padres do primeiro mundo. Nada mais falso. Desde sua fundação nos anos 50 a missão já foi escola, centro de guerrilha, hospital e refúgio de bandidos. De tudo um pouco, até ser incendiada por jagunços a mando de arrozeiros.

O ataque aconteceu no fim de 2005 – era o recado desafiador de alguns brancos ao presidente Lula por criar a reserva com terras que eles ocuparam por décadas.

Quem vive lá está sempre meio assustado. Depois do incêndio criminoso os padres italianos que pagavam as contas sumiram do pedaço, deixando para trás apenas uma freira – e caixa zero.

No Surumu, Padres Educaram os Índios com Pouca Religião e Muita Política

Enquanto os padres estiveram no Surumu, eles educaram gerações de Macuxis, Wapichanas, Taurepangs e Ingaricós – davam pouca aula de religião, muita de política. Bancavam terra, comida, salários de professores, telefone, carros, gasolina – bem mais do que cestas básicas. Agora, mesmo sem seus protetores, os Macuxis estão reerguendo o lugar e seguindo a mesma cartilha.

Da ordem religiosa sobrou apenas a irmã Leda, franzina, 65 anos, há 15 no Brasil – ela parece tão antiga que jura ter ouvido falar de Papillon, aquele francês que fugiu nadando da prisão da Ilha do Diabo e teria morrido no Surumu.

Irmã Leda é a última da geração de voluntários desbravadores missionários que tinha uma missão dentro da missão: reconquistar as terras e emancipar os nativos, embora esta tarefa já não tenha tanto apelo no emancipado século 21.

A missão reconstruída serviu de base para um encontro de 200 caciques durante o carnaval. Enquanto o Brasil sambava, eles discutiam ali <u>como impedir usinas hidrelétricas no território</u>, <u>pelo menos até conseguir mais terras e verbas federais</u> – a lista de reivindicações deles é quase um PAC. [...]

O almoço comunitário e gratuito na missão é supimpa. As Macuxis Maria Elza e Delcirene fazem arroz cultivado pelos meninos da missão, servem farinha feita pelas comunidades da Raposa, banana colhida no projeto agrícola do Maturucá, limonada gelada com frutos do pé que fica atrás do hospital, carne de bois da fazenda do cacique Andrade – a única coisa de fora é o macarrão de pacote, comprado na venda dos brancos em Socó.

Os Índios Dormem Depois do Almoço Enquanto a Freira faz a Faxina da Maloca

Depois do almoço muitos índios descansam nas redes enquanto assistem à franzina Leda fazer sozinha a faxina do pátio – por estes dias, ainda recolhendo entulhos do incêndio criminoso do alojamento das visitas, incêndio este provocado já se sabe por quem.

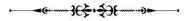
Só a freira trabalhando e o resto da missão dormitando parece confirmar aquela velha lição escolar de que índio não gosta de trabalhar. Mas não é o que parece. O negócio do Surumu é educação. Dias atrás, durante a visita do repórter, enquanto a turma das redes cochilava, 12 adolescentes estavam estudando nas oficinas depredadas pelos jagunços.

A advogada amazonense Marceli de Souza, voluntária nacional, dava aula para formar ecoxiitas: "*O que significa CONAMA?*" Aí ela explicava tintim por tintim a estrutura do Conselho do Meio Ambiente.

O Surumu forma técnicos agrícolas, para gerenciar as fazendas que a reserva poderá ter. E ambientalistas, para dar um jeito na sujeira em que ela está.

Depois, mesmo sem diploma, os formandos irão às malocas repassar tudo aos demais. Qual é a desses estrangeiros em educar jovens brasileiros? A irmã Leda devolve a pergunta:

Como é que você quer que elas aprendam alguma coisa? Ficando sentadas esperando passar um ônibus escolar que nunca virá? Estes jovens não querem ficar abandonados nos grotões. Quando o governo aparecer para fazer seu papel, vou embora para onde precisarem de mim. (JDB, N° 323)

Correio Braziliense - n° 16.197
Brasília, DF – Sábado, 22.09.2007

Floresta de Cobiça

[Antônio Machado]

Uma hipotética ameaça internacional à soberania da Amazônia e as suspeitas de que organizações não-governamentais, ONGs, da Europa e dos EUA e até setores da Igreja trabalhariam articuladas para, a um só tempo, excluir toda exploração econômica na região e criar a ideia no país de que as instituições nacionais, sozinhas, seriam incapazes de proteger a maior área verde do mundo é um dos grandes mitos da política brasileira.

Dependendo do interlocutor, trata-se de uma ficção ou realidade. Nas Forças Armadas, há décadas, o tema recebe prioridade máxima e provoca discussões apaixonadas.

O próprio presidente Lula tem introduzido esta suposta ameaça na agenda nacional.

Esta semana, em Brasília, ao abrir o 2° Encontro dos Povos das Florestas, ele declarou, com ênfase, que "*a Amazônia tem dono*".

Por que ratificou o que é líquido e certo?

Foi retórica apenas ou há quem duvide da inviolabilidade das nossas fronteiras? É certo que, ultimamente, dirigentes de governos europeus tem se manifestado pela internacionalização da região ou oferecido ajuda para protegê-la da exploração predatória e preservar nestes tempos de conjecturas sobre o aquecimento global o maior "*pulmão verde*" do mundo.

Lula teria ouvido algo assim em seu giro de uma semana à Europa, encerrado na véspera desta fala enigmática? Seu discurso sugere que sim. "*Tem gente que pensa que lá não mora ninguém*", afirmou o presidente. "*Lá moram 23 milhões. Não é terra de ninguém. Me recuso a aceitar lições de qualquer governante de como o Brasil tem de preservar a sua floresta*".

Ele voltará a tratar de meio ambiente em Nova York, esta semana, ao participar da Assembleia Geral das Nações Unidas. E vai suprido de dados, como antecipou, citando estudo da EMBRAPA segundo o qual há 8 mil anos 9% das florestas do mundo estavam aqui. Hoje, 29,5%. "*Eles acabaram com as deles*", disparou. Apesar de tudo o que foi derrubado e ocupado, a região ainda preserva, segundo ele, 69% da floresta original. Noutro sinal de que há cobranças externas, Lula declarou que esta "*discussão vai acontecer daqui para frente em todos os fóruns*". "*É um enfrentamento que teremos que fazer para defender aquilo que é nosso*", disse.

O discurso do presidente não poderia ser outro. A Amazônia é inviolável. O ideal talvez fosse fechá-la radicalmente, impedindo qualquer atividade econômica em seu espaço, à exceção, talvez, da exploração de minérios em sítios bem delimitados. O governo optou pela exploração programada e restrita da madeira, o que implica o risco de legalizar a devastação se falhar a fiscalização, e levar saneamento a "*90% das comunidades indígenas*".

Todo Mundo de Olho

Não condiz com o bom senso a entrega da Amazônia, embora no QG da União Europeia, em Bruxelas, a ideia da internacionalização seja discutida quase que abertamente. Nos EUA, oficialmente o governo Bush ignora a questão. Lá, as discussões são quentes entre grupos políticos, ONGs e em universidades. Às vezes, alguém perde as estribeiras, como o comissário europeu para Comércio, o inglês Peter Mandelson, afirmou que o "*Brasil tem que responder pela grave destruição da floresta Amazônica*". ONGs nos EUA, segundo denúncia levada em junho por deputados ao Itamaraty, estariam fazendo coletas para comprar terras no Amazonas e Pará. Onde há fumaça, pode haver fogo, não só das queimadas de posseiros, atrás dos quais vem os grileiros, o boi e a turma da soja.

Todo cuidado é pouco. O Itamaraty instruiu, no último dia 14, o embaixador na ONU a votar a favor de resolução, aprovada com 11 abstenções e os votos contrários de EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, que reconhece um status de consequências imprevisíveis: o direito dos indígenas à sua autodeterminação. É encrenca.

Governos Indígenas

Para Lula, é "*com orgulho*" que o Brasil já pratica o que a ONU aprovou. Parece que ele não foi suficientemente informado sobre tal decisão. A resolução estabelece que os povos indígenas podem criar instituições políticas, sociais, econômicas e jurídicas próprias e veta operações militares em seus territórios. O que isto significa: um governo autônomo? Há quem entenda assim. O veto às Forças Armadas nestes territórios não fere as cláusulas pétreas da Constituição? O Congresso deveria elucidar o assunto. Reconhecer os direitos das populações nativas à terra, cultura e valores sociais é uma coisa.

Outra é "*desenvolver formas próprias de governo e reafirmar suas instituições jurídicas*", como entendeu o vice-presidente do CIMI, Conselho Indigenista Missionário, Saulo Feitosa, ouvido pela Agência Brasil. A declaração votada pelo país não é um marco legal obrigatório, mas abriu caminho para um texto mais forte, de aplicação obrigatória aos países membros da ONU: a Convenção Internacional para os Povos Indígenas. Já há mais de 10 milhões de hectares demarcados de terra indígena no país, entre elas a imensa Reserva Raposa Serra do Sol [...]. Nela, há cerca de 15 mil índios, e arrozais de fazendeiros que se recusam a sair. É mais que oportuno discutir se esta área poderia usufruir alguma espécie de autonomia, quem estaria à sua frente – os índios ou as ONGs que os apoiam? –, e se as fronteiras ficariam sem nenhuma vigilância. Sem um debate nacional é que não pode ser. (CBRAZ, N° 16.197)

Tribuna da Imprensa, n° 17.639
Rio de Janeiro, RJ – Sábado e Domingo, 29 e 30.09.2007

Não ao Desmembramento do Brasil - I

[Adriano Benayon *]

Tem tido repercussão – embora a mídia não toque no assunto – matéria publicada pelo Movimento de Solidariedade Ibero-Americana [MSIA], em 19 do corrente, sobre preparativos do ministro da Defesa para expulsar brasileiros não-índios da região da Raposa Serra do Sol, em Roraima, situada junto às fronteiras com a Guiana e a Venezuela.

A ação da Polícia Federal seria para este mês, com a participação de 500 agentes federais, prevendo-se resistência armada da população local. Trata-se de operação de natureza militar inexequível sem a participação das Forças Armadas.

Ora, não pode estar de acordo com tal violência quem quer que respeite seu País, como é o caso do General Maynard Santa Rosa. Ele declarou que o Exército não recomenda a invasão. Foi, por isso, demitido do cargo de Secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa ([19]).

Em 4 de setembro, "*O Globo*" publicara declarações do General de que as Forças Armadas resistem em dar apoio à Polícia Federal para a retirada dos brasileiros.

Também foi demitido de importante cargo no Ministério da Defesa o General Rômulo Bini Pereira. Além disso, na Abin foram afastados o diretor-geral Marcos Buzanelli e o Gerente em Roraima, Coronel Gélio Fregapani, todos por serem contrários à intervenção na Raposa do Sol.

A matéria do MSIA alude à inquietação que se aprofunda nas Forças Armadas brasileiras, sendo iminente grave crise institucional se a presidência da República insistir em atribuir-lhes a desonrosa missão. É o caso de evocar a petição do Marechal Deodoro à princesa Isabel de que liberasse o Exército da inglória tarefa de Capitão do mato na perseguição a escravos foragidos. Hoje querem envolver as Forças Armadas em ação de guerra contra brasileiros que defendem o direito de ficar nas terras em que vivem e trabalham legalmente há dezenas de anos.

---

[19] O General Santa Rosa assumirá a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) no governo de Jair Bolsonaro subordinada à Secretaria-Geral. A SAE assessora o Presidente na formulação de políticas públicas de longo prazo.

É difícil conceber afronta mais grave ao povo brasileiro e deslustre maior para as Forças Armadas. Os índios da Serra do Sol são aculturados, muitos têm cartão de identidade e título de eleitor. Alto percentual, e majoritário entre os Macuxis, a principal etnia, é contrário à separação do território. Esta é imposta por entidades estrangeiras a serviço dos donos do poder mundial, ávidos por monopolizar a fabulosa riqueza mineral do subsolo da área.

É de se notar que, em abril de 2005, a retirada da população "*não-índia*" por agentes federais foi obstada por índios.

Expulsar moradores de suas terras, porque não são índios, constitui crime de tipo nazista. É agir em conformidade com o princípio racista. É violência combinada com discriminação racial, além de odiosa, inacreditável em razão da grande mestiçagem. (TDI, N° 17.639)

[*] Adriano Benayon é doutor em Economia e escritor, autor de "*Globalização versus desenvolvimento*", Editora Escritura.

Tribuna da Imprensa, n° 17.640
Rio, RJ – Segunda-feira,
01.10.2007

Não ao Desmembramento do Brasil - II

[Adriano Benayon *]

Que pretendem fazer? Como vão definir quem é índio? Fazendo exames de DNA? Ou julgando não-índios os que se consideram brasileiros? Aí está. Querem que o Exército faça derramar muito sangue para separar do território nacional mais uma região estratégica. Ora, isso é crime tipificado no Código Penal Militar (CPM).

Diz o artigo 142 do CPM:

> Tentar: III – internacionalizar, por qualquer meio, região ou parte do território nacional. Pena – reclusão, de quinze a trinta anos, para os cabeças; de dez a vinte anos para os demais agentes.

Os envolvidos na preparação do genocídio e os desinformados alegam que não há cessão de território e que a Constituição prevê reservas indígenas. Mas só não vê a ação de potências hegemônicas na região quem não se quer informar.

Há farta documentação sobre as atividades de ONGs e de outras entidades que desviam para o exterior preciosos recursos minerais em várias partes da Amazônia.

Fazem-no antes mesmo de se acabar oficialmente com a jurisdição brasileira sobre os territórios saqueados.

Para quê, senão para assegurar em definitivo a continuidade da pirataria, demarcar, em faixa contínua, mais uma reserva "*indígena*", exatamente sobre subsolo dos mais ricos do Planeta, numa área cujo tamanho está em gritante desproporção com a diminuta população indígena?

A Raposa do Sol tem 1.747.000 hectares, ou seja, 17,5 mil quilômetros quadrados, e 18.700 índios: um por km^2. No pretenso território Ianomâmi, destinaram-se a 8 mil índios, em Roraima e no Amazonas, 9,4 milhões de hectares [94 mil km^2], formando, com a área contígua da Venezuela, um território de 180 mil quilômetros quadrados.

Como informou Sebastião Nery [TRIBUNA DA IMPRENSA, 24.06.2006], há um "*governo Ianomâmi no exílio, presidido por um norte-americano de Massachusetts, com Parlamento de 18 membros, sob a presidência de um alemão; do tal governo, faz parte um índio, dito brasileiro, chamado Iacota*".

E: "*O saudoso embaixador Geraldo Nascimento e Silva localizou em Londres um escritório que coletava recursos em nome dos Ianomâmis, recém-emancipados [sic], para promover a causa indígena*".

Agora, em 12 de setembro de 2007, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, adotada em 26.06.2006 pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU. Uma das razões de não se evitar a pilhagem é a míngua de recursos do Orçamento para as FFAA.

Mais de 2 trilhões de reais, em valor atualizado, desde 1988, foram gastos com o serviço da dívida pública formada pela capitalização de juros absurdamente altos.

Cometeram também o crime cominado pelo Código Penal Militar os responsáveis pela portaria, no governo Collor, que criou a reserva "*Ianomâmi*". A Declaração diz, no art. 3°, que "*os povos indígenas têm direito à autodeterminação e, assim, a determinar o seu status político*". Isso implica que podem escolher fazer parte do estado que quiserem e/ou declarar sua independência formal, outro modo de anexação de fato por potência hegemônicas.

Que outras áreas "*indígenas*" já tenham sido criadas, não desonera os responsáveis pela demarcação da Raposa Serra do Sol. Ao contrário, o crime é ainda mais grave. Por duas razões.

A primeira é que a repetição consolida o abandono da soberania nacional, princípio basilar da Constituição.

A segunda razão é que a entrega não ocorrerá sem o emprego das Forças Armadas do País contra seus próprios nacionais. Pergunta-se: é legítimo cumprir ordem contrária às bases da existência nacional, como a soberania, a integridade do território e a dignidade das Forças Armadas? (TDI, N° 17.640)

Correio Braziliense - n° 16.212
Brasília, DF – Domingo, 07.10.2007

Amazônia é Foco de Tensão Militar

[Luiz Carlos Azedo]

Nunca os estados da Amazônia estiveram tão bem representados na base governista do Senado. [...] Todo esse prestígio da representação da região, entretanto, não foi capaz de evitar o vazio de poder existente na Amazônia. Há uma evidente subestimação do problema por parte dos políticos da região.

Não é à toa que nenhum desses cardeais do Senado compareceu à palestra do Cmt da Força Terrestre, Gen-Ex Enzo Martins Peri, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, quinta-feira, na qual ele reconheceu que o Exército não está em condições de guarnecer satisfatoriamente as fronteiras da Amazônia.

Sucata

O Presidente da comissão, Heráclito Fortes [DEM-PI], e os Senadores Francisco Dornelles [PP-RJ], Eduardo Suplicy [PT-SP], Antônio Carlos Valadares [PSB-SE] e Edison Lobão [DEM-MA], o único da região Norte, ouviram perplexos a confirmação de que o Exército virou sucata, conforme relatou o repórter Leonel Rocha, do Correio.

A deterioração de seus equipamentos, segundo balanço do Gen Peri, é impressionante os fuzis de assalto dos soldados brasileiros têm em média 42 anos de uso; 78% dos blindados têm mais de 39 anos, a maioria sem condições operacionais; obuseiros e canhões são oriundos da II Guerra Mundial. Além disso, a modesta indústria bélica nacional se estagnou por falta de demanda.

E os recursos do Orçamento da União destinados ao reaparelhamento das Forças Armadas sempre são contingenciados pela Fazenda Segundo o comandante da Força, o Exército "*tem perdido, paulatinamente, sua capacidade de dissuasão e de se fazer presente nas nossas fronteiras*" e o Brasil precisaria "*recompor o equilíbrio da balança dissuasória regional*". É por essa razão que a Amazônia virou um foco permanente de tensões no Ministério da Defesa.

Recentemente, seu secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, General Maynard Marques de Santa Rosa, foi substituído pelo General José Benedito de Barros Moreira. Ele havia denunciado o "*vazio de poder*" na região durante um depoimento na Câmara.

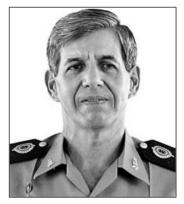
Santa Rosa foi responsável pela aprovação da Estratégia Militar de Defesa e da Doutrina Militar de Defesa, além do estabelecimento das diretrizes estratégicas do Programa Calha Norte.

Barros Moreira, ex-comandante da 6ª Região Militar em Salvador [BA] e da Escola Superior de Guerra, era assessor militar do ministro da Defesa.

Sua tarefa, segundo o ministro Nelson Jobim, é incluir a Amazônia na agenda do governo como uma questão de defesa, pois hoje ela é tratada apenas como problema ambiental e indígena.

Contradição

Um exemplo da contradição entre a política de defesa e as políticas ambiental e indígena é a situação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, no Norte de Roraima, com 1,8 milhão de hectares, homologada há dois anos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Polícia Federal prepara uma megaoperação para remover 8 mil arrozeiros da região, na qual vivem 18 mil indígenas das etnias Macuxi, Wapixana, Ingarikó, Taurepang e Patamona, a maioria nômade.

Com muita relutância, o atual comandante militar da Amazônia, Gen-Ex Augusto Heleno Pereira, aceitou dar apoio logístico à operação de retirada dos posseiros, que pode ocorrer a qualquer momento. A resistência do General tem lógica: não se pode confiar apenas nos índios para manter a soberania sobre a região, até porque historicamente foram os colonos – garimpeiros, seringueiros e catadores de babaçu, principalmente – que asseguraram a soberania sobre a Amazônia.

Com 42% do território e 3,35 habitantes por quilômetro quadrado, a Amazônia tem a maior diversidade do planeta e 15% das reservas de água potável do planeta. O efetivo do Exército é insuficiente para defender 7.367 km de costa e 15.735 km de fronteira.

Mesmo assim, em muitos lugares, só as Forças Armadas conseguem socorrer a população civil com medicamentos e alimentos.

Na chamada Cabeça do Cachorro, na fronteira com a Colômbia e a Venezuela, o único hospital é mantido pelo Exército, em São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, a 852 km de Manaus.

Segundo levantamento feito pelo Exército, das 276 mil organizações não-governamentais que atuam no Brasil, 100 mil aproximadamente estão na Amazônia.

Muitas atuam com interesses ocultos, envolvidas com o tráfico de drogas, armas, lavagem de dinheiro e espionagem, segundo denúncia do General Santa Rosa. A presença de narcotraficantes e das FARC nas fronteiras amazônicas está mais do que confirmada. (CBRAZ – N° 16.212)

CORREIO BRAZILIENSE

OPINIÃO

Terras indígenas e a Constituição

JARBAS PASSARINHO

Imagem 34 – Correio Braziliense n° 16.382, 25.03.2008

Correio Braziliense - n° 16.382
Brasília, DF – Terça-feira, 25.03.2008

Terras Indígenas e a Constituição

[Jarbas Passarinho, foi Ministro de Estado, ex-Governador e Senador da República]

Leio que a ONU interpela o Brasil por não ultimar a posse da área indígena Raposa Serra do Sol, demarcada voluntariamente pelo governo atual, com fronteira viva com a Guiana, existência de fazendas de arroz há muitos anos e até municípios instalados. A demarcação homologada pelo presidente Lula provocou cizânia entre os próprios índios e revolta dos fazendeiros.

Promete dar terras públicas a Roraima, em compensação, mas a questão pode agravar-se, ao tentar a FUNAI expulsar os não-índios. A Portaria n° 580, de 15.11.1991, por mim assinada e homologada pelo presidente Collor, demarcando a terra Ianomâmi, provoca, até hoje, críticas acerbas, mas a origem da demarcação, ao contrário da recente, foi uma sentença judicial.

Os críticos ou a desconhecem ou a deturpam. Dois dias depois que assumi o Ministério, a FUNAI me encaminhou sentença do meritíssimo juiz da 7ª Vara Federal determinando a demarcação da terra Ianomâmi, em linha contínua, no total de 9.419.108 de hectares.

Na década de 1980, garimpeiros atraídos pelo ouro, revelado pelo Projeto Radam, haviam contatado os Ianomâmis. A garimpagem foi desastrosa. A caça desaparecera. Os peixes, o mercúrio os contaminou. Morreram 22% da população indígena, na maioria de gripe e malária.

O Brasil era mundialmente acusado de praticar o genocídio dos Ianomâmis.

No governo João Figueiredo em 08.01.1995, baseada em decreto de 1983, a FUNAI, subordinada ao saudoso Ministro Mário Andreazza, criou o Parque Indígena Ianomâmi, com superfície de 9.419.108 hectares. Interditou-o e proibiu a presença de não-índios. Os garimpeiros, porém, ignoraram a proibição.

Em 15.03.de 1984, iniciou-se o governo José Sarney. A garimpagem continuou, aumentada a cada dia, a crítica da Igreja, sobretudo do Conselho Indigenista Missionário [CIMI], e a campanha pejorativa das ONGs, de que as mortes eram causadas pela contaminação de variolosos, deliberadamente enviados para as tribos.

Roraima, para cuja receita os garimpos contribuíam muito, pleiteou a revogação da área interditada, o que se deu com a edição dos decretos 97.512 e 97.530 de 18.02.1989, com a divisão do Parque Ianomâmi em 19 áreas indígenas distintas, com a superfície reduzida para 2.435.215 hectares, entremeadas de duas florestas nacionais, para garimpagem, e do Parque Nacional do Pico da Neblina.

Estava revogado o ato de janeiro de 1988. Imediatamente [12 de março de 1989] o Ministério Público recorreu à Justiça Federal, propondo medida cautelar contra a União Federal, para manter a decisão governamental anterior.

O juiz da 7ª Vara Federal concedeu liminar. Ouvido, o governo Sarney não convenceu o magistrado, que deu provimento ao Ministério Público e sentenciou mandando restabelecer o ato anterior.

Decidi, preliminarmente, caracterizar a linha contínua, que atingia a fronteira. Sobre isso, ouvi ministros.

O Itamaraty não viu inconveniente e opinou pelo cumprimento da sentença. O Exército delegou ao Chefe do Gabinete Militar propor fosse ouvido o Conselho de Defesa.

Não era o caso, porque o Conselho de Defesa, presidido pelo presidente da República, só "*opina na utilização [e não na demarcação] de áreas indispensáveis à segurança do território nacional*" [artigo 91 da Constituição]. A Marinha sugeriu que a linha contínua ficasse aquém de 20 km da fronteira, aliás morta e precariamente delimitada.

O artigo 231 da Constituição impossibilitava a sugestão da Marinha. Do consultor jurídico do meu ministério, o parecer que pedi quanto à soberania nacional dizia:

A demarcação ordenada pela Justiça não implica abdicação de qualquer parcela da soberania do Estado sobre as referidas terras, nem restrição ao dever-poder de velar pela sua integridade como componente do território nacional, cuja defesa a Constituição atribui, precipuamente, às Forças Armadas.

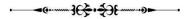
Assinei a portaria e o presidente Collor a homologou em cumprimento à sentença do magistrado. A partir daí militares e civis, exacerbados, roeram críticas alarmistas, desmedidas e injuriosas.

Um artigo no Jornal do Brasil, do ministro Clóvis Ramalhete – a pedido dos detratores – dizia que dois anos depois [em 1993] a "*nação Ianomâmi*" seria incorporada aos Estados Unidos, por resolução da ONU, que já estaria em curso. Resolução que o Itamaraty viria a desmentir.

"*Nação Ianomâmi*" jamais existiu em qualquer documento nosso. Nunca assim a reconhecemos. De resto o artigo 20 da Constituição define Terra Indígena como "*um bem da União*" e não dos índios. Três vezes os inconformados recorreram ao Supremo, alegando ameaça à soberania nacional. Perderam. Chegaram a omitir uma linha inteira de minha portaria!

Projeto de decreto legislativo, para diminuir a área [muita terra para poucos índios], foi rejeitado no Senado. Só seria o caso se se tratasse de projeto de colonização, e não de área de posse imemorial regulada nos termos do artigo 231 da Constituição.

A decisão, no governo Figueiredo, estava certa: menos para Roraima, que perdeu a renda dos garimpos. A soberania nacional continua intocável. O Brasil deixou de ser atacado como genocida e a terra Ianomâmi pertence à União. (CBRAZ – N° 16.382)

Jornal do Brasil, n° 366
Rio de Janeiro, RJ – Terça-feira, 08.04.2008

Ministro da Justiça Confirma que Operação não tem Volta. Em Roraima, Aumenta a Tensão

[Vasconcelos Quadros – Brasília]

O ministro da Justiça, Tarso Genro, acabou colocando na pauta ontem um assunto que a Polícia Federal tem evitado nos preparativos da operação de retirada dos não índios da Reserva Raposa Serra do Sol: a suposta colaboração do governo do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, com os arrozeiros e índios que se recusam a deixar a área.

Eles ameaçam enfrentar com armas agentes da Policia Federal e da Força Nacional de Segurança, que esta semana devem atacar os focos de resistência dentro da reserva.

"*Há notícias de que chegaram a manifestar publicamente que estavam buscando o apoio de Chávez para sustentar seus interesses.*

São essas pessoas que dizem estar defendendo o território nacional" – disse o ministro.

Genro acha que a Polícia Federal evitará um conflito sangrento, afirma que a operação Upatakon III não será mais adiada e afirmou que, se necessário, o governo usará as Forças Armadas para limpar a área, embora o Exército tenha se recusado a participar.

Laços de Amizade

Um eventual envolvimento indireto da Venezuela com o conflito com consequências na relação diplomática ente os dois países, não é uma hipótese tão improvável como imagina o ministro.

O principal líder do movimento contra a reserva em área contínua, o prefeito de Pacaraima, Quartiero [PDT] tem ligações de amizade com políticos venezuelanos, aos quais recorre sempre que há suspeita de alguma ordem de prisão em Roraima.

Localizada a poucos quilômetros de Pacaraima, seu refúgio são fazendas em Santa Elena, no lado venezuelano.

Apoiado por militares da reserva brasileiros, Quartiero tem em Chávez seu principal suporte na luta contra a interferência das Estados Unidos na Amazônia por intermédio de Organizações Não Governamentais [ONGs] estrangeiras que, há décadas, atuam na região.

Segundo o prefeito, caso o conflito se agrave, o governo venezuelano não titubearia em cortar a energia elétrica de Roraima, um estado que depende, em mais de 95%, da linha de abastecimento ligada à Usina de Guri, na Venezuela.

Há ainda outros dois ingredientes que estão sendo avaliados pelo setor de inteligência da Policia Federal: dezenas de funcionários que trabalham nas fazendas de Quartiero dentro da reserva são índios venezuelanos [...] e há indícios da presença de militares daquele país na confecção de bombas caseiras, coquetel molotov, armadilhas [miguelitos e explosivos que podem ser colocados ao longo das estradas que cortam a reserva] e demais táticas de guerrilha que os arrozeiros prometem adotar para resistir à operação da polícia. [...] (JDB, N° 366)

CORREIO BRAZILIENSE

Ronaldo de Oliveira/CB

PINTADOS PARA A GUERRA: OS ÍNDIOS ESTÃO PREOCUPADOS COM NOVA DEMARCAÇÃO DA RAPOSA SERRA DO SOL

Reserva de Roraima domina debates

Imagem 35 – Correio Braziliense n° 16.404, 16.04.2008

Jornal do Brasil, n° 04
Rio de Janeiro, RJ – Sábado, 12.04.2008

Roraima

A Suspensão de um Confronto

Vinte e quatro horas depois de o Supremo suspender a operação da Polícia Federal destinada a retirar a população não-indígena que ainda ocupa apenas 1% da reserva Raposa Serra do Sol, a Advocacia-Geral da União ajuizou recurso para que a decisão unânime do plenário fosse revista. Não teve êxito. [...]

O advogado-geral da União, José Antônio Toffoli, advertiu, na ação de contracautela, que "*a paralisação das atividades de desocupação neste momento potencializa os conflitos já existentes na região, haja vista a efetiva ameaça dos grupos indígenas locais de defenderem suas terras, mesmo que, para tanto, tenham de se utilizar de meios extremos*".

E informou que cerca de 2 mil índios armados já se mobilizam para enfrentar os rizicultores [e indígenas a eles aliados] que vinham resistindo à iminente ação da PF, ao utilizar atos típicos de guerrilha, como o bloqueio de estradas e destruição de pontes. [...]

Além disso, ressaltou-se a possibilidade de o Judiciário vir a anular o decreto homologatório da demarcação contínua da reserva – de mais de 1 milhão e 500 mil hectares, criada para cerca de 15 mil índios – onde se situam municípios e vilas, além dos campos de arroz responsáveis por 6% da economia estadual.

Salientou-se que há, no caso, "*um conflito de dimensão federativa*", tendo em vista que o atual Estado de Roraima "*quase voltou à condição de Território Federal, já que 46% de suas terras são reservas indígenas e, portanto, da União*", como comentou o ministro-relator.

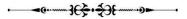
Os ministros foram unânimes em considerar "*prudente*" manter a situação sob controle, até o julgamento do mérito das ações que estão à espera de parecer da Procuradoria-Geral da República. Alguns ministros, como Menezes Direito, levaram em conta a possibilidade de o Judiciário vir a anular o decreto de homologação e a impossibilidade de – em tal caso – promover-se o retorno à região da população não-índia que seria agora retirada pela polícia, com auxílio da Força de Segurança Nacional.

Não cabe ao Supremo, na análise das cautelares, dizer quem está ou não com a razão. A questão é tão séria que já provocou um indesejável pronunciamento do comandante militar da Amazônia, General Augusto Heleno, para quem a demarcação da imensa reserva é preocupante, "*aliada a outras circunstâncias, como chamar algumas etnias de nações indígenas*", o que passaria a ser "*uma ameaça à integridade e à segurança nacionais*".

No momento em que o estado de direito no país está em crise, diariamente agredido por grupos como o Movimento dos Sem-Terra e similares, que querem impor sua "*justiça*" a qualquer preço, é preciso que o Executivo seja tão prudente quanto a mais alta Corte do país.

O que vale também para entidades como o Conselho Indigenista Missionário e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que, de forma direta ou indireta, tem apoiado ações à margem da lei promovidas por esses "*movimentos sociais*".

Pede-se que a sentença "*os fins não justificam os meios*" valha para as duas partes, sobretudo num conflito que pode se tornar uma tragédia. (JDB, N° 04)

Correio Braziliense - n° 16.404
Brasília, DF – Quarta-feira, 16.04.2008

Reserva de Roraima Domina Debates
[Paloma Oliveto – da Equipe do Correio]

Os chocalhos soaram alto no gramado da Esplanada dos Ministérios. Acampados desde a manhã de ontem em ocas improvisadas, índios de todas as regiões do país manifestaram por meio de danças típicas e muitos discursos o temor de que o Supremo Tribunal Federal [STF] reveja a homologação da Reserva Raposa Serra do Sol [RR] em área contínua.

No primeiro dia do "*Abril Indígena*", evento realizado pela terceira vez em Brasília, assuntos como educação e saúde mobilizaram os cerca de 700 participantes, mas a questão territorial foi o tema mais discutido.

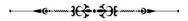
Na semana passada, os ministros do Supremo decidiram, por unanimidade, cancelar a Operação Upakaton 3, da Polícia Federal, que tinha como objetivo retirar os não-índios da Raposa Serra do Sol. A desintrusão deveria ter ocorrido há três anos, mas os arrozeiros recusam-se a sair, alegando que as ações compensatórias anunciadas pela União, na época, não foram colocadas em prática.

Agora, o presidente eleito do STF, Gilmar Mendes, cogita a revisão do processo de demarcação da reserva A ideia é discutir uma alternativa ao modelo que garante aos índios os 1,7 mil hectares contínuos. [...]

Pierlângela e outros 12 líderes indígenas da região querem ser ouvidos pelos ministros do Supremo. "*As pessoas não sabem como é nossa situação.*

No julgamento, o [ministro Carlos] Ayres Britto leu o relatório e, em cinco minutos, todos os outros acompanharam o voto", sustenta, referindo-se à decisão de retirar a Polícia Federal da reserva. Na ação cautelar, cujo mérito ainda não foi julgado, o governo de Roraima alegou que a operação poderia gerar "*uma verdadeira guerra civil*". (CBRAZ, N° 16.404)

Radicalização Contra Arrozeiros

[Edson Luiz – da Equipe do Correio]

PF vai usar a lei de Segurança Nacional contra os plantadores de arroz que lideraram as últimas manifestações em Roraima contra a exigência de que deixem a área indígena Raposa Serra do Sol. A PF abriu cinco inquéritos para apurar os fatos, classificados pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, como terrorismo.

Na manhã de ontem, quando empossou o delegado Disney Rossetti na superintendência da PF no Distrito Federal o ministro falou que a imprensa influenciou na decisão do Supremo Tribunal Federal [STF] em suspender a Operação Upatakon, que iria fazer a desocupação.

"*Foi feito um conceito de que a Polícia Federal eslava lá [na área indígena] para desalojar arrozeiros produtivos. Fizeram transitar um conceito com uma falsa visão. O que ocorreu foi que a Polícia Federal e a Força Nacional estavam lá para acabar com uma resistência que beirava o terrorismo*", disse Tarso, afirmando que a decisão do STF será respeitada.

"*Mas temos o direito de dizer à população que a PF estava lá cumprindo a lei*", acrescentou o ministro. Tarso será convocado para falar sobre a área indígena na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara.

Na segunda-feira, mesmo impedida de retirar os plantadores de arroz da Raposa Serra do Sol, a Federal ocupou a reserva, instalando duas bases – uma delas na terra indígena São Marcos, na divisa com a área em conflito, e outra em Boa Vista.

Outras 5 pequenas bases foram instaladas em Surumu, no porto onde atracam balsas dos agricultores, em Pacaraima e em S. Marcos, que são locais de acesso à reserva.

Além disso, mantém patrulhas volantes, que vigiam a reserva durante 24 horas para impedir confrontos entre os índios e plantadores de arroz. No local, são mantidos 200 homens da Polícia Federal e 100 da Força Nacional. Segundo o coordenador-geral de Defesa Institucional da PF, delegado Fernando Segóvia, foram abertos 5 inquéritos para apurar vários crimes.

Entre eles, o de sabotagem, que está na Lei de Segurança Nacional, utilizada principalmente durante o regime militar.

Além disso, a investigação da PF deverá enquadrar as principais lideranças da região em formação de quadrilha. A área de inteligência do governo está apurando, ainda, que o movimento pode ter tido a ajuda de um oficial aposentado da Venezuela, que estaria ensinando as técnicas de guerrilha para o grupo.

Tensão no STF

O ministro da Justiça também sustentou ontem que o STF teria sido influenciado pela difusão pública de um conceito equivocado sobre a situação na reserva.

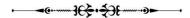
Ministros do STF imediatamente defenderam a decisão tomada na semana passada – de suspender a operação da PF. "*A União e o estado litigam, por isso o conflito veio parar no Supremo. A questão não é meramente patrimonial entre arrozeiros e a União*", afirmou o relator do processo, ministro Carlos Ayres Britto.

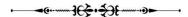
Para o ministro Celso de Mello, o julgamento do assunto exige a máxima cautela. "*A decisão do STF foi um claro exercício de prudência e de responsabilidade. É uma decisão provisória, que não tem caráter definitivo.*

O STF ainda vai julgar a causa principal, que envolve uma questão gravíssima: a integridade da soberania nacional versus o princípio federativo", sustentou.

O ministro Eros Roberto Grau foi mais enfático ao demonstrar o desapreço pelas declarações de Tarso: "*A prudência não recomenda um comentário desse tipo*", afirmou. (CBRAZ, N° 16.404)

Jornal do Brasil, n° 08
Rio de Janeiro, RJ – Quarta-feira, 16.04.2008

Raposa Serra do Sol

Exército Questiona Tamanho de Reserva – Lula pede à AGU que Trabalhe Junto ao STF para Manter o Decreto

[Guilherme Botelho]

O Presidente do Clube Militar do Rio de janeiro, General Gilberto Barbosa Figueiredo, justificou a ausência do Exército na operação da Polícia Federal [PF] denominada Upatakon III, que visa retirar todos os não-indígenas da reserva Raposa Serra do Sol, questionando o tamanho da área.

"*O Exército não é contra a Polícia Federal*" – afirma o General Figueiredo.

> O Exército é contra pegar uma área do Brasil e dizer que não-índio não pode. É uma área imensa para uma pequena população. Os arrozeiros que trabalham e produzem também são brasileiros e também devem ter seus direitos garantidos".

A reserva Raposa Serra do Sol, localizada no nordeste do Estado de Roraima, tem 1,7 milhão de hectares. Ela foi oficializada durante o primeiro governo Lula, mais precisamente em 2005.

A decisão foi tomada após vários estudos terem sido feitos pelo governo. O General organiza de hoje até sexta o seminário "*Brasil, Ameaças à sua Soberania*".

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recomendou ontem ao advogado-geral da União, José Antônio Toffoli, que trabalhe para convencer os ministros do Supremo Tribunal Federal [STF] a manter o tamanho e o formato atual da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Outro grande problema causado pela demarcação de uma área contínua é o medo que ela afete a soberania nacional, já que a reserva faz fronteira com dois países: Guiana e Venezuela.

O General Figueiredo afirma que, grande parte dos especialistas, no Amazonas, acreditam no modelo de demarcação por ilhas.

– Dessa maneira, poderíamos manter a presença de dezenas de pequenos agricultores.

Desde sua homologação, os produtores de arroz da região tem entrado com diversas ações na justiça, questionando a decisão do STF.

Em junho do ano passado, o STF declarou a homologação legal e, desde então, o Governo Federal recebeu a determinação de que ela fosse comprida.

A Polícia Federal entrou como braço direito do governo, cumprindo ordens.

Num primeiro momento, o objetivo da operação Upatakon III era a retirada de não-índios da reserva.

Depois do protesto de vários produtores de arroz, o STF, pressionado pelo governo de Roraima, aceitou o pedido para suspender a operação.

Agora, o objetivo da PF e da Força Nacional de Segurança é garantir a ordem pública e a segurança dos índios. (JDB, N° 08)

Jornal do Brasil, n° 10
Rio de Janeiro, RJ – Sexta-feira, 18.04.2008

Os Militares e a Política

Coisas da Política

[Mauro Santyana]

É necessário que o bom senso venha a prevalecer na Questão de Roraima. O Senado devia ser o centro do entendimento, mas os senadores da região estão ocupados em coisas menores.

O descontentamento militar para com a demarcação em área contínua da Reserva Raposa Serra do Sol deve ser entendido e provocar uma reflexão mais profunda, tendo em vista todos os aspectos do problema. Enquanto se espera a decisão que o Supremo Tribunal Federal vier a adotar, é bom que o presidente e seus ministros continuem a negociar com todos os interessados.

O Congresso, desde o famoso Consenso de Washington, parece ter abandonado o seu principal dever, que é o de garantir a integridade do território nacional.

Ao contrário disso, abriram-se as fronteiras setentrionais para a invasão das ONGs – em continuidade a um projeto antigo, do qual foi braço importante o senhor Nelson Rockfeller. Há, sobre o assunto, livro importante, de Gerard Colby e Charlotte Dennet [Thy will be done ([20])].

[20] O livro "*Seja feita a Vossa Vontade*", da lavra dos jornalistas americanos Gerard Colby e Charlotte Dennett, narra, sem muita repercussão no país, os métodos e o avassalador número de violações pepetrados pelos EUA com o intuito de levantar e controlar os recursos do subsolo brasileiro.

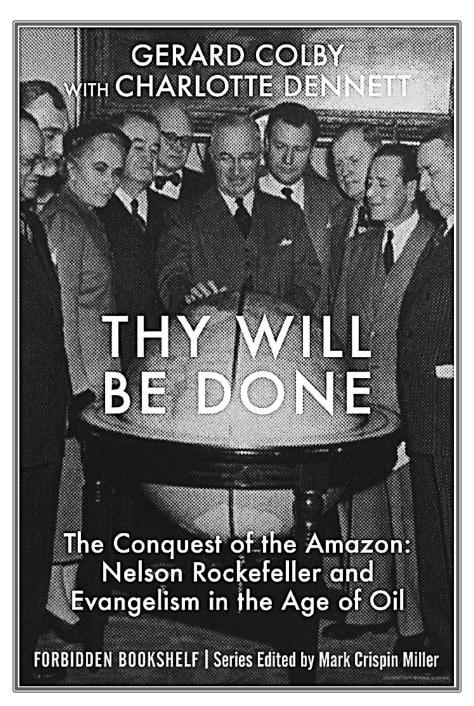



Imagem 36 – Thy Will be Done – G. Colby e C. Dennet

É preciso que sejam expulsos da área os agentes provocadores estrangeiros, membros de ONGs que ali atuam, em franca violação da soberania nacional.

A Igreja Católica pode compreender a necessidade de que a faixa de fronteira fique sob ocupação militar ostensiva e permanente, e que a demarcação em ilhas – respeitando a ocupação histórica das tribos – é a solução lógica. A tese e a de que a cultura autóctone deve ser preservada. Ela exigiria que os missionários de qualquer culto deixassem os índios com seus próprios deuses. Não há violação mais forte contra a identidade de um povo do que a de lhe trazer deuses estranhos. Não tem faltado defensores apaixonados da globalização da causa indígena, mas tem faltado defensores da soberania nacional.

Em 1900, ao defender a causa do Brasil na Questão de Limites com a Guiana, Joaquim Nabuco [que nunca foi nacionalista extremado], lembrou que a Inglaterra havia mandado para a fronteira de sua colônia com o Brasil o pastor missionário Thomas Youd, ainda em 1838. O evangelista se estabeleceu entre os Macuxis da região de Pirara, e essa presença serviu de pretexto para que, quatro anos mais tarde, a Inglaterra invadisse o território brasileiro com um contingente militar comandado pelo mercenário alemão, investido de cientista, Robert Hermann Schomburgk. O governo britânico pedira ao governo brasileiro passaporte que autorizasse ao cientista que, nas pesquisas que faria na região, entrasse em território nacional.

A nossa boa-fé funcionou, e Schomburgk hasteou a bandeira britânica nas nascentes do Rio Essequibo.

Em consequência de nossa negligência durante o governo da Regência, perdemos dois quintos do território em litígio com os ingleses, com o laudo de arbitragem do rei da Itália em 1904.

Estamos agora, no caso da Raposa Serra do Sol [a mesma região], entrando pelo mesmo caminho e podemos até mesmo perder o que nos sobrou há um século. Os Macuxis – os mesmos que foram na conversa do pastor e do mercenário – estão sendo agora seduzidos pelas ONGs, pelos novos missionários protestantes, e pelo CIMI. A questão básica de Roraima é a soberania brasileira sobre o território que nos foi legado pela História.

O governo do presidente Lula naturalmente levará em conta que os governos, os partidos e todos nós somos efêmeros, mas que uma nação se merece existir se existir com o compromisso de permanecer para sempre. Outro aspecto é o do pacto federativo.

O governo passado, aproveitando-se de circunstancias conjunturais, decidiu a demarcação da Reserva – que em projeto do governo Collor, conforme confessou o senhor Sidney Possuelo, então superintendente da FUNAI.

Já dissemos, neste espaço, que foi um erro converter os antigos territórios fronteiriços em Estados. Não havia neles cultura sedimentada que autorizasse a autonomia, nem tradições históricas de autogoverno. Mas sendo Roraima um Estado, tem todos os direitos do pacto federativo.

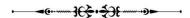
O terceiro aspecto – que se amarra aos interesses ingleses do século XIX – é o da atualidade geopolítica.

O "*New York Times*", o mais liberal [no léxico político clássico e não em seu significado econômico atual] dos diários americanas, acaba de fazer apelo à maioria democrática do Congresso para que aprove novo tratado com a Colômbia. O argumento – nele atentemos – é o de que é importante a presença dos Estados Unidos em uma região em que os seus interesses estão sendo ameaçados pela queda da credibilidade do governo Bush.

O jornal não nomeia quem rejeita a presença americana na área, mas é certo que estamos entre os que gostariam de que não se imiscuíssem na América Meridional.

Alguns militares exageraram, ao dizer que, servindo ao Estado, não devem estar submetidos ao chefe de governo. Mas a sua angústia, diante das perspectivas do mundo, é explicável.

Fronteiras Sangrentas

[José Sarney – Ex-presidente da República]

Muito se tem censurado o Supremo Tribunal Federal por estar legislando. Na nossa democracia cabe ao Judiciário ser não somente o fiscalizador dos outros poderes, mas harmonizar os conflitos que possam romper o equilíbrio institucional.

Graças a essa atribuição, podemos prescindir do Poder Moderador que no Império foi exercido pelo imperador e na República, pelas incursões das Forças Armadas.

A tradição brasileira, ao contrário da americana, é não ter conflitos entre o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. O mesmo não aconteceu entre o Poder Executivo e os outros dois. O Legislativo foi fechado algumas vezes e o Judiciário podado de ministros e de atribuições, chegando Vargas a nomear o presidente do Supremo e anular uma sentença por decreto.

Nos Estados Unidos foi a Corte Suprema – lá também acusada de legislar – que resolveu o problema dos direitos civis e a segregação nas escolas. O resultado foi o fim do apartheid que ameaçava dividir o país.

Nossa Constituição de 88 é detalhista em muitos temas, mas vazia em outros. Cabe ao Supremo viabilizá-la na direção dos interesses maiores da pátria e do Estado de direito. Para isso recebeu a sagrada missão de "*guardar a Constituição*".

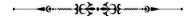
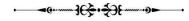
Só ele poderá evitar a hipertrofia de alguns setores que hoje se expandem em busca de ocupar espaço e exercer poderes que não tem, violando direitos individuais e criando ameaças ao Estado de direito. Só o Supremo pode conter isso.

Um teste, agora, objetivo e atual, é o da reserva Raposa Serra do Sol. Até onde pode um Estado ter o seu território dividido e ocupado, ou, como acontece em Roraima, não ter terra nenhuma porque todas são da União e estão repartidas?

Nossas Fronteiras são de Todos os Brasileiros, Pardos, Brancos, Negros e Índios?

Outro assunto sensível, que diz respeito à soberania, é a existência de reservas indígenas em faixas de fronteira. Quando eu era presidente não permiti demarcar reservas na fronteira, mas fizemos reservas isoladas e descontínuas que resguardavam a soberania nacional e conjuravam as cassandras do Pentágono, que diziam ser um conflito do futuro da humanidade as "*nações indígenas*" da Amazônia. O governo que me sucedeu revogou minha decisão.

O artigo primeiro de nossa Constituição coloca entre os fundamentos do Estado democrático de direito, em primeiro lugar, a soberania. O STF tem o dever irrecusável de defendê-la. Ela é a pátria. Nossas fronteiras são de todos os brasileiros, pardos, brancos, negros e índios. Temos fronteiras de paz com dez países. Não podemos imaginar que por nosso erro elas se tornem fronteiras sangrentas. (JDB, N° 10)

Correio Braziliense - n° 16.407
Brasília, DF – Sábado, 19.04.2008

Raposa Serra do Sol
Líderes de Tribos vão ao Planalto e Cobram Retirada dos Arrozeiros da Reserva em Roraima – Militares Apoiam Críticas do General Heleno

Pressão de Todos os Lados

Em meio a uma ácida controvérsia entre o Comandante militar da Amazônia, General Augusto Heleno Pereira, e o Palácio do Planalto sobre a condução da política indigenista do governo federal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem a líderes indígenas que está determinado a manter a demarcação em terra contínua da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. O General Heleno chamou a política do governo para a área de "*lamentável, para não dizer caótica*" e advertiu sobre possíveis riscos à segurança nacional da demarcação da reserva em faixa de fronteira.

Os índios estiveram no Planalto para entregar o documento final do 5° Acampamento Terra Livre, montado no gramado central da Esplanada dos Ministérios. No texto, eles fazem críticas aos três poderes e se dizem vítimas de discriminação e preconceito.Os índios afirmam, no documento, que "*o governo tem feito esforços significativos, mas continua submetido à pressão de interesses econômicos e políticos que sempre mandaram nesse país, criando situações que acarretam a grave crise no atendimento da saúde indígena e da violência contra os povos indígenas*".

O texto também traz uma crítica explícita à liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal [STF] Carlos Ayres Britto, que suspendeu a operação policial de retirada de não-índios da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. O texto afirma que "*esta decisão liminar do Supremo é inédita por possibilitar que invasores continuem usurpando o direito territorial dos povos indígenas, agindo com violência e com atos flagrantemente criminosos, que colocam em questão a convivência social, o Estado de Direito e a autoridade do governo brasileiro*". Os índios também criticam a demora na tramitação do Estatuto dos Povos Indígenas, parado há 13 anos no Congresso Nacional.

Lula e Militares

Lula afirmou que a "*parte do governo está feita*" e que a retirada dos não-índios depende agora do STF. O presidente se dispôs a procurar os ministros do tribunal para defender a posição do governo – e orientou os líderes indígenas e o presidente da FUNAI, M. Meira, a também conversar com os magistrados.

Meira e líderes indígenas rebateram, também, as críticas do General Heleno Para eles, não há risco à soberania do Estado brasileiro, porque muitos índios servem ao Exército do país.

"*O movimento indigenista não é ameaça à soberania do país. É preciso que os militares revejam essa posição equivocada sobre as áreas de fronteira. Eles estão querendo jogar a sociedade contra os indigenistas*", afirmou o cacique Marcos Xucuru. Segundo o presidente da FUNAI, a política indigenista brasileira – que completará 100 anos em 2010 – tem cumprido o seu papel, inclusive com o aumento da população índia no país. Meira disse que na década de 70 eram 250 mil índios em território brasileiro e hoje esse número chega a um milhão.

O Clube Militar divulgou nota afirmando apoiar as declarações do General Heleno. Segundo a nota:

> é estranho o presidente da República pedir explicações sobre o caso. Não me consta que tenha adotado o mesmo procedimento quando ministros do seu partido contestam publicamente a política econômica do governo.

O documento é assinado pelo General Gilberto Barbosa de Figueiredo, Presidente do Clube Militar. O Clube da Aeronáutica também divulgou nota oficial na qual disse que vai apoiar o comandante até as "*últimas consequências*".

No início da noite, o General Heleno se reuniu com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e com o comandante do Exército, Enzo Peri, por pouco mais de uma hora. "*Ouvi as explicações do General e a questão está superada*", disse Jobim, acrescentando que já havia relatado o encontro ao presidente Lula. (CBRAZ, N° 16.407)

Correio Braziliense - n° 16.410
Brasília, DF – Terça Feira, 22.04.2008

Polêmica de Má-fé

[Antônio Machado]

A polêmica da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, no extremo norte do país, em Roraima, na fronteira com Venezuela e Guiana, reavivada pelo General Augusto Heleno, Comandante Militar da Amazônia, em seminário sobre o tema "*Brasil, ameaças à sua soberania*", no Clube Militar, está no ar há mais de três décadas.

O debate de fundo não é sintoma de "*visão racista e intolerância cultural*", como afirmou o presidente da Fundação Nacional do índio [FUNAI], Márcio Meira. Ou que a política indígena é "*lamentável*" e "*caótica*", como disparou o General. Ou, ainda, que a formação da reserva foi uma "*bela obra jurídica e política*", a ideia do ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, em cuja gestão se deu a homologação da Raposa Serra do Sol pelo presidente Lula, em 2005.

O que três décadas de desacordo e desarmonia atestam é a completa incapacidade de as forças políticas fazerem cumprir a Constituição como patrimônio de todos os brasileiros. A pretexto de se promover o bem o que mais se tem promovido é a desagregação nacional, numa cena em que dramática é a ausência do Estado – que excede em poder em Brasília e é fraco como um cordeirinho onde sua presença se faz mais necessária, como os territórios indígenas, as áreas rurais de assentamento agrário e as zonas degradadas dos centros urbanos.

Nestas dominam o tráfico e milícias. Naquelas, grupos políticos travestidos de movimentos sociais, como o MST, e cresce uma tal de Liga dos Camponeses Pobres, para quem o governo Lula é do FMI.

PCdoB e PSTU fazem o "*jogo dos traidores*" e Chávez é "*marionete de burgueses*": Deus do céu!

Em terras indígenas, ONGs ambientalistas, muitas do exterior, circulam à vontade. Comum a tais grupos opacos é a captura dos órgãos públicos afins, como o INCRA pelo MST, a FUNAI pelas ONGs e a polícia pelo crime. Os problemas da Raposa Serra do Sol não deveriam durar um minuto nos gabinetes dos governantes, se prevalecesse o bom senso e atos governamentais não fossem tomados de costas para o Congresso e a sociedade. Sua área, de 1.678 milhão de hectares, equivale à soma de Portugal e Bélgica.

Tamanha extensão foi decidida por um grupo de antropólogos da FUNAI, em 1977, para atender não mais que 8 mil a 17 mil índios, nem isso se sabe bem, de quatro grupos étnicos.

Utopia do Índio Nu

É muita terra para pouca gente. O laudo antropológico foi buscara ancestralidade da presença indígena e considerou a extensão tida como necessária para os hábitos de caça e pesca, isso quando o que pleiteiam líderes indígenas são meios para se manter com autonomia e acessar as facilidades da sociedade de consumo. É utopia o índio selvagem, nu, dormindo em rede. Mas não é isso o busílis ([21]). Políticos, sociedade civil de Roraima e as Forças Armadas pedem menos de 10% da área demarcada, excluindo fazendas e uma faixa de 15 km de fronteira, aí incluída uma vila. Disputa-se pouco para o circo armado. E nem é rever, mas corrigir os erros de demarcação como propôs a Comissão Especial criada pela Câmara em 2004. É isso o que cabe agora o Supremo Tribunal Federal dirimir.

Está mal de Cabeça

Formada por 13 deputados federais e seis consultores técnicos da Câmara, o relatório final dessa Comissão é o que melhor havia para subsidiar as discussões sobre a Raposa e Serra do Sol. O governo a ignorou.

Houve a preocupação de excluir deputados de Roraima da Comissão. A relatoria foi entregue a um deputado insuspeito para a causa indígena: Lindberg Farias, prefeito de Nova Iguaçu pelo PT, ex-presidente da UNE, e ex-militante do PCdoB e do PSTU. O que disse Farias em seu relatório. Que "*apenas 7,2 % das terras de Roraima estão disponíveis para exploração econômica, segundo dados da EMBRAPA*".

[21] Busílis: cerne da questão.

“*O arroz produzido alimenta uma população de 2 milhões de pessoas*” no Norte. “*A área cultivada representa só 0,6% da reserva*” Se o governo lutar por tais 0,6%, ***está mal de cabeça***.

Quem faz Terrorismo

Os dados de Farias dão uma pista de quem faz terrorismo em torno da reserva da Raposa Serra do Sol, cuja área não é contestada, mas sua extensão, e a ausência de discussão das preliminares do grupo de antropólogos que propôs sua demarcação, aceita de peito aberto pelo governo FHC em 1998.

O ministro da Justiça da época, Nelson Jobim, hoje ministro da Defesa de lula [sempre os mesmos], cometeu o que foi interpretado como um deslize técnico: aceitou o laudo, mas mandou refazer a demarcação para excluir fazendas e cidades.

O ministro só podia recusar ou aceitar o laudo em sua íntegra. O seu sucessor, hoje senador Renan Calheiros, baixou outra portaria, cujos termos foram homologados por Lula e o STF mandou suspender a sua aplicação até que julgue recurso do governo de Roraima.

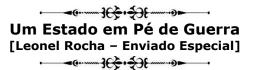
Na meia-luz desse debate há também a resolução das Nações Unidas, assinada pelo governo Lula em setembro do ano passado, que trata do direito dos povos indígenas à sua autodeterminação. A resolução afirma que os povos indígenas podem criar instituições políticas, sociais, econômicas e jurídicas próprias, além de vetar operações militares em seus territórios.

A declaração não é um marco legal obrigatório, mas abre caminho para um texto mais forte, este sim compulsório aos países membros da ONU: a Convenção Internacional para os Povos Indígenas.

***__Lula__ __Também__ __não__ __Sabe__ __de__ __Nada__ __Disso__*?** Problema das Reservas Indígenas é Mais de Ausência do Estado Onde ele se faz Mais Necessário! (CBRAZ, N° 16.410)

Correio Braziliense - n° 16.425
Brasília, DF – Quarta-Feira, 07.05.2008

Um Estado em Pé de Guerra

[Leonel Rocha – Enviado Especial]

Boa Vista – Roraima é um estado em pé de guerra. De um lado, os quase 19 mil indígenas que exigem a total desocupação da reserva Raposa Serra do Sol por não índios. Do outro, seis grandes produtores de arroz, pecuaristas, pequenos e médios fazendeiros, comerciantes e moradores de dois municípios.

Ontem, a Polícia Federal prendeu o produtor de arroz, Quartiero, que também é prefeito de Pacaraima. Ele foi acusado de formação de quadrilha, ocultação de armas e bloqueio de vias públicas. Segundo a PF, o fazendeiro teria mandado seguranças de sua fazenda, localizada dentro da reserva Raposa Serra do Sol, atirar em 10 índios que tinham invadido a propriedade para instalar malocas. Esta é a segunda prisão de Quartiero nesse episódio. A primeira, há pouco mais de um mês, foi porque interditou estradas da região.

Imagens feitas por um índio no embate da última segunda-feira mostraram seguranças encapuzados disparando com armas pesadas e arremessando bombas de fabricação caseira. O ministro da Justiça. Tarso Genro, e o diretor geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, sobrevoaram ontem a área da Raposa Serra do Sol e pediram rigor na manutenção da ordem.

Imagem 37 – Correio Braziliense n° 16.425, 07.05.2008

Liderados por Quartiero, presidente da associação dos rizicultores, os fazendeiros contrataram um exército de seguranças. Também construíram barricadas nas porteiras das fazendas. Os não índios instalados na região se recusam a deixar a área de 17 mil km^2 definida pelo governo como território das tribos Macuxi, Ingaricó, Wai-Wai, Patamona e Taurepang.

Os índios Yanomami vivem em outra reserva, na região oeste do estado, já demarcada em 1992. Os líderes indígenas garantem que já mobilizaram mais de 5 mil guerreiros para a batalha pela reserva. O governador do estado, José de Anchieta Jr, esteve ontem em Brasília e entrou com ação no Supremo Tribunal Federal solicitando alteração no perímetro da reserva indígena e a suspensão do decreto de demarcação da terra em áreas contínuas ou não. O julgamento do Supremo está previsto para junho.

Na área rural, a situação é de tensão. Por orientação do Conselho Indigenista de Roraima, organização não-governamental ligada à Igreja Católica, os índios decidiram não esperar a decisão da Justiça e voltaram a ocupar as fazendas de arroz para construir novas malocas. A tática de guerra reacendeu os confrontos.

Bebida

A primeira medida tomada pelos tuxauas para a "*prontidão*" das 170 pessoas da comunidade do Barro foi a proibição do consumo de álcool. Segundo a índia Ana Lúcia da Silva, esse é um dos principais problemas enfrentados nas aldeias: [...] "*Nós não vamos recuar um centímetro da nossa terra. Vamos lutar até o último índio*", avisa Ed Alves [...]

Os da comunidade do Barro, antiga Vila Surumu, na zona rural do município de Pacaraima, assistem, irritados, a passagem das carretas que estão retirando a safra de arroz. Na negociação com fazendeiros e representantes dos governos e da Justiça há alguns anos para demarcação das terras, os índios aceitaram deixar a cidade de Normandia, fora do perímetro da reserva. Agora, não querem abrir mão de Pacaraima e Uiramutã.

Prisão

Os arrozeiros também estão irredutíveis. Eles não aceitaram o valor da desapropriação oferecido pelo governo federal porque consideraram muito baixo.

Em Pacaraima, por exemplo, cidade implantada nas reservas Raposa Serra do Sol e São Marcos, o prefeito Quartiero, entrevistado pelo Correio 5 dias antes de ser preso pela Polícia Federal, não vê solução pacífica para o impasse.

"*Para resolver o problema, só se o governo federal instalar um crematório coletivo para acabar com a população não indígena nas cidades que estão dentro das reservas*", exagera ele. O arroz responde por 6% do Produto Interno Bruto do estado [PIB]. O produto é o principal item da pauta de exportação de Roraima. Com um patrimônio de R$ 53 milhões e duas fazendas com 9,2 mil hectares,

Quartiero contratou segurança privada equipada com motos e caminhonetes que vigiam as plantações e as sedes das propriedades. Para resistir aos índios, os produtores rurais também utilizam um bem articulado sistema de comunicação, com telefonia celular instalada em postos das prefeituras nas zonas rurais.

No portão da fazenda Depósito, Quartiero construiu uma barricada digna de uma guerra de verdade. "*Os líderes indígenas são ventríloquos de ONGs internacionais e manipulam o resto da tribo. Também existem muitas autoridades envolvidas no entreguismo do território*", acusa o fazendeiro.

A FUNAI e a Advocacia-Geral da União entraram com ações no Supremo pedindo o desarmamento dos fazendeiros.

Os produtores de arroz alegam que chegaram à região no início da década de 1970 e compraram as terras de antigos fazendeiros. Eles produzem hoje cerca de 160 mil toneladas do produto por ano em uma área pretendida de 100 mil hectares, na borda sul da reserva Raposa Serra do Sol, às margens do Rio Surumu.

A região é considerada a melhor em terras e com maior facilidade para a utilização da água na irrigação do arroz. A disputa por terras em Roraima é apenas um dos motivos do conflito armado entre fazendeiros e índios.

A batalha principal, real e ainda surda, envolve os mesmos personagens, as ONGs ambientalistas internacionais e brasileiras, além das Forças Armadas, e tem como foco de interesse a exploração dos minérios estratégicos, as imensas fontes de água, o aproveitamento das terras raras e a biodiversidade do monumental lavrado roraimense. [...] (CBRAZ, N° 16.425)

CORREIO BRAZILIENSE

QUINTA-FEIRA

www.correiobraziliense.com.br

R$ 2,00

CRISE FUNDIÁRIA

Ministro da Justiça orienta Polícia Federal e Força de Segurança Pública a evitarem novos confrontos entre índios da reserva Raposa do Sol, em Roraima. Medida atinge todo o estado, inclusive a capital

PF intensifica desarmamento

TARSO: "ESTOU CONVENCIDO DE QUE NÃO VAI HAVER CONFLITO. SÃO DOIS ARROZEIROS QUE FAZEM SABOTAGEM E USAM A PISTOLAGEM"

Imagem 38 – Correio Braziliense n° 16.426, 08.05.2008

Correio Braziliense - n° 16.426
Brasília, DF – Quinta-Feira, 08.05.2008

PF Intensifica Desarmamento
[Leonel Rocha – da Equipe do Correio]

Ministro da Justiça Orienta Polícia Federal e Força de Segurança Pública a Evitarem Novos Confrontos Entre Índios da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. Medida Atinge Todo o Estado, Inclusive a Capital.

A Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança Pública vão intensificar a operação de desarmamento, deflagrada na segunda-feira em Roraima quando seguranças da fazenda Depósito atiraram e feriram pelo menos 10 índios. O objetivo da determinação do ministro da Justiça, Tarso Genro, é evitar novos confrontos entre índios da reserva Raposa Serra do Sol e fazendeiros.

O dono da fazenda, Paulo Cezar Quartiero, que também é prefeito de Pacaraima, foi preso com mais sete funcionários e transferidos para a prisão da PF em Brasília. O grupo foi indiciado pela polícia por formação de quadrilha e porte ilegal de armas.

TARSO: *"ESTOU CONVENCIDO DE QUE NÃO VAI HAVER CONFLITO. SÃO DOIS ARROZEIROS QUE FAZEM SABOTAGEM E USAM A PISTOLAGEM"*

O ministro ressaltou que a medida repressiva não é apenas para evitar confronto entre fazendeiros e indígenas. Mas vai atingir todas as regiões do estado, inclusive a capital Boa Vista. Genro não acredita no agravamento do conflito que já deixou feridos e equipamentos públicos como pontes e estradas destruídos por funcionários dos produtores rurais. "*Estou convencido de que não vai haver conflito. São dois arrozeiros que fazem sabotagem e usam a pistolagem*", comentou Tarso. O ministro reforçou o efetivo da Polícia Federal no local.

Tarso Genro não quis definir a posição do governo no conflito. Mas ressaltou que a definição do perímetro da reserva Raposa Serra do Sol e sua demarcação em terras contínuas é uma demanda histórica dos índios.

Ele admitiu, no entanto, que o governo vai cumprir rigidamente o que for determinando pelo Supremo Tribunal Federal [STF] que está julgando ação questionando a área demarcada para os indígenas.

A Advocacia-Geral da União defendeu no Supremo a demarcação das reservas em áreas contínuas e na fronteira do Brasil com a Venezuela e Guiana. O ministro sobrevoou anteontem a área da reserva Raposa Serra do Sol acompanhado do diretor-geral da PF Luiz Fernando Corrêa. Ontem, ele disse que somente poucos indígenas que são empregados dos fazendeiros discordam da demarcação das terras como foi feita.

Depois da visita do ministro, o grupo de quase 100 índios que tinha entrado na fazenda Depósito para instalar novas malocas deixou o local para aguardar a definição do Supremo, que só deve julgar a questão em junho. Depois de se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Justiça anunciou que o governo vai acelerar a implantação de pelotões em toda a fronteira Amazônica. Junto com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, Tarso vai apresentar ao presidente Lula um decreto de programação para a instalação de mais postos militares na fronteira Essa, aliás, é uma das mais antigas reivindicações dos comandantes militares que consideram a fronteira Norte desguarnecida e carente de representações de outros ministérios para o atendimento de índios e ribeirinhos.

Supremo

O ministro Carlos Ayres Brito, relator no Supremo das ações que questionam a demarcação contínua da reserva Raposa Serra do Sol, classificou de preocupantes os confrontos armados na região.

Ele ressaltou que o papel do STF será apenas o de julgar a legitimidade do sistema demarcatório. "*Estamos apenas discutindo a legitimidade do sistema demarcatório. Se ele é formal e válido ou não*", ponderou.

Britto disse ainda que, pela complexidade do caso, está empenhado em concluir seu voto até o final da semana liberando o processo para entrar na pauta de julgamento do plenário. "*Estou focado nesse trabalho. A questão não é simples, é complexa*", ressaltou. Ao todo, já foram ajuizados 33 processos tratando do tema no tribunal. O ministro disse que pretende proferir um voto que resolva todas as pendências e anunciou que deseja concluir o trabalho para que o caso seja julgado ainda este mês. [...]

Um documento pericial chegou a ser elaborado e apontou falhas processuais e formais na elaboração do laudo antropológico. Ontem a comissão de Defesa Nacional da Câmara criou um grupo especial para visitar a área do conflito. (CBRAZ, N° 16.426)

Correio Braziliense - n° 16.429
Brasília, DF – Domingo, 11.05.2008

Governador de Roraima Aponta Interesses Internacionais na Questão da Demarcação de Reservas Indígenas e Também Critica o Planalto

[Leonel Rocha – Enviado Especial]

Boa Vista – O governador de Roraima, o engenheiro civil José de Anchieta Júnior [PSDB], foi eleito como vice, mas assumiu o cargo em dezembro com a morte do titular Ottomar Pinto, o brigadeiro que dirigiu o estado por três vezes, uma delas como administrador do antigo território.

Ex-secretário de Obras, aos 43 anos o cearense Anchieta está no meio de uma guerra que envolve os fazendeiros instalados na região e as comunidades indígenas que exigem a desocupação de suas terras já demarcadas. Ele identifica interesses de corporações internacionais, nos minerais estratégicos do subsolo do estado, como pano de fundo dessa guerra.

"*Não podemos permitir que organizações internacionais e interesses estrangeiros venham dizer o que temos que fazer com nossa riqueza*", reclama. O governo de Roraima só tem o domínio sobre menos de 10% de suas terras.

O restante é da União, definidos como reservas indígenas e áreas de preservação ambiental. Depois dos últimos confrontos entre índios e seguranças dos fazendeiros, na segunda-feira da semana passada, que resultou na prisão do rizicultor e prefeito de Pacaraima, Paulo Cezar Quartiero, Anchieta esteve em Brasília e impetrou ação no Supremo Tribunal Federal [STF] pedindo a revisão da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol e ajuda política para resolver o impasse. Aproveitou para interceder junto a autoridades em favor do amigo preso.

Aborrecido com o governo Lula, que apoia a demarcação da reserva indígena em áreas contínuas, foi o único governador do Norte ausente na solenidade no Palácio do Planalto que lançou o Plano Amazônia Sustentável [PAS] na quinta-feira. Leia abaixo, a entrevista que concedeu ao Correio em Boa Vista.

É Soberania Nacional Sim

Repórter: O senhor considera que o maior problema de Roraima é de indefinição fundiária e não apenas uma questão ambiental ou de demarcação de áreas indígenas?

Anchieta: É um somatório de fatos. A questão indígena é um problema, a questão fundiária é outro. Eles estão sobrepostos. É preciso definir claramente o que seria a área ideal para as comunidades indígenas. Na realidade, o que o índio quer hoje não é terra, ele não precisa de mais terra. Eles precisam é de dignidade, de cidadania. Considerando todas as reservas já demarcadas no estado, cada índio terá direito a uma área média de 250 hectares. O que um índio sozinho vai fazer com 250 hectares?

Repórter: Mas não é comum que isso aconteça, já que as dimensões das fazendas na Amazônia são gigantescas?

Imagem 39 – Correio Braziliense n° 16.429, 11.05.2008

Anchieta: E por que essa relação desses benefícios vai priorizar os índios?

Repórter: Mas os índios alegam que também podem ser grandes fazendeiros, como empresários do setor os são.

Anchieta: Eu acredito que possam ser. Mas integrados dentro de uma convivência com os não índios. Se a comunidade não índia já requer um apoio institucional para se desenvolver, imagine os indígenas. Não é o governo federal que dá sobrevivência para os índios das áreas demarcadas. É o governo estadual que leva educação, saúde, manutenção de estradas, energia. Das 406 escolas estaduais, 200 estão nas reservas. Nós levamos energia a mais de 100 comunidades e isso gera um déficit na companhia energética de Roraima porque os índios não são obrigados a pagar. O governo federal não ajuda com um centavo.

Repórter: Roraima tem condições de adotar programas de desenvolvimento com tanta área de preservação e reserva indígena?

Anchieta: Não. Nós já temos aí cerca de 50% do nosso estado comprometido com as reservas. O que estamos lutando, especificamente com relação à TIRSS, é por uma revisão dessa demarcação. Na visão do estado, o ideal seria aquela área proposta pelo então ministro Jobim na época do presidente Fernando Henrique, com a demarcação em ilhas. Da forma que foram feitas, as demarcações comprometem nosso desenvolvimento.

Repórter: Como?

Anchieta: Principalmente porque há uma coincidência que nos deixa uma interrogação muito grande, que é a superposição dos mapas nessas demarcações indígenas com as incidências das maiores riquezas naturais e minerais. Se já começamos limitando uma área onde você proíbe e coíbe a presença do estado, que são exatamente as áreas do subsolo, as maiores riquezas, já compromete nosso desenvolvimento.

Repórter: O senhor acredita que a verdadeira disputa aqui no estado seja essa, e não apenas por áreas de preservação ambiental ou reservas indígenas?

Anchieta: Eu não tenho dúvidas. Esse interesse internacional em preservar essas áreas aqui é por uma reserva mineral para o futuro. Se nós, brasileiros, tivéssemos essa consciência de explorarmos nossas riquezas minerais, iríamos desestabilizar a economia do mundo, lastreada na cotação do ouro.

Repórter: Então, as autoridades da região acreditam que há, de fato, interesses inconfessáveis de nações estrangeiras sobre essas áreas estratégicas da Amazônia?

Anchieta: Isso é um consenso. Estamos buscando a união dos governadores e parlamentares da Amazônia para debater esse assunto.

Nós já propusemos lá na Inglaterra, na semana passada, a criação de um fórum dos governadores da Amazônia para tratar do tema. Primeiro, temos que unificar nosso discurso.

Também precisamos do apoio do governo federal, porque ele, de fato, é quem tem legitimidade para representar esses interesses e definir uma legislação ambiental que nos dê segurança.

Repórter: Há o tal risco à soberania nacional com as demarcações de terras indígenas do jeito que foram feitos?

Anchieta: O risco existe e é grande. As Forças Armadas tiveram um posicionamento claro. O General Heleno [Comandante Militar da Amazônia] não brincou quando falou daquela forma [ele afirmou em discurso no Clube Militar que havia risco à soberania com a demarcação de terras indígenas em áreas contínuas na fronteira norte do país e classificou a política indigenista do governo de "*caótica*"].

O General teve todo o apoio do comando do Exército e dos representantes da região. É evidente que a gente não pode aceitar essa maneira equivocada de demarcações do governo federal, que sofre pressões internacionais para agir assim.

Repórter: Então, não é lenda essa história de que os estrangeiros estão de olho nos minerais estratégicos da Amazônia, não só de Roraima?

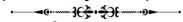
Anchieta: Não tenho dúvidas disso. Uma área com cerca de 6 milhões de km^2 de terras indígenas, não só as riquezas naturais, mas em função de toda a biodiversidade que temos aí como matéria-prima para as indústrias química e farmacêutica. Com certeza nós teremos aqui a solução medicinal de todas as doenças do mundo.

No momento, o caminho para solução é o da Justiça. Mas o que se precisa no segundo momento é de uma conscientização política da população brasileira para defender o seu patrimônio, sua terra, sem deixar que os interesses internacionais, as grandes potências, venham dizer o que nós devemos ou não fazer com o nosso patrimônio. Isso seria o caso de o seu vizinho dizer o que você tem que fazer com sua casa.

Repórter: O senhor acha que, tanto o governo federal quanto os governos estaduais da Amazônia, deixaram na mão de setores privados, como ONGs, a aplicação da política indigenista?

Anchieta: Isso começou há muitos anos, quando havia uma dependência muito grande do Brasil com o Fundo Monetário Internacional, com os bancos de desenvolvimento e da comunidade europeia. A dependência econômica provocou uma subserviência do governo em relação aos organismos internacionais.

A partir do momento em que o Brasil passou a crescer, começamos a dar um basta nisso. Está começando esse momento de nós revisarmos isso. E o que a gente precisa é uma conscientização política e, consequentemente, esse sentimento de civilidade, de brasilidade, tem que se estender a todo mundo. Nós não podemos mais permitir que as organizações internacionais, que o estrangeiro venha dizer o que a gente tem que fazer. [...]. (CBRAZ, N° 16.429)

Correio Braziliense - n° 16.431
Brasília, DF – Terça-feira, 13.05.2008

O Ofício de Insultar

[Jarbas Passarinho – Foi Ministro de Estado, Governador e Senador da República]

[...] O Exército [e falo nele porque é a ele que se pretende injuriar] teria dado todo apoio ao grande General Rondon se dele discordasse por não gostar de índio? Em exemplo pessoal, perdi um colega de turma que foi servir, nos idos de 1940, no então Território Federal do Oiapoque. Foi sequestrado pelos índios, próximo a Porto Velho, e desde então nunca mais dele se soube. Houve alguma expedição da sua unidade militar em represália? Nunca, porque entendíamos que os índios estavam defendendo sua terra e não tinham a mesma concepção nossa de costumes e tradições.

Onde se encontraram, da modernidade à contemporaneidade, razias ([22]) de militares contra aldeias indígenas? O exemplo de Rondon fortificava-se.

Quando tivemos militares, até recentemente prestando serviços à FUNAI, deles nunca se soube – mesmo porque não houve – a degradação que supera a dignidade humana de depravarem caciques, de usarem o poder para desfrutar de suas filhas e os recompensarem monetariamente. Nenhum representante do Exército está sendo julgado nas cortes de Justiça por vender madeira de lei de terras indígenas, ao mesmo tempo em que obtêm, por outros meios indecorosos, a aquiescência dos índios para tão miserável comportamento moral.

Sei, no entanto, de muitos civis que acham o Exército opressor dos índios – tidos e havidos como responsáveis quando negociam com tribos –, mas que se enriquecem e enriquecem caciques que, levados à condição de donos de aviões e automóveis caríssimos, mantêm os companheiros em malocas dominadas pela doença e pela corrupção. Quem fala mal dos militares, apelidando-os de inimigos dos índios, não conhece a história do país em que infelizmente nasceram.

---

[22] Razias: incursões visando a destruição e o saque.

A questão existe e não é devido ao Exército, mas à população como um todo. Ao Congresso, por exemplo, onde se encontra há décadas o Instituto do índio. É nele que saberemos quem é inimigo dos índios e patriotas por mero oportunismo.

O desamor ao Exército dá chance, a um intrigante, de aproveitar o que o Gen Heleno disse, sem cometer o menor equívoco, para envenenar as relações que, entre militares e índios, tem sido, se não exemplares no passado colonial, irrepreensíveis no momento em que, certo ou errado, competente General expressa sua apreensão pela demarcação de uma terra indígena em linha contínua.

E isso porque viu, do ponto vista estratégico, como é de sua responsabilidade, que tal demarcação pode abalar a segurança do Estado no local sob controvérsia. Do lado do Exército está a integridade da pátria, não as borras dos intrigantes, porque não sabem que mais de 20% do território brasileiro constam de reservas votadas sem a menor discrepância do Exército. (CBRAZ, N° 16.431)

Correio Braziliense - n° 16.433
Brasília, DF – Quinta-feira, 15.05.2008

Congressistas Negociam Proposta

[Leonel Rocha – da Equipe do Correio]

Parlamentares e Assessores do Governo Buscam Alternativa para Raposa Serra do Sol. Em Sessão na Câmara, Tarso Chamou Atitude de Fazendeiros de “*Terrorista*” e Recebeu Xingamentos de Bolsonaro

Congressistas e assessores do governo já começaram a negociar unta proposta alternativa para a demarcação de uma área definitiva da reserva indígena Raposa Serra do Sol, localizada no Nordeste de Roraima. Em sessão tumultuada ontem na comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, o ministro da Justiça, Tarso Genro, admitiu que governo e Congresso serão obrigados a negociar como aplicar a decisão a ser tomada pelo Supremo Tribunal Federal até junho, seja ela qual for se em terras contínuas como está hoje ou em blocos de grandes áreas. Deputados federais do estado também admitem manter as grandes áreas indígenas, desde que o Governo Federal aceite excluir quatro vilas do perímetro da reserva, reveja o valor das indenizações oferecidas aos fazendeiros e desloque as fazendas para outras regiões do estado.

Além de deputados federais e estaduais de Roraima, o governador do estado, José Anchieta Jr. também admite a manutenção da reserva nas atuais dimensões, desde que os produtores rurais, entre eles seis grandes rizicultores que possuem fazendas dentro da reserva Raposa Serra do Sol sejam realocados e melhor indenizados pelas benfeitorias que fizeram nas propriedades.

Segundo o deputado Márcio Junqueira [PSDB-RR], uma das propostas de acordo para o impasse é a retirada do perímetro da reserva as vilas Socó, Mutum, Água Fria e Surumu, localizadas nos municípios de Uiramutã e Pacaraima, além do reassentamento dos fazendeiros em outra região. Uma das opções para reassentar os fazendeiros é a zona que fica às margens dos rios Tacutu e Urariquera, região a 50 km da capital Boa Vista.

Além de deslocar fazendeiros, a proposta que está sendo negociada prevê a ampliação do valor proposto pelo governo para as indenizações.

Somente para o fazendeiro Paulo Cézar Quartiero, prefeito de Pacaraima e líder dos arrozeiros, a indenização pedida é de R$ 53 milhões, o que significaria o total investido no empreendimento até agora e sua atualização monetária. Quartiero chegou a ser preso acusado de desordem pública e formação de quadrilha. Mas foi solto ontem, após passar mais de uma semana na carceragem da Polícia Federal em Brasília.

Sessão

O ministro da Justiça, Tarso Genro, disse ontem durante audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, que alguns produtores de arroz instalados na área da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, tiveram atitudes "*terroristas*" ao tentar expulsar os índios das fazendas. "*Uma coisa é reclamar, resistir e até xingar o governo. Outra coisa é jogar bombas na Polícia Federal e atacar os indígenas*", reclamou Genro.

Durante toda a sessão o deputado Jair Bolsonaro [PP-RJ] provocou o ministro dizendo que ele é que é terrorista, além de mentiroso.

No final, o índio Jecinaldo Sateré Mané, dirigente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira [COIAB], em protesto, tentou jogar um copo de água no congressista que estava sentado à sua frente. (CBRAZ, N° 16.433)

Correio Braziliense - n° 16.436
Brasília, DF – Domingo, 18.05.2008

Sucessão de Erros
[Antônio Machado]

Na polêmica sobre a homologação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, no extremo norte de Roraima, o governo Lula, que acirrou o conflito ao desqualificar o argumento dos opositores da decisão e a recomendação da Comissão Externa criada pela Câmara, em 2004, para analisar o contencioso, refugiou-se atrás da Polícia Federal.

De algum modo caiu em contradição ao criminalizar o que também é um movimento social, só que de sinal contrário ao de grupos de Sem-Terras. Tipo MST, que invade fazendas, bloqueia a ferrovia da Vale em Carajás, no Pará, e só sai se o alvo do esbulho for à Justiça requerer mandato de reintegração de posse nem sempre cumprido pela Polícia Militar dos estados.

Em Roraima, ainda não tombou ninguém, mas a seriedade da questão indígena já há muito está tombada.

O governo abraçou a tese da Fundação Nacional do índio, FUNAI, a responsável pelo laudo antropológico em que se apoia a demarcação, e justifica o conflito com a versão simplista de confronto entre interesses de fazendeiros invasores e grupos indígenas. Não o é.

O outro lado, em que se perfilam as Forças Armadas, temerosas da autonomia dos territórios indígenas e, no caso, colado à Guiana e ao lado da Venezuela, acusa a ação de entidades estrangeiras, as tais ONGs, e a Igreja Católica de tramar contra a soberania.

É de fato suspeito que para cerca de 17 mil índios, um chute, pois ao governo nunca ocorreu recensear essa população, a FUNAI tenha proposto lá em 1992, no governo FHC, a demarcação de 1,7 milhão de hectares, área equivalente à soma de Portugal com a Bélgica.

A aceitação do laudo que substancia tal decisão, que vem da era FHC e se consuma no governo Lula, nunca foi pacífica.

Uma comissão de 4 peritos acionada pela Justiça Federal de Boa Vista fez picadinho desse laudo num longo e exaustivo parecer. Assina o laudo a antropóloga da FUNAI Maria Guiomar de Melo, que, em março de 2004, depôs na Comissão Especial da Câmara que tratou do assunto. Falou muito e convenceu pouco. Reconheceu falhas no laudo, mas as atribuiu a dificuldades de logística e a mudanças frequentes das regras de desapropriação de terras indígenas. Se fosse feito com os recursos atuais, de 2004, sugeriu, poderia o documento ser mais bem fundamentado.

Vícios e Omissões de Laudo da Funai Explicam e Acirram Conflitos na Raposa Serra do Sol

A esta altura parece que Lula se tornou refém de interesses de ativistas indígenas, ainda que nem os fazendeiros peçam o fim da reserva, apenas manter as suas fazendas, que ficam no extremo sul da área, sem intrusão das terras indígenas. O governo de Roraima, por sua vez, quer manter os municípios na reserva. São habitados também por índios, que defendem a demarcação por ilhas, excluindo poucas áreas urbanas, para que mantenham o estilo de vida a que se adaptaram ao longo de décadas. Ou desde início do século passado, conforme estudos ignorados pelo laudo da antropóloga da FUNAI.

É esse documento que merece ir a julgamento, como o submeteu a Câmara e o reprovou. [...]

Câmara deu a Solução

É falso que os arrozeiros dentro da área demarcada se resumam a seis, como acusou o ministro da Justiça, Tarso Genro, e que não tenham títulos. Algumas propriedades foram reconhecidas pelo INCRA antes da peça da antropóloga Maria Guiomar. Uma, ao menos, data de 1932. Ela diz que isso não invalida a desapropriação. Está certa.

Mas contesta o que seu laudo omite: que na área já havia presença centenária de não índios. Ou, ao contrário, que houvesse índios. A área em litígio, além disso, é nada: equivale a 7% da reserva como afirma o relator da Comissão Externa, deputado Lindberg, do PT, hoje prefeito de Nova Iguaçu. Ele defendia manter essa área.

Laudo Define Decisão

O laudo da confusão, na verdade, é pleno de vícios. Não resulta de um grupo de 27 técnicos, pois dois pelo menos negam que tenham feito parte. Só Maria Guiomar o assina. A peça tem cinco partes e só uma é de sua autoria. A parte jurídica é de um advogado do CIR, Conselho Indígena de Roraima, não da FUNAI. Os erros de português ofendem uma peça que sustenta decisão presidencial. O caso está no Supremo Tribunal Federal. A leitura do laudo sugere a sentença.

"*O documento, no lugar de ser um relatório do grupo técnico, é uma coletânea de cinco peças completamente independentes e sem conexão alguma entre si*", lê-se no laudo pericial encomendado pelo juiz federal Helder Girão Barreto, primeiro a estranhar o que fez a FUNAI:

> Não se teve nem mesmo o cuidado de utilizar no documento uma mesma fonte [letra] deixando claro que as partes eram oriundas de diferentes pessoas.

Os peritos também manifestaram espanto com o "*descaso com a falta de uma simples revisão ortográfica*". Encontra-se numa das partes do laudo da FUNAI o seguinte: "*Os fazendeiros vieram de fora, trouxeram o gado que espantou a caça e vive pastando no lavrado e na lavoura dos índios. E os garimpeiros poluiem [sic] os rios, trouxeram a cahaça [sic] e postituíram [sic] as índias*". E tem coisa pior. Quatro ministros da Justiça, 2 de FHC, 2 de Lula, avalizaram essas, digamos, "*distrações*". (CBRAZ, N° 16.436)

Jornal do Brasil, n° 51
Rio de Janeiro, RJ – Quinta-feira, 20.05.2008

Unger faz Discurso para a Oposição

Governador e Líder dos Arrozeiros Aplaudem Ministro, que Amplia a Divisão Sobre o Tema

[Vasconcelos Quadros – Brasília]

O ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger conseguiu agradar os principais adversários do governo ao discursar, ontem, durante debate sobre a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol, nas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Amazônia, na Câmara dos Deputados.

O ministro criticou o "*cruel paradoxo*" da política indigenista – *generosa na distribuição de terras*, *mas incapaz de permitir melhores condições de vida aos índios* – disse que é necessário criar um modelo que una preservação e desenvolvimento. Afirmou que o governo está estudando a "*penetração*" das organizações não-governamentais [ONGs] estrangeiras na região e defendeu a Amazônia como nova fronteira para a reconstrução do país, apontando como protagonista do processo uma nova classe média "*mestiça e morena*" que surgiu nos últimos anos.

"*Discutir a questão da terra não basta. A tarefa é descobrir o caminho, sair da retórica e dar conteúdo prático à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento*" – disse o ministro, reconhecendo que o governo tem feito pouco nas duas áreas.

Caldeirão de Insegurança

Mangabeira Unger afirmou que Roraima e toda a região amazônica representam atualmente uma espécie de "*caldeirão de insegurança*" em decorrência da confusão fundiária. Segundo ele, mais que uma guerra entre índios e arrozeiros, a disputa pela Raposa Serra do Sol se resume a um litígio no Supremo Tribunal Federal [STF] entre a União e o governo de Roraima. "*A determinação do presidente Lula é aguardar e acatar a decisão do tribunal*" – afirmou.

O ministro disse que é necessário reforçar a estrutura do estado na região e anunciou que amanhã, durante encontro com os governadores amazônicos, em Belém, vai apresentar os principais eixos do Plano Amazônia Sustentável [PAS].

Ele acha, no entanto, que as propostas para a região passam por um estudo envolvendo a influência real das ONGs estrangeiras na região – um dos principais ingredientes do conflito na Raposa Serra do Sol – cuja presença foi facilitada pelo "*relativo vazio*" de estruturas econômicas e sociais na região, uma política indigenista que supere "*a combinação paradoxal*" representada por *grandes extensões de terra e poucas condições de desenvolvimento com preservação do meio ambiente*.

Segundo ele, a política indigenista não preparou o índio para o trabalho, o que acabou facilitando a incidência de problemas como alcoolismo, suicídios e depressão em algumas comunidades.

Mais Rigor

Em relação às ONGs, Mangabeira Unger acha que é necessário avaliar primeiro o alcance da legislação atual e, se isso não for possível, propor mudanças que tornem mais rigorosos os controles.

"*Vamos superar [os desafios] com consequências práticas e atitudes vigorosas*" – disse o ministro. Para ele, se há um assunto claro na consciência do governo, é a necessidade de conciliar desenvolvimento e preservação do meio ambiente. Cabe ao Estado, segundo o ministro, criar os instrumentos que permitam à nova classe média – "*mestiça, morena, que faz pequenos negócios, estuda à noite e representa uma nova vanguarda formada por batalhadores emergentes*" – progredir.

Correio Braziliense - n° 16.451
Brasília, DF – Segunda-feira, 02.06.2008

A Questão Raposa Serra do Sol

[Mozarildo Cavalcanti – Senador da República]

A demarcação contínua e excludente da reserva indígena Raposa Serra do Sol em Roraima tem gerado grandes discussões em todos os segmentos da sociedade. Além de se tratar de uma área com quase 2 milhões de hectares, maior que o estado de Sergipe, onde vivem pouco mais de 10 mil índios completamente integrados à sociedade, a questão na Raposa Serra do Sol é muito mais complexa, pois está em uma área de fronteira com a Venezuela e com a Guiana, países que têm conflito territorial justamente onde se localiza a referida área indígena. Antes da homologação da demarcação da reserva indígena, ocorrida em 2005, o Senado e a Câmara, por meio de Comissões Temporárias Externas sobre Demarcação de Terras Indígenas, realizaram estudos, visitas "*in loco*" e audiências públicas em Roraima e no Congresso Nacional, em face das enormes tensões sociais já existentes em torno da à TIRRS.

Essas comissões entregaram ao presidente da República relatório com inúmeras recomendações a respeito da área indígena, propondo demarcação capaz de não gerar conflitos.

Algumas das recomendações com relação à reserva, que não foram levadas em conta pelo presidente Lula quando as homologou, referiam-se à exclusão das estradas estaduais e federais presentes na área: RR-171, RR-407, BR-319, BR-433, BR-401, permitindo-se o livre trânsito nas referidas vias; exclusão da área da unidade de conservação ambiental Parque Nacional Monte Roraima.

Também deveriam ficar de fora a sede do município de Uiramutã e das vilas de Água Fria, Socó, Vila Pereira e Mutum e respectivas zonas de expansão: a exclusão de áreas necessárias à exploração econômica, as áreas tituladas pelo INCRA e aquelas referentes a imóveis com propriedade ou posse anterior ao ano de 1934; além da exclusão da faixa de 15 km ao longo da fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela, e a convocação do Conselho de Defesa Nacional para opinar sobre o efetivo uso das áreas localizadas na faixa de fronteira [art. 20, §2°, da Constituição de 1988].

Ressalte-se que tais conclusões foram relatadas em ambas as casas legislativas, de maneira insuspeita, por parlamentares do partido do presidente, o que demonstra que a decisão do presidente da República nem mesmo considerou a opinião da Câmara e do Senado. É sabido que a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol sempre foi nebulosa, razão pela qual se arrasta há tantos anos.

Nota-se claro descompasso entre a atuação das autoridades federais e das autoridades estaduais e municipais, principalmente quanto às possibilidades de desenvolvimento do estado.

Há também disputas entre segmentos religiosos, além das reivindicações dos produtores rurais e dos proprietários com títulos oficiais emitidos há décadas. Some-se a isso o fato de que grande parte da reserva constitui área de fronteira, ameaçando a soberania nacional. A Justiça Federal de Roraima, por meio de comissão de peritos, detectou inúmeras fraudes no laudo antropológico que serviu de base para a homologação, que vão desde motoristas assinando como técnicos agrícolas até o aumento injustificado da área, unindo as comunidades da Raposa [ao sul] e da Serra do Sol [ao norte], que ficam a quase 200 km de distância uma da outra, além de serem de etnias diferentes.

Além disso, o mesmo laudo foi tomado como base para justificar tanto a demarcação contínua quanto a não contínua, permitindo interpretações subjetivas. Ademais, há diferentes interpretações históricas quanto ao momento definido da chegada dos povos do Caribe [Makuxi e outros] à região, que pode ter ocorrido após o início da colonização do Alto Rio Branco. Tais interpretações vem sendo desprezadas pelos sucessivos laudos antropológicos. Soma-se a isso o grave problema social gerado pela forma excludente da demarcação, desterrando mais de 400 famílias que vivem ali há décadas, em sua grande maioria miscigenada.

Há casos inclusive de famílias que foram divididas pelo apartheid social e étnico gerado pela decisão do governo federal. [...]

A solução está em buscar uma proposta que respeite a soberania nacional e o direito à autonomia de todas as tribos indígenas da área Raposa Serra do Sol, garantindo as condições para o contato fraterno entre os povos Ingarikó, Makuxi, Patamona, Taurepang e Wapixana e a população não índia, mestiça ou cabocla e outros brasileiros. (CBRAZ, N° 16.451)

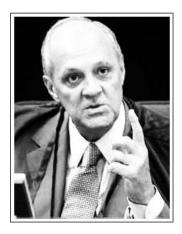



Imagem 40 – Ministro Carlos Alberto Menezes Direito

Jornal do Brasil, n° 224
Rio de Janeiro, RJ – Terça-feira, 18.11.2008

Desfecho para Terras da Raposa –
Relator Sugeriu que a Demarcação de Reserva Indígena Fosse Contínua

A polêmica questão da demarcação contínua ou em "*ilhas*" da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, de 1,7 milhão de hectares, em Roraima, deve ser decidida pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, na sessão do próximo dia 26. O início do julgamento da ação-piloto contra a portaria ministerial de 2005 que definiu os limites da imensa área indígena -de autoria dos senadores Augusto Botelho [PT] e Mozarildo Cavalcanti [PTB] – começou no dia 27 de agosto, com um longo voto do ministro-relator, Ayres Britto, favorável ao governo e aos índios. Mas o Ministro Menezes Direito – o primeiro a votar depois do relator, por ser o mais novo na Corte – pediu vista.

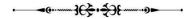
Na ocasião, ao explicar por que pedira vista, Menezes Direito ressaltou que o tema era “*extremamente complexo*”, e que gostaria de melhor refletir sobre a questão, principalmente em face de “*perspectivas extremamente ricas*” apresentadas no voto de Ayres Britto e nas sustentações orais das partes em litígio.

Os produtores de arroz de Roraima, que dizem representar 6% da economia do Estado, teriam de abandonar suas plantações, que ocupam as melhores áreas da reserva.

O voto do relator foi no sentido de que qualquer demarcação de reserva indígena deve ser sempre contínua, já que somente tal “*formato*” atende plenamente ao mandamento constitucional segundo o qual:

> são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” [Artigo 231]. (JDB, N° 224)

Jornal do Brasil, n° 243
Rio de Janeiro, RJ – Domingo, 07.12.2008

Julgamento Revive Clima de Confronto

Indígenas em Roraima. Juízes já Deram Sinais de que Votos a Favor e Contra se Dividirão

[Luiz Orlando Carneiro – Brasília]

O Supremo Tribunal Federal deve decidir na quarta-feira, em sessão plenária que começa às 09h00, a ação-piloto que contesta o polêmico decreto presidencial, de maio de 2005, homologatório da demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol – 1,7 milhão de hectares de Roraima – estado onde vivem cerca de 50 mil índios (**?**), em terras da União, que já representam 46% do total de seu território. [...]

O ministro Menezes Direito pediu vista dos autos em seguida, para melhor estudar o tema "*extremamente complexo*", e leva agora o seu voto.

Divergências

Embora Ayres Brito aposte na confirmação de sua posição pela maioria do tribunal, dois ministros sondados pelo JB admitem que haverá muitas divergências.

A questão poderá ser resolvida com base num "*voto médio*" destinado a manter a demarcação sob certas "*condições essenciais*" à preservação do princípio federativo, cláusula fundamental da Constituição.

Segundo um deles, é preciso que o STF impeça a possibilidade de se criar no País "*uma verdadeira nação indigenista*", da qual brancos e índios há muito aculturados seriam praticamente expulsos e extintos municípios e vilas onde convivem as duas etnias.

Além disso – ao contrário do entendimento do relator – o STF vai ter de discutir se a demarcação em causa conflita com o parágrafo 2° do art. 20 da Carta, segundo o qual a faixa de fronteira de 150 km de largura ao longo das fronteiras terrestres "*é considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei*".

Ação Popular

O julgamento – considerado um "*leading case*" ([23]) para outras demarcações – e de uma ação popular [Petição 3.388] proposta pelos senadores Mozarildo Cavalcanti [PTB] e Augusto Botelho [PT], ambos de Roraima. O terceiro senador que representa o Estado na Federação, Romero Jucá [PMDB], é o atual líder do governo na Câmara Alta. Ele apoia totalmente a ação movida contra o decreto de demarcação contínua e radical da Raposa Serra do Sol, com o argumento de que "*independentemente de ser líder do governo, o meu mandato é de senador por Roraima, e minha obrigação primeira é com o meu Estado*".

Em junho do ano passado, o plenário do STF negou, por unanimidade, mandado de segurança da Itikawa Indústria e Comércio e de outros quatro fazendeiros que contestavam o decreto presidencial e a portaria do Ministério da Justiça que demarcaram a reserva de forma contínua. O mérito da questão não foi então discutido, já que o tribunal entendeu, apenas, que o mandado de segurança não era a "*via adequada*" para "*atacar*" o decreto e a portaria do Executivo.

---

[23] Leading case: Guido Fernando Silva Soares na sua obra "*Common Law: Introdução ao Direito dos EUA*", 1999, ensina que o leading case é "*uma decisão que tenha constituído em regra importante, em torno da qual outras gravitam*" que "*cria o precedente, com força obrigatória para casos futuros*". A alienação de nossos "*ilustres*" membros da Suprema Corte é impressionante. Se por acaso as mais de vinte terras Tikunas tivessem sido demarcadas de forma contínua a calha do Solimões desde Tabatinga até as cercania de Tefé, mais de metade da Bacia do Rio Solimões, seriam de Reserva. O precedente criado cria um impasse perigoso para os não-índios de toda "*Terra Brasilis*". Estas infundadas demarcações contínuas estão afetando toda a população do estado de Roraima radicalmente, sua atual dependência energética da conturbada Venezuela poderia ser facilmente contornada com linhões que passassem pela Reserva Waimiri-Atroari (1/4 do estado de Santa Catarina para 1.500 nativos) se esses não impusessem indenizações excorchantes e sem sentido para a construção da mesma.

Mas o relator do recurso e da ação a ser julgada na quarta-feira, ministro Ayres Britto, adiantou no seu voto não ter "*vislumbrado*" nenhuma ilegalidade ou abuso de poder nos atos do governo. (JDB, N° 243)

Jornal do Brasil, n° 247
Rio de Janeiro, RJ – Quinta-feira, 11.12.2008

Demarcação Contínua tem Maioria

Apesar de Voto Vencido, Marco Aurélio pede Vista ao Processo e Suspende Sessão que Definiria o Futuro da Reserva Indígena. Arrozeiros Permanecem até que Julgamento seja Concluído.

[Luiz Orlando Carneiro – Brasília]

Está formada uma maioria de oito dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal a favor da demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, com ressalvas destinadas a garantir a presença da União na área de 1,7 milhão de hectares do estado de Roraima, na instalação e manutenção de serviços públicos; na atuação, quando necessária, das Forças Armadas e da Polícia Federal, sobretudo na faixa fronteiriça com a Venezuela e a Guiana; e na preservação ambiental do Parque Nacional do Monte Roraima [6,7% da superfície da reserva]. [...] Devem deixar a Raposa Serra do Sol, segundo o advogado-geral da União, José Antônio Toffoli, apenas os seis arrozeiros que insistiam em permanecer na área demarcada, entre os quais o ex-prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero.

Na sessão da manhã de ontem – na retomada do julgamento da ação popular-piloto proposta pelos senadores roraimenses Augusto Botelho [PT] e Mozarildo Cavalcanti [PTB] contra o decreto demarcatório de 2005 – o ministro Menezes Direito leu o seu longo voto-vista de duas horas, basicamente na linha do voto do relator, Ayres Britto, proferido em agosto, no início do julgamento da ação.

Naquela ocasião, Britto afirmou, que somente o "*formato contínuo*" de qualquer demarcação de área indígena atendia plenamente à norma constitucional que reconhece aos índios "*sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las*" [Artigo 231].

Direito – que pedira vista na sessão de 27 de agosto – acrescentou 18 exigências de ordem prática, a serem cumpridas pelos índios.

Pedido de Vista

O ministro Marco Aurélio – que é o oitavo a votar, pela ordem de antiguidade – pediu vista antecipada dos autos, logo depois do voto de Direito, afirmando que queria "*refletir mais sobre o tema e chegar a uma conclusão*", não lhe importando se viria "*a somar na corrente majoritária ou na minoritária*".

Mas a maioria dos ministros – com exceção de Celso de Mello – resolveu antecipar os seus votos, deixando vencido, por antecipação, Marco Aurélio.

Quando ele trouxer o seu voto, no início do próximo ano, provavelmente, votarão os ministros Celso de Mello [decano] e o presidente Gilmar Mendes.

Menezes Direito, depois de aprovar a regularidade do processo demarcatório, iniciado em 1977, afastou

logo a pretensão dos recorrentes com relação às atividades econômicas de não-índios na região – muitos com títulos de posse precários concedidos há muitas décadas – sob o argumento de que a expressão "*terras que [os indígenas] tradicionalmente ocupam*", constante do artigo 231 da Constituição, para fins de demarcação de suas reservas, deve ter como "*marco*" a data em que foi promulgada a atual Carta – 05 de outubro de 1988.

Assim, os produtores de arroz, que representam 6% da economia de Roraima, não têm direito adquirido em face da Constituição.

Direito não levou também em conta a reclamação dos autores da ação contra a extensão da reserva [7,7% da superfície do estado, equivalente à do estado de Sergipe e à metade da Bélgica, como ele mesmo destacou].

Mas ressaltou que a "*relevância*" dos direitos dos índios – sobretudo num território situado em zona de fronteira internacional que abriga o Parque Nacional do Monte Roraima – "*não pode ser absoluta*".

População Indígena Terá de Respeitar Condições

O ministro Menezes Direito propôs, ao todo, 18 "*condicionantes*" a serem obedecidas pela população indígena da Raposa Serra do Sol [19 mil, de cinco etnias, representando 4,8% da população de Roraima].

Entre elas, algumas como: a garantia de que o usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nas terras indígenas pode ser afastado sempre que houver interesse público da União; tal usufruto não abrange a exploração de recursos hídricos e potenciais energéticos, nem o direito a garimpagem.

Índios Terão Usufruto Exceto Para Exploração de Recursos Hídricos e Garimpagem

Outras condições apresentadas pelo ministro envolvem também a obrigatoriedade de que o uso das terras pelos índios fique condicionado ao interesse da Política de Defesa Nacional [instalação de bases, unidades e postos militares, a expansão estratégica da malha viária, a exploração de alternativas energéticas e o resguardo das riquezas ficam a cargo do Ministério da Defesa e do Conselho de Defesa Nacional].

Não pode ser impedida a instalação, pela União, de equipamentos públicos, redes de comunicação, estradas e vias de transporte, além de construções necessárias à prestação de serviços públicos, especialmente os de saúde e de educação; o uso da reserva pelos índios fica restrito ao ingresso, trânsito e permanência, bem como caça, pesca e extrativismo vegetal.

Pela lista de condições de Menezes, o Instituto Chico Mendes responderá pela administração do Parque Nacional do Monte Roraima e o trânsito de visitantes e pesquisadores não-índios deve ser admitido no parque, nos horários e condições estipulados pela administração. Mas deve ser admitido o ingresso, trânsito e permanência de não-índios no restante da área da terra indígena, observadas as condições estabelecidas pela FUNAI.

Sem Cobranças

O ingresso, trânsito e a permanência de não-índios, de acordo com o voto de Menezes, não pode ser objeto de cobrança de quaisquer tarifas ou quantias de qualquer natureza por parte das comunidades indígenas. As terras indígenas também não serão objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico.

FATOS MARCANTES

Máximo de notícias no mínimo de espaço

Diretor responsável: José Teixeira Peroba

R$ 1,00

Ordem dos Jornalistas do Brasil - OJB - nº 33 - Ano VI - fevereiro/março / 2009

Cobiça estrangeira na Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), ex- presidente da CPI das ONGs, alerta que muitas delas são desonestas e estão atuando na região amazônica como compradoras de florestas, aliadas a grupelhos brasileiros e estrangeiros, tratando de interesses escusos.

São mais de 200 mil ONGs se preocupando com assuntos indígenas. "É uma ONG para cada cinco índios" – afirma o senador de Roraima. (Pág. 15)

Prorrogada a liminar da lei de imprensa

Foi prorrogada a liminar da Justiça que suspendeu 20 artigos da Lei de Imprensa de 1967, a pedido do PDT em fevereiro de 2008. (Pág. 15)

Imagem 41 – Fatos Marcantes – n° 33, fev/mar 2009

É vedada, também, a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutas, assim como de atividade agropecuária extrativa; as terras indígenas e suas rendas terão isenção tributária; os direitos das índios relacionada às suas terras são imprescritíveis e estas são inalienáveis e indisponíveis.

No entanto, Direito fez críticas à FUNAI nos processos de demarcação de reservas, sustentando a necessidade de que os laudos sejam assinados, pelo menos, por três antropólogos, para evitar que eventuais preconceitos de um só determinem todo um processo demarcatório. Também advertiu que o STF deve "*deixar claro*" que a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, do qual o Brasil é signatário, e que, frequentemente, tem servido de inspiração para laudos assinados por antropólogos da FUNAI, não pode colidir com as normas constitucionais que consagram a soberania e o princípio federativo. Ou seja, reservas indígenas não podem ser vistas como "*nações*". [...]

O Brasil tem, conforme levantamento feito pelo Ministro Menezes Direito, 402 áreas indígenas já registradas e 21 em processo de registro. Há ainda 24 já homologadas. No total, segundo ele, há 534 terras indígenas, não incluídas aquelas ainda em estudo pela FUNAI.

A extensão total dessas áreas é de 1.099.744 km^2 [12,92% de todo o território nacional], sendo que 187 delas se localizam em faixa de fronteira, enquanto 45 coincidem com áreas federais de conservação ambiental. (JDB, N° 247)

Fatos Marcantes, n° 33
Rio de Janeiro, RJ – Fevereiro/março/2009

Cobiça Estrangeira na Amazônia

[Mozarildo Cavalcanti – Senador pelo PTB-RR]

O "*Jornal do Senado*", em sua seção "*Pergunte ao Senador*", publicou em edição de 2 a 8 de fevereiro, respondendo à pergunta do leitor Eliel Feitosa da Silva, de Brasília, DF, a matéria a seguir, que reproduzimos na íntegra, para o conhecimento de nossos leitores:

Mozarildo Alerta Para Cobiça Estrangeira na Amazônia.

O Senado tem acompanhado com preocupação o problema que já foi investigado por uma CPI das ONGs que eu presidi e agora por outra, presidida pelo senador Heráclito Fortes. Verificamos que há ONGs desonestas que atuam na região, compradores de florestas e grupelhos brasileiros e estrangeiros com interesses escusos. É preciso passar pente fino nas políticas da Amazônia para que ela continue brasileira. [...]

Defendo uma mobilização não apenas do Senado, mas uma mobilização nacional para estudar o que deve ser permitido fazer na Amazônia, sem esquecer o crucial aspecto da soberania, uma vez que o Brasil não possui contingentes da Polícia Federal ou do Exército em número suficiente para garanti-la.

Na verdade hoje está muito na moda distorcer dados científicos ao bel-prazer e culpar os amazônidas por todas as mazelas da região. As pessoas de boa-fé acham que só existem ONGs bem-intencionadas. Só para tratar de assuntos indígenas, são mais de 200 mil ONGs. É uma ONG para cada cinco índios. A demarcação de grandes áreas para os índios também representa ameaça à Amazônia. É o caso da demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, numa região de fronteira do Brasil com a Venezuela e a Guiana, que é alvo de grande cobiça estrangeira, com potencial para trazer dificuldades para a defesa e a soberania do território brasileiro. [...] Afirmo mais uma vez que demarcar essa reserva numa região sensível de soberania e potencialmente rica em minérios foi um ato inconsequente e insano do Governo Federal. (FM, N°33)

Jornal do Brasil, n° 333
Rio de Janeiro, RJ – Segunda-feira, 09.03.2009

Um Desfecho com Voto Polêmico

Marco Aurélio vai Reacender Debate Sobre Soberania no Caso Raposa/Serra do Sol no STF

[Luiz Orlando Carneiro – Brasília]

Apesar de já formada uma maioria de oito dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal a favor da demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol – com 18 “*condições*” a serem respeitadas pelos 19 mil índios de cinco etnias, que representam 4,8% da população de Roraima – a conclusão do julgamento, no próximo dia 18, com o voto-vista do ministro Marco Aurélio, vai provocar novos debates “*tensos e intensos*” no plenário, conforme admitem integrantes da Corte. Tanto que o início da sessão foi marcado para as 9h – o que só ocorre em casos excepcionais – embora só faltem os pronunciamentos de Celso de Mello e Gilmar Mendes, depois do de Marco Aurélio, que pediu vista a autos no dia 10 de dezembro.

Seu voto-vista tem mais de 100 páginas, e vai analisar aspectos processuais relativos ao chamado devido processo legal e também os de caráter administrativo. O polêmico ministro não adianta o teor de sua intervenção, mas dá indícios de que vai divergir da maioria, não se importando de vir a ser, ainda que solitário, “*mais uma vez*”, voto vencido.

A seu ver, o que está em causa é uma ação popular, proposta pelos senadores de Roraima Augusto Botelho [PT] e Mozarildo Cavalcanti [PTB], contra o decreto demarcatório de 2005. E deixa escapar um comentário:

– Está se dando à ação popular contornos de mão dupla.

Para ele, trata-se apenas de decidir se são ou não constitucionais o decreto e a portaria de demarcação. Quando Marco Aurélio fala de “*aspectos processuais*” da questão, o ministro está se referindo, por exemplo, ao fato de que nem o estado de Roraima nem os três municípios existentes dentro da reserva foram “*citados*” no início do processo.

Além disso, não foram ouvidas todas as comunidades indígenas que vivem na região. Quanto ao processo administrativo, deverá ser retomada a discussão sobre um outro fato que chegou a ser discutido quando do início do julgamento da ação, cujo relator é o ministro Ares Britto:

- O laudo antropológico da FUNAI favorável à demarcação contínua da área foi assinado por uma única pessoa – a antropóloga Maria G. de Melo.

O ministro Marco Aurélio considera o julgamento [...] "*um dos mais importantes da história do Supremo*" [...] E arremata: "*Minha preocupação é com o Brasil integrado, o Brasil continental e soberano em termos de território*".

O senador Mozarildo Cavalcanti [PTB-RR], [...], teve audiência com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, na última segunda-feira, para "*apresentar sugestões*" a fim de, pelo menos, garantir que sejam amenizados os problemas enfrentados pelas "*vítimas*" da demarcação contínua da reserva que, a seu ver, "*foi feita pelo governo com base em fraudes e mentiras*". Para o senador, a discussão é distorcida quando se reduz o problema a um conflito entre índios e "*um pequeno grupo de arrozeiros*", e afirma:

- Estão sendo desterradas mais de 500 famílias de pequenos proprietários, que lá estão há várias gerações. Essa é a minha grande preocupação. No Senado, já criamos três comissões externas que analisam a questão, e a última teve foco específico nos que estão sendo retirados.

Mozarildo sugere que se dê, para aqueles que forem obrigados a retirar-se da terra indígena, o prazo de um ano. Além disso, defende a reavaliação judicial dos títulos das propriedades dessas pessoas, argumentando ser isso necessário para que haja:

– A justa indenização dessas famílias, já que os imóveis foram avaliados unilateralmente pela FUNAI.

Ele acha também possível a manutenção na reserva dos que têm documentos de comprovação de posse anteriores à Constituição de 1934. O parlamentar propões ainda que sejam excluídas da área demarcada as vilas de Mutum, Socó, Água Fria e Surumu. E que o Supremo analise, na conclusão do julgamento, as recomendações sobre o assunto feitas pelas comissões externas da Câmara dos deputados e do Senado.

Quanto aos índios ele reafirma existirem, na Raposa Serra do Sol quatro entidades indígenas que não concordam com a demarcação feita pelo governo federal. (JDB, n° 333)

Jornal do Brasil, n° 338
Rio de Janeiro, RJ – Sábado, 14.03.2009

Indígenas e ONGs em Manaus

Em Terceira Cidade Brasileira, Príncipe Charles Recebe Prêmio e Carta de Líderes de Tribos

Dando continuidade à sua visita ([24])ao Brasil com foco em questões relacionadas ao meio ambiente, o príncipe de Gales, Charles Philip Arthur George, e sua mulher, a duquesa de Cornualha, Camilla Parker Bowles, desembarcam, por volta das 12h30, de ontem, [horário de Brasília] em Manaus.

[24] "Curiosamente" agendada para este período.

CORREIO BRAZILIENSE

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

10 e 12 de março de 2009 www.correiobraziliense.com.br Números: 16.731 e 16.733

CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, terça-feira, 10 de março de 2009 • 21

MUNDO

VISITA A BRASÍLIA

Príncipe chega amanhã ao Brasil para alertar sobre riscos das mudanças climáticas e discutir fundo contra desmatamento. Ativistas veem com otimismo envolvimento de herdeiro do trono britânico

Charles defenderá a Amazônia

RODRIGO CRAVEIRO
DA EQUIPE DO CORREIO

Um texto divulgado no site da fundação Prince's Rainforest Project, do Príncipe Charles, transmite uma ideia da preocupação que o herdeiro do trono britânico mantém em relação à Amazônia. "A floresta amazônica é lar para cerca de 7.500 espécies de borboletas, comparadas com apenas 65 no Reino Unido. Pelo menos 40 mil espécies de plantas, 3 mil de peixes, 1.294 de pássaros, 427 de mamíferos, 428 de anfíbios e 378 de répteis têm sido classificados cientificamente na região", afirma. Tamanha importância a um dos maiores biomas do planeta colocou o Brasil mais uma vez na rota de Charles — ele já havia visitado índios da tribo Carajás em 2002, na região de Palmas (TO). O ex-marido da princesa Diana iniciou ontem o tour de 10 dias pela América Latina com os propósitos de promover o desenvolvimento sustentável e alertar sobre os perigos das mudanças climáticas.

Charles e sua mulher, Camilla Parker-Bowles, a duquesa de Cornuália, chegam à Base Aérea de Brasília no início da tarde de amanhã. O casal será recebido pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Os compromissos seguintes serão uma recepção nos jardins da Embaixada do Reino Unido, tendo como anfitrião o embaixador Alan Charlton, e uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Planalto. À noite, ambos serão prestigiados por um jantar oferecido pelo chanceler Celso Amorim no Itamaraty.

Na quinta-feira, Charles e Camilla embarcarão para o Rio de Janeiro, onde vão conhecer a organização não-governamental Luta Pela Paz, na Favela Nova Holanda. Em discurso para empresários, ele alertará que um fracasso nos próximos oito anos deverá ter efeitos catastróficos para o planeta e lembrou que serão necessários 100 meses para salvar o mundo — uma referência a danos irreversíveis ao meio ambiente. Os pontos culminantes da visita ao Brasil serão as passagens por Manaus e Santarém (PA).

O Ministério do Meio Ambiente confirmou ao **Correio** que as mudanças climáticas globais estarão no centro da visita. Existe a possibilidade de Charles se reunir com o ministro Carlos Minc, que pretende mostrar ao herdeiro do trono britânico o Plano Nacional de Mudanças Climáticas. O Brasil mantém um cronograma ambicioso para reduzir em mais de 70% as emissões de gases do efeito estufa até 2019. Segundo a assessoria do ministério, o governo brasileiro quer ver seu plano respaldado pelo Reino Unido, crítico contumaz das queimadas na Amazônia.

PRÍNCIPE CHARLES E A DUQUESA DA CORNUÁLIA SÃO RECEBIDOS PELA PRESIDENTA CHILENA, MICHELLE BACHELET: BRASIL É A PRÓXIMA ESCALA DO CASAL

ONGs

As principais organizações não-governamentais de cunho ambientalista saúdam a chegada de Charles e Camilla. Secretária-geral da WWF no Brasil, Denise Hamú, disse que o Reino Unido tem sido protagonista na luta contra as mudanças climáticas. "Em 2007, o governo britânico lançou o relatório Stern, com dados econômicos sobre as consequências do aquecimento global", afirmou à reportagem, por telefone. "A visita de Charles marca a aproximação entre Brasil e Inglaterra, também é uma forma de ele prestigiar o novo embaixador e retornar à Amazônia."

Paulo Adário, diretor da campanha de Amazônia do Greenpeace, lembrou que o príncipe tem uma proposta "interessante" de criar um fundo para combater o desmatamento. "Ele fala em montar financiamentos que ajudem países em desenvolvimento a lutarem contra as mudanças climáticas. Em termos globais, seriam precisos US$ 30 bilhões por ano para reduzir as emissões em florestas tropicais de todo o mundo", estimou.

O ativista descarta que Charles pressione o Brasil para conter as queimadas na Amazônia. "Somos um país soberano, de responsabilidades globais, e estamos na velocidade correta", disse Adário. Ontem, o príncipe e Camilla foram recebidos no Palácio La Moneda pela presidenta chilena, Michelle Bachelet, e assistiram ao lançamento de uma campanha de eficiência energética. Em seguida, Charles abordou o tema mudanças climáticas com empresários. O casal segue hoje para Valparaíso, o principal porto do Chile, a 120km da capital.

correiobraziliense.com.br
Veja na internet: galeria de fotos da viagem internacional do príncipe Charles

VISITA A BRASÍLIA

Príncipe Charles e a mulher atrasam compromissos com autoridades brasileiras e não são recebidos pelo presidente Lula na rampa do Planalto. Parlamentares frustram foto de "recordação" dos britânicos

Gafes para a realeza

VIVIANE VAZ
DA EQUIPE DO CORREIO

Uma visita marcada pela impontualidade, pela formalidade e pela falta de luz. O príncipe de Gales, Charles Philip Arthur George Mountbatten-Windsor e a duquesa da Cornuália, Camilla Parker-Bowles, tiveram atrasos de 15 a 30 minutos em todos os encontros com as principais autoridades brasileiras ontem no Congresso Nacional, no Palácio do Planalto e no Itamaraty. "A crise acabou com a pontualidade britânica", brincou o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), que esperou 15 minutos no Congresso para recebê-los, junto ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e o líder do PT, senador Aloizio Mercadante.

Para Sarney, o encontro foi importante para estreitar o laço entre os dois países e aproveitar a imagem do príncipe na proteção ao meio ambiente. "Eu tive a oportunidade de dizer a ele que o Brasil é um país que tem a melhor legislação ambiental, que tem a legislação em nível de Constituição", disse o presidente do Senado. Ele ainda lembrou que outros países no século passado destruíram as florestas da Ásia, África e Europa. "O mundo pode se juntar a nós na defesa da Amazônia", defendeu.

Na saída do Congresso, foi a vez de Sarney cometer uma gafe, mesmo sem saber. O príncipe e a duquesa planejavam tirar uma foto sozinhos na rampa do Congresso, como recordação, mas um grupo de 50 autoridades políticas, incluindo o líder do Senado, acompanhou os dois na descida e o casal real desistiu da fotografia. Na noite de terça-feira, a gafe foi do Palácio do Planalto, que divulgou na agenda impressa e por internet que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva receberia o príncipe Chaves — Charles Philip Arthur Chaves, em vez do sobrenome, George.

Depois desse encontro, o casal real seguiu para uma festa nos jardins da embaixada britânica (Garden Party), com cerca de 400 convidados. Entre os mais famosos estavam a atriz Patrícia Pillar e seu marido, o deputado Ciro Gomes (PSB-CE), e a ex-embaixatriz brasileira no Reino Unido, Lúcia Flecha de Lima — conhecida pela amizade com a princesa Diana.

PRÍNCIPE CHARLES E A DUQUESA DE CORNUÁLIA, CAMILLA PARKER-BOWLES, AO LADO DO PRESIDENTE LULA E DA PRIMEIRA-DAMA, MARISA: CERIMONIAL DIFERENCIADO

Surpresa

Na entrada do Planalto, Charles ficou surpreso ao não ser recebido por Lula, mas apenas pelos fotógrafos oficiais dos dois governos. Lula, dona Marisa Letícia, e os ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, e das Relações Exteriores, Celso Amorim, os aguardavam no andar superior à rampa. "A fotografia que vale é com as mulheres", comentou Lula, bem-humorado. Segundo as regras de protocolo e cerimonial, o herdeiro do trono britânico nem sequer deveria subir a rampa, já que não é chefe de governo ou Estado. No entanto, o governo brasileiro decidiu fazer uma deferência ao príncipe, que vem ao Brasil pela quarta vez — a primeira acompanhado de Camilla.

Charles conversou por uma hora com o presidente Lula sobre medidas de combate às mudanças climáticas, projetos de proteção para o meio ambiente e programas de empreendedorismo para o público juvenil. Os dois nem notaram o apagão em Brasília, que deixou a Esplanada dos Ministérios às escuras por cerca de 30 minutos. A iluminação no Palácio do Planalto foi garantida por meio de um gerador.

Enquanto isso, no Itamaraty, os funcionários enrolavam um tapete vermelho encharcado pela forte chuva, que atrasou o jantar previsto para as 19h30. Cerca de 45 minutos depois, Charles e Camilla tiveram de pisar o chão descoberto, mas seco, e foram recebidos por Amorim e sua mulher. Outras personalidades estiveram presentes ao evento, como o ministro da Cultura, João Luiz Silva Ferreira (Juca Ferreira), Carlos Minc, e o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda. Durante os quatro dias em que permanecerá no território brasileiro, o príncipe Charles e sua mulher visitarão ainda o Rio de Janeiro, Manaus e Santarém (PA).

MAQUIAGEM NO RIO

Charles e Camilla visitarão hoje a favela Nova Holanda, dentro do Complexo da Maré, Zona Norte do Rio de Janeiro. Antes da passagem do casal, a Prefeitura promoveu um mutirão para melhorar o cenário. Mandou cortar o mato na rua onde fica a sede do projeto Luta pela Paz, criado em 2001 pelo antropólogo inglês Luke Dowdney. Também pediu a retirada de carcaças de carros no caminho por onde o príncipe passará. Na segunda-feira, a polícia prendeu o líder do tráfico de drogas na região, Arnaldo Gomes Filho. Dowdney, 36 anos, mestre em Antropologia pela Universidade de Edimburgo, na Escócia, trabalha com 850 meninos. "Espero que a visita do príncipe chame atenção sobre o que estamos fazendo", disse.

correiobraziliense.com.br
Veja na internet: galeria de fotos da visita

Imagem 42 – Correio Braziliense nos 16.371 e 16.733, 2009

Na agenda oficial, reunião com governadores de estados da Amazônia, visita a instituições não-governamentais locais e encontros com representantes de povos da floresta. No início da visita à capital amazonense, Charles se encontrou com os governadores do Amazonas, Eduardo Braga [PMDB], do Mato Grosso, Blairo Maggi [PR], do Tocantins, Marcelo Miranda [PMDB], e de Roraima, José Anchieta Júnior [PSDB].

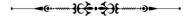
O príncipe, segundo o governador do Amazonas, teria ficado impressionado com o fato de as florestas da região amazônica terem biodiversidades diferentes em cada Estado e diversos graus de degradação.

Após o encontro, Charles recebeu os prêmios "*Amigo da Floresta e do Clima*", concedido pela ONG ambientalista Conservação Internacional [CI], e o do governo do Estado do Amazonas. Depois da homenagem, o príncipe de Gales e sua comitiva se reuniram com autoridades locais para discutir medidas de combate ao aquecimento global.

Ele também se encontrou com ONGs que atuam na Amazônia e conheceu líderes de tribos indígenas, de quem recebeu uma carta expressando a preocupação com o desmatamento. [...]

Segundo a assessoria da embaixada britânica no Brasil, Charles mostrou-se interessado na problemática indígena e comprometeu-se a ler uma carta entregue por eles, com descrição da situação das etnias na Amazônia brasileira. [...] (JORNAL DO BRASIL, N° 338)

Príncipe Charles, a Caça e a Raposa

[Coronel Gélio Fregapani – Ex-Superintendente da ABIN em Roraima]

Anos atrás, havia quem censurasse o príncipe prevaricador por sua crueldade na caça à raposa. Hoje, percebemos que o interesse pela "*Raposa*" também tem outras conotações: desmembrar o Brasil, criando uma nação indígena que seja dócil aos interesses do primeiro mundo. O príncipe Charles defendeu nesta quinta, em discurso no Itamaraty, que a conservação das florestas tropicais, como a Amazônia, seja financiada com recursos garantidos pelos países desenvolvidos.

O príncipe afirmou que o dinheiro seria dado, não emprestado, e seria o pagamento aos países tropicais pelos "*serviços ecológicos*" prestados pelas florestas ao mundo. Ninguém no Congresso, ao que se saiba de público, pediu explicações. Engoliram sorrindo as mentiras, os atrasos e as grosserias dos seguranças britânicos. Pareciam estar recebendo seu futuro rei.

Todos sabemos da crise financeira mundial e que a Inglaterra enfrenta sérias dificuldades.

O "*generoso*" príncipe vai tirar empregos de seus compatriotas para proteger as florestas de um país longínquo? Quanto altruísmo. O que ele realmente veio fazer?

Timidamente tem aparecido na imprensa uma certa "*teoria da conspiração*" que, entre outras metas, tentaria dividir alguns países de grande extensão territorial, como o Brasil, a China, a Índia e a Rússia.

Essa meta seria orientada pela oligarquia financeira anglo-holandesa-americana, que estaria também procurando evitar o desenvolvimento que lhes pudesse fazer sombra. É difícil saber até onde isto é verdade, mas para falar só do nosso país, a tentativa de balcanização é a cada dia mais evidente. Homologam-se imensos territórios indígenas interditados aos brasileiros.

Aí estão as digitais das ONGs anglo-holandesas, WWF, entre outras; interditam-se para a produção de parques ecológicos do tamanho de países europeus. De novo, ONGs anglo-holandesas como a Greenpeace e americanas como a fundação Ford, sem falar na oposição às hidrelétricas e ao asfaltamento de estradas. Agora nos visita o príncipe sem compostura.

Exatamente agora nas vésperas do julgamento da Raposa Serra do Sol. Vem falar sobre a proteção das florestas. Por que agora? As evidências apontam: a manobra final para garantir a retirada dos brasileiros do único lugar habitado por nacionais nas serras da fronteira norte.

Sabemos da Crise Mundial e que a Inglaterra Enfrenta Dificuldades.
O que Veio Charles Fazer?

Vejamos alguns antecedentes: O mercado de minérios é, há séculos, controlado por cartéis de Londres. Eles sabiam da extrema mineralização das serras do norte do Brasil. Até pouco tempo, manobraram apenas para que não fossem exploradas. Quando começamos a explorar o estanho das jazidas do Pitinga e quebramos o cartel do estanho, se assustaram e jogaram tudo nos movimentos indianistas e ambientalistas.

A moderna utilização de metais quase só encontrados aqui os fez compreender que teriam de lidar com governos submissos, e o ideal seriam governos indígenas, não o de uma nação do porte do Brasil, que, quando despertasse, lhes criaria problemas. Aliaram-se aos Estados Unidos. Financiaram demarcações, propagandas e compraram homologações. Conseguiram a assinatura do Itamaraty na declaração de direitos que na prática concede status de nação independente às áreas indígenas, sempre sobre as principais jazidas algumas como a Ianomâmi, Já sob inteiro domínio das ONGs.

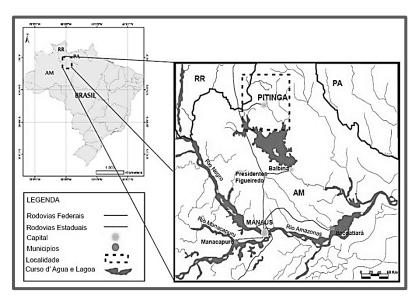
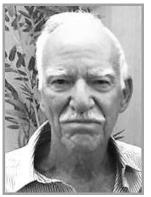



Imagem 43 – Minas do Pitinga (Astrid Siachoque Velandia)

Entretanto, para que o novo "*país indígena*" não ficasse cortado ao meio, a Raposa tem de ser cooptada, mesmo com a oposição da maioria dos índios que lá vivem. Então vamos à caça à Raposa. Tem de ser agora! A crise está mordendo os calcanhares do Reino Unido, como dos EUA e da Holanda. Em breve não mais poderiam conseguir; até suas ONGs enfrentam penúria. O Brasil está tomando conhecimento da manobra e iniciando a levantar a cabeça. Não dá para esperar mais.

Já haviam sido retirados alguns opositores: o diretor-geral da ABIN e generais do Ministério da Defesa. O General Monteiro, comandante da Brigada em Boa Vista. Agora retiram o General Heleno, o que não ousaram fazer antes. É a hora do julgamento. É tudo agora ou não dará mais. Vale pedidos pessoais dos governos. Vale visita do príncipe. Vale promessas de dinheiro, impossível de cumprir por um país em crise. Vale mentir, enganar, jogar charme, aproveitar a vaidade de nossos dirigentes. É a hora da caça à raposa.

A situação é séria e merece atenção. O Exército ainda reage? – tratam de o desmoralizar. Lembremos que todas as nações que descuidaram da sua defesa e/ou desprestigiaram os seus soldados terminaram subjugadas por aquelas outras que agiram de outra forma. Brasil, desperta! (JDB, N° 338)

Cabe aqui uma pequena, mas necessária interrupção no noticiário sobre a TIRSS, para inserir um comentário bastante oportuno do meu dileto amigo Coronel Gelio Fregapani sobre as Minas do Pitinga e o Cartel do estanho chamado "*Thin Brothers*". O Coronel Fregapani é meu mentor e consultor para assuntos amazônicos:

Eis meu testemunho:

1982 – Nas antevésperas de passar o comando do CIGS fui procurado por uma delegação da mineração Paranapanema sobre a incidência de leishmaniose na região do Pitinga, o que inviabilizava a exploração das jazidas minerais, e me prontifiquei a empregar os nossos métodos de profilaxia do CIGS, que eram bem sucedidos nos deslocamentos pela selva.

A Paranapanema havia sido instada por um clarividente Diretor local do DNPN, Dr. José Belfort Bastos, ao verificar uma grande anomalia mineral na área do rio Pitinga e tinha verificado que haveria um teor de cassiterita [estanho] muito superior ao maior teor já conhecido no mundo, mas a incidência da doença infecciosa estava impedindo a exploração.

A nossa profilaxia, apropriada para os deslocamentos, o uso de vitamina B12 e o acampar em locais altos já poderiam resolver o que nem a SUCAN nem diversos cientistas o tinham conseguido com dedetizações, mas nosso conhecimento da floresta ainda nos permitiu eliminar, com armadilhas, os depósitos do protozoário – as mucuras e a preguiça real além dos cães domésticos; e a reduzir o vetor – um flebótomo, o mosquito palha, através de armadilhas de mosquitos, da introdução de predadores de larvas – patos e rãs e do uso de cores repelentes [o amarelo].

Conseguimos o índice de "*zero*" leishmaniose no Pitinga e a produção de cassiterita cresceu exponencialmente, incomodando os concorrentes. Esses associados ao "*Thin Brothers*", o nome do cartel do estanho.

Para se entender melhor a situação podemos registrar o número quinze; o mundo produzia então 150 mil toneladas de estanho por ano e consumia 135 mil e, as restantes 15 mil, eram estocadas para manter o preço, que estava em 15 mil dólares.

Quando a produção do Pitinga atingia as 10 mil toneladas/ano o "*Thin Brothers*" convidou o Presidente da Paranapanema para entrar no cartel, alegando que as vendas no Spot prejudicava a todos, mas só ofereceu uma cota de duas mil toneladas.

O Presidente Otávio Cavalcante Lacombe não aceitaria o sacrifício de 80% de sua produção enquanto os demais sacrificariam apenas 10%.

Em sequência o "*Thin Brothers*" ameaçou: "*Vou quebrar vocês, tenho um estoque grande e oneroso e vou lançá-lo para baixar o preço*".

Assim o fez, baixando progressivamente o preço até chegar aos 7 mil dólares por tonelada.

Imagem 44 – Hidrelétrica do Pitinga (Jornal "A Crítica')

A maioria das outras minas fechou pois este era praticamente o custo de sua produção. As demais minas do mundo produzem em média 80 gramas de estanho por metro cúbico em galerias profundas na rocha, enquanto a mina do Pitinga conseguia 3 Kg por m³ à flor da terra. Em um determinado local chamado "*Morro Sagrado*" eram retirados 6 Kg por m³.

Com a parada da produção de suas minas, o cartel em desespero baixou o preço até pouco mais de 2 mil dólares por tonelada, – apenas o custo da comercialização, numa tentativa final de quebrar a Paranapanema mas mesmo assim a produção do Pitinga continuou aumentando. A Paranapanema aguentou o tranco e continuou aumentando sua produção.

Muitas vezes visitei a mina e levei companheiros a convite da Paranapanema e conversava com o Lacombe sobre o progresso do empreendimento. Certa vez me contou: descobrimos outra riqueza, a Tantalita-Volframita [a maior jazida do mundo], mas a que mais chamou minha atenção foi a de um mineral do qual eu nunca tinha ouvido falar.

Foi lá pelo ano de 1990, quando recebi um telefonema do Lacombe, contente da vida, me anunciando que haviam descoberto uma jazida da Creolita. Depois de dar-lhe os parabéns eu disse em tom jocoso:

– Já sei que é preto, mas para que é que serve?

– Deixa de ser preconceituoso.

Contestou Lacombe.

– Pois é um cristal vermelho. É indispensável para processar a bauxita na obtenção do alumínio e existe só uma mina e está em extinção. Será mais um setor que o nosso país vai dominar.

Naturalmente isto me impressionou, mas não me surpreendeu, tal a riqueza daquela área. Cerca de um mês depois, noutro telefonema, perguntei qual a situação da Creolita. Respondeu-me ele:

– Não estamos explorando e estamos recebendo um bom subsídio para deixar assim.

Indignado exclamei que não esperava isto dele, ao que ele respondeu:

– Por que não? Quase todas as usinas de alumínio no país são americanas ou canadenses e conseguiram, graças a corrupção, subsídios no fornecimento de energia elétrica tão grandes que, fazendo as contas, o país está pagando para eles extraírem e processarem o alumínio. Pois bem, eles só conseguem fazê-lo aqui com Creolita artificial e quem a fabrica é um industrial brasileiro e patriota – Antônio Ermírio de Moraes – que mete o dente e faz muito bem. Melhor ainda, divide conosco.

O Lacombe comentava comigo que o quando acabasse o estoque eles teriam que refazer o estoque, e se não fosse refeito o produto do Pitinga ano a ano avançaria sobre o mercado.

Rocha Sã, de onde o tântalo é extraído, e usina Pitinga onde é processado(Laura Brentano/G1)

Imagem 45 – Minas do Pitinga, Amazonas

Bem, aconteceu; o “*Thin Brothers*” se reestruturou, ficando o nosso País com a cota de 20 mil toneladas, tornando-se o segundo maior exportador do mundo. Lendo este relato parece que os nacionais ganharam a guerra, mas o “*Thin Brothers*” passou a financiar pesadamente os movimentos indianistas para, com os Atroaris, impedir o transporte de minério da mina.

Lá por 1990 ou 91 faleceram na mesma sócio maior da Paranapanema – Otávio Lacombe e o engenheiro que levava mina para frente – o Coronel Nelson Dorneles da Silva; um num acidente automobilístico em São Paulo e outro num acidenta aéreo no Amazonas e a mina foi vendida. Essas mortes são suspeitas. Sabemos que acidentes acontecem, mas quando os compradores anunciaram que a mina estava em exaustão e, que eu saiba, só no Morro Sagrado havia estanho para mais de 300 anos conclui que havia demasiadas coincidências para se acreditar sem deixar dúvidas, pois o jogo é bruto e não exclui assassinatos.

Como estará o Pitinga hoje? – Não sei.

A entrada do estanho brasileiro no mercado internacional, na verdade, concorreu para colapso do "*International Tin Council*" (ITC), em 1985.

Vejamos este pequeno histórico da Mineração Taboca, disponibilizado no seu site oficial:

LINHA DO TEMPO

- Em 1961, a Paranapanema, empresa de origem familiar na época, inicia sua história como empresa de construção civil pesada;

- Em 1969, a Paranapanema descobre ocorrências de cassiterita – minério de estanho – na Região Amazônica e obtêm os direitos minerários em diversas áreas na província estanífera de Rondônia, fundando a Mineração Taboca S.A.;

- Em 1973, a Paranapanema incorpora a empresa Mamoré Mineração e Metalurgia, verticalizando a produção, passando a produzir estanho refinado;

- Em 1974, a Paranapanema, após anos de investimentos, consolida tecnologia de concentração de cassiterita, proveniente de depósitos aluvionários;

- Em 1979, a Mineração Taboca, através de pesquisas geológicas, descobre os primeiros indícios promissores de existência de cassiterita, em afluentes do Rio Pitinga, no estado do Amazonas;

- Em 1982, a Mineração Taboca inicia implantação e lavra na mina a 300 km de Manaus [AM], que passa a denominar-se Pitinga, gerando recursos que a transforma em um projeto autossustentado;

- Em 1987, investimentos em pesquisa e desenvolvimento permitem à Mineração Taboca, avançar em tecnologias para processamento de minérios ricos em Nióbio e Tântalo, também presentes na mina de Pitinga;

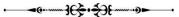
- Em 1996, um pool de fundos de pensão, adquire o controle acionário da Mineração Taboca, da Mamoré Mineração e Metalurgia, adotando o nome Paranapanema para denominar o novo conglomerado de empresas voltadas para produção de metais não ferrosos;

- Em 2002, Mineração Taboca obtêm Certificação ISO 9001:2000;

- Em 2005, a Mineração Taboca SA arrenda as instalações da Mamoré Mineração e Metalurgia, no interior de São Paulo, consolidando as atividades de mineração e metalurgia de estanho sob uma única empresa;

- Em 2006, Após anos de pesquisas e investimentos, a Mineração Taboca inicia o processo de substituição do aluvião pela extração da rocha primária, projeto denominado "*Rocha-Sã*";

- Em 2008, o tradicional grupo minerador peruano Minsur, adquire o controle acionário da Mineração Taboca e da Mamoré Mineração e Metalurgia.
  (www.mtaboca.com.br)

Pontifícia Universidade Católica [PUCSP]
São Paulo, SP – 24 e 25.04.2006

Cartel Internacional do Estanho: a Importância da Indústria Brasileira na Quebra do Conluio

[Júlio César Cuter; Anita Kon]

A indústria estanífera mundial apresentou ao longo do século XX alta concentração de países produtores. Em 1982 [ano inicial do último acordo do cartel de produtores], os quatro maiores produtores – Malásia, Indonésia, Bolívia e Tailândia – representavam juntos, aproximadamente, 75% da produção mundial.

Destacava-se, ainda, a pequena quantidade de firmas dentro de cada país explorando o principal minério do estanho, a cassiterita. Igualmente importante é considerar a integração quase completa da extração do minério com o seu beneficiamento metalúrgico, consolidando a cadeia produtiva, formando uma única indústria. A intervenção direta no mercado do estanho, o conluio, tornou-se possível com o surgimento de condições propícias e objetivas: a concentração e a integração. As primeiras tentativas de elaborar acordos fracassaram, mas com a criação de uma associação para gerir o cartel, em 1931, e com a queda no preço do metal, consequência da crise de 1929, as medidas de controle ganharam mais importância e começaram a surtir efeitos a partir de 1933.

Posteriormente, no entanto, mudanças impostas pelos dois choques do petróleo, em 1973 e 1979, abalaram a indústria estanífera. O efeito inicial foi o aumento artificial do preço do metal elevando a rentabilidade dos produtores, consequentemente fortalecendo o cartel. Esta situação intensificou um processo de redução do consumo por parte dos países europeus e dos EUA, por meio da substituição por outros materiais e da introdução de novas tecnologias que visavam a reduzir o consumo do metal no seu principal uso, o revestimento de folha-de-flandres na indústria siderúrgica.

Em um segundo momento, o aumento dos preços no mercado internacional atraiu produtores, dada a rentabilidade oferecida pelos preços excepcionais alcançados, sobretudo, após o segundo choque. Como estes produtores, antes periféricos ou inexistentes, não integravam o International Tin Council [ITC], os países membros tiveram dificuldades para manter o cartel no comando das quantidades comercializadas no mercado internacional, levando a associação à bancarrota completa em 24 de outubro de 1985.

A produção brasileira se avolumou exatamente neste contexto. Os incentivos à indústria local antecederam ao primeiro choque do petróleo, no entanto, foi na segunda metade da década de 1970, período entre-choques, que a indústria ganhou incentivos mais consistentes dentro do II Plano Nacional de Desenvolvimento [PND], tomando impulso e destaque.

A produção de estanho no Brasil cresceu ininterruptamente até o final da década de 1980, alcançando, no triênio 1988-1990, a liderança mundial na produção.

Nesse processo destacou-se também a crescente participação da Paranapanema, firmando-se como a principal indústria do setor no país, concentrando a produção e a comercialização internacional. [...]

Jornal do Commércio, n° 114
Rio de Janeiro, RJ – Quarta-feira, 18.03.2009

Supremo Conclui Julgamento Hoje

[Mariângela Gallucci – da Agência Estado]

O Supremo Tribunal Federal (STF) pretende concluir hoje se a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, deve ser contínua e se os arrozeiros que ocupam a região tem de sair da área.

Também será definido o momento em que a terra terá de ser desocupada, se imediatamente ou somente após publicada a decisão, o que pode demorar meses. (JDC, N° 114)

Jornal do Brasil, n° 345
Rio de Janeiro, RJ – Sábado, 21.03.2009

Contagem Regressiva para Arrozeiros
[Luiz Orlando Carneiro – Brasília]

O ministro Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal, relator do processo de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, informou ontem que vai se reunir, na próxima quarta-feira, com o ministro da Justiça, Tarso Genro, e o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador Jirair Meguerian, a fim de definir o prazo para que produtores de arroz deixem "*pacífica e definitivamente*" as áreas que ainda ocupam na reserva.

Ele explicou que a decisão do STF de que a retirada dos rizicultores tem de ser "*imediata*" significa que deve ser feita antes mesmo da publicação do acórdão do julgamento da ação popular, encerrado no fim da tarde de quinta.

Em tese – conforme admitiu o ministro – depois da publicação do acórdão, os prejudicados podem ajuizar recursos [embargos declaratórios], sob a alegação de que alguns pontos da decisão seriam obscuros, omissos ou duvidosos, como permite a legislação processual. [...]

O ministro-relator da polêmica ação popular ajuizada pelos senadores roraimenses Mozarildo Cavalcanti [PTB] e Augusto Botelho [PT] voltou a sublinhar que as questões relativas a eventuais indenizações pretendidas por fazendeiros e outros agricultores que exibem títulos de propriedade não interferem no processo de desocupação da área indígena.

Trata-se, segundo Britto, de "*processos paralelos que correm na Justiça comum*". A seu ver, os fazendeiros que reivindicam um prazo mais longo para desocupar a reserva, a fim de que possam colher, em maio, o que plantaram no ano passado, assumiram um risco, com base numa liminar, cujos efeitos foram extintos com a conclusão do julgamento da ação-piloto. [...]

Segundo ele, os rizicultores que ocuparam a reserva a partir de 1992 – e que diziam representar 6% da economia de Roraima – não teriam direito a nenhuma indenização, por terem cometido "*esbulho possessório*". No final de seu voto, ele afirmou que os índios foram, progressivamente, "*enxotados, escorraçados*" da reserva.

Quanto à questão de a área demarcada incluir faixas das fronteiras com a Venezuela e a Guiana, o relator afirmou que a "*compatibilidade entre faixas fronteiriças e terras indígenas é serena*", e que "*tanto as Forças Armadas quanto a Polícia Federal não podem ser impedidas de atuar, quando necessário, em reservas cujo território pertence à União*".

Em 10 de dezembro do ano passado, formou-se a maioria de oito dos 11 ministros do STF – consolidada em 10, na sessão final de quinta-feira – a favor da demarcação contínua da Raposa Serra do Sol, com as ressalvas [ou condições] apresentadas pelo ministro Menezes Direito [...]

Deputado Critica Decisão do Supremo

Em nota, o deputado federal Aldo Rebelo [PCdoB-SP] criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal de manter a demarcação de terra contínua da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. [...] Aldo diz que a decisão "*agride o interesse nacional*" e "*projeta um futuro de sombras e incertezas quanto à unidade do Estado e da nação*".

> O Supremo abre um precedente para que sejam implantados no Brasil um Estado multinacional e uma nação balcanizada, pois confere a tribos indígenas que fazem parte do povo brasileiro o esdrúxulo status de minorias apartadas do todo nacional, com prerrogativas negadas a outros estratos que há cinco séculos amalgamam a formação social do país, diz o deputado no documento.

Ele afirma ainda que:

> O respeito aos direitos dos indígenas não pode implicar o esbulho dos não índios que há muito tempo fincaram a bandeira do Brasil naquela região.

Segundo Aldo, as:

> 19 salvaguardas que o STF estabeleceu para a execução plena de sua sentença são, paradoxalmente, um atestado de que a decisão tem vício de origem. Foi como legalizar uma situação ilícita com a condição de que não se repita. Os índios beneficiados foram isolados da nação. E o Congresso Nacional tem o dever de reparar este erro calamitoso do Executivo e do Judiciário. (JDB, N° 345)

Raposa Serra do Sol: Terra de Brasileiros

[José Anchieta Júnior – Governador de Roraima]

A demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, precisa ser analisada pelo seu aspecto humano. Não buscamos servir de modelo ou tentar revolucionar os parâmetros de demarcação em vigor. Existe em Roraima um grave problema que atinge índios e não-índios, uma situação que colocou em conflito uma parcela da população que vivia em plena harmonia e que foi conflagrada pela interferência excessiva do Governo Federal.

A opção pela demarcação em área contínua, em vez de levar a paz, alimenta a discórdia. Nesta quinta-feira 19, o Supremo Tribunal Federal [STF] julgou o litígio e estabeleceu um modelo a ser seguido, que não é aquele pretendido pelo governo de Roraima, mas também não atende a todos a pleitos dos defensores do território único.

A Raposa Serra do Sol é uma área indígena diferente da reserva Ianomâmi, também em Roraima, onde vive uma população de pouco contato com a sociedade envolvente e que requer atenção muito especial sob pena de ser dizimada.

A baixa expectativa de vida daquele povo – 45 anos – impõe maior necessidade de proteção do Estado brasileiro. Os indígenas de Raposa Serra do Sol estão em contato com a sociedade envolvente faz bem mais de um século. A exceção dos Ingaricó – cerca de 1.200 índios no extremo-Norte da reserva na Serra do Sol – , os demais indígenas tem os mesmos hábitos, usos e costumes dos não-índios e tiveram a língua materna resgatada através de programas educacionais do governo do estado.

A reserva demarcada pelo governo federal é muito extensa. Tem 1,7 milhão de hectares e cerca de 17 mil índios.

O erro foi desconsiderar que nessa imensidão de terras poderia existir ocupação centenária, de boa-fé em regiões onde não havia a presença de índios, conforme demonstrado no voto do ministro Marco Aurélio de Mello. Raposa Serra do Sol tem comunidades indígenas cujas terras foram invadidas por não-índios. Mas naquela área também existem terras onde a presença do não-índio é muito anterior à dos indígenas. Existem proprietários de fazendas com títulos definitivos emitidos pelo governo federal no início do século passado.

Cem anos depois, resolveu-se considerar "*intruso*", "*ocupante de má-fé*", quem adquiriu terras por meios legais, pagou seus impostos em dia e ajudou a justificar para o Brasil uma fronteira então inóspita, despovoada, ameaçada por países vizinhos. Na década de 1930, um nordestino conhecido como Severino "*Minero*" [garimpeiro – em espanhol] atravessou o País.

Saiu do extremo-Norte e foi até o Palácio do Catete, no Rio de janeiro, depois de dias de caminhada, viagem de barco pelos rios da Amazônia, e dos mais variados tipos de transporte. Foi até o Presidente Getúlio Vargas para reclamar da invasão do território brasileiro. Severino Minero reclamou da invasão do hoje estado de Roraima por venezuelanos e inglesas da Guiana.

Deixou o Palácio do Catete com o título de "*guardião da fronteira*", conferido pelo Presidente da República. Voltou orgulhoso para sua morada. Ali, na área hoje denominada Raposa Serra do Sol [RSS], constituiu família. Filhos, netas e bisnetos de Severino nasceram e se criaram naquela região, de onde hoje estão sendo expulsos, como intrusos.

O que o governo de Roraima buscou no STF foi fazer justiça com as pessoas de bem que não podem ser penalizadas pelo fato de não terem a etnia indígena, apesar de terem nascido em RSS. A pessoa não pode ser considerada intrusa na própria terra onde nasceu e se criou. Ninguém é intruso na sua própria casa. Não ser índio e ter nascido entre eles também não é pecado ou crime algum.

O ato de demarcação foi do presidente da República, que fora induzido a erro, uma vez que um mesmo laudo antropológico de técnicos da FUNAI serviu de base para três diferentes portarias de demarcação daquela reserva, cada uma com um tamanho diferente.

Não se pode partir de uma mesma premissa e chegar a três conclusões distintas. A demarcação de Raposa Serra do Sol traz um corolário de irregularidades e não leva em conta nem mesmo a exigência constitucional de que o Conselho de Defesa Nacional deva ser consultado nas questões envolvendo a propriedade de terras na faixa de fronteiras.

No mais, chama atenção para o fato de decisão de tal relevância não ser, por exemplo, compartilhada pelo Congresso Nacional, ficando a cargo de uma só pessoa, portanto mais sujeita a erros do que de um colegiado.

Como governador de Roraima, eu não poderia assistir, inerte, a tamanha contrariedade aos interesses da população do meu estado. No entanto, decisão judicial é para ser cumprida, num Estado Democrático de Direito, apesar do meu entendimento de que, no Supremo, nem todos conseguiram visualizar, com clareza, a importância, para o País, da decisão que estava sendo tomada.

O estado de Roraima perdeu na Justiça, mas prestou um grande serviço ao País.

A partir desse julgamento, a FUNAI não poderá mais, monocraticamente, de forma nem sempre satisfatória, decidir sobre demarcações de terras indígenas. Perdeu Roraima, ganhou o Brasil. (JDB, N° 345)

Jornal do Commércio, n° 116
Rio de Janeiro, RJ – Sexta a Domingo
20, 21 e 22.03.2009

Arrozeiros Fora e Logo

[Mariângela Gallucci – da Agência Estado]

RAPOSA SERRA DO SOL – Supremo determina retirada imediata de agricultores que ocupam reserva indígena em Roraima. Tribunal conclui julgamento iniciado no ano passado e, por 10 votos a um, confirma demarcação contínua.

O Supremo Tribunal Federal [STF] fixou, nesta quinta-feira, regras para as futuras demarcações de terras indígenas e determinou a retirada imediata de arrozeiros que ocupam áreas dentro da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. Segundo a maioria dos ministros, somente índios podem ocupar a área. Apesar de ter determinado a saída imediata dos produtores, o tribunal ainda não definiu um prazo para a desocupação forçada dos plantadores que se recusarem a deixar a área.

O relator do caso no STF, Carlos Ayres Britto, afirmou que nesta sexta-feira deverá anunciar quando essa retirada ocorrerá. "*Não tenho o prazo, mas devo definir amanhã [nesta sexta-feira]*", disse o ministro, ressaltando esperar que os arrozeiros deixem a área sem necessidade da retirada forçada. "*É um imediatamente a curto prazo*", acrescentou. "*Estou autorizado a comandar o processo de desocupação*", afirmou.

Na tarde desta quinta-feira, finalmente foi concluído o julgamento da ação que questionava a demarcação da TIRSS. Por 10 votos a um, o tribunal decidiu que a demarcação deve ser contínua. Eles também resolveram derrubar liminar que garantia a presença de produtores na área até o julgamento final da ação.

Além da definição dos limites da reserva indígena, a decisão marcou uma nova modalidade de atuação do STF. Por maioria de votos, os ministros praticamente legislaram, ao impor uma espécie de estatuto para demarcação de terras no País. Com 19 pontos, esse "*estatuto*" prevê, por exemplo, que em processos de

demarcação de terras indígenas deverá ser assegurada a participação dos entes federativos envolvidos. No caso da Raposa Serra do Sol, houve a reclamação de que nem todos os envolvidos foram citados no processo. [...]

Índios Prometem Esperar

Com a decisão do Supremo Tribunal Federal [STF], que por dez votos a um manteve a demarcação contínua da área de 1,7 milhão de hectares, os índios prometeram que vão aguardar a retirada antes de ocupar as fazendas. "*Vamos chamar todo mundo para conversar e aguardar o cumprimento da decisão*", disse o coordenador do Conselho Indígena de Roraima [CIR], Dionito José de Sousa. [...]

Sem opção, o líder arrozeiro Paulo César Quartiero disse que não empreenderá resistência à ordem de saída, que será imediata, mas espera que o ministro Carlos Ayres Brito, relator da ação, estabeleça prazo até maio para a conclusão da colheita, retirada de maquinários e transferência do gado. Quartiero afirmou não ter como calcular os prejuízos caso a retirada seja feita em menor prazo. Segundo ele, somente nas suas fazendas, Providência e Depósito, há 1.500 hectares de arroz para colher. Por outro lado, os produtores teriam 9 mil cabeças de gado dentro da reserva. O líder arrozeiro criticou duramente a decisão do STF: "*o julgamento constatou o ódio e o rancor da Suprema Corte contra os produtores de alimentos do Brasil e especialmente de Roraima. Quase uma vingança, mas vamos continuar trabalhando*".

Cadeia

Poucos minutos depois de o Supremo anunciar sua decisão, dois arrozeiros afirmaram que [...] "*Daqui a três, quatro dias você vai ver todo mundo na cadeia. Vamos ser alimentados pelo governo federal*". [...]

Condições Aprovadas Pelo STF

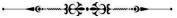
- ✳ O usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nos terras indígenas pode ser relativizado sempre que houver relevante interesse público da União;
- ✳ O usufruto dos índios não abrange o aproveitamento de recursos hídricos e potenciais energéticos, que dependerá sempre da autorização do Congresso Nacional;
- ✳ O usufruto dos índios não abrange a pesquisa e a lavra de riquezas minerais, que dependerá sempre de autorização do Congresso, assegurando-se-lhes participação nos resultados;
- ✳ O usufruto dos índios não abrange a garimpagem sem a permissão do lavro garimpeiro;
- ✳ O usufruto dos índios não se sobrepõe ao interesse da Política de Defesa Nacional. A instalação de bases, unidades, postos militares e demais intervenções militares, a expansão estratégica da malha viária, a exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico e o resguardo das riquezas de cunho estratégico a critério dos órgãos competentes serão implementados independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas e à FUNAI;
- ✳ A atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal na área indígena, no âmbito de suas atribuições, fica garantida e se dará independentemente de consulta a comunidades indígenas envolvidos e à FUNAI;
- ✳ O usufruto dos índios não impede a instalação pela União de equipamentos públicos, redes de comunicação, estradas e vias de transporte, além de construções necessários à prestação de serviços públicos, especialmente os de saúde e de educação;

- O usufruto dos índios na área afetada por unidades de conservação fica sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes;
- O Instituto responderá pelo administração da área de unidade de conservação, com a participação das comunidades indígenas;
- O trânsito de visitantes e pesquisadores não-índios deve ser admitido na área afetada à unidade de conservação nos horários e condições estipulados pelo Instituto Chico Mendes. Deve ser admitido o ingresso, o trânsito e a permanência de não-índios no restante do área do terra indígena, observadas as condições estabelecidas pela FUNAI;
- O ingresso, o trânsito e a permanência de não-índios não pode ser objeto de cobrança de quaisquer tarifas ou quantias de qualquer natureza por parte das comunidades indígenas;
- A cobrança de tarifas ou quantias de qualquer natureza também não poderá incidir ou ser exigido em troca da utilização das estradas, equipamentos públicos, linhas de transmissão de energia ou de quaisquer outros equipamentos e instalações colocadas o serviço do público;
- As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico, que restrinja o pleno exercício do usufruto e da posse direta pela Comunidade Indígena;
- É vedado, nas terras indígenas, a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas, a prática da caça, pesca ou coleta de frutas, assim como de atividade agropecuária extrativa;
- As terras sob ocupação e posse dos grupos e comunidades indígenas, o usufruto exclusivo das riquezas naturais e das utilidades existentes nas terras ocupadas, bem como a renda indígena, gozam de

plena imunidade tributária, não cabendo a cobrança de quaisquer impostos taxas ou contribuições sobre uns e outros;

- É vedada a ampliação da terra indígena já demarcada;
- Os direitos dos índios relacionados às suas terras são imprescritíveis e estes são inalienáveis e indisponíveis;
- É assegurada a participação dos entes federativos durante o processo demarcatório. (JDC, N° 116)

Jornal do Brasil, n° 350
Rio de Janeiro, RJ – Quinta-feira, 26.03.2009

Contagem Regressiva
Arrozeiros Terão de Sair em Abril

Justiça Fixa Data Para Retirada de Produtores da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol

[Luiz Orlando Carneiro – Brasília]

Os produtores de arroz que permanecem na reserva indígena Raposa Serra do Sol terão de deixar a área – cuja demarcação contínua foi aprovada pelo Supremo Tribunal Federal – até o dia 30 de abril. Enquanto isso, a Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança continuam na região, para evitar eventuais conflitos entre índios e não-índios.

O arroz a ser colhido em maio não será desperdiçado. O Governo Federal tomará as providências necessárias para que a colheita seja feita por delegação de "*órgãos da administração pública*", mas não se sabe ainda qual será o destino da safra.

As decisões foram tomadas, ontem, pelo ministro-relator do processo, Ayres Britto, em reunião de mais de uma hora, em seu gabinete, com o ministro da Justiça, Tarso Genro, e o advogado-geral da União, ministro José Antônio Toffoli. Participaram também da reunião o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador Jirair Meguerian, e o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Correa.

O presidente do TRF da 1ª Região foi incumbido de entrar em contato direto com os arrozeiros, "*a fim de que saibam como agir*", e viaja para a reserva na próxima semana.

Afirmou Ayres Britto, ao fim da reunião:

> A desocupação já começou, a decisão do STF é definitiva, deve ter cumprimento imediato, e não há como contemporizar. Mas admitimos que os ocupantes da área indígena demarcada precisam de algum tempo para que removam equipamentos e milhares de cabeças de gado. Mas esse tempo não pode ultrapassar o mês de abril. O prazo é mais do que suficiente.

Enquanto o ministro da Justiça apresentou um plano para a retirada pacífica dos produtores de arroz da Raposa Serra do Sol, Ayres Britto confirmou que a FUNAI ficou encarregada de elaborar "*um plano de reassentamento*" dos agricultores que ainda estão na região, em outras terras, "*sem prejuízo das indenizações por benfeitorias realizadas de boa fé*".

Ressaltou, no entanto, que as ações indenizatórias em andamento ou a serem ajuizadas correm na Justiça Federal de primeira instância, e são paralelas à execução da decisão demarcatória do STF. Os fazendeiros poderão incluir nessas ações os valores relativos à safra de arroz e às cabeças de gado, caso não haja acordo.

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE • **VENDA PROIBIDA** BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 11 DE FEVEREIRO DE 2010 NÚMERO 17.068 • 108 PÁGINAS

ESPLANADA

General “dissidente” exonerado

Militar foi afastado por criticar em texto na internet os redatores do Programa Nacional de Direitos Humanos

Breno Fortes/CB/D.A Press

O ministro da Defesa, Nelson Jobim (D), confirmou que pediu providências em relação ao artigo

Imagem 46 – Correio Braziliense n° 17.068, 11.02.2010

O advogado-geral da União informou ter combinado com o ministro-relator do processo que vai requerer, formalmente, a convocação da Polícia Federal e a entrada nas fazendas de funcionários da administração pública, que farão um levantamento dos bens e benfeitorias dos arrozeiros.

Assegurou Toffoli*:*

– *Faremos todo o possível para que a desocupação seja feita voluntariamente, e estamos dispostos a analisar eventuais indenizações, além de uma forma de auxílio a pessoas que fiquem sem emprego, em consequência da demarcação contínua da região como reserva indígena*.

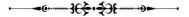
Por sua vez, o presidente do TRF da 1ª Região, Jirair Meguerian, explicou que vai a reserva indígena para conversar com os arrozeiros e seus empregados, muitos deles índios:

> Até agora eles tiveram notícias [sobre a decisão do STF] pelos meios de comunicação. Eu vou lá, em nome do ministro-relator, em nome da Justiça, para explicar o que ocorreu. (JDB, N° 350)

Imagem 47 – Gen-Ex Santa Rosa

Jornal do Brasil, n° 27
Rio de Janeiro, RJ – Terça-feira, 05.05.2009

VAIVÉM
STF Autoriza Colheita na Raposa

Ministro Permite Volta só de Funcionários de Produtores

O ministro do Supremo Tribunal Federal [STF], Carlos Ayres Britto, autorizou que funcionários de produtores de arroz voltem às fazendas na terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, para colher o restante da safra, sob fiscalização da Polícia Federal. Eles terão 10 dias para concluir o trabalho, a partir de amanhã. O ministro fez a concessão devido à incapacidade de órgãos do governo federal de se comprometerem em fazer a colheita ([25]). (JDB, N° 27)

[25] Alguma dúvida de que isso iria acontecer? O deletério ministro parece que o ministro é uma "*Alice no país das maravilhas*".

Correio Braziliense - n° 17.069
Brasília, DF – Sexta-feira, 12.02.2010

Relembrando o RDE

[Ari Cunha]

O General Maynard Santa Rosa pertence ao grupo de 15 membros do Alto Comando do Exército. Divulgou carta com pensamento pessoal, na qualidade de cidadão. Sabia o que ia acontecer. Conhece o Regulamento Disciplinar do Exército, as atividades, inclusive as punições.

Preferiu expressar pensamento próprio, mesmo usando uniforme da ativa. Assinou embaixo. Deu no que deu. Perdeu o cargo de chefe do Departamento Geral de Pessoal do Comando do Exército. Sabia com antecedência. Mesmo conhecendo a punição, não hesitou e teve a coragem que falta a muitos cidadãos comuns e políticos. Ficou na tropa como adido ao gabinete do comandante Enzo Peri até 31 de março.

É nessa data que termina o tempo de permanência no generalato, de 12 anos. Passará à reserva remunerada. Não respondeu a "*rigoroso inquérito*". A sentença estava dentro do que dissera. Tinha conhecimento de tudo. Preferiu expor o pensamento. Fez uso da liberdade pessoal, mesmo arcando com consequências que sabia serem certas. Quando servia à EIM-280, durante a guerra, em Fortaleza, o que mais me impressionou foi o Regulamento Disciplinar do Exército.

Sem caso omisso, diz tudo sem rodeios, sem direito a interpretações. O fato de discutir e apresentar propostas são ofício dos políticos, mesmo os implicados em desvio de verbas e comportamento alheio às atividades legislativas.

Nas Forças Armadas a conduta é em linha reta, sem alternativas. Como dizia o filósofo de Mondubim, "*por dentro feito talo de macaxeira*". Não desvia de nada.

O General Maynard Santa Rosa preferiu não citar exemplos. Nenhum companheiro foi lembrado. Achou melhor dizer que a apuração dos crimes da ditadura militar [1964-1985] competia à "*Comissão da calúnia*" formada por "*fanáticos*". Dessa forma, expressou pensamento claro, ao dizer o que pensava. Outras considerações surgiram ao escrever com consciência a carta divulgada, hoje de conhecimento popular.

O ministro Jobim havia conversado com o comandante Enzo Peri, que estava a serviço no Rio Grande do Sul. Confirmada a autoria da carta, adotou o Regulamento Disciplinar do Exército, que não aceita discussões. O General Maynard de Santa Rosa disse com todas as palavras que "*fanáticos adotaram o terrorismo, sequestro de inocentes e assalto a bancos como meio de combater o regime para alcançar o poder*".

A carapuça cabe na cabeça de dona Dilma Rousseff. Era membro da Comissão, participante da luta armada e está convocada para expor seus pensamentos, tudo antes do acontecido. Certa vez o General Santa Rosa havia sido afastado do Ministério da Defesa por discordar do governo sobre a reserva indígena Raposa Serra do Sol. Peito aberto, consciência tranquila, ostenta posto de envergadura na profissão que escolheu desde criança.

Deixa o exemplo à posteridade para os descendentes. Guarda mente limpa perante a família, à qual deve sua formação íntegra de pensamento livre. Guarda os amigos no coração. E sente o dever cumprido ao agir sozinho, sem envolver colegas. Aí está a biografia do homem disciplinado do Exército. Não aceitou fugir ao pensamento de cidadão. (CBRAZ, N° 17.069)

Correio Braziliense – n° 17.137
Brasília, DF – Terça-feira, 20.04.2010

Uma Solução para Roraima

[Renata Mariz]

Embora o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha sido recebido com festa pelo povo da Reserva Raposa Serra do Sol ontem, em Roraima, numa cerimônia em comemoração ao Dia do Índio, não faltaram críticas quanto à atuação do governo federal na política de assistência às aldeias.

Algumas lideranças do próprio estado escolhidos por Lula para passar a data se negaram a participar do evento.

Crítico da demarcação da reserva o presidente da Sociedade de Defesa dos Indígenas Unidos de Roraima, Sílvio da Silva, chamou a atenção para um suposto oportunismo do presidente na ocasião.

"*Ele não é índio, o que vem fazer aqui? Colocar cocar na cabeça e segurar flecha?*", questiona. "*Em vez de ficar pregando essa imagem romântica de índio que anda nu, que vive como antigamente, ele deveria conhecer os problemas pelos quais passamos*". Silvio refere-se às dificuldades enfrentadas pela população não índia que foi retirada da área depois da homologação da reserva.

"*Eram idosos que viveram ali a vida inteira, pessoas que se casaram com índios e tinham suas famílias. Agora estão em assentamentos precários. Sem contar os empregos que foram embora com a saída dos arrozeiros*", lamenta Sílvio. [...] (CBRAZ, N° 17.137)

Correio Braziliense – n° 18.414
Brasília, DF – Quinta-feira, 24.10.2013

Apesar de o Supremo não ter Vinculado os Critérios de Definição de Raposa Serra do Sol a Outras Terras Indígenas, Governo Reeditará Portaria que Amplia Regras

AGU Estende Decisão Do STF Para Reservas

[Amanda Almeida]

Embora o Supremo Tribunal Federal [STF] tenha decidido ontem que os critérios usados pelo governo para a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, não valem automaticamente para outros casos, a Advocacia-Geral da União [AGU] anunciou que reeditará uma portaria que estabelece as mesmas regras como parâmetros para outras áreas.

Na prática, a polêmica sobre a ocupação das reservas indígenas no país não tem ponto final, já que entidades indígenas não concordam com todos os termos, como o que veda a ampliação de área já demarcada, e prometem mais briga.

Julgado em 2009, o caso da Raposa Serra do Sol criou controvérsias porque, sem regras específicas na legislação brasileira para a ocupação de terras indígenas, a AGU seguiu o mesmo modelo em outras reservas.

Ao decidir a demarcação, o STF criou 19 condicionantes para o uso da área pelos índios. As diretrizes foram o principal alvo de contestação da determinação do STF; cujos recursos foram julgados ontem.

Relator das apelações, o ministro Luís Roberto Barroso concluiu que as 19 regras não precisam ser automaticamente seguidas em outras reservas. A maioria dos ministros concordou com Barroso.

A partir da interpretação, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, disse que a Portaria 303, que orienta os advogados públicos a seguirem as regras da Raposa Serra do Sol em outros casos, será reeditada. Ela havia sido suspensa no ano passado, pouco depois de ser publicada, após muita polêmica com os índios. Coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil [APIB], Sônia Bone Guajajara avalia que a situação é preocupante para as etnias.

"*Comemoramos a decisão do Supremo de não vincular as regras a outras reservas. Mas encaramos com muito temor a reedição da Portaria 303. Vamos lutar contra isso*". Os índios reclamam que algumas reservas foram demarcadas com erros e a condicionante que proíbe a ampliação de áreas já demarcadas é, por isso, injusta. Eles também são contrários à regra que "*assegura a efetiva participação dos entes federativos em todas as etapas do processo de demarcação*". Na visão deles, isso abre brecha para o Poder Legislativo demarcá-las. Eles querem que apenas a União possa fazê-la.

Para o deputado federal Moreira Mendes [PSD-RO], relator do Projeto de Lei 227/2012, que regulamenta a demarcação das terras indígenas com bases semelhantes às condicionantes do STF, a decisão da Corte abre espaço para o diálogo. "*O Supremo entendeu que elas são válidas para a Raposa do Sol, o que abre precedente para ser usada em outras. É o ideal. É preciso estabelecer regras para a ocupação das reservas que valham para os dois lados [ruralistas e índios]. Agora, o Congresso tem de se apressar e regulamentar isso*". (CBRAZ, N° 18.414)

Nota técnica da Funai sobre a Portaria n° 303/12 da AGU

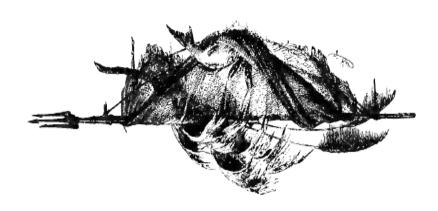
Publicado em 20 Julho 2012

A Fundação Nacional do Índio – Funai, órgão federal responsável pela coordenação da política indigenista do Estado brasileiro, vem a público manifestar sua contrariedade à edição da Portaria n° 303, de 16 de julho de 2012, que "*fixa a interpretação das salvaguardas às terras indígenas, a ser uniformemente seguida pelos órgãos jurídicos da Administração Pública Federal direta e indireta, determinando que se observe o decidido pelo STF na Pet. 3.388-Roraima, na forma das condicionantes*".

Entendemos que a medida restringe o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, especialmente os direitos territoriais, consagrados pela Constituição Federal, ao adotar como parâmetro decisão não definitiva do Supremo Tribunal Federal para uniformizar a atuação das unidades da Advocacia-Geral da União.

O julgamento da Petição 3.388-Roraima [referente ao caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol] ainda não foi encerrado, tendo em vista a existência de embargos de declaração pendentes de decisão junto à Corte Suprema, os quais visam esclarecer a interpretação e os efeitos atribuídos às condicionantes estabelecidas na decisão do caso mencionado.

Além disso, o próprio Supremo já se manifestou no sentido de que a decisão proferida no caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol não possui efeito vinculante para os demais processos envolvendo a demarcação de terras indígenas, conforme consta nas Reclamações 8.070 e 13.769. A uniformização da atuação das unidades da Advocacia-Geral da União em relação aos processos envolvendo a demarcação de terras indígenas deve ser embasada em decisões definitivas do Supremo Tribunal Federal, sob pena de aumentar a insegurança jurídica e, principalmente, colocar em risco os direitos garantidos constitucionalmente às comunidades indígenas.

Por essas razões, é imprescindível a revisão dos termos da Portaria n° 303, de 16 de julho de 2012.

PORTARIA N° 303, DE 16 DE JULHO DE 2012

Dispõe sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas conforme entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal na Petição 3.388 RR.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e o art. 4°, incisos X e XVIII, da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, e considerando a necessidade de normatizar a atuação das unidades da Advocacia-Geral da União em relação às salvaguardas institucionais às terras indígenas, nos termos do entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal na Petição 3.388-Roraima [caso Raposa Serra do Sol], cujo alcance já foi esclarecido por intermédio do PARECER n° 153/2010/DENOR/ CGU/AGU, devidamente aprovado, resolve:

Art. 1°. Fixar a interpretação das salvaguardas às terras indígenas, a ser uniformemente seguida pelos órgãos jurídicos da Administração Pública Federal direta e indireta, determinando que se observe o decidido pelo STF na Pet. 3.888-Roraima, na forma das condicionantes abaixo: [...]

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Seção 1 – N. 138

Quinta-feira, 20 de julho de 2017

ISSN 1677-7042

PARECER N. 001/2017/GAB/CGU/AGU
PROCESSO: 00400.002203/2016-01
INTERESSADO: CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

I. O Supremo Tribunal Federal, no acórdão proferido no julgamento da PET 3.388/RR, fixou as "*salvaguardas institucionais às terras indígenas*", as quais constituem normas decorrentes da interpretação da Constituição e, portanto, <u>devem ser seguidas em todos os processos de demarcação de terras indígenas</u>.

II. A Administração Pública Federal, direta e indireta, deve observar, respeitar e dar efetivo cumprimento, em todos os processos de demarcação de terras indígenas, às condições fixadas na decisão do Supremo Tribunal Federal na PET 3.388/RR, em consonância com o que também esclarecido e definido pelo Tribunal no acórdão proferido no julgamento dos Embargos de Declaração [PET-ED 3.388/RR].

Exma. Sra. Advogada-Geral da União,

Um dos temas mais questionados em relação à atuação desta Advocacia-Geral da União diz respeito à edição da Portaria AGU n. 303, de 2012.

O ato normativo é alvo de críticas não apenas em relação à sua validade, levando em consideração o seu conteúdo material, mas também à sua eficácia, tendo em vista as dúvidas que, desde a sua edição e especialmente em razão da série de atos posteriores que suspenderam os seus efeitos, sempre foram suscitadas em torno de sua aplicabilidade e efetividade.

A Portaria AGU n. 303, de 16/07/2012, foi editada com o conhecido propósito de normatizar a atuação das unidades da Advocacia-Geral da União quanto à interpretação e aplicação das denominadas salvaguardas institucionais fixadas pelo Supremo Tribunal Federal na decisão proferida na Petição n. 3.388 ["*caso Raposa Serra do Sol*"] [1], de modo a determinar a sua observância e aplicação uniforme por parte dos órgãos jurídicos da Administração Pública Federal nos processos de demarcação de terras indígenas [2].

Alvo de contestações logo no início de sua vigência [3], a portaria teve seus efeitos suspensos pela Portaria AGU n. 308, de 25/07/2012, e, posteriormente, em razão da oposição de diversos embargos de declaração ao acórdão do STF na PET n. 3.388/ RR, a Portaria AGU n. 415, de 17 de setembro de 2012, fixou o termo inicial de sua vigência para o dia seguinte ao da publicação do acórdão que então ainda viria a ser proferido nos referidos embargos [4].

Após o julgamento e a publicação do acórdão do STF nos embargos de declaração [5], foi editada a Portaria AGU n. 27, de 07 de fevereiro de 2014, a qual determinou à Consultoria-Geral da União e à Secretaria-Geral de Contencioso a análise da adequação do conteúdo da Portaria AGU n. 303/2012 aos termos da decisão final proferida pelo Tribunal [6].

A partir de então, instaurou-se a controvérsia – a qual envolveu diversos órgãos da Administração Pública, especialmente a Fundação Nacional do Índio [FUNAI], e da Advocacia-Geral da União, especificamente a Procuradoria Federal Especializada junto à FUNAI [PFE/FUNAI], a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça [CONJUR/MJ/CGU/AGU], a Secretaria-Geral de Contencioso e a Consultoria-Geral da União – sobre a vigência e a eficácia da portaria em questão [[7]].

Diversos processos chegaram a ser abertos para tratar dessa controvérsia [[8]] e, em alguns dos posicionamentos que visaram solucionar a divergência, chegou a prevalecer a tese de que, após a apreciação definitiva do STF no julgamento dos embargos de declaração, a Portaria AGU n. 303 estaria em vigor e com plena eficácia. Porém, em 11 de maio de 2016, o Advogado-Geral da União, por meio do Despacho n. 358/2016/GABAGU/AGU [[9]], estabeleceu que, enquanto os estudos requeridos por meio da Portaria AGU n. 27/2014 não fossem concluídos, a Portaria AGU n. 303/2012 deveria permanecer com sua eficácia suspensa. A subsistência dessa controvérsia no âmbito da Advocacia-Geral da União chegou a reverberar no Supremo Tribunal Federal. Alguns Ministros se pronunciaram sobre o tema em julgamentos sobre processos envolvendo a demarcação de outras terras indígenas. Na maioria das vezes, exigiram uma solução para a questão, no sentido de se pacificar o tema de acordo com o que decidido pela Corte na PET n. 3.388/RR. Nos debates ocorridos na apreciação do RMS n. 29.087/DF, o Ministro Celso de Mello concluiu de modo muito contundente:

> "*Altamente conveniente, desse modo, que o eminente Advogado-Geral da União restabeleça a vigência da Portaria AGU n. 303/2012, suspensa desde a edição da Portaria AGU n. 308/2012 e posteriores alterações, em ordem a adequar ao julgamento plenário da PET 3.388/RR a atuação dos órgãos jurídicos da FUNAI e da própria União Federal, sempre que se tratar de demarcação administrativa de terras indígenas*".

Em razão de todos os problemas relacionados à forma da Portaria AGU n. 303/2012, faz-se premente e necessário que o seu conteúdo normativo, que simplesmente reproduz a decisão do STF na PET n. 3.388/RR, seja incorporado por parecer jurídico emanado desta Advocacia-Geral da União, o qual, uma vez aprovado pelo Presidente da República, possa ter os devidos efeitos vinculantes em relação a todos os órgãos da Administração Pública Federal.

O presente parecer, elaborado com base nos artigos 40 e 41 da Lei Complementar n. 73, de 1993 [[10]], para ser submetido à aprovação do Exmo. Sr. Presidente da República, tem o objetivo de determinar a observância, por parte da Administração Pública Federal, direta e indireta, do conteúdo da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na PET n. 3.388/RR, especialmente das salvaguardas institucionais às terras indígenas. [...]

2. As Salvaguardas Institucionais Como Normas Decorrentes da Interpretação da Constituição [...]

As denominadas salvaguardas institucionais às terras indígenas, portanto, nada mais são do que normas decorrentes da interpretação do texto da Constituição, especialmente dos artigos 231 e 232, realizada pelo Supremo Tribunal Federal.

Como esclareceu o Ministro Luís Roberto Barroso, "*as condições em tela são elementos que a maioria dos Ministros considerou pressupostos para o reconhecimento da demarcação válida, notadamente por decorrerem essencialmente da própria Constituição.*

Na prática, sua inserção no acórdão pode ser lida da seguinte forma: se o fundamento para se reconhecer a validade da demarcação é o sistema constitucional, a Corte achou por bem explicitar não apenas esse resultado isoladamente, mas também as diretrizes desse mesmo sistema que conferem substância ao usufruto indígena e o compatibilizam com outros elementos igualmente protegidos pela Constituição" [[24]]. [...]

9. Conclusões

Estas são as razões pelas quais se conclui que a Administração Pública Federal deve observar, respeitar e dar efetivo cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal que, no julgamento da PET n. 3.388/RR, fixou as "*salvaguardas institucionais às terras indígenas*", determinando a sua aplicação a todos os processos de demarcação de terras indígenas, em consonância com o que também esclarecido e definido pelo Tribunal no acórdão proferido no julgamento dos Embargos de Declaração [PET-ED n. 3.388/RR] e em outras de suas decisões posteriores, todas analisadas neste parecer [ex.: RMS n. 29.087/DF; ARE n. 803.462/MS; RMS n. 29.542/DF]. [...] Em caso de acolhimento das presentes conclusões, este parecer poderá ser submetido à aprovação do Exmo. Sr. Presidente da República, e uma vez publicado juntamente com o despacho presidencial, deverá vincular a Administração Pública Federal, cujos órgãos e entidades ficarão obrigados a lhe dar fiel cumprimento [artigos 40 e 41 da Lei Complementar n. 73/1993], a partir da data da sua publicação. À consideração superior.

Brasília, 19 de julho de 2017.

ANDRÉ RUFINO DO VALE

Consultor-Geral da União substituto

[1] Supremo Tribunal Federal, Plenário, Petição n. 3.388/RR, Relator Ministro Ayres Britto, julg. 19.03.2009, DJE 25.09.2009.

[2] A edição da Portaria AGU n. 303, de 16.07.2012, foi resultado das conclusões, no âmbito desta Consultoria-Geral da União, do Parecer n. 153/2010/DENOR/CGU/AGU [processo 00400.018100/2009-26]. O preâmbulo e o artigo 1° da portaria dispõem o seguinte: "*O Advogado-Geral da União, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e o art. 4°, incisos X e XVIII, da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, e considerando a necessidade de normatizar a atuação das unidades da Advocacia-Geral da União em relação às salvaguardas institucionais às terras indígenas, nos termos do entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal na Petição 3.388-Roraima [caso Raposa Serra do Sol], cujo alcance já foi esclarecido por intermédio do PARECER no 153/2010/DENOR/CGU/AGU, devidamente aprovado, resolve: Art. 1°. Fixar a interpretação das salvaguardas às terras indígenas, a ser uniformemente seguida pelos órgãos jurídicos da*

Administração Pública Federal direta e indireta, determinando que se observe o decidido pelo STF na Pet. 3.388-Roraima, na forma das condicionantes abaixo: [...]"

[3] Especialmente em razão do Ofício n° 260/Gab/Pres-Funai [23/07/2012], que solicitava prazo para a oitiva dos povos indígenas sobre o tema.

[4] A Advocacia-Geral da União valeu-se da Portaria n. 308, de 25/07/2012, para alterar o art. 6° da Portaria n. 303/2012, fixando-lhe o termo inicial de vigência para o dia 24/09/2012; e, na sequência, vindo o referido acórdão do STF a ser objeto de embargos de declaração, editou a Portaria AGU no 415, de 17/09/2012, fixando esse termo inicial para o dia seguinte ao da publicação do acórdão nos embargos declaratórios a ser proferido na Petição no 3.388/RR.

[5] No Acórdão dos Embargos de Declaração, proferido em 23/10/2013, o STF: a] negou efeitos modificativos da decisão anterior, mantendo integralmente as referidas salvaguardas; b] esclareceu que tais condições ou condicionantes decorreriam do sistema da própria Constituição; c] enfatizou operarem coisa julgada material somente para o caso Raposa Serra do Sol; d] admitiu que devido a terem sido estabelecidas em ação popular, tecnicamente falta-lhes força vinculante e não se estendem automaticamente a outros processos em que se discuta matéria similar; e] ponderou, porém, que a força moral e persuasiva de tal decisão exigirá elevado ônus argumentativo para se superar a aplicação dessas condicionantes a outros casos similares.

[6] Nos autos do processo n. 00692.003281/2014-15, a Consultoria Geral da União conduziu, no ano de 2014, um estudo comparativo entre as salvaguardas mantidas pelo acórdão dos embargos e as disposições da Portaria AGU no 303/2012, do qual decorreu-lhe percepção de que em seu mérito esta continuaria - s.m.j. - coadunada ao conjunto dos referidos acórdãos do STF, porém, passaria a ter seu efeito vinculativo relativizado pela última decisão. De seu turno, também contribuindo para o mesmo estudo, no processo 00400.000605/2015-82, a Secretaria-Geral de Contencioso, em pronunciamento exteriorizado ainda no ano de 2014, depois mantido na Nota AGU/SGCT/ADZIN n. 28/2015 [16/07/2015], posicionou-se como segue: a] apenas porque proferida em sede de ação popular, meio processual inidôneo para controle abstrato de normas, é que a decisão do STF, embora para o caso concreto esteja dotada de eficácia contra todos ["*erga omnes*"], não operaria efeitos vinculantes e nem obrigatoriedade formal ["*formally binding*"] para todas as demais situações símiles, visto que desprovida de vinculação automática para outros casos; b] sem embargo disso, seus efeitos de precedente persuasivo da mais elevada Corte Judiciária do País tendem a nortear o critério decisório em futuras demarcações, consoante se denota dos julgamentos do RMS no 29.087 [j. 16.09.2014, red. p/ o acórdão o Min. Gilmar Mendes] e do RMS no 29.542 9 [j. 30.09.2014, rel. Min. Carmen Lúcia]; c] já constam inclusive da parte dos Ministros Gilmar Mendes e Celso de Mello manifestações

favoráveis à conveniência do restabelecimento da Portaria AGU no 303/2012, que reputam importante contribuição para pacificação do tema [RMS no 29.087, 2ª Turma, j. 16.09.2014, Dl de 14.10.2014, p. 72]; d] a análise determinada pela Portaria AGU no 27/2014 não demanda considerações quanto à conveniência e oportunidade acerca da manutenção, alteração ou revogação da Portaria AGU no 303 /2012, próprios da autoridade competente; e] no que concerne à compatibilidade de conteúdos jurídicos entre a Portaria AGU no 303/2012 e a decisão integrada proferida pelo STF na Petição no 3.388-STF, e à vista da minuta de sugestões propostas pela CGU, em caso de eventual decisão pela manutenção da Portaria no 303/2012 far-se-iam necessárias que a minuta agregasse as exíguas adequações formuladas na sua manifestação.

[7] Por exemplo, no processo n° 08001.001453/2015-40, examinou-se a promoção do Ofício 1ª Sec/RI/E/no 164/15 [13/03/2015], no qual a 1ª Secretaria da Câmara dos Deputados, nos termos do § 2° do art. 50 da Constituição, promoveu ao Ministro de Estado da Justiça o Requerimento de Informação n° 4.320 [14/05/2014], para instar "*informações em relação às medidas e providências que a Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça e a Procuradoria Federal da Fundação Nacional do Índio irá adotar quanto à entrada em vigor da Portaria 303/2012 da Advocacia-Geral da União*". Dessa análise emergiu a controvérsia entre a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça [Parecer n. 216/2015/Conjur-MJ/CGU/AGU, de19/03/2015] e a Procuradoria Federal Especializada junto à Funai [Despacho n. 024/2015/GAB/PFE/PFE-Funai/PGF/AGU, de23/03/2015] acerca da vigência da Portaria AGU n. 303, de16/07/2012, a primeira concluindo que "*a Portaria AGU n. 303, de 2012, está em vigor desde a publicação do acórdão nos embargos declaratórios na Petição no 3.388-RR, conforme expressamente prevê seu art. 6°*"; a segunda sustentando que "*tendo em vista que se encontram ainda pendentes de julgamento embargos declaratórios opostos em 14/02/2014 por Lawrence Manly Harte e outros, nos autos da PET 3.388, a aplicação da Portaria AGU no 303/2012 permanece suspensa*". Chamadas a Secretaria-Geral de Contencioso e a Procuradoria-Geral Federal a se manifestarem acerca dessa controvérsia, a primeira exteriorizou o Parecer AGU/SGCT/JMR/no 37/2015 [14/04/2015], atestando que, referentemente à terra indígena Raposa Serra do Sol, e em relação às partes do Processo da Petição n. 3.388, o acórdão ali proferido pelo Supremo Tribunal Federal reveste-se atualmente de plena e imediata exequibilidade, e a segunda posicionou-se na Nota no 023/2015/ DEPCONSU/PGF/AGU [23/04/2015],sufragando o entendimento do Parecer no 216/2015/Conjur-MJ/CGU/AGU [19/03/2015].

[8] No processo no 0688.001553/2014-10, o Ofício no 398/2014 - AI/GAB/SDH/PR [24/09/2014], em que, para os fins de instruir apresentação de manifestação no Caso no 12.673-MC-818-04 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA [CIDH], versado aos povos indígenas da região roraimense de Raposa Serra do Sol, notadamente à situação das comunidades lngarikó, Macuxi, Patamona, Wapixana e Taurepang, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

solicitou informações acerca da vigência da Portaria AGU n° 303/2012. No processo n° 00400.000605/2015-82, o Ofício 1ª Sec/RI/E/n° 687/2015 [22/05/2015], em que a Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados, a fundamento do § 2° do art. 50 da Constituição, encaminhou à AGU o Requerimento de Informação n° 476/2015, no qual o Exm°. Deputado Federal Alceu Moreira postulou "*informações em relação à definição, no âmbito da Advocacia-Geral da União, da análise das salvaguardas institucio-nais a serem aplicadas pelos órgãos jurídicos da Administração Pública Federal, nos termos da Portaria/AGU no 27, de 7 de fevereiro de 2014*", de sua análise tendo resultado a resposta veiculada pelo Aviso n° 225/AGU [26/06/2015], a noticiar-lhe que o objeto da demanda ainda se encontrava pendente de estudos no âmbito da Advocacia-Geral da União. No processo no 00400.000799/2015-16, o Ofício n° 290/2015-P [02/07/2015], em que a Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados postulou que o Advogado-Geral da União revogasse a Portaria AGU no 303/2012. E no processo n° 00400.000996/2016-16, a demanda do Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI, criado no âmbito do Ministério da Justiça pelo Decreto n° 8.593, de 17/12/2015, ora presidido pelo titular da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, e por ela secretaria do conjuntamente com o Ministério da Justiça e Cidadania, que insta a Advocacia-Geral a manifestar-se sobre a legalidade da sua Portaria n° 303/2012, em atenção aos termos da Resolução CNPI n° 01, de 28/04/2016, que recomenda a sua anulação, por não considerar suficiente a informação de que a questão seria resolvida após a conclusão e aprovação dos estudos em curso na AGU.

[9] Aprova a Nota n. 02/2016/ADJ/AG [11/05/2016], a qual conclui que "*enquanto os estudos mencionados na Portaria no 27, de 2014, não forem apresentados e aprovados, a Portaria no 303, de 2012, segue sem eficácia. Não se olvide, contudo, que os julgados do Supremo Tribunal Federal têm por seu mérito próprio uma força de orientar as decisões futuras, tanto jurídicas quanto administrativas, mas não há que se falar, neste momento, de aplicação em sentido estrito da mencionada portaria*".

[10] Lei Complementar n. 73/1993: "*Art. 40. Os pareceres do Advogado-Geral da União são por este submetidos à aprovação do Presidente da República. § 1° O parecer aprovado e publicado juntamente com o despacho presidencial vincula a Administração Federal, cujos órgãos e entidades ficam obrigados a lhe dar fiel cumprimento. [...] Art. 41. Consideram-se, igualmente, pareceres do Advogado-Geral da União, para os efeitos do artigo anterior, aqueles que, emitidos pela Consultoria-Geral da União, sejam por ele aprovados e submetidos ao Presidente da República*". [...]

[24] Trechos do voto do Ministro Luís Roberto Barroso no julgamento da PET-ED 3.388, em 23.10.2013. [...]

A Falta de Justiça...

(Rui Barbosa)

A falta de justiça, Srs. Senadores, é o grande mal da nossa terra, o mal dos males, a origem de todas as nossas infelicidades, a fonte de todo nosso descrédito, é a miséria suprema desta pobre nação. A sua grande vergonha diante o estrangeiro, é aquilo que nos afasta os homens, os auxílios, os capitais. A injustiça, Senhores, desanima o trabalho, a honestidade, o bem; cresta em flor os espíritos dos moços, semeia no coração das gerações que vem nascendo a semente da podridão, habitua os homens a não acreditar senão na estrela, na fortuna, no acaso, na loteria da sorte, promove a desonestidade, promove a venalidade promove a relaxação, insufla a cortesania, a baixeza, sob todas as suas formas. De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.

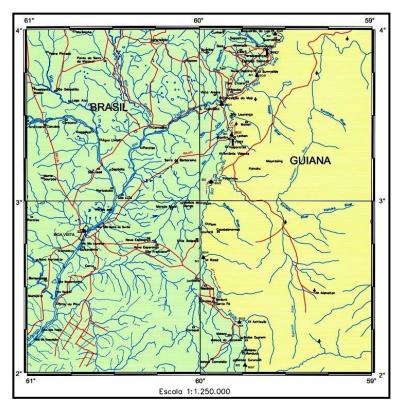



Imagem 48 – Carta Brasil – Guiana

Imagem 49 – Ponto Mais Setentrional do Brasil

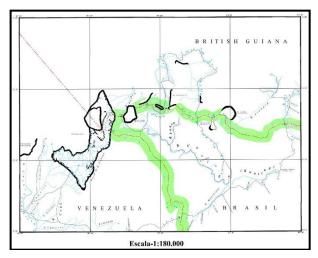



Imagem 50 – Ponto de Trijunção – Brasil/Guiana/Venezuela

Imagem 51 – Marco BV0 – Monte Roraima

Relatos Pretéritos do Monte Roraima

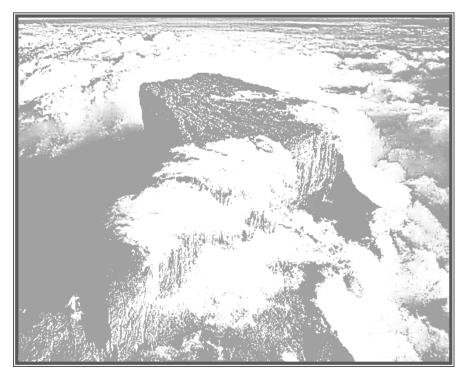



Imagem 52 – Monte Roraima

Élisée Reclus, 1900

Da mesma sorte que o Rio Negro, o Branco – antigo Parima tem por principal nascente um afluente muito mais longo do que o Rio como tal considerado, porque segue o eixo do vale e percorre a região de passagem entre as duas vertentes. O Uraricoera, verdadeiro Rio Branco pela extensão e pela massa d'águas, nasce num Alto Vale granítico da Serra Parima, ao Sul do Machiati, e, correndo de Oeste para Leste, junta-se, após um curso de 600 quilômetros pelo menos, com o Rio Tacutu, o qual recebe os arroios do Roraima, os do Cairrit e a famosa corrente de Pirara que continua para o lado do Essequibo pelo Rupununi, na Guiana Inglesa.

O Mau, também chamado Ireng, afluente do Tacutu, é famoso pelas suas cachoeiras: uma delas, a Corona, de 50 metros de altura, é celebrada, com as quedas do Roraima e de Kaieteur, as savanas, depois penetram nos desfiladeiros da cadeia de granito de maciços desiguais que o Uaupés e o Rio Negro tem de atravessar na região de sua confluência. O Rio Branco desce também por uma escala de cachoeiras, impedindo qualquer comunicação por canoas entre a parte baixa e a parte alta do Rio. (RECLUS)

Castilhos Goycochêa, 1943

Em 1879, foi enviada ao Extremo Norte para estudar e fazer a demarcação da fronteira do Brasil com a Venezuela uma comissão, sob a chefia do Tenente-coronel Francisco Xavier Lopes Araújo, a qual verificou que as nascentes do Rio Cotingo estão no Monte Roraima. Em princípios do século atual mandou o governo inglês, para precisar os limites da sua Guiana com a Venezuela, procurar as nascentes desse Rio Cotingo, tendo confirmado, ponto por ponto as coordenadas encontradas pela Comissão Brasileira de 1984, tornando-se assim o Monte Roraima o ponto de convergência do Brasil, Venezuela e Guiana Inglesa. Em 1938 seguiu para esse ponto a Comissão Mista Brasileiro-britânico-venezuelana, tendo verificado as coordenadas geográficas obtidas pelas anteriores expedições e aí levantado o marco lindeiro dos três países. O estudo do resto da fronteira com a Venezuela fora iniciado pela expedição mista, brasileiro-venezuelana, nesse ano de 1879, em obediência ao Tratado de 04.05.1839, fazendo os estudos geográficos necessários e demarcando a fronteira desde as cabeceiras do Memachi até o Cerro Cupi e fixando os primeiros marcos. Esses estudos foram continuados em 1912 a 1915 pela Comissão chefiada pelo Ten-cel Manuel Luís de Melo Nunes. (GOYCOCHÊA)

Jornal do Comércio, n° 63
Rio de Janeiro, RJ – Terça-feira, 18.12.1962

Gazetilha

Território de Roraima

Por proposta do Deputado Valério Magalhães, representante do Território de Rio Branco, votou o Congresso Nacional a mudança do nome dessa unidade administrativa para Roraima. As razões do projeto eram facilmente compreensíveis; evitar a confusão com a capital do então Território, hoje Estado do Acre, que também é Rio Branco, em justa homenagem ao grande Chanceler que para o Brasil resolveu várias e importantes questões de limites, entre as quais a do Acre, com a Bolívia e o Peru.

Entretanto, aquela denominação havia sido dada, em 1943, em lembrança do maior dos Rios da região, o Branco, principal afluente do Negro, que nada tem a ver com o pequeno Rio Branco, afluente do Paraguai, que deu o título nobiliárquico ao Visconde do Rio Branco, depois passado ao filho Barão.

Aprovado o projeto, subiu à aprovação presidencial, mas o Presidente da República, deixando passar o prazo constitucionalmente fixado para sua sanção ou veto, devolveu-o ao Senado, ao que se diz por divergirem, a respeito os seus correligionários.

Em consequência sancionou-o o Sr. Rui Palmeira, então na presidência do Senado, e assim, depois de Guaporé que passou a Rondônia, temos mais urna mudança de nome de Território: Rio Branco passou a ser Roraima.

[...] pelo menos um dos muitos assessores do Presidente da República deveria conhecer; é que Monte Roraima não é nome usado na região dos limites do Brasil com a Guiana Britânica, e sim "*Roraimã*", conforme apurou a Comissão Mista Brasileira-Britânica, fixadora dessa fronteira, e consta de seu Relatório de 1939.

Consequentemente, por falta do veto promulgada a errônea lei, temos agora um Território Federal com o nome oficialmente errado em País no qual a ciência geográfica está bem adiantada, mas em que a vasta assessoria presidencial não se ocupa de temas culturais que são, entretanto, de tanta importância para o renome do País. (JC, N° 63)

Jornal do Brasil, n° 55
Rio de Janeiro, RJ – Sexta-feira, 08.03.1963

Roraima a mãe das Águas
Brasil pra seu Governo
[Nonnato Masson]

Por uma lei do Congresso Nacional, promulgada a 13.12.1962, o Território Federal do Rio Branco, criado a 13.09.1943, com terras desmembradas da parte Setentrional do Estudo do Amazonas, passou a denominar-se Território de Roraima.

O fato não teve qualquer repercussão na vida nacional. Os brotos continuaram, despreocupados, nas areias da Praia do Arpoador; os seringueiros, na Amazônia, mal tomaram conhecimento do fato; as crianças não deixaram as suas peladas para receber lições de Roraima; os trabalhadores do Brasil permaneceram firmes, nas assembleias dos seus sindicatos,

tratando das próximas greves; os choferes de lotação continuaram fazendo misérias no trânsito carioca; Julião prosseguiu falando mal do Brasil; Celso Furtado, dizendo que o subdesenvolvimento vai acabar; Brizola, pregando a revolução; os pescadores, apesar dos pesares, pecando, tranquilos, as suas lagostas, e uma outra guerra, a do samba, sendo travada entre as escolas sobre a autenticidade dos Acadêmicos do Salgueiro na apresentação do seu enredo de carnaval, e etc. etc. etc.

Eita País maravilhoso que muda de regime, torna a mudar, bota mais uma estrela na Bandeira, transforma Território Federal em Estado, muda nome de Território, descobre novos acidentes geográficos, enfim, altera a sua Geografia e a sua História, e ninguém se dá por achado!

O que é Roraima?

Mas, afinal, o que é Roraima, que já agora dá nome a um pedaço do Brasil?

Para os índios da Amazônia, Roraima significa a mãe das águas. Na Geografia do Brasil, Roraima é um monte. Fica na Cordilheira de Paracaimã, que faz parte do Maciço das Guianas.

Tem também o nome de Roraimã.

O Monte Roraima assinala o encontro das fronteiras Brasil-Venezuela, Brasil-Guiana Inglesa e Venezuela-Guiana Inglesa.

E o extremo-sul de um grupo de maciços que se enfileiram ao longo da linha geodésica divisória da Venezuela com a Guiana Inglesa, desde o Vale do Rio Cameirã, numa extensão de trinta quilômetros e que fazem a separação das águas que correm para o Orenoco das que vão para o Rio Mazaruni.

A Muralha do Brasil

Levanta-se o Roraima numa monumental muralha oitocentos metros acima do seu pedestal e de diábase ([26]) de 2.712 metros sobre o nível do mar, no ponto exato em que foi chamado o marco trinacional de fronteira [Brasil-Venezuela-Guiana Inglesa]. O alto Roraima, segundo a Geografia, forma uma colossal mesa de arenito de cerca de quarenta quilômetros quadrados. Vista de longe, a chapada dá a impressão de uma planície empedrada e cheia de Lagos, Córregos e pântanos. É, porém, uma enorme superfície revolta coberta de blocos de arenito de grandes dimensões, de montes de vinte a trinta metros que se erguem por toda a parte, com aspectos bizarros, por efeito do vento e da chuva, dando a ideia de edifícios monumentais arquitetados pela imaginação de um Oscar Niemeyer ou de um Le Corbusier ([27]).

Palhoças do Monte

Várias quedas de água se precipitam do alto do Roraima e se encontrara, abaixo para formar a Rio Cotingo. As chamadas escadas do Roraima são habitadas pelas gentes do Território, em palhoças como a que Ilustra esta página. Entre as raras Expedições e alpinistas que já escalaram o Roraima alinham-se o viajante inglês Everard Thuru, em 1884; o geólogo H. I. Perkins, Guelch e senhora, em 1894; a Comissão de Limites Guiana Inglesa-Venezuela; as

---

[26] Diábase: rocha magmática maciça, granulosa, de cor escura.

[27] O autor, mais propriamente, deveria ter citado, ao contemplar aqueles monumentos naturais, forjados pelas mãos inspiradas do Grande Arquiteto do Universo, o arquiteto espanhol Antoni Gaudí i Cornet ou o uruguaio Carlos Paéz Vilaró, dignos representantes da arquitetura orgânica. A igreja da Sagrada Família, e as Casa Batlló e Milá de Gaudi e a Casapueblo, de Vilaró, situada nas proximidades de Punta del Este, no sul do Uruguai, são mostras contundentes do quanto alguns raros arquitetos são capazes de aproximar suas criações da natureza retratando suas formas harmoniosas.

Expedições do General Rondon, de Inspeção de Fronteiras, e a de Mr. Tate, em 1927, e ainda as Comissões Demarcadoras de Limites do Brasil com a Venezuela e com a Guiana Inglesa, em 1931, e a que recentemente descobriu naquelas bandas o Pico da Neblina.

Foi, mas não é

Até 1932, o Monte Roraima era considerado o ponto mais Setentrional do Brasil. Nesse ano, porém, após um levantamento topográfico do divisor de águas dos Rios Branco [que dava nome ao Território] e Mazaruni, cedeu lugar ao Monte Caburaí, que lhe fica mais 32′, à Leste e 4′ ao Norte. O Roraima é cercado de montes e serras por todos os lados Ueiassipu, Apocaila, Iacontipu, Apacaima, Marina, Upaima, Acurima, Aromatipu, Caburaí, e Serras do Sol, Uaraí, Maribá, Morcego, Piaçuí e Poreiuaca.

A Altura do Roraima

O pico do Roraima, com 2.875 metros de altitude, é o segundo do Brasil. E o ponto culminante da Cordilheira de Paracaimã. Prolonga-se a série do Roraima formando um platô arenítico, que toma vários nomes.

Sua cumeada é sensivelmente horizontal [cotam pode ser observado na foto] e recortada apenas pelos agentes erosivos, e termina, bruscamente, em colossais e imponentes muralhas rochosas.

É de formação, segundo os geólogos, talvez paleo-zoica, ou possivelmente triássica. Os sinais que estão no alto da página são desenhos rupestres, dos muitos que se encontram nas escarpas do Monte Roraima, que agora, como nome de Território Federal, está definitivamente integrado na Geografia do Brasil. (JB, N° 55)

RORAIMA, A MÃE DAS ÁGUAS

Nonnato Masson

BRASIL PRA SEU GOVÊRNO

Por uma lei do Congresso Nacional, promulgada a 13 de dezembro de 1962, o Território Federal do Rio Branco, criado a 13 de setembro de 1943, com terras desmembradas da parte setentrional do Estado do Amazonas, passou a denominar-se Território do Roraima.

O fato não teve qualquer repercussão na vida nacional. Os brotos continuaram, despreocupados, nas areias da Praia do Arpoador; os seringueiros, na Amazônia, mal tomaram conhecimento do fato; as crianças não deixaram as suas *peladas* para receber lições de Roraima; os trabalhadores do Brasil permaneceram firmes, nas assembléias dos seus sindicatos, tratando das próximas greves; os choferes de lotação continuaram fazendo *misérias* no trânsito carioca; Julião prosseguiu falando mal do Brasil; Celso Furtado, dizendo que o subdesenvolvimento vai acabar; Brizola, pregando a revolução; os pescadores, apesar dos pesares, pescando, tranqüilos, as suas lagostas, e uma outra guerra, a do samba, sendo travada entre as escolas sôbre a autenticidade dos Acadêmicos do Salgueiro na apresentação do seu enrêdo de carnaval, e etc. etc. etc.

Eta País maravilhoso que muda de regime, torna a mudar, bota mais uma estrêla na Bandeira, transforma Território Federal em Estado, muda nome de Território, descobre novos acidentes geográficos, enfim, altera a sua Geografia e a sua História, e ninguém se dá por achado!

O que é Roraima?

Mas, afinal, o que é Roraima, que já agora dá nome a um pedaço do Brasil?

Para os índios da Amazônia, Roraima significa a mãe das águas. Na Geografia do Brasil, Roraima é um monte. Fica na Cordilheira de Paracaimã, que faz parte do Maciço das Guianas.

Tem também o nome de Roruimã.

O Monte Roraima assinala o encontro das fronteiras Brasil–Venezuela, Brasil–Guiana Inglêsa e Venezuela–Guiana Inglêsa.

E o extremo-sul de um grupo de maciços que se enfileiram ao longo da linha geodésica divisória da Venezuela com a Guiana Inglêsa, desde o Vale do Rio Cameirã, numa extensão de trinta quilômetros, e que fazem a separação das águas que correm para o Orenoco das que vão para o Rio Mazaruni.

A muralha do Brasil

Levanta-se o Roraima numa monumental muralha oitocentos metros acima do seu pedestal e de diábase de 2 712 metros sôbre o nível do mar, no ponto exato em que foi chantado o marco trinacional de fronteiras (Brasil–Venezuela–Guiana Inglêsa).

O alto Roraima, segundo a Geografia, forma uma colossal mesa de arenito de cêrca de quarenta quilômetros quadrados. Vista de longe, a chapada dá a impressão de uma planície empedrada e cheia de lagos, córregos e pântanos. E, porém, uma enorme superfície revôlta coberta de blocos de arenito de grandes dimensões, de montes de vinte a trinta metros que se erguem por tôda a parte, com aspectos bizarros, por efeito do vento e da chuva, dando a idéia de edifícios monumentais arquitetados pela imaginação de um Oscar Niemayer ou de um Le Corbusier.

Palhoças do monte

Várias quedas de água se precipitam do alto do Roraima e se encontram, abaixo, para formar o Rio Cotingo. As chamadas escadas do Roraima são habitadas pelas gentes do Território, em palhoças como a que ilustra esta página.

Entre as raras expedições e alpinistas que já escalaram o Roraima alinham-se o viajante inglês Everard Thurn, em 1884; o geólogo H. I. Perkins, Guelch e Senhora, em 1894; a Comissão de Limites Guiana Inglêsa–Venezuela; as expedições do General Rondon, de Inspeção de Fronteiras, e a de Mr. Tate, em 1927, e ainda as Comissões Demarcadoras de Limites do Brasil com a Venezuela e com a Guiana Inglêsa, em 1931, e a que recentemente descobriu naquelas bandas o Pico da Neblina.

Foi, mas não é

Até 1932 o Monte Roraima era considerado o ponto mais setentrional do Brasil. Nesse ano, porém, após um levantamento topográfico do divisor de águas dos Rios Branco (que dava nome ao Território) e Mazaruni, cedeu lugar ao Monte Caburaí, que lhe fica mais 32', a leste e 4' ao norte.

O Roraima é cercado de montes e serras por todos os lados: Uelassipu, Apocaila, Iacontipu, Apacaima, Marina, Upaima, Acurima, Aromatipu, Caburaí, e Serras do Sol, Uaraí, Maribé, Morcêgo, Piaçuí e Poreiuaca.

A altura do Roraima

O pico do Roraima, com 2 875 metros de altitude, é o segundo do Brasil. E o ponto culminante da Cordilheira de Paracaimã. Prolonga-se a série do Roraima formando um platô arenítico, que toma vários nomes. Sua cumiada é sensivelmente horizontal (como pode ser observado na foto) e recortada apenas pelos agentes erosivos, e termina, bruscamente, em colossais e imponentes muralhas rochosas.

E de formação, segundo os geólogos, talvez paleozóica, ou possivelmente triássica. Os sinais que estão no alto da página são desenhos rupestres, dos muitos que se encontram nas escarpos do Monte Roraima, que agora, como nome de Território Federal, está definitivamente integrado na Geografia do Brasil.

Imagem 53 – Monte Roraima

Academia Brasileira de Ciências, Vol. 44, n° 1
Rio de Janeiro, RJ – 1972

Considerações Concernentes à Constituição Tectônica do Escudo das Guianas com Especial Referência à Formação Roraima

A Formação Roraima

No centro do Escudo das Guianas elevam-se as montanhas Pacaraima, formadas de arenitos e conglomerados tabulares não metamorfizados, de idade proterozóica-inferior, constituindo uma sucessão de platôs cobertos por floresta, sobressaindo cumes isolados como o Ayangauana [1.900 m] e Roraima [2.770 m].

Os arenitos quartzíticos, quartzitos, conglomerados, folhelhos e jaspe da Formação Roraima constituem uma sucessão tabular, notavelmente não perturbada, com espessura de cerca de 2.400 m, que, julgando-se por seus testemunhos, parece ter coberto perto de 1.200.000 km^2 no centro do Escudo das Guianas.

A idade desta Formação tem sido diferentemente estimada como do Pré-Cambriano tardio, Paleozóico, Triássico e Cretáceo. É, sem dúvida, mais jovem que 2.000 m.a. ([28]) posto que sobrepõe os "*Younger Granitos*", e mais antiga que os espessos "*sills de dolerito*", e diques do "*Younger Basic Intrusive Group*". Datações radiométricas nestes últimos, incluindo um "*sill*" no topo da sucessão, e em mica dos "*hornfels*" de contato, forneceram uma idade em torno de 1.700 m.a. [...] (LOCZY)

[28] 2.000 m.a: 2.000 milhões de anos ou 2 bilhões de anos.

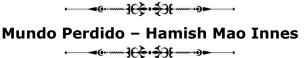
O Estado de Mato Grosso, n° 6.639
Mato Grosso, MT – Quarta-feira, 26.09.1973

Roraima não tem Rota Fácil Para Escalada

LONDRES – Não há uma rota fácil para o "*mundo perdido*" do Monte Roraima, segundo o montanhista britânico Don Whillans, depois de consultas com membros de uma equipe de reconhecimento que esteve explorando a floresta em volta do misterioso platô, que fica num ponto onde se encontram as fronteiras do Brasil, Venezuela e Guiana. O reconhecimento foi feito numa preparação do assalto ao Roraima que deverá ser feito em outubro por uma Expedição britânica-guianense e da qual o Sr. Don é um dos líderes. A BBC vai enviar uma equipe filmadora para juntar-se à Expedição, que está sendo patrocinada pelo jornal londrino "*Observer*". Os expedicionários usarão um novo arnês ([29]) de segurança para montanhista criado pelo Sr. Whillans para o Himalaia. [...] O líder da Expedição ao Monte Roraima é o botânico guianense Adrian Thompson, que fez a viagem de reconhecimento com John Streetly um montanhista britânico que vive em Trinidad. O grupo se reunirá em Georgetown no início de outubro. O Monte Roraima inspirou Conan Doyle ao escrever "*O Mundo Perdido*". Quase 3.000 m acima do nível do mar, ele surge da floresta como uma fortaleza, com penhascos verticais de 600 m de altura. Até agora, poucas pessoas atingiram o seu topo e não foram trazidos espécimes ou amostras do local, que se acredita seja extremamente rico em vida animal e vegetal. [BNS] (OEMG, n° 6.639)

[29] Arnês: espécie de cinto de segurança para a escalada.

Realidade, n° 97
São Paulo, SP – Abril de 1974

Mundo Perdido – Hamish Mao Innes

[...] Eram os primeiros dias de outubro e há uma semana andávamos pela floresta chuvosa, num terreno que subia gradualmente a quase 2.000 metros na base do Roraima. A ideia era chegar ao topo até meados de novembro.

Acordávamos, diariamente, às 06h00. Uma hora antes do início marcha. Antes de calçarmos as botas, enfiávamos sacos de plástico sobre meias, para a proteção dos pés. Todos levávamos parte da carga, embora os carregadores conduzissem, cada um, cerca de 46 quilos material.

A base dos cientistas foi localizada no sopé da escarpa de quase 10 metros que levava aos rochedos do Roraima Foi ali que descobrimos que a maior parte de nossa comida e coisas importantíssimas para a escalada [as minhas botas, o equipamento profissional de Don] estavam faltando. Essa deficiência, a princípio apenas desagradável [não tínhamos café ou chá], tornou-se seríssima quando ficamos reduzidos a três colheres de arroz por dia.

Ali também verificamos que havia falta de carregadores: alguns eram adventistas da Igreja do Sétimo Dia e tínhamos de dispensá-los do trabalho aos sábados. Passamos a fazer uma infusão folhas, que tinha um sabor delicado, lembrando um pouco o chá-da-china. Mas não era fácil resolver todos os problemas com os frutos da terra. Philip, o Caçador, um ameríndio, caçou uma anta e alguns porcos selvagens: pouco, para 27 bocas esfomeadas.

Os Escorpiões Ameaçam a Nossa Escalada

Um oficial do Exército da Guiana, membro também da Expedição, passou um dia para a capital da Guiana, Georgetown, pedindo suprimentos. Eles deveriam ser jogados de avião. Mas como fazê-lo, se o tempo conspirava contra nós e chovia quinze horas todos os dias?

Os cinco alpinistas chegaram às escarpas que levam à cordilheira do El Dorado, ponto de partida para a segunda fase da escalada. Com os binóculos, podíamos ver um grande número de rochedos cobertos de arbustos, onde encontraríamos, sem dúvida, aranhas e escorpiões. Quanto ao mais, parecia que Roraima ofereceria condições normais de escalada em rocha. As mais úmidas condições do mundo.

Mo Anthoine e Mike Thompson começaram a escalar. Fizeram uma volta e depois subiram uns 51 metros de rocha vertical até um pequeno rochedo. Fixadas as cordas duplas, o próximo passo seria alcançar um segundo rochedo, que batizamos de "*Passagem de Retalhos*", por causa da variedade da vegetação que ali crescia.

A rotina da escalada é a seguinte: nós trabalhávamos em pares, determinando um objetivo que nos levaria ao objetivo imediato. Na hora do cansaço, revezamento. Na medida em que a gente vai subindo, vai fazendo estacas para passar a corda.

No monte Roraima, isso significa, algumas vezes, ter que fazer buracos [o que se faz manualmente] na pedra dura para cravar as argolas onde passará a corda. Havia uma água quase perpétua pingando ou jorrando sobre nós.

Para os objetivos mais difíceis, na medida em que íamos subindo, frequentemente eram necessários quatro homens para a execução da tarefa.

No fim do dia, com as nossas cordas fixadas no ponto mais alto, nós acampávamos, isto é, escorregávamos usando nosso equipamento até um lugar onde fosse possível armar um acampamento e passar a noite. Foi acima da Passagem de Retalhos que nós, realmente, começamos a encontrar os bichos repelentes. "*Cada local onde eu devia pôr a mão*", diz Joe Brown, "precisava ser limpo com a minha picareta. E, mesmo assim, eu esperava ser picado a qualquer momento".

Em cerca de um terço do caminho havia uma borda de rochedo em direção à Venezuela, pela face Noroeste do monte. O rochedo tinha uma largura variável e descia num ângulo de 60 graus. Era protegido da constante umidade por uma saliência e a ele se agarravam punhados de escorpiões, centopeias e aranhas.

Passamos a chamá-lo de "*Terraço da Tarântula*" e não encontramos consolo quando os cientistas disseram que o escorpião marrom, ali muito encontrado, poderia ser de uma nova e desconhecida espécie...

Joe Brown era um hábil colecionador de insetos e ficava feliz quando apanhava escorpiões pelos ferrões.

Ele, como qualquer de nós, não desconhecia que uma simples ferroada daquele bichinho, uma picada de qualquer daqueles pequenos e venenosos habitantes, poderia transformar nosso avanço em retirada em pânico, na busca desesperada de assistência médica.

Seis Horas sob Vegetação, Água e Insetos Perigosos

Na verdade, não havia alternativa senão escolher o Terraço da Tarântula como base para o nosso próximo estágio na escalada: O "*Terraço da Tarântula*" era uma enorme saliência de rocha, aquela que havíamos visto, pelos binóculos, quando estávamos em "*El Dorado*": tinha quase a forma que a África apresenta no mapa.

Havia apenas um lugar, muito pequeno para pôr o pé naquela saliência, e levamos dois dias para chegar lá em cima e mais um para Mo dar a volta na saliência de 5 m, onde havia um jardim suspenso habitado por papagaios.

Uma noite, vivemos uma experiência terrível no Terraço da Tarântula. Don tentou dormir diretamente na rocha e ficou a noite inteira desafiando o exército de insetos nojentos, com gritos de "e*u pego você, seu nojento*" ou "*este não vai mais morder ninguém*".

Pela manhã, todos os dias, era preparada, uma bebida feita com algumas plantas e água de chuva e a ela recorríamos indiferentes aos micróbios. Nossa refeição matutina era meia xícara de chá dessas plantas e um pouco de macarrão.

Pegávamos comida e equipamentos suficientes e eles eram colocados nas sacolas para as escaladas do dia. Mo e Joe iam na frente, no rumo do "*Rochedo da África*".

Eu usava braçadeiras para me içar atrás dos outros. E foi numa dessas vezes que vi, horrorizado, que bem acima de mim a corda estava para rebentar. Eu me equilibrava na ponta da grande saliência e, quando puxei a braçadeira, ela não apertou a corda como deveria fazer.

O revestimento da corda de náilon desceu com ela e a sua parte interna começou a se partir junto à rocha.

Não pude deixar de gritar e Don ficou inclinado no seu mini-rochedo, logo acima: "*Pelo amor de Deus, suba depressa antes que a corda se rompa*", ele disse.

Havia uma corda de segurança ao meu lado, mas ela também estava em péssimo estado. Desesperado, transferi o meu peso para um estribo atado à corda e após 5 penosos minutos, pude colocar um pé numa fenda de 4 cm de largura.

Fiquei preso ali durante seis horas, enquanto Joe e Mo procuravam escalar a "*Chaminé Molhada*", uma ranhura vertical e sem fundo, que canalizava a água da chuva que vinha de cima e irrigava as plantas. Durante o dia inteiro, vegetação, água e insetos jorravam sobre mim. Às 17h00, quando já estava tudo escuro, Joe avisou: "*Vamos descer. Não tem saída*". O vento havia aumentado e soprava violentamente. Cansados e quase impossibilitados de falar uns com os outros, por causa do barulho do vento, voltamos ao "*Terraço da Tarântula*".

Monte Roraima, um Osso Duro de Roer

Era uma situação desesperadora: uma noite escura tempestuosa, duas cordas que não ofereciam segurança alguma, sacolas que balançavam ao vento como morcegos monstruosos. Mas, finalmente, alcançamos a [relativa] segurança do terraço.

O vento soprou a noite inteira Enquanto a chuva continuava a cair, chegava até nós o ruído das cachoeiras que se formavam ao longo da face do rochedo. Desistir? Naquele momento não tínhamos certeza de nada. E apenas uma convicção: ninguém queria subir novamente. Eu escrevi no meu diário naquela noite:

> O objetivo principal da experiência está em jogo. Nós estamos cansados e o Monte Roraima é um osso duro de roer. Quando a neblina deixar a face da rocha e puder reestudar a parte superior da parede, talvez vejamos uma outra ranhura vital onde poderemos passar a noite.

Nós tivemos um susto quando Mike Thompson, nosso alpinista antropólogo, que havia descido para tentar desvendar o mistério das provisões que faltavam, tropeçou num arbusto e feriu o pé. Ele teve que abandonar a Expedição e ficamos reduzidos a quatro alpinistas – o mínimo necessário para completarmos a missão.

Durante três dias – depois da tempestade e de nossa vergonhosa retirada daquele local da rocha –descemos. Fomos encorajados por uma entrega "*via aérea*" de pacotes de alimentos e cigarros. O Major Chan-A-Sue voou com o seu Islander sobre nós, baixou o mais que conseguiu e jogou os pacotes num alvo próximo ao nosso acampamento.

Descansado e fortificado pelo chocolate, tentei novamente subir a parede e consegui ir além da "*Chaminé Molhada*" – apenas uns 6 m, mas o suficiente para que a gente ficasse fora da rocha úmida e de lá Joe Brown e Mo pudessem retornar ao ataque. Eles escalaram mais de 9 m em 4 horas e chegaram à "*Torre Verde*", a única ranhura em quilômetros e quilômetros. Don e eu chegamos até eles em 2 dias.

Armamos uma barraca tosca ao lado deles e passamos uma noite... miserável. No dia seguinte, domingo, iríamos fazer a derradeira tentativa. Até então, já havíamos passado dezesseis dias escalando o rochedo de mais de 450 m, dando uma média de mais de 21 m por dia. Era uma média que refletia as enormes dificuldades que estávamos vivendo e o tempo terrível que tivemos que enfrentar. Enfim o pico... pela primeira vez – Ficou decidido que, pela manhã, Don e eu iríamos até o ponto mais alto, a uns 60 m do pico.

Às 11h00, atingimos aquele ponto, uma pequena ranhura a partir da qual começava outra... "*Chaminé Molhada*". A situação não era animadora. Entusiasmo não havia mais. Olhei com desânimo o meu companheiro. E quando Don juntou-se a mim, eu disse:

> Isto poderá ser pura perda de tempo.

Nós só tínhamos aquele dia para alcançar o pico. Desesperado para subir rapidamente, decidi arriscar a sorte e atirei uma pedra com uma corda amarrada nela, na esperança de que se enroscasse em alguma

fenda lá em cima. Deu certo e nós recomeçamos a escalada.

O pico estava animadoramente próximo. A parede vertical tinha uma profusão de plantas e já nos preocupavam de novo as aranhas e os escorpiões, toda vez que tínhamos de afundar braços e mãos na densa folhagem da subida. Mo Anthoine ficou encarregado do último "*objetivo*", alcançando o pico às 13h30. O resto de nós juntou-se a ele logo em seguida. Soltamos um foguete e, por um transmissor-receptor, transmitimos mensagem a ser levada a Georgetown.

O Sol brilhava pela primeira vez em vários dias e os únicos sinais de vida eram as borboletas e os sapos, uns e outros pretos. O planalto era de rocha sólida contornada por uma formação fantástica de arbustos em forma de cogumelos e depressões que formavam jardins naturais. Andávamos por ali como se sonhássemos. Cada um estava exausto após tantos dias escalando-a parede. Logo depois de nossa chegada, a chuva caiu com tal intensidade que, em pouco tempo, a água subia aos tornozelos.

Descobrimos que o pico tinha rachaduras muito profundas e largas, que só poderiam ser atravessadas com o auxílio de escadas. A alegria era geral: a batalha havia sido ganha. Havíamos superado um obstáculo bem superior ao que imaginávamos. Conseguíamos o objetivo final, quando, desanimados, já não acreditávamos em sucesso.

Às 17h00, deixamos o platô e descemos à "*Torre Verde*", onde passamos uma noite molhada No dia seguinte, voltamos ao sopé do penhasco, deixando todas as cordas fixas em posição, exceto para os últimos 30 ou 40 m. Empacotamos nossas coisas e fomos embora do Monte Roraima. (REALIDADE, n° 97)

Imagem 54 – E. Norte – Nasc. do Rio Ailã, M. Caburaí, RR

Imagem 55 – E. Sul – Curva da Baleia, Arroio Chuí, RS

Imagem 56 – Extremo Leste – Ponta do Seixas, PB

Imagem 57 – E. Oeste – Nasc. do Rio Moa, S. Contamana, AC

Faca-Coqueiro I
(Jayme Caetano Braun)

Cabo de madeira branca
E a folha de palmo e meio,
Esta faca que palmeio,
Sovando uma palha "buena",
Larga, assim, como novena
Nas festanças do Divino,
Foi presente do Galdino
Filho da Dona Pequena!

Na prancha meio azulada
Deste regalo campeiro,
Está gravado um coqueiro
Assim como um distintivo
Que me faz lembrar, altivo,
O charrua melenudo,
Bombeando longe, sisudo,
O velho solo nativo!

É nesse ferro crioulo
Que o meu fôlego embacia,
A cancha reta bravia
Por onde o fumo se espalha,
Com ele eu ajeito a palha,
Lonqueio, e aparo crina,
E a barba, pra ver a china
Quando não tenho navalha!

Quando corto num churrasco
Deixo branqueando o espeto,
E se na encrenca me meto
Não sobra garrão inteiro,
Pois este ferro campeiro
De ponta, como de prancha
Tem mania de abrir cancha
No costilhar do parceiro! [...]

Relatos Pretéritos do Monte Caburaí

Imagem 58 – Monte Caburaí

Castilhos Goycochêa, 1943

VII

Os Demarcadores da Fronteira do Brasil

A contemplação do retrato físico do Brasil por quem possua o senso da realidade é motivo do mais completo desvanecimento. Não apenas pela mostra da grandeza do território que se estende desde a Latitude Norte de 5°16’19,60”, na Serra do Caburaí, nas divisas com a Guiana Inglesa, até ao Paralelo Sul de 33°45’10”, na Embocadura do Arroio Chuí [4.319,2 km] alargando-se, ao centro, desde o divisor das águas do Ucaiáli com as do Juruá, na Serra do Contamana [73°59’32,45” de Longitude Oeste de

Greenwich] até ponta de pedras, no estado de Pernambuco, cuja posição astronômica é representada pelo valor de 34°48′06,00″ [4.327,6 km]; mas, principalmente, por se saber que as fronteiras com as terras das dez soberanias que enquadram o país estão solidamente estabelecidas em Tratados com boa forma, e, mais do que isso, já foram, na quase totalidade, demarcadas no terreno firme ou convencionadas quando correndo a divisa pelos talvegues dos grandes cursos d'água. (GOYCOCHÊA)

Aroldo de Azevedo, 1964

O Brasil, em sua maior parte, é um país tropical Dentro da América do Sul, o Brasil abarca a mais vasta de suas áreas tropicais, em contraste com as duas outras porções de nosso continente – a região andina e a região platina. O Brasil estende-se desde 5°16′ de Latitude Norte, nascentes dos Rios Ailã e Caburaí, na serra do Caburaí [fronteira com a Guiana Britânica] até 33°45′ de Latitude Sul, numa das curvas ([30]) do Arroio Chuí, na fronteira com o Uruguai – o que equivale, no sentido Norte-sul, a 39°1′ ou 4.319 km. No sentido Este-oeste, estende-se desde 73°59′ de Longitude Oeste de Greenwich, na serra de Contamana ([31]), um dos contrafortes da cordilheira dos andes [fronteira com o peru], até 34°49′, na ponta do seixas, próximo ao Cabo Branco [paraíba] - o que equivale a 39°10′ ou 4.326km. (AZEVEDO, 1964)

[30] Numa das curvas: Curva da Baleia.
[31] Nascente do Rio Moa na Serra da Contamana.

Bibliografia

ADRIÃO, Paulo Cezar de Aguiar. ***Almirante Braz Dias de Aguiar – Gigante da Nacionalidade!*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Marítima Brasileira, Volume 130, n° 07/09 – jul./set. 2010.*

A BATALHA, N° 4.334. ***A Fronteira Brasileira com a Venezuela - Prosseguem Ativamente os Trabalhos da Comissão Demarcadora*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – A Batalha, N° 4.334, 25.09.1940.*

A BATALHA, N° 4.346. ***O Presidente Vargas na Amazônia - Em Contato com os Membros da Comissão de Limites*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – A Batalha, N° 4.346, 09.10.1940.*

A BATALHA, N° 4.425. ***Atacados e Cercados Pelos Índios os Membros da Comissão de Limites - Surpreendidos e Cercados Quando Dormiam Foram Todos Feridos por Flechas Envenenadas*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – A Batalha, N° 4.425, 14.01.1941.*

A NOITE, N° 11.599. ***Encerrando uma Divergência Secular - O Acordo Final de Limites Entre o Peru e o Equador*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – A Noite, N° 11.599, 29.05.1944.*

A NOITE, N° 11.876. ***A Questão de Limites Entre o Peru e o Equador*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – A Noite, N° 11.876, 07.03.1945.*

AZEVEDO, Reinaldo. ***Tarso Genro o Trotskista Surtado*** *– Brasil – São Paulo, SP – Revista VEJA, Edição 2075, 27.08.2008*

AZEVEDO, Aroldo de. ***Brasil, a Terra e o Homem*** *– Brasil – São Paulo, SP – Companhia Editora Nacional, 1964.*

BAINES, Stephen Grant. ***O Território dos Waimiri-Atroari e o Indigenismo Empresarial*** *– Brasil – Brasília, DF – UNB, 1993.*

CARVALHO, José Cândido de Melo. ***Notas de Viagem ao Rio Negro*** *– Brasil – São Paulo, SP – Edições GRD, 1983.*

CORREIO BRAZILIENSE, N° 16.382. ***Terras Indígenas e a Constituição*** *– Brasil – Brasília, DF – Correio Braziliense n° 16.382, 25.03.2008.*

CORREIO BRAZILIENSE, N° 16.404. ***Reserva de Roraima Domina Debates*** *– Brasil – Brasília, DF – Correio Braziliense n°16.404, 16.04.2008.*

CORREIO BRAZILIENSE, N° 18.185. ***Posse sob Contestação*** *– Brasil – Brasília, DF – Correio Braziliense n°18.185, 09.03.2013.*

CORREIO BRAZILIENSE, N° 18.222. ***Nicolás Maduro Enfrenta o Desafio de Suceder Chávez*** *– Brasil – Brasília, DF – Correio Braziliense n°18.222, 15.04.2013.*

CORREIO BRAZILIENSE, N° 18.223. ***Chavismo em Causa*** *– Brasil – Brasília, DF – Correio Braziliense n°18.223, 16.04.2013.*

CORREIO BRAZILIENSE, N° 18.531. ***Entrevista Fernando Henrique Cardoso*** *– Brasil – Brasília, DF – Correio Braziliense n°18.531, 19.02.2014.*

CORREIO BRAZILIENSE N°18.566. ***Maduro Anuncia Prisão de Generais Golpistas*** *– Brasil – Brasília, DF – Correio Braziliense n°18.566, 26.03.2014.*

CORTESÃO, Jaime. ***Introdução à História das Bandeiras – Morre um Bandeirante*** *– Brasil – Rio Branco, AC – O Acre, 18.01.1948.*

COUTINHO & PAULIN & MEDEIROS, Leonardo Coutinho & Igor Paulin & Júlia de Medeiros. ***A Farra da Antropologia Oportunista*** *– Brasil – São Paulo, SP – Revista Veja – Edição 2.163, 05.05.2010.*

DECRETO N° 88.985. ***Regulamenta os Artigos 44 e 45 da Lei n° 6.001, de 19.12.1973, e dá outras providências.*** *– Brasil – Brasília, DF – www2.camara.leg.br, 10.11.1983.*

DEFESANET, 08.06.2015. ***Militares Brasileiros e Pesquisadores Americanos Refazem Expedição Histórica*** *– Brasil – Porto Alegre, RS – Defesanet, 08.06.2015.*

DIÁRIO DA NOITE, N° 262. ***Às Zonas mais Desconhecidas da América do Sul*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Diário da Noite, N° 262, 11.08.1930.*

DIÁRIO DE CÁCERES, 24.08.2017. ***Grupo que Refaz a Rota da Expedição Roosevelt-Rondon Passa por Cáceres*** *– Brasil – Cáceres, MT – Diário de Cáceres, 24.08.2017.*

DUCKE, Adolpho. ***Aguiara*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Annaes da Academia Brasileira de Ciências, Edição 1, 1938.*

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. ***Viagem Filosófica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Conselho Federal de Cultura, 1971.*

FOLHA DE SÃO PAULO, 23.08.2017. ***Procuradoria quer Indenização e Desculpas a Índios por Violações na Ditadura*** *– Brasil – São Paulo, SP – Folha de S. Paulo, 23.08.2017.*

FON FON, N° 09. ***Fon Fon! Na Fronteira*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Fon Fon: Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusiante, Edição 09, 1914.*

FREGAPANI, Gélio. ***No Lado de Dentro da Selva II*** *– Brasil – Brasília, DF – Thesaurus Editora, 2009.*

GARZON, Luiz Fernando Novoa. ***O Destino Manifesto e a Tragédia Anunciada*** *– Brasil – São Paulo, SP –* ***www.correiocidadania.com.br****.*

GENTE DE OPINIÃO, 22.10.2017. ***Epopeia Acreana – Parte I*** *– Brasil – Porto Velho, RO – Gente de Opinião, 22.10.2017.*

GOYCOCHÊA, Castilhos. ***Fronteiras e Fronteiros*** *– Brasil – São Paulo, SP – Companhia Editora Nacional, 1943.*

JB, N° 55. ***Roraima a mãe das Águas*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Brasil - n° 55, 08.03.1963.*

JB, N° 63. ***Os Nossos Limites com a Venezuela - O "Jornal do Brasil" ouve o Comandante Braz de Aguiar, Chefe da Missão Brasileira*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Brasil, N° 63, 14.03.1930.*

*JB, N° 140. F****unai Culpa Viajante Pelo Massacre de 3 Funcionários*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Brasil, n° 140, 03.02.1973.*

*JB, N° 287. F****unai Culpa Viajante Pelo Massacre de 3 Funcionários*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Brasil, n° 287, 03.02.1973.*

JB, N° 295. Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Brasil, n° 295, 28.01.2006.

JC, N° 63. ***Gazetilha – Território de Roraima*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Comércio, n° 63, 18.12.1962.*

JORNAL O GLOBO, 04.04.1977. ***De Manaus a Boa Vista, pelo Território dos Índios*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal o Globo, 04.04.1977.*

LOCZY, Louis de. ***Considerações Concernentes à Constituição Tectônica do Escudo das Guianas com Especial Referência à Formação Roraima*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Academia Brasileira de Ciências, Vol. 44, n° 1, 1972.*

MARTINS, Ives Gandra da Silva. ***Você é Branco? Cuide-se!*** *– Brasil – www.correiocidadania.com.br, 2011.*

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. ***Quando o Amazonas Corria para o Pacífico*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Ed. Vozes, 2007.*

NARLOCH, Leandro. ***Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*** *– Portugal – Lisboa – Ed. Leya, 2009.*

OEMG, n° 6.639. ***Roraima não tem Rota Fácil Para Escalada*** *– Brasil – Cuiabá, MT – O Estado de Mato Grosso, n° 6.639, 26.09.1973.*

QUARTIN, Adriano de Souza. ***Sessão Solene a 08.10.1948, no Salão de Conferências do Palácio Itamaraty*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Imprensa Naval – Revista Marítima Brasileira Edição 153, N° 7, 8 e 9 – jan, fev, mar, 1949.*

REALIDADE, n° 97. ***Mundo Perdido – Hamish Mao Innes*** *– Brasil – São Paulo, SP – Realidade, n° 97, abril de 1974.*

RECLUS, Élisée. ***Estados Unidos do Brasil, Geografia, Etnografia, Estatística*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – H. Garnier, 1900.*

REVISTA VEJA, N° 331. ***ÍNDIOS – Outro Massacre*** *– Brasil – São Paulo, SP – Revista Veja, n° 331, 29.12.1974.*

SABATINI, Silvano. ***Massacre*** *– Brasil – São Paulo, SP – CIMI – Edições Loyola, 1998.*

SARNEY, José de Araújo Costa. ***Opinião: Fronteiras Sangrentas*** *– Brasil – São Paulo, SP – Folha de São Paulo, 18.04.2008.*

SOUSA, Márcia. ***Moradores da Região de Palmas Vivem Clima de Tensão e Incertezas, Incra diz que está Realizando Levantamento, e não Vistorias*** *– Brasil – Bagé, RS – Jornal Minuano 06.04.2010.*

STADEN, Hans. ***Duas Viagens ao Brasil*** *– Brasil – Belo Horizonte, MG – Editora Itatiaia, 1974.*

THE ECONOMIST. ***Brazil's Indians: The Amazon's Indian Wars*** *– Inglaterra – Londres, 15.01.2004*

Faca-Coqueiro II
(Jayme Caetano Braun)

[...] Por isso é que ao te palmear,
Sovando a palha do milho
Eu sinto, ó rude utensilio,
Que muito primeiro que eu
O guasca já te benzeu
Quando num berro de touro,
Junto ao "bendito" de couro
Nalgum rival te embebeu!

E ao te arrancar da bainha
De ponteira reforçada,
Evoco a rudez passada
Do teu áspero trajeto
Quando o xiru analfabeto
Contigo de companheira
Nas andanças da fronteira
Lonqueava o nosso dialeto!

Traste mil vezes relíquia
Por ser presente de amigo;
Hei de levar-te comigo
Sempre ao alcançe do braço
E acolherar no teu aço
O Presente e o Passado
Até que pranche enredado
Por algum "seio de laço"!

E fica certo, Galdino,
Ao te agradecer de novo,
Que no singelo retovo
Do meu gauderiar sem norte,
Esta faca, enquanto corte,
Até os últimos momentos,
Há de estar lonqueando os tentos
Da nossa amizade forte!